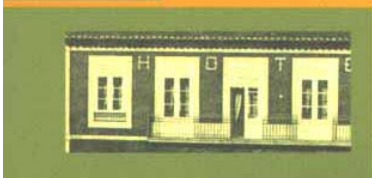
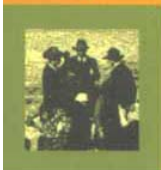


Foto — Avenida 5 de Outubro (vista tirada da Praça da República)



Miguel Monteiro

**MIGRANTES, EMIGRANTES E BRASILEIROS**  
(1834-1926)



FAFE  
2000



MIGRANTES, EMIGRANTES  
E «BRASILEIROS» DE FAFE (1834-1926)

Territórios, itinerários e trajetórias

Miguel Monteiro

MIGRANTES, EMIGRANTES  
E «BRASILEIROS» DE FAFE (1834-1926)

Territórios, itinerários e trajectórias

AO MEU PAI,  
ONDE REPOUSA A TERNURA  
DA SUA MEMÓRIA

À MINHA MÃE,  
PELA LUCIDEZ E CARINHO

**Ficha técnica:**

*Título:* Migrantes, emigrantes e «Brasileiros» de Fafe (1834-1926)

*Autor:* Miguel Monteiro

*Capa:* Francisco Botelho

*Colecção:* Monografias

*Edição de Autor:*

*Apoios:* NEPS — Instituto de Ciências Sociais — Universidade do Minho

IBIT — Informática, Burótica e Inovação Tecnológica, Lda.

Câmara Municipal de Fafe

IESF — Instituto de Estudos Superiores de Fafe

*N.º de Edição:* 8

*Tiragem:* 1500 ex.

*Fotografia da capa:* a partir da reprodução de um Postal Ilustrado, de c. 1920

Depósito legal n.º 147 752/00

Montagem, impressão e acabamento: *Diário do Minho*

## Agradecimentos

Este trabalho é o produto final da frequência do Mestrado em História das Populações coordenado pela Prof. Doutora Maria Norberta Amorim e concluído em 1996. Através dele foi possível estabelecer contacto com um conjunto de áreas do saber, no domínio das Ciências Sociais, uma vasta bibliografia temática e um elevado número de professores investigadores, o que permitiu um frutuoso enriquecimento pessoal.

Foi-nos assim possível conhecer e aprofundar perspectivas de investigação, particularmente no domínio da História, da Sociologia e da Antropologia e aplicar métodos e técnicas decorrentes das orientações científicas.

Destacamos, em particular, o apoio e o estímulo prestado pela Prof. Doutora Maria Norberta Amorim que, pela dedicação à investigação, constituiu um exemplo de empenho e rigor científico que procuramos seguir.

Endereçamos um especial agradecimento, ao Prof. Jorge Fernandes Alves, que, desde a primeira hora nos orientou acompanhando todas as fases por que passou este trabalho, exercitando uma disponibilidade crítica permanente, e ainda aos Profs. José Viriato Capela, Fátima Brandão, Carlos Silva, Luísa Marcílio que, durante a frequência da parte curricular do Mestrado, forneceram pistas e abriram horizontes à investigação aqui apresentada.

Uma particular referência de estima aos Fafenses e famílias, nomeadamente a Francisco Leite Castro e Ana Paula de Campos Soares Pereira da Silva que há muito nos vêm prestando informações permitindo-nos penetrar nas suas memórias, enriquecendo a nossa investigação, à Carminda, Isabel e Prof. Veiga, pelas sugestões e comentários aos dados estatísticos e, ainda, ao Henrique B. Nunes pela amizade que traduziu em disponibilidade, estímulo e apoio.

Finalmente, agradecemos ao Arquivo Municipal de Fafe, bem como aos párocos de Quinchães e de Fafe as facilidades no acesso aos seus arquivos.

## PREFÁCIO

*Quem procurar bibliografia recente sobre a problemática da emigração e do retorno do Brasil dificilmente esquecerá um volume publicado em Fafe, em 1991, em discreta edição de autor, intitulado Fafe dos Brasileiros — Perspectiva histórica e patrimonial, da autoria de Miguel Monteiro. Muito bem recebido pelo público, o livro rapidamente se esgotou e é já espécie de alfarrabista para os sabedores da matéria. Nele se produzia uma atraente recolha de informação, inovadora no seu tratamento, tanto ao nível de documentação de arquivo como iconografia, que encarava a emigração pelos seus aspectos positivos, reconhecendo o papel empreendedor dos «brasileiros» de retorno num meio local, retratado pelas marcas visíveis no tecido urbano e arquitectónico da vila de Fafe que se configurou, de resto, como exemplar neste domínio.*

*Estando eu, na altura, a desenvolver investigação no mesmo sentido, tive oportunidade de ler e reflectir sobre o volume publicado e de efectuar uma pequena revisão crítica, onde lançava alguns desafios para futuros aprofundamentos. Solicitado, mais tarde, a prestar colaboração no Mestrado de História das Populações da Universidade do Minho aí, por acaso, nos viemos a encontrar pessoalmente, eu e Miguel Monteiro, convocando-se essa revisão para início de um diálogo que continuou e já deu alguns frutos. O texto que agora se apresenta — Migrantes; Emigrantes e «Brasileiros» de Fafe. 1834-1926. Territórios; itinerários e trajectórias — é o resultado final da frequência desse mestrado, concluído em 1996, em cuja orientação colaborei.*

*Apraz-me, desde já, registar que esta publicação constitui apenas mais uma etapa no estudo de uma investigação que prossegue com vista à obtenção do grau académico subsequente, insistindo o Miguel Monteiro no alargamento e aprofundamento da problemática emigratória através de uma metodologia cada vez mais microanalítica.*

*A presente obra não é, assim, um primeiro livro, mas um trabalho sólido, de um autor experimentado na escrita e na metodologia históricas, embora com a densidade característica de uma tese de mestrado (aligeirada para efeitos de edição) que foi, aliás, muito além daquilo que normalmente é exigível neste tipo de trabalho. Partindo dos conhecimentos obtidos em investigação própria e numa abundante bibliografia, o que é de*

saudar pois revela que o autor não trabalha isolado e conhece (aliás profundamente) os trabalhos mais recentes que vão surgindo, procurou o autor delinear os nós da investigação, começando por reconhecer o território, que procurou circunscrever em diferentes dimensões, utilizando uma bateria de indicadores históricos, administrativos e económico-sociais que ajudou a conferir um sentido de história local ao texto apresentado. Mas o cerne da investigação desenvolveu-se sobre três questões iniciais muito objectivas: procurar avaliar o papel da estrutura social na decisão de partida para diferentes itinerários; descortinar a importância das migrações/emigrações nas estratégias de reprodução/transformação territorial; sondar a função da emigração nas trajectórias de reprodução e de mobilidade social. Nesta linha, o autor tanto estuda a emigração como as migrações internas e utiliza tanto indicadores estatísticos como informações genealógicas.

Alguns dos resultados são relativamente surpreendentes, ajudando a confirmar outras investigações recentes de carácter microanalítico e trazendo novos dados à discussão. Os familiares de proprietários emigram frequentemente, fazendo do Brasil um destino privilegiado, enquanto os grupos socialmente frágeis protagonizam migrações regionais com retorno a curto prazo, vislumbrando-se estratégias migratórias diferenciais. Se as migrações não tiveram impacte económico visível ao nível da transformação do espaço municipal, pois tratava-se de migrações de mera sobrevivência, já as manifestações no retorno de «brasileiros» da emigração se deram a vários níveis, desde transformações nos equipamentos rurais, como intervenção na vida pública e administrativa, nas edificações urbanas e na criação de novas formas de riqueza, nomeadamente na criação de fábricas. E ao nível social o impacte também não podia ser mais diferenciador, com a emigração a provocar mobilidade social ascendente em processos de retorno a Portugal que propiciam a fixação nas grandes cidades (Porto e Lisboa).

Ao lermos o presente trabalho de Miguel Monteiro, desliza perante nós a estrutura social de um concelho rural, com a sua centralidade numa vila que vai sendo construída muito por impacte da emigração, numa leitura dinâmica em que perpassam e se movimentam ricos e pobres, prestando-se uma atenção particular aos comportamentos dos que protagonizam diferentes tipos de migração.

Trata-se, assim, de um livro que vale a pena ser lido por todos, desde os que se preocupam com o património local e suas origens aos que, mais pacientemente, se interrogam sobre os processos sociais que marcaram um tecido social em acelerada desestruturação/reestruturação, com foi o caso da nossa sociedade oitocentista. Um livro oportuno, numa época propícia à reflexão sobre as relações luso-brasileiras, quando se preparam as celebrações do quinto centenário da descoberta do Brasil, que também se comemoram através do trabalho paciente e meticuloso que se desenvolve em torno dos arquivos e do trabalho de investigação, num esforço dirigido à compreensão da história que nos envolve.

JORGE FERNANDES ALVES,  
Faculdade de Letras, U. P.

As grandes qualidades que trazia o imigrante português, são as que elle herdou das raças cujo sangue tem nas veias e cujo influxo moral tem no carácter... Grave, simples, ingenuo; encarando a vida como uma grande tarefa; quase machinal no seu dever; laborioso; grangeador como um troglodyta; humilde, obediente, fiel com o superior; obcecado nos velhos habios e usanças, supersticioso (tendo acima de tudo a superstição da autoridade); pouco caso fazendo da vida civil, mas afeiçoando-se à tradição do seu povo e principalmente à terra; amoroso, dócil, pacífico; resignado, tranquilo e igual; sem tristezas e acabrunhamentos, aceitando a existencia; as vicissitudes, a condição social, a propria desgraça como fatalidades inevitaveis do destino, mas nunca até o ponto de renunciar no fundo do coração à esperança de vencer-a um dia. [...] Conservador em extremo, quasi mesmo até à desidia e às vezes até uma certa antipathia e aversão ao que é novo; ponderado e seguro, meticolosamente probo e pontual, e exigindo de todos, como as primeiras virtudes da vida, uma probidade e uma honradez indefectíveis: — não ha duvida que este specimen de gente foi uma base solida de futura integração de raça historica... trazia o português, em germen, outras muitas que se converteram aqui, a maior parte em grandes virtudes, sem as quaes teria sido impossivel a obra gigantesca que realizou...

Aquele nobre heroismo que excedeu a tudo quanto até ali se tinha visto na historia é uma resultante dos grandes vícios que habilitaram a raça a assumir, com uma perfeita consciencia do seu valor, a mais alta função que coube a povo nos tempos modernos. A coragem levada até à temeridade; o valor estoico até o sacrificio; a insufficiencia de cultura dando uma grande força aos impulsos do instincto; uma rudeza moral que se não deixa tolher de eserupulose melindres; o fanatismo as almas soberanas na sua missão; a violencia que faz a caracter impetuoso e tremendo para commettimentos extraordinários; a desapiedade que o

torna forte na lucta; a inclemencia com o vencido e com o fraco: — em summa — alma emancipada de todos os motivos moraes, de todos os sentimentos humanos, para — dir-se-hia — só agir como um cego instrumento do destino: tudo isto estava, e nem podia deixar de viver intensamente naquele heroismo que devassou os mares e que fez em seguida a conquista da terra, que defendeu as fronteiras, que fundou a supremacia da raça, e que afinal deixou ainda no fundo da alma victoriosa uma reserva de attributos moraes para a obra de nacionalidade sobre a base de uma leal conciliação, de um perfeito congraçamento com os proprios subjugados... Sem todas essas taras que que lhe provinham das longas vicissitudes e que se acumulavam no genio do povo portuguez, já não se explicariam — o maritimo com o seu desprendimento sobrehumano, o conquistador na sua allucinação, o soldado na sua fidelidade absurda, o fanatismo em seu delirio monstruoso.

POMBO, Rocha, *História do Brasil*, vol. II, pp. 578-580, citado por CLARO, António, *O Brasil Político — História Contada no Senado, no Pão de Açúcar e no Corcovado*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1921, pp. 101-102.

## INTRODUÇÃO

Ao entender-se a migração como o contínuo movimento dos povos caçadores ou recolectores até ao grande êxodo estival que sobrepovia, no mês de Agosto, as praias do Mediterrâneo, abarcam-se, nesta perspectiva, fenómenos de sociedades tecnicamente menos evoluídas e as manifestações próprias dos países mais prósperos. Exclui-se deste enquadramento os fenómenos de nomadismo, dado que estes se integram no sistema de vida ligado à exploração do ambiente, como também excluimos o movimento pendular quotidiano dos habitantes da periferia das grandes cidades que se enquadra numa lógica semelhante. A migração implica a existência de dois universos distintos: o de origem e o de destino, provocando divisão, abandono definitivo ou por tempo calculado e sofrimento<sup>1</sup>.

Na cidade de Fafe, existem evidências materiais e imateriais simbólicas que justificam, só por si, o estudo da emigração para o Brasil. Tais evidências são a consequência explícita e visível dos investimentos daqueles que aí fizeram «fortuna», e que em tempo de «Torna-Viagem» ou no seu regresso definitivo, aqui se instalaram.

Em *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*, 1991, apresentamos as manifestações culturais, urbanísticas, industriais, familiares, expressas no tecido urbano, sugerindo que a localização espacial da concelho e particularmente a da actual cidade de Fafe, onde tradicionalmente se encontra instalado o assento da administração pública concelhia, terá influenciado a escolha feita pelos emigrantes do Brasil, para que aí viessem a construir os referentes de uma vivência própria e que reflectisse uma nova representação simbólica de si próprios.

Não ignoramos que a emigração se reflectiu em outras explicitações materiais dispersas menos evidentes pelas 36 freguesias do concelho, mas integradas no quadro dos mesmos pressupostos estratégicos de saída e retorno.

<sup>1</sup> «Migração», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 488.



Para além do Brasil como destino predominante da emigração intercontinental, existiram outros destinos migratórios de carácter regional, particularmente para o Alentejo que reflectiram, por sua vez, estratégias sociais e familiares particulares.

Estudar este fenómeno social, económico e cultural local, não é certamente conhecê-lo apenas através das evidências objectivas do retorno, ou exclusivamente, na perspectiva dos efeitos quantitativos, mas, e necessariamente, compreender, através deles, as causas e as raízes estruturais da dinâmica dos diferentes comportamentos migratórios, regionais e intercontinentais dos actores sociais locais.

Por isso percorremos os caminhos do processo histórico deste espaço geográfico no sentido da descoberta do quadro geoeconómico e social do concelho e das linhas de continuidade administrativa e territorial, e a sua relação com a construção de uma matriz determinante da migração e da emigração como comportamento social local, bem como a existência de estruturas sócio-económicas marcantes de diferenciados comportamentos face à saída e ao retorno.

Procurámos nas estruturas sociais, económicas, culturais e simbólicas, as evidências que justificassem diferenças na mobilidade e nas posições sociais e estruturas familiares na comunidade de origem e, também, as motivações e estratégias de escolha dos itinerários.

Nas relações entre as estruturas sociais e estratégias sócio-familiares, identificamos a escolha de diferentes trajectórias, procurando também os reflexos das motivações, formas e modos de representação do retorno, associadas às particularidades do percurso individual decorrentes da diferente «sorte» vivida durante a experiência migrante.

O trabalho de levantamento e análise apresentado em *Fafe dos «Brasileiros» [...] tentou demonstrar que a cidade de Fafe fora um local eleito pelos emigrantes do Brasil, em tempo de retorno definitivo ou de «Vai e Torna», para aí edificarem as suas casas de «família», construírem edifícios de carácter social filantrópico, religioso e cívico, investirem na criação das primeiras indústrias mecanizadas.*

Esta escolha teve consequências na animação comercial, no desenho de uma tipologia urbana, na construção de novas imagens arquitectónicas e nas novas atitudes, nomeadamente a afirmação de novas vivências sociais e simbólicas de urbanidade burguesa, reforçando localmente diferenças entre as que passaram a ser designadas como sendo próprias do espaço rural e as urbanas estabelecidas na Vila de Fafe, ao mesmo tempo que surgem outros referentes ainda visíveis nas estratégias de conservação e reprodução social presentes no quotidiano actual da Cidade.

Simultaneamente, procuramos inferir das estratégias e itinerários da emigração, cujo impacto predominante na freguesia e actual cidade de Fafe evidenciou novas formas de representação da reprodução social, tradicionalmente vistas como trajectórias de sucesso em tempo de retorno.

Tivemos em conta, para o estudo da migração e da emigração, o contexto espacial delimitado ao território do concelho de Fafe, o enquadramento temporal delimitado aos anos de 1834 e 1926 e os condicionalismos do processo histórico, administrativo, económico e social então ocorridos.

A delimitação temporal referida teve em conta a originalidade das fontes do fundo local (registo de passaportes, termos de abono de identidade para emigrantes, fiança ao recrutamento, recenseamentos eleitorais e deliberações municipais), da responsabilidade da administração do concelho, a qual correspondia, por mera coincidência, a dois momentos importantes de transformação de regime em Portugal: o Liberalismo e o Estado Novo. Outras fontes, nomeadamente as dos fundos eclesiásticos locais, deram corpo e fundamentos indispensáveis ao nosso estudo.

Assim, definimos a problemática da nossa investigação do seguinte modo:

- 1 — Em que medida a estrutura social e espacial constrangeu, facilitou e marcou a migração e a emigração para diferentes itinerários, entre 1834 e 1926?
- 2 — Qual foi a importância da migração e emigração concelhia nas estratégias de reprodução e/ou transformação municipal?
- 3 — Qual foi a importância da emigração nas trajectórias de reprodução e/ou mobilidade social?

Como resultado do processo da nossa investigação, apresentamos aqui os dados e as conclusões a que chegamos, organizadas em cinco partes:

- 1.ª Problemas, quadros teóricos, métodos e fontes;
- 2.ª Fafe — Construção de um território;
- 3.ª Mobilidade: indivíduos, estruturas sociais e territórios;
- 4.ª População, mobilidade e agregados familiares numa freguesia tipo;
- 5.ª Retorno: evidências e representações, antecidas de três questões preliminares: emigrantes e «Brasileiros», emigração no século XIX — contextos e perspectivas, e Fafe — uma vila eleita pelos «Brasileiros» de retorno.

Este trabalho tem, assim, como incidência central, o estudo da migração e particularmente da emigração como fenómeno ocorrido no século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, marcado por contextos políticos, históricos, económicos e sociais nacionais e perspectivado nos contextos da sua inserção espacial local e nos processos de construção de uma territorialidade iniciadora da matriz histórico-social, integradora da mobilidade e do surgimento do «Brasileiro» de retorno como efeito de trajectórias sociais.

## QUESTÕES PRELIMINARES

### I — EMIGRANTES E «BRASILEIROS»

Os clássicos da literatura portuguesa deram corpo a uma personagem singular, numa caricatura forte, negando-lhe as qualidades que se deviam aos humanos: era o «Brasileiro».

Eça de Queirós apresenta a primeira atitude crítica perante uma imagem que então circulava sobre este emigrante, procurando reabilitá-lo.

Grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colecte e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos: o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetados: o maridão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota.

Nenhuma qualidade forte ou fina se supõe no brasileiro: não se lhe imagina inteligência, como não se lhe concede coragem, e ele é, na tradição popular, como aquelas abóboras de Agosto que sofrem todas as soalheiras da eira: não se lhe admite distinção, e ele permanece, na persuasão pública, o eterno tosco da Rua do Ouvidor. O povo supõe-o o autor de todos os ditos celebrenemente sandeus, o herói de todas as histórias universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados, o frequentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro. O trabalho, tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da mandioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos colectes de pano amarelo; a pobreza, tão justamente respeitada, nele é quase cómica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do

patacho Constância, e os fardos de café que carregou para as bandas de Tijuca; o amor, tão teimosamente idealizado, nele faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa — oh minina !!

Esta transcrição centraliza a problemática de uma personagem ficcional que, sendo construção literária, corporiza as conotações depreciativas sobre os emigrantes do Brasil, que, no século XIX, regressaram definitivamente ou, mantendo-se no Brasil, vêm com frequência a Portugal.

Júlio Dinis (1839-1871) e Camilo Castelo Branco (1825-1890), no quadro dos ficcionistas românticos, participaram na criação desta personagem, levando Eça a posicionar-se em sua defesa exaltando as qualidades dos emigrantes, dizendo que «de facto, o pobre brasileiro, o rico torna-viagem, é hoje, para nós, o grande provedor do nosso riso. Pois bem, é uma injustiça que assim seja»<sup>2</sup>. Logo a seguir diz: «O Brasileiro é o Português — dilatado pelo calor. O que eles são, explosivamente — nós somo-lo, realmente»<sup>3</sup>.

Nenhuma outra expressão adquiriu significação conotativa como a de o «Brasileiro»:

Não é belo como Apolo, nem como o mais recente Dom João [...], não é espirituoso como Mery ou Rochefort [...], não é extraordinário como Peabody que deu de esmolas cem milhões, nem como Delescluze que queimou Paris [...], não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário.

É, portanto, ao nível da linguagem que esta questão em primeiro lugar se coloca. Esta personagem, para além de ser uma criação exclusiva da língua portuguesa, tem, para nós, um significado próprio, tal como outros povos construíram personagens tipo<sup>4</sup>.

Situado explicitamente numa das questões fundamentais de análise, expressamente colocada como questão de «linguagem», certamente já no pressuposto de que aquela ideia era um produto ideológico, psicológico e sociológico, onde a conotação constrói a mensagem ideológica do discurso sobre o «Brasileiro», Eça de Queirós encontra a justificação dos comportamentos e atitudes, do «Torna-Viagem» no clima quente do Brasil que faz germinar e desabrochar o que existe nas entranhas do português, reconhecendo a existência real daquele tipo de personagem.

<sup>1</sup> QUEIRÓS, Eça de, «O brasileiro», *Uma Campanha Alegre (As farras)*, Porto, vol. 2, Lello, 1978, pp. 87-89.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

Esta atitude justificadora é demasiado simplista. No entanto, por si só, e no tempo em que foi produzida, surge como uma voz que se levanta contra a caricatura depreciativa desta figura social, que a moral da sociedade burguesa construía e assimilava.

A expressão «Brasileiro» é, portanto, um conceito com conotações construídas através de referentes sociológicos, psicológicos, que a linguagem literária reproduziu, mas que, efectivamente, teve existência real e simbólica do que de novo surge, como vivência social, no século XIX.

Aceitemos como primeira definição de «Brasileiro» não o que nasceu no Brasil (o brasileiro brasileiro) — «mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil»<sup>5</sup>.

Alexandre Herculano, em 1873, refere-se a esta personagem do seu tempo do seguinte modo: «a primeira ideia que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são: viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na perúcia ou na mocidade, mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico»<sup>6</sup>.

Viver com largueza, não ter nascido no Brasil, ter emigrado muito novo, ser mais ou menos pobre, regressar rico, são as características essenciais do «Brasileiro», que aqui vamos redescobrir, dado tratar-se de uma visão simplista do emigrante e da emigração para o Brasil criada no século XIX e ainda não completamente esclarecida.

## 2 — A EMIGRAÇÃO DO SÉCULO XIX — CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

Existiram condicionalismos gerais internacionais, nacionais e regionais que acompanharam as correntes migratórias, umas anteriores à explosão do fenómeno, outras que lhe foram posteriores.

A emigração, como fenómeno social, integra assim o movimento diacrónico da dinâmica histórica, económica e social e, conseqüentemente, o quadro do pensamento teórico contextualizante das representações interpretativas e decorrente do processo histórico, ideológico e político que a encerra.

A emigração, como os mais diversos fenómenos nacionais, deverá ser vista no quadro do que foram as ideias e as representações construídas sobre a trajectória histórica de Portugal.

Jorge Viana Pedreira, analisando a construção teórica sobre as ideias de decadência e atraso, coloca em destaque a passagem da sua explicação mítica da

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> BRAGA, Jorge Salazar, *A Casa do «Brasileiro» e a Paisagem Rural do Século XIX*, separata das Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, Ponte de Lima, 1986.

prosperidade num tempo remoto, para noções de carácter de desenvolvimento industrial. Este desvio de conceitos transfere as explicações do não desenvolvimento dos condicionalismos sociológicos para as de natureza económica. As ideias de atraso, decadência, dependência externa, galvanizam-se no movimento de regeneração de que os revolucionários de 1820 se reclamaram. As causas da decadência foram atribuídas por Francisco Solano Constâncio à corrupção que decorreu das descobertas e das conquistas. Antero e Alexandre Herculano, encontram na estrutura do regime colonial e no conseqüente atrofiamento dos municípios o declínio português. Os discursos historiográficos em que assentaram as interpretações dicotómicas: «política de fixação e transporte», «política de produção e circulação» e «política nuclear e periférica», justificam o posicionamento de Portugal como cixo de mercadorias em trânsito, sem que daí tivessem resultado benefícios para Portugal, sendo António Sérgio o seu primeiro teorizador. Por outro lado, conceitos como o de progresso e atraso comparativo, face a outros países, referido em Cavaleiro de Oliveira em meados do século XVIII e José Acúrsio das Neves [1820] são apontados como as causas «da falta de adiantamento», desmistificando a ideia de que alguma vez se tivesse tido maior prosperidade<sup>7</sup>.

Jorge Viana Pedreira, apoiando-se nos estudos de Jaime Réis e Pedro Lains, reafirma que, através do comportamento da economia durante a segunda metade do século XIX, não se pode explicar cabalmente o atraso de Portugal, nem tão-pouco era possível aumentar o seu produto interno, mesmo que se explorassem as alternativas mais plausíveis de aceleração do ritmo de crescimento económico.

Assim, aquele autor, baseando-se em Jaime Réis, conclui que a «economia se comportou relativamente bem, dados os constrangimentos do seu nível de partida», propondo, assim, como pouco importantes as distâncias ao desenvolvimento industrial, as transformações sociais entretanto operadas e que se revelaram como fundamentais do desenvolvimento<sup>8</sup>.

Este surge, assim, como problema da adequação das estruturas sociais aos processos de mudança, que o desenvolvimento implica ou pressupõe.

Delinhamos para este capítulo, o levantamento dos contextos gerais e os parâmetros delimitadores em que ocorreu a emigração para o Brasil, como fenómeno social relevante do século XIX, integrante do processo das transformações estruturais verificadas no quadro político, comercial, industrial ocorridas em Portugal no decurso do século XIX, bem como do posicionamento das estruturas sociais, que modelaram a saída de uns e o retorno de outros.

De entre estes, a alteração dos modos de vida tradicional no século XIX modificou demográfica e socialmente os quadros tradicionais: a explosão demográfica; o desenvolvimento e a expansão capitalista industrial; a revolução do maquinismo; a alteração do sistema de transportes nacionais e internacionais (caminhos de ferro e navegação a vapor).

<sup>7</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1930)*, Lisboa, Difel, pp. 12-13.

<sup>8</sup> Idem, pp. 13-15.

Portugal participa na corrente migratória europeia, optando, preferencialmente, pela continuação da tradicional orientação brasileira, estimulada pelo contacto com a vida quotidiana dos «brasileiros» de torna-viagem, ainda que a extinção definitiva da escravatura de negros, em 1888, tenha tido conseqüências no mercado de mão-de-obra, obrigando-se à substituição do trabalhador escravo, reduzindo as perspectivas de sucesso do emigrante português, tradicionalmente ligado às actividades comerciais independentes.

Simultaneamente, a vida portuguesa da primeira metade do século XIX cruzava-se com a independência do Brasil, num primeiro momento, na vida política e depois na económica: D. João VI havia transferido a corte para o Rio de Janeiro, tendo como conseqüência a estagnação da metrópole e o crescimento brasileiro; o processo de transformação do regime em Portugal (1820-1836) e o desejo de reconduzir o Brasil à condição de colónia; a independência do Brasil (1822) coincidente com a primeira experiência liberal de Lisboa; a legislação de Mouzinho da Silveira (1832-1833), que procura um país virado para a Europa e esquecido do Brasil; a persistência de formas de escravatura no Brasil, só definitivamente abolida em 1888; a persistência do comércio luso-brasileiro; os constrangimentos da industrialização nacional e da emigração para aquela colónia...

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro torna-se a capital do império, donde ressaltam as primeiras iniciativas descolonizadoras e a aceleração da emancipação do Brasil. Como medidas fundamentais abrem-se os portos brasileiros a todas as nações, dando por findo o sistema de privilégio colonial baseado no monopólio da exploração das riquezas brasileiras desde a época pombalina. A assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra, em 1810, permitiu que este país beneficiasse de privilégios especiais, mantendo-se no centro das decisões e orientações político-económicas, retirando benefícios da transformação da política colonial, a que o Brasil tinha estado sujeito, para uma economia exportadora capitalista decorrente da abertura dos portos à navegação estrangeira e do tratado de 1810, que favorecia a concorrência estrangeira e excluía Portugal de privilégios antigos, nomeadamente o Alvará de 1785 que beneficiava a indústria transformadora portuguesa ao proibir a instalação de indústrias no Brasil.

Simultaneamente, se o Brasil beneficia da transferência da corte e dos quadros políticos decisórios para esta colónia, Portugal ressentia-se da separação de uma parte do Estado do território matricial da nação. Por outro lado, em 1815, por Carta-de-Lei é criado o «Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves», colocando no mesmo plano de nação o Brasil e Portugal.

Ainda neste contexto, a estrutura social brasileira, composta por elites descendentes de famílias colonizadoras<sup>9</sup> (senhoras de grandes latifúndios onde fazem

<sup>9</sup> As conflitualidades ocorrem em variados momentos, nomeadamente do decurso da elaboração da constituição brasileira: «A rivalidade entre portugueses e os brasileiros natos — brasileiros que nas províncias setentrionais conservavam a memória das lutas contra os invasores ou que desde

assentar o estatuto), altos funcionários chegados de Portugal identificados como estrangeiros, imigrantes e negociantes, provocam clivagens entre nativos e estrangeiros, geradoras de agregação nacionalista e discriminação dos estrangeiros.

D. Pedro I, no discurso da Sessão de Instalação da 1.ª Constituinte brasileira, é o porta-voz da conflitualidade.

O Brasil, que por espaço de trezentos e tantos anos sofreu o indigno nome de Colónia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adoptado, logo que o Sr. D. João VI, rei de Portugal e Algarve, meu augusto pai, o elevou à categoria de Reino, pelo Decreto de dezembro de 1815, exaltou de prazer, e Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo<sup>10</sup>.

Por outro lado, o facto de haver uma estreita ligação das economias portuguesa e brasileira e tendo em conta o reconhecimento da independência do Brasil em 1825, fazendo expirar os convénios comerciais anteriormente existentes, deixa desregrado o comércio entre os dois países, receando-se que a nova nação brasileira viesse a escolher outro país como parceiro preferencial. Este desejo de manter velhos laços comerciais e a busca de um posicionamento privilegiado passava pela exclusão dos interesses britânicos, que se encontravam fortemente apoiados pelo seu governo. Era então opinião geral que se promovesse a indústria fabril e a protecção do aparelho produtivo face ao fim do sistema colonial e à concorrência inglesa, através de políticas proteccionistas<sup>11</sup>.

A concorrência inglesa neste cenário mercantilista colocava dificuldades às exportações portuguesas e os receios da exclusão de Portugal, face aos interesses estrangeiros, encontravam fundamentos dos discursos e animosidades decorrentes do processo histórico que ligavam as duas nações.

Deveríamos já ter gozado de uma representação nacional, mas a Nação não conhecendo há mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os, e não os podendo patentear, visto a força e predomínio do partido português, que sabendo muito bem a que ponto de fraqueza, pequenez e pobreza Portugal já estava reduzido, e ao maior grau que podia chegar de decadência, nunca quiz consentir (sem embargo de problema de liberdade, temendo a separação) que os povos do Brasil gozassem de uma representação igual àquela, que eles então tinham.

---

muito haviam desenvolvido um arraigado sentimento nativista, concorria poderosamente para complicar o quadro político, em presença da suprema definição emancipadora, aparelhada já por todas as correntes nacionais de opinião.» ANDRADE, Paulo Benevides Paes de, *História Constitucional do Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 47.

<sup>10</sup> Idem, p. 18.

<sup>11</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1930)*, Lisboa, Difel, pp. 504-514.

Enganaram-se nos seus planos conquistadores, e desse engano nos provém toda a nossa fortuna. [Discurso de D. Pedro I na sessão de abertura da 1.ª Constituinte, 3 de Maio de 1823<sup>12</sup>.]

Em Portugal, um novo Regime Político, iniciado em 1820 e confirmado após a Guerra Civil (1832-1836), determina um longo e complexo processo legislativo de que se destacam o *Código Administrativo* (1836) e sua reformulação (1842), o *Código Civil* (1867) e o *Código Penal* (1851), de onde resulta um novo quadro político/administrativo, permitindo a assunção de uma nova classe política, social e económica, naturalmente identificada com as novas estruturas dela decorrentes, defensoras de uma ideologia de que Portugal era um território inserido na Europa e que deveria valorizar os seus recursos e capacidades agrícolas, industriais e comerciais.

Para além dos condicionalismos em que se inserem a independência do Brasil e a renegociação dos tratados com este país, em 1825, relewa o fraco posicionamento industrial português, no quadro da concorrência externa, decorrente de um conjunto de factores globalmente explicativos e sugeridos como hipóteses actualmente questionadas por diversas ciências sociais:

- a) Deficiente preparação dos recursos humanos, a diversos níveis (gestores públicos, técnicos e operários);
- b) Dificuldade de acesso ao crédito e juros, frequentemente elevados;
- c) Debilidade do sistema de transportes e comunicações, em especial nas zonas do interior do país;
- d) Inexistência ou precaridade de certas matérias-primas (algodão e alguns minerais) e de combustível (como carvão, que também era, regra geral, de má qualidade); concorrência externa, não só da Grã-Bretanha como da França e Alemanha;
- e) Aplicação de capitais disponíveis em sectores de menor risco ou de lucros previsivelmente mais altos<sup>13</sup>.

Com Mouzinho da Silveira surge a reforma administrativa, das finanças públicas e da administração judicial, onde se fundamenta o edifício legislativo e administrativo do Portugal moderno. A divisão do território nacional é feita por províncias, comarcas e concelhos, chefiadas respectivamente por um prefeito, subprefeito e provedor, de nomeação régia, cada um deles assistidos por corpos colectivos, indirectamente eleitos pela população: junta de geral de província, junta de comarca e a câmara municipal.

---

<sup>12</sup> ANDRADE, Paulo Benevides Paes de, *História Constitucional do Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 18.

<sup>13</sup> MENDES, J. Amado, «Etapas e limites da industrialização», in MAITOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 365.

A revolução liberal, precedida pelas invasões francesas (1807, 1808 e 1810) e contextualizada na herança feudal organizativa de tributos ou foros, bem como os direitos banais, dificuldades e restrições ao acesso à propriedade, produção e circulação dos produtos, coagindo a expansão da agricultura como principal actividade em que assentava a economia portuguesa, permite o surgimento de uma arquitectura legislativa, de que se destacam a abolição dos direitos banais (Decreto de 20 de Março de 1821 e Lei de 22 de Fevereiro de 1846), redução dos forais (Decreto de 3 de Junho de 1822) e desamortização (1835 e anos seguintes), desbloqueadora dos constrangimentos em que a agricultura se encontrava, permitindo o acesso aos meios de produção<sup>14</sup>.

A desamortização, constituindo um dos factores de cerceamento à expansão, desenvolvimento e transformação económica, provocou o desmantelamento das corporações dos estabelecimentos religiosos e laicos e a integração dos seus bens na Fazenda Nacional, posteriormente passados para a posse de privados, através da venda ou remissão em hasta pública dos bens imóveis considerados de mão-morta. Por Decreto de 5 de Maio de 1822, foram nacionalizados os bens da coroa e que, por isso, se passaram a designar de bens nacionais. Por outro lado, o Decreto de 30 de Maio de 1834, extinguindo as Ordens Religiosas masculinas, nacionaliza os seus bens, os quais são leiloados posteriormente. Cerca de trinta anos depois, são desamortizados «os bens das freiras e das igrejas (Lei de 4 de Abril de 1861), das câmaras, das paróquias, das irmandades, das confrarias, dos hospitais, dos recolhimentos, das misericórdias e dos demais institutos pios ou de beneficência (Lei de 22 de Junho de 1866, dos passais, dos baldios ou dos estabelecimentos de instrução pública (Lei de 28 de Agosto de 1869)»<sup>15</sup>.

O Estado Liberal tinha como grande medida abolir todos os estrangulamentos ao livre câmbio dentro e fora do país, sendo extintas as portagens por Decreto de 26 de Março de 1832, as licenças de circulação, os monopólios municipais, os privilégios, parte das sisas e dízimas. Em 1833, para dotar o comércio de um enquadramento facilitador da livre circulação dos produtos, é promulgado o Código Comercial e os Tribunais Comerciais de Primeira Instância, em Lisboa e no Porto<sup>16</sup>.

A fundação das instituições bancárias, nomeadamente o Banco de Lisboa (1821), que após fusão com a Companhia Confiança de Lisboa (criada em 1844), deu origem ao Banco de Portugal — e o Banco Comercial do Porto (1835) contribuíram para a liberalização da economia e dinamização do mercado. A fundação de 35 bancos, entre 1835 e 1875, sete dos quais no distrito de Braga: o Banco do

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, pp. 315-318.

<sup>15</sup> SILVA, António Martins da, «A desamortização», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 339.

<sup>16</sup> MENDES, J. Amado, «Evolução da economia portuguesa», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 318.

Minho (1864), Banco de Guimarães (1873), Banco Comercial de Braga (1873), Banco Comercial de Guimarães (1875), Banco Mercantil de Braga (1875), Banco de Barcelos (1875), Banco de Chaves (1875) evidenciam a dinamização do mercado de capitais e reflectiram, pela sua localização, a dinâmica financeira e existência no distrito de Braga, ainda por estudar, nomeadamente no financiamento industrial. As associações de carácter comercial, de entre as quais referimos a Associação Comercial do Porto (1834), constituíram outro contributo importante para a liberalização do mercado e para a dinamização do mercado<sup>17</sup>.

Em 1864 surge a Lei da Hipoteca, em 1867 as Sociedades Anónimas, em 1896 e 1905 são promulgados Códigos de Processo Comercial, em 1899, o Código de Falências e em 1901 as Sociedades por Quotas.

Não é fácil avaliar directamente a dimensão quantitativa deste fenómeno. Analisando-a indirectamente, verificamos que no que se refere ao sistema bancário este, durante o século XIX, conhece a passagem do estado de quase inexistente, no princípio do século, para 54 bancos em 1875, alguns deles de carácter local. Por volta de 1880, depois da crise de 1876, conseguiram manter-se 44, num processo que vai progredindo, de modo a reduzir o seu número para cerca de 28 em 1910, verificando-se, contudo, a concentração de capitais nos 5 maiores<sup>18</sup>.

O depósito bancário e as transacções na Bolsa constituem práticas correntes no século XIX onde os «Brasileiros» passaram a actuar, após uma aprendizagem que o Brasil forçara e que em Portugal constituía símbolo do seu próprio sucesso no retorno.

A evolução mercantil no século XIX, é apresentada por Francisco Ribeiro Salgado, referindo que «as guerras napoleónicas perturbaram a marcha regular dos negócios e tivemos de pagar à Inglaterra os serviços do exército aliado com o ruinoso tratado de 19 de Fevereiro de 1810, que abriu os portos do Brasil a todas as nações»<sup>19</sup>. Este facto teve consequências no decréscimo das nossas importações e exportações, verificando-se também uma redução do número de barcos portugueses entrados no Rio de Janeiro, que passam de 800, em 1805, para 20, em 1826. Por sua vez, a independência do Brasil em 1822, «veio dar o último golpe nesse já periclitante comércio entre Portugal e o Brasil, e o nosso país viu-se a braços com uma crise económica e financeira temerosa»<sup>20</sup>.

Só em meados do século se verifica a expansão da actividade mercantil, que o autor considera, face às estatísticas, com «eloquência surpreendente», após o ano de 1851<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> MENDES, J. Amado, «Etapas e Limites da Industrialização», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 366.

<sup>18</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 2ª ed., Lisboa, Palas Ed., 1981, pp. 92-98.

<sup>19</sup> SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Porto, Livraria J. Reis & Silvas, 1927, pp. 2-3.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

Durante as décadas de 60-80 regista-se, tanto na agricultura, como no comércio e indústria, um certo desenvolvimento, o qual vem associado à utilização da máquina a vapor, construção de estradas e caminhos de ferro, desenvolvimento da instrução e os efeitos das reformas políticas, permitindo uma maior subdivisão da propriedade, facilitando a sua cultura e a permuta dos produtos<sup>22</sup>.

Francisco Ribeiro Salgado, chama-nos a atenção, na leitura e análise dos dados estatísticos que apresenta, para a crise bancária de 1876, acompanhada da baixa de câmbio do Brasil e da descida das exportações para este país, bem como para a crise bancária de 1890, suas consequências no comércio e na indústria e, por último, as consequências financeiras da Primeira Grande Guerra.

O Brasil continua, no princípio do século xx, a ser o centro das preocupações da política comercial portuguesa. No quadro do pós-guerra e tendo em conta o contexto de continuidade estrutural e de mudança, as relações económicas entre Portugal e o Brasil constituem um potencial económico não optimizado, dadas as afinidades culturais existentes entre os dois países, bem como os grandes núcleos de emigrantes portugueses, nas principais cidades do Brasil. O autor sugere que se tomem medidas para a orientação da política económica portuguesa, para além das de natureza fiscal, nomeadamente, que sejam aumentadas as exportações de pessoas, de capitais e de mercadorias; a promoção do nível da instrução dos emigrantes, como agentes e clientes activos do comércio externo e como promotores da vitalidade económica e da defesa dos interesses próprios; que se estabeleçam convénios entre Portugal e o Brasil, valorizando os recursos nacionais dos dois países no mercado mundial<sup>23</sup>.

As teses clássicas, baseadas na análise económica e demográfica, dividem as causas da emigração em permanentes ou ordinárias e excepcionais. As permanentes correspondentes a comportamentos estruturais e as extraordinárias, como discontinuidades ou crises de conjuntura económica e política.

As crises financeira e agrícola, consideradas como causas excepcionais, são caracterizadas pela falta de trabalho em obras públicas, redução dos vencimentos como agentes directos sobre a emigração e, no caso da crise agrícola, pela concorrência das culturas cerealíferas americanas e fraca produção vinícola. Oliveira Martins acrescenta: «estas duas causas das crises determinantes de emigração, a ruína da viticultura e o cerceamento das obras e empregos públicos, vêm juntar-se, como motivos excepcionais, aos motivos ordinários que são de várias espécies económica e tradicionais»<sup>24</sup>.

Em relação aos factores ordinários, são destacados a carestia de vida e peso das contribuições, encargos de hipotecas e juros. Por outro lado, Oliveira Martins

<sup>22</sup> MENDES, J. Amado, «Evolução da economia portuguesa», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 322.

<sup>23</sup> SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Porto, Livraria J. Reis & Silvas, 1927, pp. 2-14.

<sup>24</sup> MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Eds., 3.<sup>a</sup> ed., 1994, pp. 176-177.

refere o Minho como fornecedor da migração interna, onde uma excessiva rarefacção do solo, devida à legislação civil e fiscal, as fugas ao serviço militar e o enriquecimento com o ouro do Brasil, se conjugam numa interpretação de existência de causas permanentes e excepcionais.

Como causa esporádica, mas de grande efeito, é realçada a abolição da escravatura pela Lei brasileira de 13 de Maio de 1888, com efeitos no aliciamento e facilidades concedidas aos emigrantes<sup>25</sup>.

O processo de transformação estrutural preparou o país para as exigências da modernidade e rompeu com os modelos agro-feudais, criando estruturas orgânicas aptas para recepção e mobilidade e circulação de capitais, mercadorias, sem se discutir a sua proveniência.

O fenómeno da mobilidade, para além dos condicionalismos demográficos e espaciais, encontra nos enquadramentos políticos, económicos e sociais a sua matriz.

Para alguns autores o «sobrepovoamento» de algumas regiões do país, o desenvolvimento da agricultura de mercado ocorrido no século XIX, são resposta do campesinato «na procura de melhores condições de vida, recorrendo-se quer a outras actividades (trabalho nas obras públicas e na construção civil, sobretudo), quer às migrações sazonais ou à emigração»<sup>26</sup>.

Recentemente, os estudos têm centrado a sua investigação, procurando demonstrar a existência de mecanismos antifragmentários da propriedade agrícola e a adequação dos agregados familiares à dimensão da propriedade, viabilizadora da sua rentabilidade económica. Como estratégias utilizadas, face à manutenção de estatutos sociais e a viabilidade económica da propriedade agrícola, surgem referidos os mecanismos e práticas de herança e dote, estruturadores da sucessão e da conservação e reprodução social.

Fátima Brandão, analisando o impacto das leis liberais sobre a alegada fragmentação da terra, demonstra a existência de práticas de distribuição desigual da propriedade no interior da família e o conflito de interesses entre filhos não favorecidos e filhos favorecidos. Nesse sentido, a autora procurou na articulação entre estruturas familiares, formas de propriedade da terra e a vontade de preservação da unidade agrícola da família, conjugadas com a economia local, composição da unidade agrícola, padrões de formação de agregados domésticos, práticas de casamento, herança e estratificação social<sup>27</sup>.

A emigração, o celibato definitivo e a maternidade ilegítima, são analisados como consequência de um desigual posicionamento face à herança, no quadro das estratégias matrimoniais, expectativas e práticas sucessórias e de preservação do casal<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>26</sup> VAQUINHAS, Irene, «A condição camponesa entre o mito e a realidade», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. v, Círculo de Leitores, 1993, p. 483.

<sup>27</sup> BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 14-15.

<sup>28</sup> Idem, pp. 227-241.

Ora, a grande massa humana dos emigrantes que escolheu no século XIX o Brasil, possuía origem diversa: uns vinham directamente do campo, outros, seguiram uma trajectória intermédia de aprendizagem comercial na cidade, chegando depois ao Brasil, para, mais tarde, no retorno ao país, encontrarem as possibilidades de diferentes práticas e investimento: a construção da casa e a compra de «quintas» no sítio de origem, a construção de uma casa na cidade ou vila mais próxima, o investimento na indústria, contando Fafe duas (1873) e (1886); o comércio ou a aplicação de capitais na banca, e outras atitudes de carácter, social e económico.

A análise do retorno de sucesso e seus efeitos, analisados através das histórias de vida dos que se instalaram em Fafe, construindo a casa do «Brasileiro», leva-nos a concluir da existência de uma forte relação entre esta atitude, como estratégia de conservação e reafirmação de estatutos sociais das famílias de origem, reproduzindo hierarquias e posicionamentos sociais, servindo aquela e outras formas, que descreveremos noutra parte deste trabalho, como mecanismos estratégicos de conservação e reprodução social, só possíveis pela existência do Brasil como itinerário migratório e pela conjuntura política económica nacional do século XIX.

### 3 — FAFE: UMA VILA ELEITA PELOS «BRASILEIROS» DE RETORNO

A freguesia de Santa Eulália de Fafe situa-se na parte sul do concelho e ocupa uma área de 624,49 ha. Possui uma população de cerca de 12 000 habitantes, tendo passado pelo estatuto de Julgado (1835), Vila (1840), e Cidade (1986).

Os rios *Vizela* e *Ferro* correm aqui, fazendo o primeiro fronteira com as freguesias de Fornelos e Golães e o segundo com as de Quinchães, Antime e Armil.

O rio *Ferro* recebe, já na freguesia, as águas da ribeira de Ribeiros, da ribeira de Moreira e da ribeira das Ínsuas, irrigando com o *Vizela* alguns pequenos campos agrícolas ajustados às suas margens verdes.

As principais elevações existentes nesta freguesia: Calvário, 356 m; Castelão, 360 m; Santo Ovídio, 332 m; São Gemil, 401 m; Freiras, 427 m; Pardelhas, 420 m; e Cumieira, 371 m, constroem um relevo de baixa altitude, de onde se podem observar as ribeiras e a riqueza da sua vegetação.

A freguesia é rural e agrícola nos lugares de Bouças, Agrela, Pardelhas, Sá, Calvelos e Santo Ovídio, onde existe alguma capacidade de rega dos campos, dada a sua proximidade daquelas linhas de água.

Aqui se fixaram alguns dos mais antigos conjuntos agrícolas, que caracterizariam um período pré-urbano, tendo resistido como ambientes quase medievais, até aos nossos dias. Nos lugares de Bouças, Chã de Bouças, Reguengo, Fafoa, Tojal, Fojo, Crasto, Moinhos da Ponte, Pardelhas, Ranha, Calvelos constata-se

que Fafe é ainda um espaço rural em cada um destes lugares, podendo descobrir-se, nos antigos lugares rurais da Devesinha, Cumieira, Corredoura, Assento, Portugal, Santo, São Gemil, Seara, Queimada, um processo de ocupação do espaço demarcável em dois períodos: um, anterior a 1866 e outro, que decorre entre 1866 e a segunda década de 1930.

O primeiro período corresponderia à existência de uma localidade com assento dominante no alinhamento da via medieval orientada no trajecto Guimarães-Cavês, designada no século XIX como Estrada Real e que ligava o litoral ao interior. O segundo, à existência de uma intenção de planeamento urbanístico da Câmara na Praça Municipal e Rua Municipal, na abertura de vias nas envolventias do Outeiro do Calvário, Queimada, Feira Velha, Rua Nova, criando praças e largos.

Das duas referências simbólicas que poderiam agregar a construção de edificações e o povoamento local, seriam a Matriz e a estrutura viária. Lendo a planta de 1866, à volta da Igreja Matriz vê-se um reduzido número de estruturas construídas. Para além da existência do topónimo «Concelho» localizado nas proximidades, não parece apresentar valor simbólico e significado social bastante, quer para as populações concelhias, quer para a população da freguesia.

Por outro lado, a estrada «Guimarães-Cavês», Rua Municipal e a Rua Nova organizam o tecido construído local, o que nos leva a concluir que a função viária e simbólica determinou o processo de povoamento e a localização das instituições de administração pública concelhia.

O local onde se desenvolveu o actual centro cívico de Fafe corresponde à encosta do Outeiro do Calvário, transformado nos finais do século XIX em Jardim Público, e onde existia outrora uma pequena capela. Esta elevação ou «Outeiro» do Calvário, de onde se observava uma vasta paisagem circundante apresentava, nos seus declives, uma paisagem aberta.

O topónimo «Bal de Estêbo» indica a vertente Noroeste, o que explicará que a estêva foi a planta dominante da paisagem, supondo-se, por isso que o local era seco e árido.

Na freguesia existem duas casas brasonadas datadas do século XVIII e envolvidas pelas respectivas propriedades agrícolas que constituem um indicador de propriedade e símbolo senhorial da freguesia de Fafe, referência de elites aristocráticas da época.

Enquanto a primeira se ajusta ao vale, nas proximidades do rio *Vizela*, a do Santo que ladeia actualmente a Avenida das Forças Armadas, possuía a sua propriedade agrícola na vertente Norte do monte de São Gemil, urbanizada em 1980.

Na actual cidade de Fafe, existem evidências materiais que justificam, por si só, o estudo da emigração para o Brasil. Tais evidências são consequência explícita e visível de investimentos feitos pelos que aí fizeram fortuna, em tempo de «vai e torna», ou no seu regresso definitivo.

Podemos afirmar que, durante a segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, existiu uma estreita relação entre a emigração do concelho para o Brasil e as transformações arquitectónicas, sociais, económicas e culturais verificadas na vila de Fafe.



Desta estreita interacção entre a comunidade residente e a ausente no Brasil, damos como exemplos os apelos feitos na imprensa local para que seja atribuído o nome de «Praça do Brasil» a um dos largos da cidade.

O jornal *O Desforço*, em de 1 de Junho de 1914, sugere a Bernardino da Cunha Mendes, que tomasse a seu cargo «um melhoramento qualquer da sua iniciativa», sendo-lhe proposto o arranjo do Largo da Estação do Caminho de Ferro, ao qual, «depois se lhe poderia dar com satisfação o seu nome»<sup>29</sup>.

A Câmara Municipal, em sessão de Câmara de 24 de Fevereiro de 1917, delibera atribuir ao Largo do Santo a designação de Praça do Brasil, fundamentando a decisão no facto de ter sido naquele país, que muitos dos cidadãos locais «apanharam o dinheiro para tornar esta terra encantadora»<sup>30</sup>.

Esta atitude, de público reconhecimento ao emigrante do Brasil, tinha sido já referida no jornal *O Desforço* de 6 de Dezembro de 1912 onde se reconhecia que foi no Brasil onde muitos foram ganhar «as suas fortunas para depois virem edificar aqui as suas habitações, dotando a vila com casas de caridade, etc.»<sup>31</sup>.

Desta época estão documentadas um conjunto de iniciativas de natureza filantrópica, promovidas por alguns destes emigrantes:

A construção do edifício do Hospital de São José ou da Misericórdia, iniciada em 1859, e inaugurada a primeira fase em 1863, destacando-se José Florêncio Soares, Luís António Rebelo de Castro, Leonardo Ribeiro de Freitas, comendador Albino de Oliveira Guimarães, José António Vieira de Castro, que se encontravam na cidade do Rio de Janeiro; o Passeio Público, inaugurado em 26 de Dezembro de 1892, deveu-se ao comendador Albino de Oliveira Guimarães, «pelo grande melhoramento público que promovera»<sup>32</sup>, conforme a deliberação de Câmara com a mesma data; a construção da Igreja Nova de São José, iniciada 1895 com um legado de Fortunato José de Oliveira, no valor de oito contos de réis, conheceu o envolvimento de outros emigrantes do Brasil, nomeadamente de José Florêncio Soares, comendador Albino de Oliveira Guimarães, Bernardino da Cunha Mendes, João Alves de Freitas e José Ribeiro Vieira de Castro;

A construção dos Asilos de Inválidos de Santo António e o da Infância Desvalida, foram promovidos respectivamente por Manuel Baptista Maia e António Joaquim Vieira Montenegro, também emigrantes do Brasil.

A este último deve-se a construção da Escola Primária de Travassós e a Deolinda Leite, a construção da Escola Primária de São Martinho de Silveiras com

<sup>29</sup> *O Desforço*, Fafe, 1-6-1914.

<sup>30</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 22, de 24-2-1917.

<sup>31</sup> *O Desforço*, Fafe, 6-12-1912.

<sup>32</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 14, de 26-12-1892.

data de 5 de Agosto 1892; A Associação dos Bombeiros Voluntários de Fafe (1890), para a sua fundação recebe dádivas dos emigrantes «brasileiros», nomeadamente a de António José de Bastos Azevedo, que oferece o primeiro carro, depois de em reunião de fundação ter sido deliberado «enviar cartas a todos os cavalheiros de Fafe, residentes na República dos Estados Unidos do Brasil, pedindo-lhes o mesmo auxílio»<sup>33</sup> que então também tinham dirigido à Câmara.

Por deliberação municipal de 18 de Junho de 1838, Fafe dá os primeiros sinais de renovação urbana: «que se afixem editais para a arrematação do cais que se pretende fazer no meio desta vila, para o que se assinam o dia 24 do corrente ao meio dia»<sup>34</sup>. Na sequência desta iniciativa, em 29 de Novembro de 1838, o município delibera «mandar tirar o cruzeiro do meio da vila para se poder concluir as obras do cais»<sup>35</sup>.

Mais tarde, em 1853, inicia-se a construção do cemitério, num processo lento de desenvolvimento que atinge na última década do século o máximo da dinâmica local. Durante o século XIX e primeira metade do XX, a Câmara Municipal delibera sobre diversos melhoramentos a realizar no centro cívico, nomeadamente a colocação de «guias de cantaria na Praça Municipal»<sup>36</sup>, repetindo intenções de proceder a melhoramentos públicos, sem que se viesse a realizar grande parte deles, certamente por falta de fundos, do que a imprensa local faz eco ao apelar a um «Brasileiro»: «como membro da Câmara pobre que tem muito a fazer excitámo-lo a um melhoramento qualquer de sua iniciativa»<sup>37</sup>.

A construção do Caminho de Ferro e Estação, é inaugurada em 1907, sendo pública a formação de uma comissão que promoveu um jantar de inauguração.

A comissão encarregada dos festejos que hão-de ter lugar no dia 21 do corrente para inauguração do caminho de ferro desta vila, desejando fazer servir um jantar às pessoas mais gradas deste concelho e a pessoas de elevada posição social fora dele, que contribuíram para tão útil melhoramento, tem a honra de convidar Vossa Excelência para consentir a inscrição do seu nome no número dos convivas.

O jantar é na Casa do Santo, às quatro horas da tarde do referido dia, sendo o preço por cada pessoa de 3\$000 réis.

Rogamos, pois, a V.ª Ex.ª se digne dizer-nos no prazo de cinco dias, se podemos contar com o nome de V.ª Excelência e isto para regularidade da comissão de inscrição definitiva, devendo a correspondência ser dirigida para o primeiro signatário.

Sem mais, de V.ª Excelência [...]

<sup>33</sup> OLIVEIRA, A. Lopes de, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Fafe, 1984, pp. 53-55.

<sup>34</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4, 18-7-1838.

<sup>35</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4, 29-11-1838.

<sup>36</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas, n.º 14, 4-11-1889.

<sup>37</sup> *O Desforço*, Fafe, 1-6-1914.

A Comissão: Florêncio Monteiro Vieira de Castro; João Leite de Castro, José Leite Saldanha Castro, Artur Vieira de Castro, Albino de Oliveira Guimarães, Comendador; João Soares de Oliveira; Miguel Gonçalves da Cunha, Administrador da Fábrica do Ferro; Bernardino da Cunha Mendes; José Alves de Freitas; José Joaquim Fernandes Ribeiro.

Trajo sobre-casaca, farda ou hábito talar<sup>38</sup>.

A abertura da Avenida de 5 de Outubro completa, com a abertura ou alargamento de algumas ruas, as vias estruturantes da vila do século XIX, as quais se mantêm até à primeira metade deste século.

Em 1890 a Câmara Municipal delibera demarcar a urbe, definindo os limites da vila, contrapondo-o a um outro espaço — o rural — que lhe ficava exterior:

Que as barreiras da vila se estabelecessem nos seguintes pontos: a casa de José António Martins Guimarães, na Devesinha; casa de Manuel Baptista Maia, no Picotalho; casa dos herdeiros de António Joaquim Pinto Lobo, na Rua Nova; casa do dito Maia, rua do mesmo nome; casa de José da Cunha, na travessa que se dirige ao mesmo lugar; casa nova de António Teixeira de Carvalho e muro do quintal de Joaquim Mendes da Costa Franco, no Campo da Feira; muro do quintal de Leonardo Pinto Ferreira Velho, na travessa que conduz ao mesmo campo e muro do quintal de D. Leonor de Freitas Carvalho, na Rua do Bairro<sup>39</sup>.

Por fim, um conjunto de casas particulares construídas por emigrantes do Brasil, surgem no centro cívico de Fafe, datadas de entre 1860 e 1930, cujas características arquitectónicas particulares vieram a designá-las por Casa do «Brasileiro»<sup>40</sup>.

O século XIX é a época em que se verifica o retorno do emigrado no Brasil, que constitui um poderoso factor de difusão de cultura que tem sido devidamente considerado. Muitos elementos que se encontram simultaneamente em Portugal e no Brasil, não são possivelmente formas portuguesas que foram levadas para uma terra de povoação mais recente, mas pelo contrário, produtos elaborados nesse país de tão ricos contactos e relações de cultura, trazidas para Portugal pelo veículo de emigração de retorno, que no seu desejo de ostentação, repete na sua terra, aquilo que aprendeu onde se fez grande<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> *O Desforço*, Fafe, 21-7-1907.

<sup>39</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 14, 12-11-1890.

<sup>40</sup> MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, F., *Casas Esquias do Porto e Sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial, 1986.

Na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, os emigrantes de retorno edificam neste local as suas habitações, definindo um recorte arquitectónico original e uma estrutura urbana de novas ruas e praças à imagem das que conheceram do outro lado do Atlântico e que lhes deu a fortuna.

Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha arquitectónica devem-na as artes ao gosto e génio pintoresco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória e todas aqui fez reproduzir sob a inspirado pincel de trolha<sup>42</sup>.

Deste modo, num sítio onde dominava uma só rua que ligava Guimarães a Cavês, os «Brasileiros» implantam praças e praticas, introduzindo na vila componentes simbólicas caracterizadoras de uma nova vivência política, económica e social onde se instalam os emigrantes de retorno designados por comendadores ou capitalistas.

O centro cívico, em meados do século XIX, é libertado, por deliberação municipal, das edificações aí existentes, dado que perturbavam a ideia de um grande espaço cívico — a Praça — desejado espaçoso, cujo processo se iniciara em 1838.

Tanto o edifício dos Paços do Concelho Municipais, como o do Tribunal Judicial, além de não se uniformizarem com os edifícios particulares desta formosa terra, que marcha na vanguarda do progresso, e de não terem as acomodações necessárias para preencherem os fins a que são destinados se acham ameaçando ruína, e, assim, propôs que a câmara apresentasse ao governo, a proposta de ser autorizada a aplicar toda a importância do seu fundo de viação às obras de reconstrução dos aludidos edifícios, ou reconstrução de outro no mesmo local, ou onde seja mais conveniente<sup>43</sup>.

Em 1906 a Câmara delibera «que o edifício para os Paços do Concelho, Tribunal Judicial e repartições concelhias, sejam construídos junto da projectada avenida e não no local em que se acham os actuais Paços Municipais para assim se exigir o aformoseamento da vila.»<sup>44</sup>

Foi lenta a transformação da cidade, dado que, em 1920 ainda decorria a execução de demolições na Praça Municipal: «A corrente de casas tem na frente o edifício dos antigos Paços do Concelho, hoje quartel da Guarda Republicana. Vai essa correnteza ser demolida. [...] Ficar, assim, a vila mais aformoseada e com um largo, como nenhuma outra terra do país»<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *O Senhor do Paço de Ninães*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966, pp. 23-24.

<sup>43</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 15, 2-6-1897.

<sup>44</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 16, 24-10-1906.

<sup>45</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, 1920, 12.º ano, p. 55.

Mesmo contando com a abertura das estradas municipais de Fafe a Moreira, do Santo à Ponte do Ranha, alargamento e regularização da Rua José Ribeiro Vieira de Castro, alargamento da Rua Soares Veloso, prolongamento da estrada de Fafe a Juguieiros, alargamento de praças e ruas, que reflectem a iniciativa da autarquia, Fafe é vista, em 1886, por José Augusto Vieira, como uma urbe que se reduzia à Praça Municipal e a duas ou três ruas e a um ou outro largo.

Mesmo assim, o autor de *O Minho Pitoresco* testemunha a transformação que a vila conhece nessa altura, referindo-se aos «Brasileiros» da terra.

Haja em atenção ao relógio da Praça Municipal que lhe marca as pulsações —, a duas ou três ruas mais e a um outro largo se reduz a topografia local.

Fazendo esta visita percebe-se bem, que vai numa fase crescente de prosperidade a velha Fafe e que o elixir da fortuna a remoça deveras; as construções particulares aí estão em abundância para o comprovar, tanto mais que se lê o sorriso da abastança alegre, que deve animar a fisionomia dos seus proprietários»<sup>46</sup>.

A única Praça a que se refere J. A. Vieira em *O Minho Pitoresco*, começa por aparecer designada por Largo do Concelho (1866), Largo Municipal de D. Carlos (1889), para vir a ser denominada de Praça da República (13-10-1910), Dr. António de Oliveira Salazar e, mais recentemente, 25 de Abril, acompanhando as transformações ideológicas e políticas nacionais e funcionando sempre como referência colectiva e simbólica dos habitantes do concelho.

Nestas ruas, praças e praças são implantadas, além de casas particulares, os equipamentos públicos, sociais e culturais necessários à urbe «Brasileira», bem como um conjunto de casas comerciais, funcionando algumas delas como representantes de casas bancárias, de seguradoras e de companhias marítimas, e ainda o telégrafo e a mala-posta acrescentam os elementos necessários à existência de condições para a instalação de homens que desejam estar em contacto com outros «mundos».

Verifica-se, nesta altura, na construção de obras da iniciativa municipal e de particulares (estas, de emigrantes do Brasil), a inserção no espaço urbano de referentes de uma nova vivência, como por exemplo o Passeio Público, construído no centro da vila e financiado por um único emigrante. Este é, como todos os Jardins Públicos do século XIX, fechado e vedado sendo, na época, de acesso «reservado» à burguesia local que fazia, também, do ócio um símbolo de estatuto social.

O Clube Fafense (1901) e o Teatro-Cinema (1923), obra particular da iniciativa de um neto de emigrante do Rio de Janeiro, inaugurado em 10 de Janeiro de 1923, numa terra onde já havia a Sociedade de Recreio, um Grupo Dramático, um Grupo Musical, Teatro com animatógrafo, completaram, na época, os ele-

mentos de cultura necessários a este grupo social, formado de emigrantes do Brasil, os quais se destacaram no conjunto da população local, pelo estilo de vida que então reproduzem.

A participação pessoal e financeira dos emigrantes de «Torna-Viagem» na criação das primeiras agremiações de natureza social, nomeadamente a Irmandade de São José, constituída em 21 de Março de 1862, administradora do Hospital; os Bombeiros Voluntários, fundados em 29 de Abril de 1890; a construção da Igreja Nova de São José, iniciada em 25 de Fevereiro de 1895, confirma o seu elevado sentido filantrópico e a demonstração de que «não é rico quem tem, mas sim quem dá muito».

A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (Fábrica do Ferro), fundada em 1886, possuía, em 1909, 450 operários e a Fábrica Têxtil do Bugio, fundada em 1873, possuía na mesma data, 250, tendo ambas sido fruto da iniciativa de «Brasileiros». Estas indústrias funcionaram como atractivo de população operária e quadros especializados para a vila, integrando-se também no conjunto das suas iniciativas, a construção dos bairros operários de Antime e de São José, decorrentes do quadro ideológico do liberalismo económico da época.

A Fábrica Fafense de Gasosas, Refrigerantes e Laranjadas — Santo Ovídio (c. 1918), completam as iniciativas industriais mais significativas destes emigrantes do século XIX.

Na primeira década deste século, no *Almanaque de Fafe*, encontramos inúmeras notícias de «Brasileiros» que se instalavam nos hotéis e hospedarias existentes em Fafe, em trânsito do litoral para o interior. Ao mesmo tempo, os investimentos que também fizeram na indústria confirmam estes emigrantes como um grupo social de grande prestígio local, servindo aquelas como extensões territoriais de um novo «centro de poder» instalado em Fafe.

Ao participarem neste processo com iniciativas de carácter individual ou de grupo — como é o caso da construção de uma estrada de Medelo a Revelhe, por iniciativa de Olímpio Mendes de Oliveira — e ainda, ao integrarem-se na vida das instituições públicas e particulares, denotam comportamentos sociais de afirmação e confirmação de lideranças, através das quais os «brasileiros» se distinguem e afirmam como parte integrante da burguesia, necessária no processo de afirmação de uma vivência urbana, liberal e capitalista.

A inauguração da iluminação pública em 1914, iniciativa do líder municipal, neto de «Brasileiro», constituem as principais iniciativas públicas da primeira metade do século XX.

Podemos afirmar que todas as iniciativas ou vivências de Fafe no século XIX e primeira metade do XX, foram produto da acção directa ou indirecta dos emigrantes do século XIX, que enriqueceram no Brasil, fazendo dessas iniciativas representação simbólica do seu poder, estatuto económico e social.

<sup>46</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. I, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 567.

PARTE I

**Problemas, métodos e fontes**

## 1 — PROBLEMAS E QUADROS TEÓRICOS

### 1.1 — Problemas

No século XIX, e por via dos textos literários e histórico-ideológicos, surgiu a personagem do aventureiro, uma personagem tipo, ligada ao processo histórico dos descobrimentos e da colonização, tipificada e reforçada por características de homens destemidos e aventureiros. Encontraram nos «Bandeiras»<sup>1</sup> ou «Bandeirantes» dos séculos XVII e XVIII, a construção do mito de uma realidade que assentou no enriquecimento rápido, passando depois para a noção da «aventura» migrante, ainda hoje veiculada nos discursos feitos sobre os portugueses que emigram para destinos internacionais, como expressões que alguns quiseram que fosse própria da «raça portuguesa».

A gestão da população e dos recursos nacionais, os desequilíbrios sócio-económicos regionais, a política económica com as colónias e ex-colónias portuguesas, a miséria em que vivia o povo português e a existência de excedentes de mão-de-obra, são apontados como fundamentos das políticas económicas e de emigração e simultaneamente causas do atraso estrutural da nossa economia, perante os avanços do capitalismo.

Porém, o fenómeno da mobilidade geográfica é visto na perspectiva das diferentes correntes do pensamento científico, onde se inscrevem concepções, métodos e técnicas específicas.

### 1.2 — Corrente liberal

Se a emigração aproveita aos emigrantes, e faz com que possam ter uma melhor remuneração dos seus serviços, já é bastante para ser proveitosa; seja, porém, livre, libérrima; haja liberdade em tudo e para todos; emigre-se de norte para sul, de oriente para ocidente; circulem

---

<sup>1</sup> SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Dicionário da História e Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1994, pp. 95-98.

as pessoas e os capitais; estabeleçam-se variadas relações em todas esferas da actividade humana, e o progresso seguirá a sua carreira <sup>2</sup>.

Através da relação entre a emigração e densidade populacional, Oliveira Martins conclui que o «facto da percentagem da emigração sobre a população subir em razão directa quase constante da densidade desta última, demonstra-nos de um modo irrefutável que a emigração não provém de um capricho de aventura, de uma sede de enriquecer, mas sim, fundamentalmente, da míngua de meios de subsistência» <sup>3</sup> e acrescenta, como confirmação da regra, as excepções verificadas em Aveiro onde a densidade é menor que nos distritos do Minho e a proporção é maior.

Tendo em conta que o Minho é uma excepção, propomo-nos apresentar alguns contributos para o estudo da migração interna, entre 1834 e 1862 e da emigração, entre 1834 e 1926, nas 36 freguesias do concelho de Fafe.

No entanto, uma comissão de estudantes apresenta um *Relatório na Aula de Administração e Direito Administrativo da Universidade de Coimbra*, publicado em 1876, que dedica um capítulo às causas da emigração e um outro aos efeitos. Defendiam os estudantes, que a causa principal, constante e universal da emigração está na natureza humana, fruto de desejos variados do ser humano na procura da fortuna. Contudo, e no sentido de ultrapassar esta visão excessivamente redutora, apresentam sete causas gerais para a emigração: naturais, económicas, morais, políticas, sociais e religiosas. Seleccionamos, por nos parecerem de maior relevância, as causas de carácter económico e social, referidas pelos estudantes, onde se destacam: a miséria como uma circunstância que torna os homens empreendedores; a procura de melhores salários; a improdutividade bastante dos solos para sustento de todos; o excesso de população, entendido na relação entre a área e a fertilidade; a tentação em repetir experiências de sucesso de amigos e familiares; a ignorância facilitadora do recrutamento; as desigualdades sociais e o natural desejo de libertação e busca de dignidade <sup>4</sup>.

Sob o ponto de vista dos efeitos os estudantes, no trabalho a que nos estamos a referir, consideravam-se absolutamente defensores da liberdade individual e, por isso, defendiam que a emigração só pode produzir benefícios.

Os efeitos, analisados na perspectiva das causas são uma relação entre os países de origem e os de destino. Assim, apresentam dados estatísticos do *Anuário*

<sup>2</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, p. 58.

<sup>3</sup> MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, 3.<sup>a</sup> ed., Guimarães Eds., 1994, p. 180.

<sup>4</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, pp. 39-48.

de *Economia Política de 1856*, referentes à Irlanda e à Alemanha, onde justificam os benefícios da emigração pela redução dos roubos, assassinios, incêndios, bem como na diminuição da indigência. Outra causa situa-se ao nível do excesso de mão-de-obra que provoca a baixa de salários e o desemprego. No que se refere aos países de destino, são referidos o processo geral do povoamento provocado pela emigração, o fenómeno civilizador e de progresso, a obtenção de recursos dos emigrantes e das suas famílias como geradores de riqueza nos países de origem e de destino, a emigração de capitais, a troca de produtos entre os povos <sup>5</sup>.

Entendendo a população emigrante como recurso económico do sistema de produção capitalista, e como tal fechada às correntes do mercado e do jogo da oferta e procura de mão-de-obra, a questão ganha contornos de análise particular.

Estaríamos assim perante um «modelo de emigração baseado em factores de atracção e repulsão, isto é, tendo em conta os factores que afastavam as pessoas do seu local de origem e os que a atraíam para outros locais» <sup>6</sup>.

Constituíam factores repulsivos os de índole económica, nomeadamente, o não acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os salários baixos, as terras improdutivas, as secas e fomes e o aumento da população.

O mercado encara as emigrações como mecanismo natural de equilibração dos fluxos migratórios, entendendo-os como capital humano, segundo o qual o emigrante decide partir na busca de benefícios que equivalem à medida do seu esforço e dos seus sacrifícios. De onde se infere que, como diz John A. Jackson [1991], «o modelo básico de atracção-repulsão sobre o comportamento migratório, extraído da teoria económica clássica, está intimamente relacionado com a teoria do mercado de trabalho» e, conseqüentemente, a processos decisórios racionais de tomada de decisão e um perfeito conhecimento e domínio do sistema de mercado.

No entanto, se na relação entre estrutura e acção se produzem estratégias como o casamento, a herança e as migrações, para reprodução e conservação social, o modelo de Ravenstein, «constitui ainda hoje a contribuição teórica mais significativa dentro das teorias baseadas no modelo atracção-repulsão. Assume um conjunto de factores associados à área de origem e um outro conjunto de factores associados à área de destino, a que se vão juntar as variáveis intervenientes que afectam, num dado momento, o equilíbrio desses interesses» <sup>7</sup>, que, em nosso entendimento, contextualiza a teoria estruturalista de Carlos Silva [1994], no que refere aos factores de «área de origem» do modelo de Ravenstein, ainda que, aquele autor se situe no caso das sociedades camponesas do Noroeste de Portugal onde não existe um sistema de mercado capitalista, pelo menos até 1960.

<sup>5</sup> Idem, pp. 48-58.

<sup>6</sup> JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991, p. 19.

<sup>7</sup> Idem, p. 21.

### 1.3 — Corrente mercantilista

Segundo Emídio da Silva, a emigração é uma deslocação em corrente por ser um fluxo contínuo e gradual apresentando variações de intensidade e por estar sujeita a leis económicas peculiares. Fica excluído do conceito de emigração, quando os destinos são esporádicos e feitos numa direcção singular e episódica. Ficam ainda excluídos desta concepção os movimentos invasores de carácter torrencial<sup>8</sup>.

Este autor, pondo em confronto a emigração e a colonização, define a primeira pelo «carácter meramente económico e a colonização como uma acção de «remodelação social, e até por vezes de preparação nacional, que põe em equação todos os aspectos da vida social»<sup>9</sup>.

Os defensores da corrente mercantilista, «tentando suprir as incongruências da competência perfeita e pondo o acento tónico no crescimento produtivo, assumem a possibilidade de um equilíbrio inter-regional ou internacional, desde que as regiões ou países com elevados volumes de capital possam afluir até aos sítios com baixos salários e que os agentes assalariados possam livremente deslocar-se para os países com salários mais compensadores, cabendo contudo ao Estado um papel regulador»<sup>10</sup>.

O modelo de «atração-repulsão» é revisto por Keynes na década de 1930, quando se observa a tendência de abandono dos mais qualificados, dessas áreas, dando origem à «teoria do desequilíbrio» e à consequente acção dos Estados, na mobilização dos industriais, para que investissem nessas regiões<sup>11</sup>.

Quer a «teoria do mercado», quer a «teoria do desequilíbrio», apresentam deficiências. A primeira, continua a considerar a mão-de-obra como um mero recurso económico permutável, enquanto a segunda insiste no factor salarial como fundamento dos comportamentos migratórios. Lind, autor destas críticas, sugere a análise de outras variáveis económicas, tais como: as infra-estruturas, condições da zona, a distância em relação a outros centros populacionais, a imagem social e a cultura da região»<sup>12</sup>. Este autor continua a valorizar o factor salário como fundamental.

A política proteccionista integra a emigração no sistema da política comercial portuguesa, considerando sobre esta, e segundo os pontos de vista da Direcção da patriótica Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte de São Paulo, expressos em 1922, que:

deve o Estado português regulamentá-la eficazmente, não consentindo a emigração de analfabetos e incapazes para trabalhar; criar patronatos

<sup>8</sup> SILVA, Fernando Emídio da, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, p. 3.

<sup>9</sup> Idem, p. 5.

<sup>10</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — constrinimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidade de Amsterdão, 1994, p. 54.

<sup>11</sup> JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991, p. 23.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

de emigrantes nos principais portos brasileiros, destinados a zelar pela colocação dos nossos emigrantes e especialmente pelos seus interesses, não esquecendo por forma alguma os interesses nacionais portugueses; proibir a saída de menores de 15 anos e mulheres com menos de 20 anos, e bem de famílias sem destino determinado ou contrato de trabalho, a juízo dos patronatos ou dos consulados de destino; facilitar os actos consulares referentes a emigrantes; constituir junto de cada consulado ou dos patronatos uma Caixa de Repatriação, para a qual os emigrantes poderão concorrer com quotas mínimas, como garantia de direito a repatriação em caso de doença ou impossibilidade de trabalho<sup>13</sup>.

### 1.4 — O Estado e as políticas de emigração

A emigração, umas vezes contrariada e outras vezes favorecida pelos estados, por aquelas ou outras razões menos estudadas, vai surgir com uma nova dimensão: a ilegal, ou clandestina. Esta, ao decorrer contra as normas legais estabelecidas e por iniciativa própria, toma dois aspectos: uma, em que todo o risco é assumido individualmente, ainda que partilhado por parentes no local de origem e destino, a que chamaríamos individual; outra, que é integrada por um terceiro que se apresenta, ou integra uma organização que o faz deslocar — contratada.

Em relação às deficiências na aplicação das normas legais, talvez por razões ligadas à pressão social da corrente ilegal, o Estado manifesta alguma tolerância na saída das suas populações, surgindo assim uma emigração tolerada.

Sobre a emigração favorecida e contrariada, Fernando Emídio da Silva define o conceito de emigração espontânea como «uma corrente migratória livre de quaisquer peias ou incidentes, deixada portanto à exclusiva iniciativa particular»<sup>14</sup>.

Esta, ao surgir incondicionada, apenas poderia decorrer da circulação livre de cidadãos, onde não existem quaisquer limitações, possíveis em territórios sem administração, sempre condicionadora da circulação livre e absoluta de cidadãos.

A emigração tem como sentido a saída dos habitantes de um país para o exterior. Assim se distingue da imigração que é a entrada dos emigrantes no país de destino. Assim se distingue das migrações internas que são os deslocamentos dentro do mesmo país e que se dão dos campos para as cidades [...] ou em obediência às necessidades temporais ou permanentes de certas regiões agrícolas. Assim se distingue e se inclui nas migrações que abrangem dentro e fora do país e em todos os seus sentidos o conjunto das deslocações da população<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Porto, Livraria J. Reís & Silva, 1927, pp. 90-91.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pp. 4-5.

Quanto à duração, «a emigração tem como intuito uma permanência ou demora no lugar do destino. É assim que a emigração pode ser definitiva ou temporária, conforme ela é realizada sem espírito de retorno ou com ele, mas supondo sempre uma relativa fixação no lugar do destino»<sup>16</sup>.

#### 1.4.1 — *Legislação portuguesa*

O Estado português, perante a descoberta de novas terras e novas gentes, logo procedeu à adequação de processos de gestão e exploração dos seus recursos, estruturando tipologias administrativas, conforme a natureza e complexidade organizativa dos povos aí residentes ou instalados.

Das relações estabelecidas, face ao processo social e ideológico daí decorrentes, surgem dois conceitos de colonização. Um, compreendendo «em esquema a acção civilizadora [...] de um povo de civilização superior sobre um país de civilização inferior com o duplo fim de o valorizar e educar»<sup>17</sup>, o segundo, enquanto «forma o objecto de uma ciência e a administração colonial, que sintetiza a acção do Estado na colonização, sai para fora do quadro das disciplinas económicas, embora estas em grande parte a condicionem»<sup>18</sup>.

Definindo emigração como a saída de habitantes de um país para outro, imigração será a entrada. Emigração e colonização, parecem associados à mesma ideia, mas apresentam características diferentes.

À deslocação de população, promovida e estimulada pelo Estado, com objectivos de povoamento e exploração de recursos económicos de uma região geograficamente distante, dá-se o nome de colonização.

Esta participava do conjunto das iniciativas da administração colonial exercida por uma Nação europeia sobre outra ou outras Nações sem Estado, localizadas nas regiões descobertas nos séculos XV e XVI, localizadas nos outros quatro continentes.

A emigração poderá ser definida como a saída de população, em número significativo, de um país para outro, independente do Estado ou mesmo contra as suas orientações normativas.

No princípio deste século era ainda definida no que possuía de diferente da colonização, tendo em conta que esta era própria e da competência do Estado e decorria dos seus objectivos, enquanto que a emigração era «uma deslocação, em corrente, dos habitantes de um país para o exterior com o intuito de permanência ou demora e exercício das facultades produtoras no local de destino»<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 4

<sup>17</sup> SILVA, Fernando Emídio da, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, p. 4.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 3.

A emigração dependia, assim, exclusivamente do indivíduo e sua vontade: «a emigração fica sujeita ao capricho do emigrante e a colonização se impõe como um conjunto de regras científicas à política dos Estados»<sup>20</sup>. Contudo, o Estado não deixou que o «capricho» individual funcionasse e a sua presença na gestão dos recursos humanos manifestou-se no controlo das saídas dos cidadãos, ao regulamentá-las: umas vezes estimulando a sua saída dos cidadãos conforme os destinos convenientes à sua política, outras vezes restringindo a saída das populações, utilizando diferentes processos e instrumentos normativos.

A legislação portuguesa é considerada como restritiva e segundo Afonso Costa [1911] «a nossa legislação sobre o assunto é toda inspirada no critério proibitivo da emigração, de modo directo em relação à que se faz clandestinamente e de um modo indirecto, por meio de passaportes, imposições e taxas»<sup>21</sup>.

Assim, as orientações do controlo administrativo passavam pela prática institucional de controlo da emigração, observando-se uma prática elevada de clandestinidade: «para o período de 1880-1900, consistentemente aponta para um nível de clandestinidade que se situaria entre 13 e os 15% do fluxo legal»<sup>22</sup>.

O valor económico da gestão atribuído pelo Estado aos recursos populacionais é assumido por Fernando Emídio da Silva (1917): «ao Estado fica assinalado, por processos científicos, qual a missão que lhe incumbe assumir em face da emigração e a aplicação do critério adoptável às diversas correntes migratórias não é mais também do que o resultado de análise, que não deixou de ser científica, do valor de cada uma dessas correntes»<sup>23</sup>.

A emigração «não é um movimento desordenado e anárquico, pelo facto de depender da vontade dos emigrantes. Essa vontade é determinada. Do mesmo modo, o estudo das causas e dos fins da emigração cabe dentro dos mais rigorosos processos da ciência económica»<sup>24</sup>. O emigrante estaria assim sujeito às orientações políticas, as quais se subordinariam à ciência económica.

O mesmo autor reduz o estudo do fenómeno da criação das correntes migratórias à dimensão da ciência económica: «O exame da formação e desenvolvimento das diversas correntes migratórias, o estudo das suas consequências em cada um dos seus destinos, [...] é igualmente de natureza rigorosamente científica.»<sup>25</sup>

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>21</sup> COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional: O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 162.

<sup>22</sup> BAGANHA, Maria Ioanis B., «Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigração Española y Portuguesa u América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, p. 171.

<sup>23</sup> SILVA, Fernando Emídio da, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, p. 5.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.



Procuraremos classificar os diferentes tipos de emigração no quadro da acção do Estado, e na perspectiva do papel da legislação portuguesa. Esta é, predominantemente, um fenómeno social regulado pelos estados e decorrente da gestão de recursos humanos.

Por isso, umas vezes é favorecida ou tolerada pelo estados, outras é contrariada, recorrendo sistematicamente às normas legislativas, como processo regulador de população. No entanto, e paralelamente às normas, verifica-se a existência da emigração clandestina, dado que o que é do interesse do Estado, nem sempre é interessante para os cidadãos, e nem sempre o que é interessante para os cidadãos corresponde às intenções dos governantes.

Os Estados agem sobre os fluxos populacionais migratórios, servindo-se de diferentes instrumentos normativos, para os regular. Estas orientações normativas são influenciadas por factores de ordem estrutural e acompanham o processo normativo, numa perspectiva de continuidade reguladora da emigração. Outros factores, de ordem conjuntural, predominantemente económicos, sociais, militares, influenciam as variações normativas que, umas vezes, procuram contrariar a saída de população e outras vezes a toleram ou facilitam.

A Carta Constitucional de 1826 é o primeiro instrumento ideológico a prescrever a noção da liberdade de mobilidade dos cidadãos para fora do reino, no art. 145, § 5.º, ao declarar que: «qualquer pode conservar-se ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiro». Este princípio, claramente liberal, ao condicionar a mobilidade aos regulamentos policiais, permitiu a continuidade reguladora da emigração e a aplicação de políticas restritivas<sup>26</sup>.

De facto, a intervenção do Estado regula os volumes de população conforme o lugar social que os migrantes podem ocupar e de acordo com critérios objectivos e colectivamente aceites (ainda que variáveis no tempo), através de expressões como: «é proibido a entrada», «é facilitada a entrada se...», «é permitida a entrada», «podem circular livremente os que...».

Na mesma linha, os critérios estabelecidos pelas sociedades europeias, têm em conta, na definição de critério, o valor económico da exportação de emigrantes, as suas competências, a sua origem geográfica, a finalidade explicitada no acto de entrada, o tempo de permanência no lugar de destino, funcionando tais critérios, como mecanismos estabilizadores dos conflitos de interesse dos que entram (estrangeiros) e dos naturais (nacionais).

Uma das noções subjacentes ao estudo da emigração é a existência de instituições que, sob a designação de Estados ou outra, tutelam a organização e administração de um território e, naturalmente, da sua população independentemente dos instrumentos e processos. Aqui são indicadas algumas normas legais inibidoras

<sup>26</sup> LEITE, J. Costa, «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)», in *Análise Social*, vol. xxiii (97), 1987, 3.º, p. 464.

da emigração, confessando os autores que «é todavia incontestável que os meios não são bastantes nem eficazes, porque a emigração clandestina é um facto que, infelizmente, todos os dias se observa contra o qual a prevenção administrativa e a repressão policial se mostram impotentes»<sup>27</sup>.

O mesmo relatório propõe um conjunto de reformas na orientação económica, social e educativa, sugerindo e aplicação de normas punitivas da emigração contratada, como forma de combater a emigração portuguesa.

A emigração assenta, como já dissemos, na existência de Estados-Nação e, conseqüentemente, na distinção entre cidadãos nacionais e estrangeiros pelo que, quando a colónia brasileira se torna independente a 9 de Setembro de 1822, os conceitos de cidadão nacional e estrangeiro surgem, com propriedade, no que se refere à antiga colónia portuguesa.

Os que, a partir daquele momento, se dirigem para o Brasil, ou não optaram pela nacionalidade brasileira, designam-se de emigrantes, pelo que passam a ser entendidos como um recurso económico nacional e passam a ser integrados nos mecanismos das propostas económicas do Estado, conforme nos refere Francisco Ribeiro Salgado, citando o relatório que precedeu o Decreto n.º 7899 da autoria do Dr. Veiga Simões, Ministro dos Negócios Estrangeiros:

O braço isolado do emigrante, que a nossa dolorosa economia expulsa de Portugal, é parcamente útil ao país que o exporta e àquele que o recebe se o não encaminharmos convenientemente dentro da vida económica com esse país.

O nosso emigrante não se espalha pelo mundo: concentra-se especialmente em dois países.

Há, a um tempo que o encaminhar no seu triunfo no meio a que se dirige e que o amparar na sua desdita, se esse meio lhe for hostil. De um lado, determinar a sua função na política comercial com os países que o recebem; de outro, recolhê-lo à pátria pelo «patronato de Emigrantes».

Para evitar a desnacionalização dos filhos do emigrante, fundam-se desde já quatro escolas especiais que recebam nessa idade em que o meio onde vive, educando-o e instruindo-o, o absorveria sem remédio, se lhe não nacionalizássemos a formação do espírito<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, p. 153.

<sup>28</sup> SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Porto, Livraria J. Réis & Silva, 1927, pp. 89-90.

1.4.1.1 — O papel do Governador Civil e do Administrador do Concelho na emissão de passaportes e guias de trânsito

Com as alterações produzidas com a revolução liberal, António Bernardo da Costa Cabral faz publicar o *Código Administrativo Português*, de 18 de Março de 1842, o qual, tendo em conta o quadro legislativo anterior e a independência do Brasil, define a estrutura, organização e funcionamento da administração, explicitando os mecanismos do exercício de direitos civis e políticos dos naturais, naturalizados e dos estrangeiros.

Este *Código* publicado em 1854, criteriosamente anotado por autor desconhecido reportando-nos ao conjunto legislativo anterior à sua feitura e publicação<sup>29</sup>, atribuíra competência ao Governador Civil e ao Administrador do Concelho, para a fiscalização e controlo da saída dos cidadãos através da concessão de passaportes para os que se dirigissem para outros países, e as guias de trânsito para os que se dirigem para destinos internos.

Sob o ponto de vista da aplicação das orientações do controlo administrativo e no quadro das reformas liberais são atribuídas, pelo código referido, art. 227, II e III, competências na área do distrito, aos governadores civis para a fiscalização dos estrangeiros residentes e concessão de passaportes para fora do reino pelos portos de mar a nacionais e estrangeiros.

A legislação estabelece assim parâmetros específicos, assentes na distinção entre nacionais e estrangeiros, pelo que determinava que se fizesse o recenseamento destes últimos, de acordo com o expresso no Decreto de 13 Agosto 1841.

Ainda sob o ponto de vista das obrigações exigidas aos estrangeiros e na sequência do cumprimento dos §§ 2, 4, 7, 29 do tit. 2 do Regulamento de 6 de Março de 1810, ao determinar pontos de entrada ou fronteiras na raia seca, exigia que a entrada se fizesse exclusiva e unicamente por aqueles que o dito regulamento determinava. Exclui-se a autorização de entrada e passaporte aos que se apresentassem por outros lugares não especificados na lei.

O Estado reafirma com este normativo o conceito de soberania, assinalando os seus limites territoriais, utilizando como instrumento de eficácia do controlo territorial o passaporte, negando a entrada dos estrangeiros cujo passaporte não estivesse visado por agentes diplomáticos ou consulares portugueses.

A contextualidade ideológica do normativo enquadra-se na expressão de sentimentos de Nacionalidade e Pátria como conceito difuso de sacralidade, abrigo e protecção, negando-se, por isso, a entrada e passaporte a estrangeiros suspeitos, e admitida a entrada aos que o façam por razões de natureza política, os habitantes da raia que sejam conhecidos, os que se dedicarem ao comércio ou vierem ao Reino para se empregarem em trabalho agrícola, definindo outro nível de territorialidade expresso no comportamento de pertença, quando se refere aos conhecidos.

<sup>29</sup> *Código Administrativo Português*, de 18 de Março de 1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

Por outro lado os não conhecidos, ou seja, os não identificados como nacionais e designados por estrangeiros emigrados, que fossem encontrados em algum ponto do Reino, deviam ser detidos aí pela autoridade administrativa, que daria logo conta ao Governo para que este resolvesse o destino a dar a esses estrangeiros, segundo a Portaria-Circular de 8 de Agosto 1849.

A política de controlo dos estrangeiros, bem como as condições de favorecimento de casos particulares prescrito pela lei, está condicionada aos tratados e política de alianças, referindo-se particularmente para os espanhóis, «que vierem ao reino emigrados por qualquer causa política, devem ser afastados da fronteira para o interior ao menos 15 léguas, de acordo com a Portaria-Circular de 4 de Outubro de 1847<sup>30</sup>.

Neste particular, e segundo os arts. 246 e 249 do *Código Administrativo*, cabia ao administrador do concelho o cumprimento das leis e regulamentos, nomeadamente, o aboletamento<sup>31</sup>, «aos estrangeiros em virtude da Lei de 20 de Março de 1452 relativa expressamente aos Ingleses, mas aplicável por efeito dos Tratados às Nações mais favorecidas, e por esse motivo aos Franceses, Espanhóis e Brasileiros» (Portaria de 24 de Março de 1847, ao governador civil de Lisboa)<sup>32</sup>.

O controlo dos estrangeiros era feito pela obrigação de se remeter ao governador civil do distrito, para onde o estrangeiro fosse residir, o passaporte original com que tivesse entrado, o qual verificaria da validade do passaporte e a obrigação de o fazer sair quando estivesse ilegal.

Na perspectiva do controlo da actividade comercial dos estrangeiros em Portugal, cuja preocupação vem desde o século XVIII, o Regulamento de 1810 determinava expressamente que se procedesse «rigorosamente nos termos do citado Regulamento, e do § 15 do Alvará de 15 de Junho de 1760 contra todo o viandante que transitar sem passaporte português» e de acordo com a Portaria-Circular de 20 Novembro de 1848<sup>33</sup>, aplicando-se neste caso a obrigação de se exigir o passaporte a bandos de ciganos e a repressão ordenada na Lei de 20 de Setembro de 1760 (Portaria-Circular de 18 de Abril de 1848).

O *Código* a que nos estamos a referir dá-nos uma panorâmica rigorosa do novo quadro legislativo liberal e da leis não revogadas, apresentando, no que se refere à distinção entre estrangeiros e naturalizados, decorrente da independência

<sup>30</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>31</sup> As atribuições relativas ao aboletamento, consistiam na antiga competência dos Juizes de Fora e que segundo o Decreto de 16 de Maio de 1832, passaram para os Provedores do concelho. Com o Decreto de 4 de Janeiro de 1836, passaram para a competência dos Administradores do concelho. O aboletamento era um encargo dos moradores que consistia em fornecer ao aboletado, durante três dias, cama, água, lenha, luz e sal.

<sup>32</sup> *Código Administrativo Português*, de 18 de Março de 1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 141.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 129.

do Brasil, as opções de naturalidade para a população portuguesa aí residente. Por outro lado, a definição de estatuto de nacionalidade define o âmbito da aplicação das normas e procedimentos relativamente à emigração.

Assim, eram considerados como estrangeiros até que as Cortes regulassem as disposições da Carta Constitucional, os filhos de estrangeiros nascidos em Portugal depois da promulgação da Carta, ainda que os pais não se encontrassem ao serviço da sua nação (Decreto de 5 de Abril de 1848). Relativamente aos filhos de estrangeiros nascidos em Portugal antes da promulgação da Carta Constitucional, a Ordenação livro 2, tit. 55. O Decreto de 30 de Setembro de 1852, art. 2, reproduz simplesmente a este respeito a doutrina da Carta Constitucional no art. 7<sup>34</sup>.

Ao ser concedido passaporte de trânsito a estrangeiros em Portugal estes deveriam conter a identificação da entidade estrangeira que concedeu o passaporte de entrada no país, e o nome do agente diplomático ou consular português (Portaria-Circular de 15 de Fevereiro de 1850) e no cumprimento do art. 227, II, do *Código Administrativo* e notas.

Sob o ponto de vista da aquisição da naturalidade portuguesa, eram considerados cidadãos naturalizados todos os estrangeiros que apresentassem Carta de Naturalização passada pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino. No que se refere particularmente aos portugueses que se tornassem Brasileiros, podiam novamente naturalizar-se portugueses, bastando para isso que fizessem a simples declaração escrita, perante qualquer câmara municipal, declarando expressamente que desejam recuperar a qualidade de Portugueses conforme o Decreto de 22 Outubro de 1836, art. 2, *Diário de Governo*, n.º 252. A mesma faculdade era concedida aos Portugueses, que se tivessem naturalizado em qualquer país estrangeiro e regressassem ao Reino para aqui fixarem o seu domicílio — Decreto de 22 de Outubro de 1838, n.º 2, § 2.º<sup>35</sup>.

Como dissemos a Carta Constitucional de 1826 prescreveu a noção da liberdade de mobilidade dos cidadãos para fora do reino, no art. 145, § 5.º, dizendo expressamente que: «qualquer pode conservar-se ou sair do Reino, como lhe convenha». No entanto, o *Código Administrativo Português*, de 18 de Março de 1842 e legislação complementar, estipula um conjunto de normas que explicitamente limitava e regulava a mobilidade, condicionando os cidadãos ao distingui-los em nacionais, estrangeiros e naturalizados e determinando procedimentos específicos face à mobilidade de cada um deles.

O passaporte, as guias de trânsito, as fianças e a abonação eram instrumentos condicionadores da liberdade de circulação interna e externa, cabendo essa tarefa aos governadores civis e aos administradores do concelho.

<sup>34</sup> Idem, p. 6.

<sup>35</sup> Idem, p. 6.

#### 1.4.1.1.1 — Passaporte interno ou guia de trânsito

No que se refere particularmente à mobilidade interna, a lei estabelecia um conjunto apertado de procedimentos, exigindo que: as guias de trânsito fossem passadas indicando o sítio de destino designado e apenas para o tempo necessário para o trânsito; que os proprietários, marchantes e feirantes pudessem beneficiar do tempo de 3, 6, ou 12 meses, se assim o pedissem, exigindo-se informação e abonação idónea; que todos estavam obrigados a solicitar passaporte para saírem da sua residência para além de 5 léguas de distância; que, aqueles que transitassem sem passaporte, ficassem sujeitos a uma multa de 2\$4000 réis, sendo metade desta importância para o apreensor e a outra metade para o cofre da polícia, de acordo com Decreto Regulamentar de 25 de Maio de 1825.

Daqui se pode inferir das facilidades dadas pela lei aos proprietários e comerciantes, que beneficiavam de condições especiais, nomeadamente, permitindo-lhes usufruir de uma guia de trânsito cuja validade poderia chegar aos 12 meses.

#### 1.4.1.1.2 — Passaporte externo — Proibições, impedimentos e isenções

O passaporte externo, como instrumento regulador da mobilidade para destinos externos, estava condicionado a um conjunto de exigências, as quais definiam uma malha apertada de normas e procedimentos para a saída do reino, estabelecendo, que nenhum passageiro pudesse sair dos portos do Reino sem passaporte legal. Se alguém fosse encontrado sem ele deveria ser impedido de embarcar.

O mestre ou capitão que transportasse pessoas sem passaporte pagaria 400\$000 réis de multa, pagando o passageiro capturado 100\$000 réis da cadeia. Metade do dinheiro obtido através destas multas destinava-se aos apreensores e denunciadores e outra metade deveria ter como destino a Casa Pia. Estas disposições eram também aplicadas aos barcos costeiros, segundo o Regulamento de 30 de Maio de 1825.

Esta lei, ao considerar ilegal a saída do reino sem passaporte, considera aqueles que fossem encontrados sem ele em situação de ilegalidade, legitimando a existência e acção de denunciadores pagos.

Quanto aos impedimentos e limitações na obtenção de passaportes para fora do Reino, a lei determinava que os passaportes que fossem concedidos pelo governador civil e que não correspondessem ao domicílio do requerente ou do lugar em que residisse por mais de cinco anos, teriam de ser apresentados ao magistrado administrativo do porto marítimo da saída, não sendo consentida a partida sem que o portador do passaporte prestasse fiança idónea, ficando o fiador responsável pelo afiançado e obrigado a dar por ele um homem, quando este se encontrasse sujeito ao recrutamento, conforme o prescrito na Portaria de 25 de Outubro de 1841, *Diário do Governo*, n.º 257.

Estavam impedidos de obtenção de passaporte para fora do Reino os empregados públicos, que além dos documentos ordinários não apresentassem licença do governo, conforme Portaria-Circular de 10 Março de 1853.

Os indivíduos presos por falta de passaportes não podiam ser soltos logo que pagassem a multa, mas (no caso de haver contra eles suspeita) deviam ser conservados na prisão a requerimento do ministério público, até que nos termos do Alvará de 25 de Junho de 1760 tivessem legitimado as suas pessoas (Portaria de 25 de Outubro de 1841, *Diário do Governo*, n.º 257).

Estavam isentos de passaporte, a passar pela autoridade administrativa, os agentes diplomáticos e consulares, as pessoas a eles adidas e os correios de gabinete, por terem passaporte conferido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, conforme o *Diário de Governo*, n.º 221 e os Decretos de 2 de Setembro de 1835, art. 5, e de 13 de Agosto de 1841, art. 8.

#### 1.4.1.2 — Atribuições do Governador Civil

A Lei determinava que o governador civil deveria fazer uso das faculdades, que lhe eram concedidas para evitar, ou moderar a emigração de súbditos portugueses para países estrangeiros, através da aplicação das Portarias do Ministério de Marinha de 19 de Agosto, e de 9 de Dezembro de 1842 (*Diários do Governo*, n.ºs 196 e 294), e de 11 de Maio de 1843 (*Diário do Governo*, n.º 116);

O governador deveria ordenar aos administradores de concelho litoral que, de acordo com o capitão do porto e director da alfândega não permitissem a saída de navio para porto estrangeiro situado ao Sul de 30º de latitude Norte e que levassem mais de 30 passageiros portugueses com passaporte, sem que a bordo houvessem provisões de boa qualidade para consumo dos passageiros, a saber: água na razão de 12 canadas por semana segundo o cálculo provável da viagem; rações para os passageiros como se fossem soldados embarcados; caixa com medicamentos e instrumentos de cirurgia.

Era exigida ao capitão do navio uma relação assinada por ele dos nomes, idade, profissão, sexo, naturalidade dos passageiros e o nome do porto de destino onde iriam desembarcar cada um dos passageiros. Esta relação deveria ser remetida pelo próprio ao cônsul português no porto de destino.

Salvo o caso de força maior, se o navio não saísse no dia previsto o capitão, ou dono ou o fretador ficava obrigado a sustentar os passageiros durante a demora.

Na ocasião da saída de qualquer navio para o Brasil, Oceânia ou Índias Ocidentais, dever-se-ia evitar a saída clandestina de colonos, vigiar o cumprimento dos preceitos e preenchimentos das condições referidas e atuar e dar conhecimento ao poder judicial do nome dos capitães transgressores ou que transportassem alguém sem passaporte, bem como os indivíduos que embarcassem sem ele, a fim de lhes serem aplicadas as penas do Regulamento de 30 de Maio de 1825.

Deveriam ser dissuadidos de emigrar os que solicitassem passaporte para esse fim e remeter regularmente ao Governo um mapa semestral de todos os navios que dos portos do seu distrito saíssem com colonos, designando o porto

da saída, o nome do navio e sua nacionalidade, o do capitão, o número dos passageiros, seu sexo, idade e o porto de destino (Portaria-Circular de 11 de Maio de 1854)<sup>16</sup>.

Os passaportes manuscritos eram proibidos, cumprindo ao governador civil impedir a contravenção do art. 18.º, cap. iv do Decreto de 22 de Novembro de 1839 a este respeito (Portaria-Circular de 9 de Maio de 1844).

No que se refere à concessão de passaporte para fora do reino pelos portos de mar a nacionais e estrangeiros, o art. 227, III, do *Código Administrativo* conferia ao governador civil a respectiva competência, pelo que lhes cumpria proceder por forma a que os passaportes para fora do Reino fossem impressos uniformes e selados e que só fossem concedidos a pessoas naturais, ou domiciliadas no seu distrito, mediante fiança. O governador civil devia dar, semanalmente, conta ao Governo da execução dos Regulamentos a respeito dos passaportes em geral e da diligência ou negligência no cumprimento do estipulado no art. 249, cap. I e notas, conforme o art. 230.

#### 1.4.1.3 — Atribuições do Administrador do Concelho

Segundo o art. 249, do *Código*, o administrador do concelho estava encarregado da execução das leis e regulamentos de polícia geral, pelo que lhes pertencia a concessão de passaportes e bilhetes de residência.

Para que pudesse haver a necessária fiscalização neste serviço, o administrador do concelho deveria receber do governador civil e do secretário-geral do distrito, logo após a tomada de posse do cargo, um exemplar das respectivas assinaturas, ou sinais, para que, por meio deles, pudesse verificar a autenticidade dos passaportes que concedesse (Decreto de 17 de Março de 1838, art. 12).

Os passaportes de trânsito e bilhetes de residência que os administradores não fossem aos mendigos, pobres nacionais ou estrangeiros, e aos naufragos, eram inteiramente gratuitos. No entanto, o naufrágio e pobreza deveriam ser previamente verificados por atestado da respectiva legação, ou consulado a respeito dos estrangeiros. As despesas de papel e selo destes passaportes seriam abonadas competentemente às autoridades administrativas que ficassem responsáveis pelas fraudes. (Portaria-Circular de 10 de Março de 1842, *Diário do Governo*, n.º 64.)

Os passaportes conferidos a estrangeiros para transitarem no reino deveriam conter: o nome da autoridade estrangeira que concedeu o passaporte com que o portador entrou no país; o número do passaporte e do livro do registo; a data; a referência do agente diplomático ou consular português e o seu nome (Portaria-Circular de 15 de Fevereiro de 1850) e no cumprimento do art. 227, cap. II do *Código Administrativo* e notas.

<sup>16</sup> Idem, pp. 130-131.

GOVERNO CIVIL DO DISTRITO de <i>Porto</i>	 <b>N.º 5</b> 	<i>Alentejo</i>
CONCELHO de <i>Santa Cruz</i>		
PASSAPORTE DO INTERIOR.	<b>PASSAPORTE DE TRANSITO</b>	
N.º <i>309</i>	O ADMINISTRADOR do Concelho de <i>Alentejo</i>	
Reg. no <i>143</i> e a <i>Ed. 15</i> <i>140</i>	<p><b>CONCEDO</b> Passaporte a <i>António Lourenço</i> de <i>Alentejo</i> natural de <i>Alentejo</i></p> <p>Para <i>efectuarem as suas viagens de negócios</i> levando em sua <i>carreta</i> <i>uma</i> <i>caixa</i> <i>com</i> <i>alguns</i> <i>pequenos</i> <i>supplies</i></p> <p>Abonado por <i>estimar</i> <i>de</i> <i>quanto</i> <i>se</i> <i>parecer</i> <i>de</i> <i>seu</i> <i>alvará</i></p>	
SIGNAES, Idade <i>30</i> annos Alteza <i>1,60</i> metros Pelle <i>branca</i> Cabellos <i>negros</i> Socullos <i>vermelhos</i> Oculos <i>brancos</i> Nariz <i>recto</i> Boca <i>fechada</i> Cra. e <i>branca</i>	<p>E cumprindo com a obrigação de apresentar este ás Authoridades Civis das terras onde pernoitar, se lhe não porá impedimento algum no seu transito</p> <p>Valioso por <i>trinta</i> dias</p> <p>Dado em <i>Porto</i> aos <i>10</i> de <i>Setembro</i> de <i>1854</i> <i>horas</i> <i>quatro</i></p> <p style="text-align: center;">O ADMINISTRADOR DO CONCELHO <i>José Maria Valle Sáez</i></p>	
SIGNA PARTICULARES	<p>ASSIGNATURA DO PORTADOR <i>António Lourenço</i></p> <p>Plano de Passaporte 84 n. Salto de 70 para 84 n. 1854</p>	

Figura 1 — Exemplar de um passaporte interno ou guia de trânsito

Os passaportes não podiam ser concedidos por tempo indeterminado nem conter autorização para mendigar pelo reino (Ofício de 18 de Outubro de 1843).

Não podiam ser concedidos passaportes para fora do Reino a quem estivesse sujeito ao recrutamento (Portaria-Circular de 7 de Novembro de 1843). Também não o podiam conceder-se a qualquer adventício que estivesse, por sua idade, sujeito ao recrutamento, salvo se apresentasse passaporte do concelho da sua naturalidade ou residência, ou dispensa legal do serviço (Portaria-Circular de 8 de Novembro 1843).

Àqueles que solicitassem passaporte no concelho da sua residência ou domicílio, este deveria ser-lhes concedido, ainda que estivessem sujeitos ao recrutamento, uma vez que isso ficasse declarado no passaporte (Portaria de 25 de Agosto de 1849, *Diário do Governo*, n.º 201).

Os trabalhadores que se dirigissem ao Alentejo para se empregarem na agricultura estavam dispensados de passaporte; mas deveriam ir munidos de Guias gratuitas, passadas pelos administradores de concelho, com os nomes e sinais dos portadores (Portaria-Circular de 9 de Junho de 1853).

Para que se não concedessem passaportes aos indivíduos sorteados no recrutamento deviam, os que estivessem sob diligência judicial indicados para recrutas, mencionar os nomes, apelidos, alcunhas, idade, naturalidade, e sinais particulares dos trãsfugas (Portaria-Circular de 20 de Setembro de 1884).

Passaportes de tempo somente se concediam a proprietários, marchantes, feirantes e pessoas que andassem em contínuo giro devido ao seu officio ou profissão (Portaria-Circular de 10 de Janeiro de 1848), não devendo ser-lhes marcado itinerário, mas apenas o lugar de destino. Estes estavam dispensados de visar os passaportes nas terras em que se encontrassem em trânsito, o qual lhes deve servir para ida e volta, excepto se tiver expirado o prazo de validade (Circular da Intendência de 24 de Junho de 1826, *Gazeta dos Tribunais*, n.º 716).

Nos passaportes deveria ser declarado o custo, servindo para o regresso, enquanto não findasse o prazo para que fossem concedidos (Portaria-Circular de 13 de Janeiro de 1839).

Passaportes colectivos deveriam mencionar o número, nomes, sinais de todas as pessoas, que fossem em companhia da pessoa principal (Portaria-Circular de 18 Abril de 1848).

Ainda nos termos do art. 249, cap. 1, e art. 250 do *Código Administrativo* de 1842, editado em 1854, e respectivas notas que definia para os concelhos de Lisboa, e Porto a concessão de passaportes, bilhetes de residência, [...] pertencia ao governador civil. [...] Os naturais do reino, que não se apresentassem, com passaporte ou sem ele, ao governador civil ou ao administrador do bairro seriam, além das penas policiaes, obrigados a sair da capital dentro de 24 horas. Os donos de hospedarias ou estalagens, que recebessem hóspedes sem passaporte, bilhete, ou título de legitimação, além das penas policiaes, ser-lhes-ia cassada a licença.

Podemos concluir pela existência de um complexo sistema legislativo difficilmente enumerável na sua totalidade e nas implicações directas e indirectas à liberdade de migrar, emigração e circular dentro do país ou para fora dele.

As leis de emigração referidas eram particularmente restritivas, especialmente para os de menores recursos económicos, dado que teriam mais dificuldades em encontrar pessoa que lhes desse fiança ao recrutamento, a qual consistia na remissão em dinheiro dessa obrigação ou então fazer-se substituir nessa obrigação militar.

Esta circunstância terá determinado a saída de muitos indivíduos com idade inferior a 14 anos, conforme referiremos noutra parte do nosso trabalho.

### 1.5 — A microanálise

Dadas as limitações das teorias clássicas e neoclássicas as quais, não dando conta das condições sociais do emigrante inserindo-o nos mecanismos internos do funcionamento dos sistemas económicos ou sociais e considerando-o como agente passivo e inconsciente, ignorando e não explicando, como sublinha Goldey, o papel desempenhado pela escolha, começando pelo modo de emigrar, passando pelos processos e mecanismos ligados à decisão e à escolha do destino, à avaliação das oportunidades, às expectativas que possui. Surgem assim os trabalhos das microanálises sobre indivíduos, grupos de emigrantes ou comunidades de origem e de destino, «quer no campo da psicologia e da sociologia (representações, integração, conflitos, minorias), quer no campo da antropologia, muitos destes integrando a migração na abordagem global das comunidades camponesas e a sua especificidade, numa linha teórica que deriva de Tchanov e seus desenvolvimentos»<sup>37</sup>.

Assim, ao ser definida a emigração, como a saída de população, em número significativo, de um país para outro, independente do Estado ou mesmo contra as suas orientações normativas, depende da vontade individual ou da iniciativa familiar e dos contextos decorrentes dos factores de natureza social, económica, demográfica, antropológica e cultural.

Este comportamento social ao manifestar-se de forma diferente de um país para outro e de região para região, faz dele um fenómeno com incidências de natureza espacial, histórica e cultural decorrente dos ecossistemas sociais dela decorrentes. Por isso a emigração é uma das mais complexas e globalizantes manifestações individuais e sociais que, para um conveniente e aprofundado estudo, implica uma visão interdisciplinar que obriga a grande rigor metodológico, no quadro da microanálise.

Uma extensa bibliografia dá-nos conta dos autores e da perspectivas de abordagem ao problema da emigração que Jorge Alves [1994] resume da seguinte forma:

Os contornos dos fluxos e destinos, as políticas adoptadas [Miriam Halpern Pereira], o seu papel no quadro da dependência externa [C.

<sup>37</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994, p. 19.

Almeida e A. Barreto], o seu enraizamento estrutural [V. M. Godinho], as suas implicações no processo de desenvolvimento nacional. [...]

Mais recentemente, têm surgido estudos que colocam em confronto, sob prismas diversos, os dois pólos em relação — espaços de partida e de chegada [Pescatello, Rocha Trindade]. Finalmente, o fenómeno migratório tem também sido observado numa perspectiva de microanálise, integrado em abordagens mais totalizantes de comunidades rurais de origem [Arroteia, Brettel, F. Brandão] ou de comunidades de emigrantes no estrangeiro, focalizando os processos sociais e/ou as experiências vividas [T. Monteiro, F. Neto]<sup>38</sup>.

A perspectiva demográfica da análise da emigração, tanto na macro como na microanálise, ao usarem os censos e os registos paroquiais (nascimentos, casamentos e óbitos), dá contributos importantes para a compreensão das dinâmicas das populações.

Norberta Amorim coloca o problema no método da análise demográfica, como inabordable pelo método da «reconstituição de famílias», ao concluir que este método estatístico do estudo das populações permite reconhecer o fenómeno da mobilidade, não podendo, contudo, ser objecto de análise em si mesmo e apresentando como alternativa o tratamento em computador dos registos paroquiais, segundo o seu método da «reconstituição de paróquias», o que pode «permitir um passo decisivo na análise dos fenómenos demográficos, mesmo sem cruzamento com outras fontes»<sup>39</sup>.

Na perspectiva da *Demografia Histórica* e pelo método da «reconstituição de paróquias», de Norberta Amorim, é possível conhecer o fenómeno na longa e curta duração, bem como os seus efeitos nas diferentes variáveis demográficas verificáveis. Contudo, se é fácil reconhecer a mobilidade pela ausência dos indivíduos numa paróquia, perde-se o seu rasto quanto aos destinos, que podem ser geograficamente próximos ou intercontinentais, dificultando as análises sociológicas que motivam as saídas do espaço paroquial.

Este problema é apenas ultrapassável pela investigação que abarque um elevado número de paróquias, de modo a distinguir a mobilidade da curta distância, da mobilidade de longa distância.

No entanto, e na perspectiva da microanálise, para além do que Norberta Amorim nos diz ensina sobre a demografia histórica, através da metodologia da «reconstituição de paróquias», orientada para a análise quantitativa dos actos vitais, sugere-nos para orientação da nossa pesquisa, que, quando «dispomos de uma paróquia reconstituída, de róis de confessados e de registos específicos de emigra-

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>39</sup> AMORIM, Maria Norberta, «Emigração: uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigración Española y Portuguesa a América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 147-160.

ção para o estrangeiro, os passaportes, poderemos levar muito longe a nossa análise».<sup>40</sup> Foi por esta via que inicialmente pensámos e nos deixámos seduzir quando iniciámos o nosso projecto. Ou seja, era nossa intenção conhecer o quadro matricial das famílias dos emigrantes, quer nos ascendentes, quer nos descendentes, por forma a conhecer as trajectórias geracionais e os impactes do retorno em Fafe.

O nosso caminho estava facilitado, pelo facto de possuímos registos da migração interna e da emigração, bem como livros de registo do recrutamento, onde era especificado o lugar onde estes se encontravam, e ainda livros de fiança ao recrutamento, nos arquivos municipais de Fafe. Outra fonte complementar estava ao nosso dispor — os testamentos.

Estávamos, portanto, na posse do método e das fontes fundamentais para identificarmos indivíduos, famílias, e trajectórias geracionais diferenciadas, decorrentes da migração e da emigração do século XIX e dos mecanismos de retorno e não retorno.

A investigação de fenómeno tem seguido outras vias, quer pelas fontes, quer pelos próprios métodos utilizados. Assim, os censos e as estatísticas, como fontes tradicionalmente utilizadas pelos investigadores, sendo dados importantes, revelaram insuficiências que Maria Ioannis Baganha, demonstrou, confrontando os dados dos registos (passaportes e estatísticas da emigração) dos saídos com os registos de entrada nos portos estrangeiros, ressaltando a importância quantitativa dos clandestinos<sup>41</sup>.

Na senda dos que entendem o problema, no quadro da análise estrutural das comunidades rurais, temos os trabalhos de Brettel, *Homens que Partem — Mulheres que Esperam* [1991]; M. Carlos Silva, *Resistir y Adaptar-se — Constrangimentos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal* [1994]; Fátima Brandão, *Terra, Herança e Família* [1994]; Jorge F. Alves, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* [1994], nos quais, e seguindo metodologias diversas, os autores, demonstram a existência de estruturas e quadros históricos, económicos, demográficos e sociais de reprodução e conservação patrimonial, através de estratégias de casamento, herança/sucessão da propriedade, bem como o papel da emigração como fenómeno social e económico.

Estes trabalhos, são hoje contributos importantes para a compreensão da emigração colocada no quadro das estratégias familiares das comunidades rurais só abordável como trabalho de investigação multidisciplinar, global ou totalizante. Ou seja, uma história total a que os antropólogos dão o nome de «holismo», como conceito que «incita o investigador a atender a todas as partes do sistema e

à maneira como se interligam de forma a constituir um todo. Também inclui a consideração das consequências, tanto a longo como a curto prazo, de uma mudança do sistema»<sup>42</sup>.

Fica assim subjacente, e como orientação científica, a intenção de atender ao conjunto das partes que eventualmente integrem o conjunto de um sistema, buscando a identificação da estrutura ou estruturas que o compõem, incidindo no sentido da análise antropológica do fenómeno no espaço em estudo, sem esquecer que o fenómeno teve existência no tempo e, por isso, existência histórica.

## 2. — MÉTODOS E FONTES

### 2.1 — Métodos e técnicas de investigação

Este trabalho, ao perspectivar-se na dimensão da história, exclui a ideia de qualquer ressurreição do passado total, mas no sentido da busca de uma história não limitada aos acontecimentos, ou seja, na procura de contactos com outras ciências do homem.

No sentido de que a história é uma ciência estruturada na duração (curta e longa) e com dimensão de ciência social global, orientam-nos os ensinamentos de Fernand Braudel: «a ciência social deve constituir como puder o modelo, a explicação geral e particular do social e substituir uma realidade empírica e desconcertante por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente»<sup>43</sup>.

Por isso cabe na nossa perspectiva: a microhistória, inscrita no episódico e na curta duração; uma outra de carácter conjuntural, na percepção das alterações de civilização; uma última, estrutural no sentido do que é mais duradouro ou, face às anteriores, com carácter de invariante<sup>44</sup>.

Quando partimos para este trabalho tínhamos já um enquadramento teórico-ideológico da problemática em estudo. Por isso, seguimos um processo simultâneo de recolha e selecção de informações, excluindo as que directamente não se dirigiam, em cada momento, ao centro das nossas preocupações de investigação, centrando-a, por isso, no estudo da emigração do concelho e na perspectiva da identificação dos emigrantes e no conhecimento dos quadros domésticos, bem como o que daí resultou no fenómeno de retorno.

Uma das técnicas seguidas neste trabalho situou-se no quadro da investigação histórica, perspectivada predominantemente no sentido da microanálise e da história estrutural, sem que tivéssemos esquecido os enquadramentos conjunturais

<sup>40</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Demografia Histórica — Um Programa de Docência*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1995, p. 66.

<sup>41</sup> BAGANHA, Maria Ioannis, «Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre emigração», in ROEL, António Eiras, *Emigración Española y Portuguesa a América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Alberto, 1994, pp. 161-173.

<sup>42</sup> BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem Mulheres que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 20.

<sup>43</sup> BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976, p. 139.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, pp. 43-44.

informadores da matriz histórico-social local e os que, sendo de carácter nacional, terão influenciado a localidade.

Tivemos em conta para o nosso trabalho que as técnicas de investigação correspondem ao conjunto dos procedimentos definidos e destinados à produção de resultados iniciados na recolha selectiva de dados e acaba no seu tratamento, constituindo já a fase de obtenção de conclusões.

O método será assim a organização das diferentes práticas de investigação seguidas nas operações técnicas seguidas, sendo a metodologia a crítica das práticas de investigação, por forma a evitar «discursos apriorísticos e os enunciados genéricos»<sup>45</sup>.

O estudo da emigração é assim um problema de natureza quantitativa e qualitativa pelo que, para cumprir os nossos objectivos de estudo, se impunha a descoberta de fontes escritas que nos viessem a fornecer as informações de identificação do emigrante requerente do passaporte, individualizando todos os acompanhantes, por forma a identificar todos os que saíram do território concelhio escolhendo o período que vai de 1834 a 1926, procurando estruturar as informações contidas em tabelas, a partir das quais nos propusemos estabelecer correlações.

O estudo da mobilidade geográfica das populações é um fenómeno que permanece, ainda que com todas as limitações, essencial e necessariamente estatístico. A primeira dificuldade em quantificá-la surge não só para o período pré-estatístico, como também para o estatístico.

Perante a dificuldade em conhecermos a dimensão quantitativa do fenómeno, importa observar as perspectivas e as abordagens em delimitar o objecto e o método do conhecimento do fenómeno.

O método estatístico, utilizado na análise dos diferentes dados: passaportes, recenseamento eleitoral, rol de confessados, permitiu-nos a construção de tabelas, através das quais relacionamos diferentes variáveis, tendo em conta a demonstração das hipóteses por nós formuladas<sup>46</sup>.

Se a aproximação ao valor real e absoluto da emigração portuguesa tem constituído o grande desejo dos investigadores ela não o deve cegar, impedindo-o do conhecimento de outras incidências sociais do problema. É neste pressuposto que, sem descurarmos o quantitativo particular do nosso estudo, procuraremos noutras fontes de natureza qualitativa o conhecimento da emigração local.

O estudo dos fenómenos da mobilidade espacial do homem, inscreve-se na perspectiva de investigação historiográfica definida por Fernand Braudel: «Não há factos em que se não possa distinguir uma parte de individual e uma parte de social, uma parte de contingência e uma parte de regularidade.»<sup>47</sup>

<sup>45</sup> ALMEIDA, João Ferreira de, e MADUREIRA PINTO, José, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 4.ª ed., 1990.

<sup>46</sup> QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 218.

<sup>47</sup> BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1976, p. 130.

Assim, as migrações constituem um fenómeno dependente de contextos espaço/temporais concretos e que escapam à lucidez dos seus actores, inseridos em contextos próprios e cujos reflexos se manifestam posteriormente em múltiplas vertentes dos fenómenos sociais, por isso devendo ser inseridos na perspectiva de contacto com outras ciências do homem e o uso de fontes que nos permitam analisar a comunidade e classificar os estratos sociais de onde saíram os emigrantes.

Na perspectiva da análise das fontes, seguiremos a sua classificação em quantitativas e qualitativas, as quais permitem metodologias distintas independentemente de serem manuscritas ou impressas. Se a classificação decorre da natureza das informações contidas na fonte, a técnica do seu tratamento também a determina.

Porém, através da nossa prática, concluímos que esta classificação não conduz à compartimentação das informações contidas nas fontes, dado que teremos sempre presente o carácter qualitativo das informações quantitativas e a possibilidade de organizar quantitativamente as informações de natureza qualitativa.

Por outro lado se as informações possibilitam um tratamento analítico quantitativo passível de análise diacrónica, de base estatística, identificando o comportamento social ao longo de um tempo curto ou longo, o contexto da sincronia permite considerações de carácter analítico potenciando leituras com incidências que escapam à primeira análise.

Por isso, sempre que as fontes de natureza meramente descritiva apresentem informações passíveis de organização em tipos ou classes, o seu tratamento quantitativo é indispensável.

Teremos em conta o carácter global da análise diacrónica, procurando através da sincronia o estudo do momento. Assim, as informações de carácter qualitativo complementam a análise sincrónica como complementos particulares e, especialmente, cruzando fontes de natureza distinta, permitindo o aprofundamento de informações sobre indivíduos, famílias ou grupos.

Dado que o observador é natural e residente do local do grupo em estudo, foi-lhe permitido situar-se nas perspectivas de análise não documental — história oral/observação-participante.

Pelo facto de residirmos no concelho em estudo à cerca de vinte anos e termos desenvolvido durante esse tempo trabalhos de recolha de dados e pesquisa em vários domínios, nomeadamente pesquisa histórico/patrimonial e etnográfica, e ser natural de uma freguesia limítrofe do concelho de Fafe, não integro de qualquer forma os grupos, as situações e processos sociais em análise.

Durante o processo de pesquisa entrevistámos emigrantes do Brasil descendentes de «Brasileiros» e antigos criados das suas casas, o que constituiu uma outra técnica de análise presente neste trabalho, num processo de «reconstituição» do passado.

Tivemos o cuidado de filtrar as informações, perceber a fabulação, excluir discursos de protecção de imagens pessoais e familiares, perceber as conflitualidades familiares presentes nos discursos contraditórios, ladar as imagens de exaltação



de passados poucos claros, procurando tecer com minúcia e distanciamento intelectual análises que fossem ao encontro dos cuidados e precauções enunciadas por Pina Cabral, confiantes na nossa capacidade em manter conscientemente os limites e guardar a distância necessária ao rigor científico<sup>48</sup>.

O estudo e os conhecimentos anteriores do processo de construção e da distribuição dos espaços e componentes urbanos, seus proprietários ou agentes construtores, relações de parentesco entre eles, e ainda o contacto com as famílias e descendentes actuais, conduzir-nos-ão ao entendimento da noção de território, grupo, poder..., no sentido ideológico-social local.

Sabemos que neste trabalho nos debruçamos sobre uma realidade do passado e que o seu conhecimento constitui uma abstracção formal tendo por base a utilização de processos e instrumentos analíticos para a apropriação desse mesmo passado, sentindo-nos numa permanente relação sincrónica e diacrónica da sociedade local.

Dado que as fontes de que nos servimos são de naturezas muito distintas, classificámo-las em duas categorias: documentais manuscritas, impressas, e as não documentais.

Esta classificação nada tem a ver com a tipologia das informações aí contidas, referindo-se apenas à natureza das próprias fontes.

As manuscritas apresentam-se em estado bruto, ou seja, decorreram do exercício directos das práticas administrativas da câmara municipal, da administração do concelho, registos paroquiais, documentos particulares. Por outro lado, as impressas são já o produto de uma intencionalidade analítica, de tal modo que, para sua utilização, atenderemos a cuidados decorrentes da perspectiva e intenções do seu autor ou da instituição produtora dessas fontes e dos objectivos que presidiram à sua feitura, enquanto integrantes do fundo público.

Se as primeiras decorrem do exercício directo do acto administrativo, naturalmente subordinadas às intencionalidades político/administrativas civis ou eclesiásticas, as quais foram evoluindo no conteúdo e na estrutura conforme se foram modificando ou aperfeiçoando as instituições, ou do rigor do amanuense, as impressas correspondem a trabalhos analiticamente elaborados.

Recorremos as outras fontes, buscando informações que permitissem conhecer contextualidades temporais, sociais e culturais geradoras de sentido global e espacial do nosso estudo, recorrendo a bibliografias de carácter histórico, no sentido da perspectivação do nacional e nas monografias e corografias o que sobre a localidade e a região existia publicado, bem como em bibliografias de apoio teórico-científico, perspectivador do nosso estudo.

Para concretizar os nossos objectivos de estudo, impunha-se a descoberta de fontes escritas que nos fornecessem as informações documentais sobre o processo histórico local, os actos e vivências sociais e familiares dos emigrantes, tendo em conta a sua utilização e valor quantitativo e qualitativo.

<sup>48</sup> PINA-CABRAL, João de, *Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 44.

No que se refere aos locais de depósito e posse dos documentos designámo-los por fundo público, fundo local (civis ou eclesiásticos) e fundo privado.

O nosso trabalho assenta, fundamentalmente no fundo local, constituído por documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos. Os livros do fundo local são constituídos por monografias sobre a história local, arte, arqueologia, documentação produzida pelas autoridades ou outras entidades locais, nomeadamente a emanada pela Câmara Municipal e outros órgãos autárquicos. Publicações periódicas: jornais, almanaques, anuários<sup>49</sup>.

Caminhámos por todas estas fontes, na medida em que o conhecimento «da vida quotidiana das pessoas que viveram há 50 ou 100 anos não será apenas testemunhada pelos relatos oficiais, notícias de jornais ou dados estatísticos, mas também por pequenas espécies, hoje para nós de importância ínfima e que normalmente todos desprezamos. [...] As fotografias e postais podem retratar paisagens e pessoas, e que mundo de informação contém! As alterações urbanísticas, os edifícios desaparecidos ou transformados, a iluminação e os transportes públicos, o vestuário e os penteados, as poses, enfim, a memória visual de muitas épocas da vida de uma comunidade está aí conservada»<sup>50</sup>.

Do fundo privado consultámos os arquivos particulares de um «Brasileiro», constituído pela sua correspondência comercial e particular, bem como tivemos acesso privilegiado a informações das famílias dos descendentes sobre a memória familiar e as tramas e trajectórias dos emigrantes e seus descendentes. Visitámos demoradamente as suas casas, os objectos pessoais, ouvimos as histórias das famílias, penetrando na intimidade explícita e no que de secreto nelas existe, preservando imagens sociais e as inimizades não reveladas.

No decurso dos finais do século XIX e inícios do século XX surge uma extensa bibliografia, onde são apresentadas as características gerais da emigração portuguesa, baseadas em fontes nacionais.

Estas fontes são o produto do cumprimento das obrigações atribuídas aos governos civis de dar conta ao Governo semanalmente da execução dos Regulamentos a respeito dos passaportes em geral e da diligência ou negligência no cumprimento do estipulado no art. 249, cap. 1 e notas, conforme o art. 230.

A lei prescrevia ainda que deveriam ser dissuadidos de emigrar os que solicitassem passaporte para esse fim e «remeter regularmente ao Governo um mapa semestral de todos os navios, que dos portos do seu distrito saíssem com colonos, designando o porto da saída, o nome do navio e sua nacionalidade, o do capitão, o número dos passageiros, seu sexo, idade e o porto de destino», conforme prescrevia a Portaria-Circular de 11 de Maio de 1854<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> NUNES, Henrique M. Barreto, «A biblioteca e a memória da vida locais», separata do *Boletim Cultural*, 9, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1989, pp. 4-6.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>51</sup> *Código Administrativo Português*, de 18 de Março de 1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp. 130-131.

No cumprimento destes normativos e daqueles que referimos no capítulo anterior assenta a natureza das fontes em que se tem baseado os estudos sobre a emigração, a partir das quais foram construídas as estatísticas nacionais e os registos oficiais.

Numa primeira análise, surge a problemática dos clandestinos e sua representatividade estatística, em que Maria Ioannis Baganha, analisando a fiabilidade àquelas fontes nacionais, conclui «que as características sócio-demográficas dos emigrantes registadas nas fontes nacionais fornecem uma visão incompleta e distorcida do fluxo migratório, pelo que a sua revisão se torna necessária»<sup>52</sup>.

Por outro lado, está por aferir o cumprimento por parte das entidades mediadoras do Estado no cumprimento do estipulado na lei, ou seja, em que medida os governadores civis davam cumprimento à obrigação de «dar conta ao Governo semanalmente da execução dos Regulamentos a respeito dos passaportes» e «re-meter regularmente ao Governo um mapa semestral de todos os navios, que dos portos do seu distrito saíssem com colonos, designando o porto da saída, o nome do navio e sua nacionalidade, o do capitão, o número dos passageiros, seu sexo, idade e o porto de destino» como referimos, dada a intenção dissuasiva da emigração estabelecida por lei.

Depois dos estudos sobre o volume e composição sócio-demográfica de emigração legal [Freitas, 1867; Figueiredo, 1873; Martins, 1891; Costa, 1911; Carqueja, 1916; Bettencourt, 1961; Evangelista, 1971; Godinho, 1978; Pereira, 1981], começaram a surgir diferentes abordagens e perspectivas de estudo dos clandestinos, de entre os quais destacamos os de Maria Ioannis Baganha e Jorge F. Alves, seguindo perspectivas e metodologias distintas para o problema.

O nosso trabalho centra-se particularmente no fluxo legal da mobilidade, ou seja, naqueles que efetivamente manifestaram vontade de migrar ou emigrar, junto do administrador do concelho, cumprindo todas as obrigações e condicionamentos legais atrás descritos, para que lhes fosse concedido o passaporte, ficando excluída qualquer referência aos clandestinos.

Desde 1825, nenhum passageiro podia sair dos portos do Reino sem passaporte legal e todos estavam obrigados a solicitar passaporte para saírem da sua residência para além de cinco léguas de distância. Por outro lado, aqueles que transitassem sem passaporte ficavam sujeitos a uma multa de 2\$4000 réis, à excepção dos trabalhadores que se dirigissem ao Alentejo para se empregarem na agricultura, que estavam dispensados de passaporte. No entanto deveriam ser munidos de guias gratuitas passadas pelos administradores de concelho, com os nomes e sinais dos portadores.

Estamos, assim, perante a existência de um controlo apertado sobre os cidadãos, utilizando o passaporte como instrumento de controlo e as guias de trânsito

<sup>52</sup> BAGANHA, Maria Ioannis, «Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigración Española y Portuguesa a América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 161-173.

como um eufemismo. Isto é, as guias distinguíam-se do passaporte apenas pelo custo e pelas penas atribuídas aos que circulassem sem elas.

Para o estudo da emigração do concelho de Fafe, existe no Arquivo Municipal de Fafe uma série de livros destinados ao registo de emigração, não catalogados, e que organizámos. Desta fonte elaborámos um quadro-síntese dos livros consultados que apresentamos em anexo: registo das guias de trânsito; relações de certificados de identidade a pessoas que na administração do concelho solicitaram guias para obterem passaporte para o império do Brasil; registos do processo para concessão de bilhetes de identidade para a saída do reino; registo de processos de justificação para concessão de passaportes cujos processos eram enviados ao governador civil; registo das guias de identidade de operários para irem trabalhar para Espanha; termos de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas a favor de militares e mancebos que dele necessitam para obter licença militar a fim de ausentarem do país; termos de abonação ou reconhecimento de identidade em favor de pessoas do sexo feminino que pretendam ausentar-se do país, e aos quais seja exigido atestado de honestidade e comportamento; termo de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas que tenham pretensões militares. Estas fontes, ainda que com designações diferenciadas, apresentam uma sequência cronológica que cobre os anos de 1834 a 1926.

Dado que para os anos de 1873-1876 e 1896-1908, no Arquivo Municipal não encontramos os livros correspondentes, em sua substituição consultámos os registos do Governo Civil de Braga.

Nesta fonte os dados aparecem formalmente divididos em duas partes: uma, à esquerda, com os sinais particulares do emigrante (idade, altura, rosto, sobrolho, olhos, nariz, boca e cor). Com frequência é referida a alfabetização: «escreve» ou «não escreve»; a outra parte do registo refere o nome do emigrante, estado civil, nome do pai e por vezes da mãe, naturalidade ou residência, o destino, data de saída. Quando é casado é referido por vezes o nome do cônjuge. No caso de o titular se fazer acompanhar de outras pessoas, como a mulher, os filhos, enteados, sobrinhos, criados ou outros, os dados de identificação são apresentados no mesmo registo referindo-se aí as relações de parentesco com o titular. Existem outras informações não sistemáticas, tais como: lugar onde o requerente se dirige para requerer o passaporte (Porto ou Braga), lugar de embarque (Porto ou Lisboa), se vai engajado ou não e, no caso afirmativo, é referido o nome do engajador. Quando o passaporte é de pessoas casadas do sexo feminino, este indica o nome do cônjuge e que vai para a sua companhia.

Esta fonte ainda que não se cumprindo sistematicamente a estrutura informativa referida, mantém uma grande regularidade, percebendo-se que o escrivão, cumpria, no essencial, a identificação cuidada do emigrante.

Diga-se que a administração municipal era muito mais cuidadosa na identificação dos candidatos à emigração, dando-nos informações muito rigorosas. Damos como exemplo a minúcia com que são identificados os expostos, indicando o lugar onde foi exposto, onde foi baptizado, quem foi a sua ama e onde residia.

Nos «termos de abono identidade» o processo é semelhante, ainda que neste caso se trate de um registo escrito em forma de acta onde constam todos aqueles dados, sendo pormenorizada a descrição dos dados do emigrante, nomeadamente o nome dos pais, a naturalidade e residência, bem como o declarante abonador da identidade e que se responsabiliza pela identificação do requerente e por duas testemunhas, as quais são identificadas pelo nome, profissão, e residência. Estes «termos» a partir de Março de 1882 passam a apresentar-se selados.

No caso dos «termos de fiança ao recrutamento», além dos dados referidos do requerente mancebo que se propõe emigrar e das testemunhas abonatórias, é referida a data do seu nascimento, bem como as condições impostas pelo normativo ao fiador.

Podemos afirmar que estamos perante fontes muito seguras sobre o que foi a mobilidade regional entre 1834-1862 e a emigração entre 1834 e 1926, permitindo-nos que os dados recolhidos fossem informatizados em três bases de dados distintas: uma, dos indivíduos que migraram para destinos dentro do país (internos) entre os anos 1834-1862 outra, com os indivíduos que, entre 1834 e 1930 saíram do país para destinos externos, e uma terceira com os que requereram passaportes do Governo Civil do Porto para o exterior do país entre 1836-1885 tendo os dados desta última sido cedidos por Jorge Fernandes Alves.

A estrutura destas bases de dados contém os seguintes campos: nome, idade, data de nascimento, sexo, estado civil, naturalidade (lugar, freguesia, concelho), profissão, alfabetização, situação ao nascimento (legítimo, ilegítimo e exposto), nome do cônjuge, nome do pai, nome da mãe, data de saída, destino, engajamento, dados do abonador: nome, estado civil, profissão, alfabetização, residência, observação (residência do emigrante, acompanhantes).

Em todas as fixas conseguimos todos os dados sobre o nome do migrante e do emigrante, a freguesia e concelho de naturalidade, sexo, destino, data de saída, a residência. O nome do pai aparece quase sempre e o nome dos dois ascendentes é sempre referido nos termos de identidade. A profissão é outro dado muito regular, excepto no caso de menores.

No processo de recolha de dados e perante a dificuldade em distinguirmos indivíduos com o mesmo nome, decidimos incluir para análise estatística todos os passaportes, independentemente de se tratar de uma única saída ou de passaporte de recemigração — «torna-viagem», ou seja analisamos o fenómeno e não a ausência individual.

O «Livro dos elegíveis para deputados e mais cargos públicos a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882, em conformidade das leis de 30 de Setembro de 1852, 29 de Novembro de 1859 e de 8 de Maio de 1878», é composto de cento e sessenta folhas, com termo de abertura e de fecho assinado com a data de 25 de Janeiro de 1881 e assinado pela Comissão de Recenseamento do concelho: José António Vieira de Castro, Adolfo Augusto Leite Ferreira Leão, António Augusto de Meireles, António Joaquim da Silva, José Maria Soares e Castro, Luís Ribeiro Vieira de Castro e Francisco Gomes Vieira de Castro.

Esta fonte apresenta os seguintes dados: número de ordem; nomes dos recenseados; morada: freguesia e lugar; emprego ou profissão, estado civil; idade; título literário; contribuições: do estado, diversas; elegíveis: deputados, municipais, paroquiais; os 40 maiores contribuintes do concelho. Estes dados estão ordenados por ordem alfabética das freguesias do concelho de Fafe e cada uma delas, por ordem alfabética dos eleitores.

A primeira folha apresenta uma síntese do conteúdo indicando o número de folhas, número de eleitores e elegíveis por freguesia. Na segunda, o círculo de Fafe designado por n.º 15, apresenta as quatro capitais das assembleias eleitorais (Fafe, Moreira, Vila Cova e Seidões), respectivas freguesias que compõem cada uma e, ainda, um quadro-resumo do número de eleitores: (Fafe — 1495; Moreira — 870; Vila Cova — 1029; Seidões — 1095). A capital da Assembleia de Seidões integra a freguesia de São Bartolomeu do Rego, do concelho de Celorico de Basto, tendo nós excluído esta freguesia por não integrar o concelho em estudo.

Esta listagem permite-nos identificar os habitantes de cada uma das 36 freguesias que se encontravam na condição de serem eleitores e/ou elegíveis, em conformidade com o estipulado no Decreto de 30 de Setembro de 1852.

Ao fazermos o cruzamento destes dados com os Róis de Confessados, de Quinchães, permitiu construir uma compreensão mais completa do quadro sócio-económico da freguesia e das respectivas famílias.

O cadastro ou rol de confessados da freguesia de São Martinho de Quinchães constituiu outra fonte que introduzimos na nossa base de dados: número de ordem, nomes, estado (civil), anos (idade), confessados, número de varões e fêmeas, e ausentes

Esta fonte informa-nos da estrutura e composição de cada um dos agregados familiares da freguesia, identificando o cabeça-de-casal e mulher, filhos, netos, avós, sobrinhos, expostos, criados, enteados, cunhados residentes no fogo. Estes dados permitiram-nos fazer a classificação de tipos de agregados familiares, identificar os ausentes no quadro das famílias e respectivas idades, bem como cruzar os dados com os do recenseamento eleitoral.

O *Censo da População do Reino de Portugal, 1 de Dezembro de 1890*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, Parte II: «População de facto em cada Concelho, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo e por grupo de idades», como fonte estatística dá-nos o quadro da ocupação dos activos e sua distribuição por profissões, muito importante como informação complementar do recenseamento eleitoral de 1881 e construção de estruturas sociais e profissionais, para além do conhecimento sócio-económico do concelho.

Na impossibilidade temporal da reconstituição da paróquia de Fafe inicialmente tida como propósito, tendo em conta o método de Maria Norberta Amorim e o que refere para a questão central do nosso estudo<sup>53</sup>, dado ser, em nosso en-

<sup>53</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Demografia Histórica — Um Programa para a Docência*, Universidade do Minho — Instituto de Ciências Sociais, 1991, pp. 63-69.

tendimento a única forma de excluirmos os indivíduos em processo de reemigração, e conhecermos com adequada fiabilidade a verdadeira dimensão quantitativa e sócio-familiar dos emigrantes por freguesia, optámos por fazer, nesta fase do trabalho, levantar os nascimentos entre 1802 e 1870, complementando as informações com entrevistas às famílias em observação.

Depois de reconstituirmos as famílias, através do método referido, poderemos vir completar o nosso estudo, com maior aprofundamento, tendo em conta a matriz sócio-demográfica das famílias produtoras da migração e emigração, bem como entender o fenómeno de retorno, no quadro dos posicionamentos sociais dos respectivos grupos domésticos e perspectivar com maior rigor as motivações do retorno, como instrumento estratégico de reprodução e conservação de estatutos sociais.

PARTE II

**Fafe — construção de um território**

## I — CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO

Definimos como conceito de «construção de um território» a existência de uma dinâmica temporalmente não delimitada, sendo por isso atributo de um processo histórico, demarcado no espaço, aqui considerado em vários sentidos: microrregião natural, concelho administrativo, parcelas do concelho, a cidade de Fafe e a freguesia, onde são identificáveis diferentes processos e formas de ocupação e de territorialidade. Isto é, onde se estruturaram hierarquias e representações diferenciadoras de carácter económico, social e simbólico, como manifestações interactivas e agregadoras dos ocupantes.

Desta noção surgem, nomeadamente, as ideias que associamos quando distinguimos naturais e residentes, naturais não residentes e «brasileiros» de retorno, perdendo as noções anteriores significado.

Neste capítulo procuraremos descrever os elementos da paisagem geográfica ou natural, assente no conceito de ambiente «que comanda ou orienta as capacidades e as atitudes dos homens»<sup>1</sup>, as identidades e as diferenças físicas e territoriais, as atitudes de ocupação e aproveitamento económico consideradas como aquisições e efeitos de cultura e de memória histórico-civilizacional e as estruturas de representação social de carácter simbólico, nomeadamente estatutos e profissões.

Estamos assim perante relações estabelecidas entre o Homem, a sociedade, o espaço, onde este actua na vida de cada um e no funcionamento da sociedade. Segundo Paul Claval «as relações e os suportes que lhe são indispensáveis são ainda complicadas pela desigual mobilidade dos bens»<sup>2</sup>. Por outro lado, convivem no indivíduo várias noções de espaço: o vivido e o representado, investidos de todas as «estratégias de utilização ou de deslocamento que são originadas pela necessidade de agir das pessoas pela sua preocupação em ganhar a vida, pela seu prazer em gozar e pela sua vontade de alcançar um lugar invejável dentro da sociedade»<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Beaujeu-Garnier, J., in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 164.

<sup>2</sup> CLAVAL, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 61.

<sup>3</sup> Idem, p. 65.

Por outro lado, procuraremos caracterizar o processo histórico, visto através da construção de uma matriz unificadora de carácter administrativo-territorial, configurada pelo processo histórico e legislativo nacional, hoje legitimador de unidades municipais.

Inseriremos uma referência particular a Fafe, como uma das 36 (freguesias) unidades de referência espacial administrativa do território concelhio, que informou a existência das pessoas nele instaladas, ganhando um significado marcante, nomeadamente pela ambiguidade que o termo representa, por designar simultaneamente, a antiga vila, a actual cidade, a freguesia com o mesmo nome, ou simplesmente, para os locais, como o lugar apenas definível no quadro das representações simbólicas de «centro, ou lugar central, que pertence à esfera dos valores e das crenças»<sup>4</sup>, onde ocorreram as mais evidentes explicitações de centralidade e se conjugaram sistemas de agregações diferentes: o centro ou sede administrativa, em primeiro lugar do concelho de Montelongo e depois do de Fafe; as de natureza sócio-familiar dos «Brasileiros» de retorno, como reflexo das estratégia de afirmação e representação simbólica de estatutos sociais burgueses, manifestos na expressão de um nosso informador descendente de «Brasileiros», referindo-se ao seu grupo social e o «decisor e influente» na localidade — «somos todos primos».

Esta expressão expressa uma identidade central simbólica para os que se têm como iguais, delimitando espaços sociológicos próprios e assentes no parentesco e na descendência comum de «Brasileiros» ou emigrantes de retorno e nas estratégias matrimoniais estabelecidas no passado pelos ascendentes e descendentes.

Na cidade marca-se, como diz Paul Claval, o espaço abstracto das distâncias sociais, reflectido pela preferência por este lugar, como objecto de diversas valorizações, em oposição à desvalorização do distante<sup>5</sup>.

### 1.1 — Território e paisagem local

A abordagem de uma paisagem ou território é diferente conforme for o interesse de que ela é objecto e do modo como ela é encarada.

Olhe, meu caro, esta boa terra de Fafe é assim: pão pão, queijo queijo — portuguesa de lei, hospitaleira, franca até á rudeza e capaz também de pôr um bom cacete de cerquinho, a sua justiça deles, onde el-rei não haja posto a sua própria.

E é que a espada vai na burra, e nada por isso de contrariar a altaneira Fafe. Mas é de simpatizar, não é verdade?

Eu, de mim, quando ao regressar de Basto, em uma das excursões que fiz pela província, cheguei ao alto da Gandarela e avistei a larga bacia enflorada de esmeraldas, em que assenta a maior parte do conce-

<sup>4</sup> SHILDS, Edward, *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 53.

<sup>5</sup> CLAVAL, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 63-66.

lho, paisagem onde a luz ri e a água brinca, tive a compreensão desta alegria máscula e saudável, deparando no vale extenso e nas montanhas rudes com o aspecto duma natureza, que é ao mesmo tempo uberrina e alegre, forte e expansiva. Aí tem o homem explicado pelo meio<sup>6</sup>.

Entenderemos como paisagem o que um espaço tem de natural, com modificações lentas ou pouco visíveis nos aspectos físicos e tudo o que ela recebeu ao longo dos tempos pela intervenção humana. Por território entendemos a ideia que projectamos sobre um espaço e nas diferentes formas de interacção estabelecidas entre os seus ocupantes ao longo dos tempos.

Como as formas utilizadas de interacção dependem da natureza da paisagem e do homem que a utiliza, podemos concluir pelo surgimento de realidades distintas no concelho: o norte e o centro/sul.

Para efeitos de análise utilizaremos também os seguintes conceitos: freguesia como sinónimo de paróquia, concelho como sinónimo de município e, por último, o distrito, aos quais correspondem entidades territoriais administrativas, dado que a estas correspondem estruturas administrativas expressas nas fontes documentais e a representações de identidade em uso.

Assim, Fafe é a designação simultânea de duas realidades distintas: a única freguesia urbana e a sede administrativa do concelho.

O concelho de Fafe localiza-se no Minho geográfico. O Minho dos contrastes, económicos, sociais e humanos: O litoral, o Alto Minho, e o Minho interior.

Fafe, dentro desta região do norte do país, pertence ao Minho do interior; o Minho do Alto Ave e dos contrafortes do Marão, da Cabreira e do Gerês, onde predominam pequenos vales percorridos por inúmeros ribeiros originários da cadeia montanhosa que circunda o concelho e preenche a maior parte do seu território a que a romanização chamou de «Mons Longus», onde radica a sua antiga designação de concelho — Montelongo.

Desta região, temos, em 1527, uma das primeiras referências descritivas: «Este concelho de Montelomguo he terra de montenha e caise chão ño tem loguar junto nhuñ nem fortaleza»<sup>7</sup>, referindo-se, deste modo, mas muito genericamente, a um primeiro território que o concelho de Montelongo ocupava e que actualmente constitui parte do actual concelho de Fafe.

Os limites geográficos do actual concelho são definidos, a Norte pelo rios *Ave* e a Este pelo *Tâmega*, os quais, através dos seus vales profundos, marcam as fronteiras desta microrregião no sentido Este-Oeste e Norte-Sul, delimitando-se assim das terras do Barroso e do Marão. Para cá do rio *Tâmega* fica a serra do Viso, como limite do território de Fafe, como prolongamento natural do planalto de «Montelongo» e situada já no concelho de Celorico de Basto.

<sup>6</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, t. 1, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 566.

<sup>7</sup> FREIRE, A. Braamcamp, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI Século», p. 241, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, 3 (7-8), 1905.

Geograficamente, Fafe é já o fim dos vales extensos e abertos do Norte litoral, que lentamente se ajustam e se reduzem, aproximando-se progressivamente aos contrafortes das montanhas do interior, anunciando o início dos concelhos do Minho interior.

Os limites administrativos são definidos a Norte pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho; a Leste, pelos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto; a Oeste, pelo concelho de Guimarães; a Sul pelo de Felgueiras. Saindo da sede do concelho vai-se aos dois primeiros viajando pelo serpentear do vale apertado do *Vizela* e, a partir de Travassós, pelo rio *Pequeno* para se chegar, à bacia do *Ave* e às terras do Barroso. Aos concelhos de Basto chega-se atravessando as serras de Moreira ou da Lameira.

Aos concelhos de Guimarães e de Felgueiras vai-se caminhando na direcção do Sul e Sudoeste, parecendo mais fácil e próximos. Os montes parecem franquear a ida, agachando-se e abrindo-se para facilitar passagens, onde tudo parece mais aberto mas também mais cheio, rico e verde, num quadro geomorfológico local que ao longo de milénios apresentou alterações muito lentas e indetectáveis.

Actualmente, os 47 817 habitantes do concelho distribuem-se por 216,72 km<sup>2</sup>, dispersos por 36 freguesias: Aboim, Santa Maria; Agrela, Santa Cristina; Antime, Santa Maria; Ardegão, Santa Marinha; Armil, São Martinho; Arnozela, Santa Eulália; Cepães, São Mamede; Estorãos, São Tomé; Fafe, Santa Eulália; Fareja, São Martinho; Felgueiras, São Vicente; Fornelos, Santa Comba; Freitas, São Pedro; Golães, São Lourenço; Gontim, Santa Eulália; Medelo, São Martinho; Monte, São Miguel; Moreira de Rei, São Martinho; Passos, São Vicente; Pedraído, São Bento; Queimadela, São Pedro; Quinchães, São Martinho; Regadas, Santo Estevão; Revelhe, Santa Eulália; Ribeiros, Santa Maria; Arões, Santa Cristina; Arões, São Romão; São Gens, São Bartolomeu; Silvares, São Martinho; Silvares, São Clemente; Seidões, São Martinho; Serafão, São Julião; Travassós, São Tomé; Várzea Cova, Santa Maria; Vila Cova, São Bartolomeu; Vinhós, Santo Estevão.

Tendo em conta as características geográficas do concelho, poderemos sugerir a sua divisão em duas partes distintas, tendo em conta as identidades do relevo dominante e das formas de organização dos aglomerados habitacionais: as freguesias do norte e as do centro/sul do concelho.

Esta perspectiva foi já apresentada por Maria Palmira da Silva Pereira [1952], onde nós encontramos os fundamentos e algumas das considerações sobre o território e a paisagem local.

O Norte — planáltico —, é o lugar onde se encontram as pequenas povoações de tipo concentrado e, ao mesmo tempo, onde se inscrevem os pontos de maior altitude do território local: Monte do Santinho (Quinchães), 706 m; Pousa Foles (São Gens), 718 m; Serra do Marco (Povoação, São Gens), 851 m; o Marão (São Miguel do Monte), 834 m; Morgair (Gontim), 893 m; Monte de Penas Aldas (Freitas), 543 m; Santa Marinha (Freitas-Travassós), 597 m; Listoso (São Vicente de Passos), 584 m; Santo Antonino (Santa Cristina de Arões), 526 m; São Sabagudo (Armil), 542 m; Calvelo (Seidões), 724 m.

Estas elevações, sem evidenciarem características próprias das serras, apresentam prolongamentos nas vertentes que se alongam numa progressiva diminuição de altitude orientadas para Sul e Oeste, onde se localizam os concelhos vizinhos de Felgueiras e Guimarães.

No Norte acentua-se a altitude do planalto de Montelongo, que circunda o concelho, onde nascem os rios *Vizela*, *Ferro*, *Bugio* e muitos outros pequenos rios seus afluentes, os quais vinculam a paisagem no seu caminho para o *Ave*.

O rio *Vizela*, como a mais importante linha de água, com nascente na freguesia de Pedraído, mereceu a atenção, em 1706, de Carvalho da Costa [1706], que descreveu o seu trajecto desde a nascente até desaguar no rio *Ave*.

O rio *Vizella* dista de Guimaraens huma legoa para Sul, nasce nas terras do Couto de Pedraydo, & despenhando-se por ellas ao lugar de Calçoens, corre partindo a Freguesia de S. Pedro de Queimadella do termo de Guimaraens, & daqui buscando o lugar de Vizella, ahí toma o seu nome na Freguesia de S. Thomé de Travaços passa à de S. Vicente de Passos, dividindo-a do Concelho de Montelongo, & nesta freguesia tem a sua ponte de Bouças de pedra lavrada junto da Ermida de S. Bartolomeu, que estando na borda do rio he daquelle Concelho, & correndo de Nascente a Sul pela Freguesia de Gulaens chega à Honra de Cepaens, donde quasi meya legoa de distancia vay dividir o Couto do Pombeiro do termo de Guimaraens.

No Couto de Pombeiro acha o rio *Avizela* franqueando a sua passagem para o Vendaval com a ponte do Pombeiro de pedra lavrada, ao pé da serra de Santa Catarina, da parte Sul. [...] <sup>8</sup>

Ao ser assim tão cuidadosamente descrito infere-se da importância que estas linhas de água tinham na viragem do século xvii, não só para Montelongo, como para as terras do termo de Guimarães e para o importante Couto Beneditino de Pombeiro.

Este rio, sendo a maior e a mais importante linha de água do concelho, orienta-se dentro do território concelhio no sentido Nordeste-Sudoeste, recebendo as águas de dois dos seus principais afluentes: o *Ferro* e o *Bugio*, cujos percursos se orientam no sentido Este-Oeste.

Estas linhas de água compõem a orografia do concelho: o *Bugio*, com nascente na freguesia do Rego (Celorico de Basto), percorre depois as freguesias de Seidões, São Martinho de Silvares; o rio *Ferro*, que aparece na freguesia de Ribeiros, surge em Fafe e Armil, para depois se juntar ao rio *Vizela* na freguesia de Jugeiros, já no concelho de Felgueiras.

Marcam ainda a orografia e a paisagem do território, outras duas linhas de água: uma na freguesia de Várzea Cova, localizada no extremo Nordeste do con-

<sup>8</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. 1, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1868, p. 102.

celho, percorre-a no sentido Norte-Sul, saindo, depois, para o concelho de Celorico de Basto; outra, conhecida por rio *Pequeno*, inicia o seu trajecto em Requeixo, na freguesia de Travassós, e percorre as freguesias de Vila-Cova, Freitas, Serafão e Agrela, o que faz orientar as suas águas no sentido Sul-Norte, depositando-as finalmente no rio *Ave*, já nas terras de Lanhoso.

A orientação destas linhas de água, cujas nascentes se situam no território do concelho, ou que por ele correm, vinculam os declives do relevo local e o modo como as populações nele se instalaram, dado que, nas sua vertentes, se instalaram as populações que hoje formam as freguesias e lugares habitados.

No extremo Norte, quase nos debruçamos sobre o leito do rio *Ave* e nos sentimos nas proximidades das freguesias que se encontram geograficamente mais distantes da sede administrativa, nomeadamente Gontim, Aboim, São Miguel do Monte, Felgueiras, Várzea-Cova, Pedraído, Queimadela, Várzea-Cova.

Dos pontos mais altos do Norte, vêem-se os afloramentos graníticos agrestes e despídos do Marão, Cabreira e Gerês, vincando desníveis abruptos que debitam para as terras de Fafe ventos secos, que influenciam negativamente a capacidade vegetativa das culturas e plantas naturais desta parte do concelho.

A vista daqueles maciços montanhosos e cinzentos do interior contrasta com a do litoral, anunciada na frescura verdejante das chãs húmidas das encostas do planalto de Montelongo, escondidas por entre carvalhais que se estendem pelas encostas viradas a Sul e Oeste, protegidas dos efeitos desidratadores das ventanias do Norte.

A vegetação arbórea sempre terá sido reduzida, dado que, ainda hoje, podemos observar rebanhos de ovinos e caprinos que teimam em testemunhar antigas e documentadas formas de vivência tradicional, o que ainda justifica a existência de grandes manchas sem vegetação arbórea.

Por entre as manchas dos carvalhais restam ainda raros exemplares de uma fauna que, noutros tempos, terá sido rica e variada, havendo ainda notícias de uma fauna variada: corças, lobos, lebres, texugos, lontras, perdizes, rolas, pombos, águias, corvos, codornizes, e muitos outros animais que outrora povoaram a paisagem do concelho.

Porém, e tendo em conta a importância que a caça tinha na alimentação dos habitantes locais, destacamos a informação do século XIX, que revela antigas abundâncias que então ainda existiriam:

A nossa mesa era lauta em coelhos. Façam ideia do montesinho da terra, sabendo que um criado saía fora de portas com dois cães e um pau, e voltava com uma braçada de coelhos, uns, a meu ver, filados pelos cães, outros derreados à bordoadá<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *As Memórias do Cárcere*, Lisboa, 1.ª ed. Parceria A. M. Pereira, L.<sup>a</sup>, 1862.

O carvalho é a árvore que assume maior relevo, quer pela madeira que desde sempre forneceu, quer pela possibilidade de surgimento de duas indústrias artesanais: a do carvão e a da casca.

Se a indústria do carvão ainda hoje resiste como actividade dos habitantes desta parte do concelho, a da casca, em 1952, era referida como actividade de relevo. A casca era extraída do carvalho de quatro em quatro anos, principalmente nas freguesias de Várzea Cova e Aboim, a qual, depois de seca era moída. Após a extração do tanino da casca, este era vendido para o Porto e Guimarães onde era utilizado na indústria dos curtumes. O resíduos da casca eram queimados nas lareiras<sup>10</sup>.

Pela observação da distribuição dos aglomerados populacionais do Norte conclui-se que o planalto e encostas do Norte é constituída por um elevado número de pequenos lugares habitados e de aglomerados dispersos na montanha e, ao mesmo tempo, um reduzido número de povoações: Vilela (Quinchães); Casadela (Quinchães); São Lourenço (Quinchães); Montim (Quinchães); Burgueiros (São Gens); Povoação (São Gens); Vila Pouca (Moreira de Rei); Barbosa (Moreira de Rei); Vilela (Moreira do Rei); Bastelo (Várzea Cova); Lagoa (Várzea-Cova); Gontim; Mós (Aboim); Argande (São Miguel do Monte); Luilhas (São Miguel do Monte); Casal de Estíme (São Miguel do Monte); Castanheira (Travassós); Listoso (São Vicente de Passos) e ainda outros pequenos lugares como: Vilardoufe, Fontela, Barbeita, Santa Cruz, Cheda, Calcões.

De reduzidas dimensões surgem também os aglomerados de Aboim, Gontim, Pedraído, Várzea-Cova, Felgueiras, São Miguel do Monte e Queimadela, estes com estatuto de freguesia.

Estes são alguns dos lugares habitados do planalto de Montelongo e que se estendem por aquela vasta área geográfica, cujos habitantes mantêm ainda uma agricultura de solos pobres, predominantemente arenosos.

Sobre estes sítios Maria Palmira [1952], dizia-se que se andava por montes e serras onde se não via ninguém mas apenas, de longe em longe, rebanhos de cabras e ovelhas guardadas por um rapazito, sentindo-se, quem se atrevesse a esta caminhada, isolado e numa região desértica ou desabitada.

O planalto e as plataformas intermédias das encostas apresentavam as condições naturais adequadas à aplicação das primeiras técnicas agrícolas e às primeiras vivências agrárias do neolítico: existência de água à superfície durante todo o ano, onde se formam linhas de água e um solo arenoso de fácil incisão.

Além disso, a morfologia destes territórios, é caracterizada pela possibilidade em se abarcar grandes distâncias e pela disposição das chãs húmidas, dispostas nas vertentes viradas a Sul e Oeste.

Por outro lado, as inúmeras nascentes de água que se orientam no sentido Norte-Sul e Este-Oeste e a sua boa disposição solar constituem, com a natureza

<sup>10</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952, p. 125.



arenosa do solo, o espaço ideal para populações estabelecidas na base de uma actividade agro-pastoril.

Se a natureza do solo propiciou uma agricultura episódica e a pastorícia, a existência de um espaço abertos em plataformas de altitude variável, chegando aos 700 m, os primeiros habitantes destas paisagem dominavam, com alguma facilidade, um vasto território envolvente.

Ainda recentemente, a agricultura do centeio, a pastorícia, a fabricação do carvão constituíam as actividades principais dos habitantes do Norte, através das quais se poderá apenas imaginar algum do seu antigo quotidiano.

Esta parte do concelho é o lugar onde podemos encontrar as marcas de uma humanização pré-histórica, onde estas populações terão instalado frágeis e precárias estruturas habitacionais e que o tempo foi preenchendo com lendárias simbologias que ainda perduram e nos quais se fazem referências a mágicos poderes, onde se misturaram «sagradas personagens», como por exemplo na Lagoa, onde se vai tirar o diabo <sup>11</sup>.

Se estes lugares de montanha do norte do concelho marcam os primeiros locais de ocupação humana, o momento seguinte do processo de humanização da paisagem é caracterizado pela progressiva aproximação aos vales, onde surgiram, nos alvares da história, os Castros localizados nos outeiros do centro/sul do concelho, implantados em espaços abertos e próximos dos vales com águas abundantes.

Razões de natureza tecnológica ligada ao uso de novos materiais, nomeadamente o ferro, e de novas tecnologias fazem surgir, a partir desta altura, dois ambientes distintos: o planalto e o vale.

Assim, as condições de integração e interdependência do Homem, natureza e tecnologia, determinaram, ao longo dos séculos, o processo de humanização dos territórios, iniciado no Norte planáltico e que se prolongou no tempo com a instalação das populações nas zonas ribeirinhas do sul, principalmente durante a romanização e durante a Idade Média.

A divisão interpretativa do território em duas partes distintas, surge neste processo humanizador, pela construção de ecossistemas sociais particulares, com uma progressiva expansão demográfica e populacional no centro e sul do concelho, mais aberto, desde a Idade Média, pela existência de antigas vias de comunicação de ligação do litoral ao interior, à circulação de pessoas, bem como pela facilidade de recepção de novas tecnologias e novos comportamentos sociais.

O sistema social de interdependência é expresso pela prática tradicional do pastoreio feito por uma única pessoa que leva aos montes a «bezeira», constituída pelas ovelhas e cabras de todos os que possuem este tipo de gado. No Inverno, pelas onze horas, ao toque de uma buzina, os rebanhos partem em busca das pastagens, regressando ao fim da noite. Cada animal é marcado por uma fita colorida indicadora da família proprietária.

<sup>11</sup> MONTEIRO, Miguel, «Cultos e Ocultos de Monte Longo», *Mínia*, 3.ª série, ano II, 1994, pp. 105-136.

A utilização dos pastos de montanha é gerida por toda a comunidade como se se tratasse de um bem de todos, mantendo-se ainda a «bezeira» como modo de pastoreio dos animais pequenos, sendo dispensados de levar o rebanho aqueles que possuem chibarro (bode), prática ainda observada no lugar da Lagoa, dividido pelas freguesias de Aboim e Várzea Cova. Cada dia o pastor era diferente, o qual muda tantas vezes, quantas forem as famílias que têm gado na «bezeira».

Estes habitantes mantiveram uma precária existência económica com implicações sociais, como por exemplo o surgimento de uma visão mítica, nas décadas de 40 e 50 deste século de bandos de assaltantes, cujos efeitos se manifestaram durante os períodos de menor migração e emigração:

Ladrões, só os de Luilhas e a célebre quadrilha dos felizardos, que são perto de cem, todos da mesma família, vivendo em Felgueiras, nas encostas de um monte, quase em comunidade, dos assaltos que fazem. Com eles nada querem as autoridades porque são rebeldes e vingativos <sup>12</sup>.

Aqui, a pouca rentabilidade dos solos agrícolas e a incapacidade de promover a sua ampliação contribuiu para a manutenção e valorização das actividades ligadas ao pastoreio e determinou um sistema social de cooperação por distribuição de tarefas e a interajuda nas actividades pastoris.

A propriedade individual tem uma forte marca social, quer no que se refere à casa, aos animais, ou mesmo na gestão do tempo como propriedade, principalmente se este está ligado ao uso de equipamentos colectivos.

O tempo tinha aqui a dimensão de propriedade, medida pela duração de utilização dos moinhos e das águas de rega, há muito marcado e fielmente cumprido sem que se tenham observado a existência de contratos escritos. Assim, como se se tratasse de um ritual, todos testemunham e controlam as regras e os tempos do seu uso, o que não deixou de produzir conflitos e, por vezes, mortes.

Os moinhos são de reduzidas dimensões, servindo vários proprietários, os quais se responsabilizam colectivamente pela sua manutenção e funcionamento. A propriedade do tempo de moagem é aqui símbolo e referência da dimensão da propriedade e da importância social do seu proprietário.

No que se refere ao centro/sul do concelho, José Augusto Vieira [1886:566] utiliza para a descrição da aproximação ao sul as expressões: «larga bacia», «um vale extenso», definindo acertadamente a morfologia e a orografia do centro e sul, como sendo, de facto, os elementos do relevo que melhor a caracterizam.

O mesmo autor, logo a seguir, informa-nos que a estrada se vai abrindo em torcidos por entre urge rasteira, informando-nos assim de natureza geográfica desta terra e do traçado sinuoso das vias de comunicação.

<sup>12</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folklore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952, p. 27.

Caracterizada por um relevo de baixa altitude onde inúmeros vales de pequenos ribeiros e algumas elevações que constituem prolongamentos naturais do planalto, orientados em declives suaves anunciadores do Atlântico. Esta parte do concelho compreende os vales mais abertos e as elevações de altitude menos vinçada.

Numa observação mais atenta observamos três factores que influenciam o processo económico e social de todas elas, ainda com incidências diferentes: os campos ajustados às ribeiras e às levadas, o monte e as vias de comunicação.

O centro/sul é o local das terras mais férteis onde se desenharam socalcos menos íngremes e campos mais extensos, porque a inclinação das encostas é mais suave. A prática de construção dos socalcos surge como processo de construção de campos agrícolas de maior ou menor dimensão, integrados entre si numa relação directa com a inclinação da encosta mais ou menos íngreme.

No vale encontramos os solos francamente regados por engenhosas e fartas levadas, cujos desníveis permitiram a rega de terras situadas a grande distância, funcionando permanentemente para rega de Verão ou rega de lima no Inverno. O grande número de linhas de água permitiu a construção de moinhos de várias mós, afirmando-se em alguns casos como conjuntos edificados indicadores da dimensão das propriedades e da riqueza dos proprietários.

Através da quantidade de milho e do estrume produzidos numa propriedade, inferia-se para o valor e dimensão da propriedade quando colocada no mercado. Pelo primeiro, deduzia-se da dimensão da área de cultivo e, através do segundo, da dimensão do montado necessário à produção do referido fertilizante, regra que se aplicava a todo o concelho.

Qualquer propriedade, com interesse agrícola, era composta de duas unidades produtivas: o terreno arável e os «montes» de onde provinham os matos fertilizantes.

Existe, assim, uma interligação entre a propriedade agrícola, montado e o número de cabeças de gado que, no conjunto, constituem a imagem social do seu proprietário.

Aqui, a área agrícola de solos mais férteis corresponde aos locais de instalação dos principais aglomerados populacionais, assentes numa paisagem aberta. Observam-se antigas levadas de rio e sistemas de rega particulares próprios das propriedades agrícolas individuais, em que a autonomia produtiva das unidades agrárias possibilita o cultivo do milho, batata, feijão, vinha de enforcado, a produção de feno e ervas.

Ao fundo de uma colina, sobre a qual assenta a casa de Vieira de Castro, serpenteia uma ribeira de claras águas, que vão juntar-se ao Ave. As margens penhascosas deste córrego eram o nosso passeio de forçada predilecção, que não tínhamos outro. Connosco ia Neptuno, o cão da Terra Nova, que eu dera ao meu amigo, como quem dava um dos raros seres da criação por quem mais sentidos afectos tenho experimentado. Neptuno brincava na corrente do ribeiro, e assim nos dava horas de

passatempo, quais o género humano não poderia dar-nos mais divertidas de entorpecidos pesares.

Há naquele ribeiro uma catadupa em que a torrente refere, estrondeia, e quebra com grandes fragor numa bacia eriçada de rochas. As árvores marginais enredam-se em pavilhão escuro sobre a bacia, deixando pequenas margens de relva sobre escamos de granito em que nos sentávamos, eu, pelo menos, enquanto Vieira de Castro dialogava em estilo de Fafe com a moleira da vizinha azenha. Denomina-se o pitoresco sítio: a Ponte do Barroco<sup>13</sup>.

O centro/sul do concelho, possuindo um relevo de baixa altitude, facilitou os contactos entre as freguesias vizinhas e com a sede de outros concelhos, facilitando a modificação de comportamentos.

A quinta do Ermo está situada no ponto mais despoético e triste do mapa-múndi. A casa é magnífica; mas os caminhos que a ela vos conduzem são algares, barrocais, trilho de cabras, vielas tortuosas, e aspérrimos desfiladeiros. Os pinhais e arvoredos, que orlam parte da quinta, são enfezados e desgraçosos. Os largos pontos de vista, assim mesmo monótonos, é preciso ganhá-los com grande fadiga de subida. A vizinhança do Ermo são casinhas de jornaleiros, que vieram ali procurar a sombra do afidalgado edifício<sup>14</sup>.

A vinha, plantada nestas zonas de grande humidade é conduzida em altura, ajusta-se às árvores que ladeavam os campos e atinge alturas espectaculares, procurando os ventos e afastando-se, deste modo, da humidade do solos que impedia o seu amadurecimento e o seu desenvolvimento.

Aqui localizam-se as unidades agrícolas de maior dimensão indiciadas por 26 brasões dos séculos XVIII e XIX, implantados nas fachadas das casas ou incorporados em exuberantes portões ou muros da propriedade residencial de senhorios, existentes nas freguesias de Medelo, Golães, Fafe, Fornelos, Quinchães, Armil, São Romão e Santa Cristina de Arões, Moreira, Ribeiros, surgindo como símbolos de prosperidade e de poderes senhoriais<sup>15</sup>.

A propriedade tem aqui o nome de quinta e os montes são extensivamente arborizados de pinheiro bravo, eucalipto e algum sobreiro, não se observando por isso a prática do pastoreio. Os gados pastam nos campos ou são alimentados nos currais. O milho é aqui mais intensivamente produzido e o vinho de ramada de melhor qualidade.

<sup>13</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *As Memórias do Cárcere*, Lisboa, 1.ª ed. Parceria A. M. Pereira, L.<sup>da</sup>, 1862.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>15</sup> *Brasões do Concelho de Fafe*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1986.

Na propriedade rural assenta o principal factor de desenvolvimento e o sucesso económico e social que os habitantes conheceram, onde afirmaram os seus conhecimentos técnicos e se definiram comportamentos sociais e culturais que perduraram localmente até à década de 60.

Mas a grande transformação da paisagem dá-se com a introdução das culturas ameríndias, das quais se destacam o milho e a batata.

O *habitat* é semidisperso e «as casas estão disseminadas por toda a freguesia»<sup>16</sup> reconhecendo-se ainda hoje a existência de conjuntos de habitações tradicionais integrados no espaço agrícola, organizados em núcleos ainda relativamente homogêneos e distintos das actuais construções, mais marcados pelos eixos viários.

No cimo de pequenos outeiros vêm-se as igrejas paroquiais, estrategicamente situadas em curtas elevações, de cujas torres facilmente se percebe e vigia o território da freguesia, funcionando como a principal referência das povoações e dos seus habitantes.

O vale, onde se desenvolveram a maior parte dos lugares mais povoados e ricos do concelho e no qual se instalaram as referências sócio-culturais da freguesia, nomeadamente a igreja paroquial, constitui o principal elemento de afirmação e referência desta área territorial concelhia.

Nesta zona, com águas periodicamente abundantes ou intensivamente aproveitadas e divididas por consortes, o clima mostra-se mais suave, o solo mais rico, os campos mais extensos e regados, o que, em conjunto, possibilitou o surgimento de unidades produtivas mais rentáveis, geradoras de mais riqueza e de casas de maior prosperidade e dimensão.

Nas freguesias do centro e sul do concelho as condições de vida são outras, influenciando grandemente na maneira de ser dos homens. Nessas, sobretudo nas mais próximas da vila, a agricultura é menos apreciada, há mais espírito de independência, mais autonomia. Cada qual preocupa-se com o que lhe diz respeito e desinteressa-se da vida alheia.

Admirci-me do despovoamento de algumas aldeias que, por ficarem nos subúrbios da vila, facilmente se enamoraram da lide citadina, trocando sem delongas o viver sedentário e igualmente laborioso dos campos, pela agitação e vaivém diário da vida fabril<sup>17</sup>.

Os lagares de azeite, as azenhas, serrações hidráulicas, centrais hidroeléctricas e uma fábrica de papel constituem as muitas formas de aplicação da energia hídrica

<sup>16</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Faldore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952, p. 38.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.

que ainda se podem identificar nos leitos dos rios de Fafe, sem esquecer que a eles se deve a instalação das indústrias têxteis do século XIX.

Na vila e freguesias vizinhas e do sul, a gente é muito mais sociável, falando aos estranhos como se já há muito os conhecessem.

De um modo geral, o povo é generoso, desinteressado e reconhecido. Consegui todas as informações e esclarecimentos que quis, sem dispender grandes remunerações. Se lhes oferecia da minha merenda, depois de algumas escusas, aceitavam; não assim, quando se tratava de dinheiro<sup>18</sup>.

Se no norte sobressaem os aglomerados, no centro/sul o que se destaca na paisagem são os campos largos, o verde plano e o carácter disperso das habitações, ainda que cada vez menos visíveis ou perceptíveis, sendo, em 1952, a antiga vila de Fafe um pólo de atracção demográfica: «admirei-me do despovoamento de algumas aldeias que, por ficarem nos subúrbios da vila, facilmente se enamoraram da lide citadina, trocando sem delongas o viver sedentário e igualmente laborioso dos campos, pela agitação e vaivém diário da vida fabril<sup>19</sup>.

A freguesia de Fafe como único espaço «urbano» concelhio, onde se localiza a administração do concelho, surge já no século XIX, como lugar de novas representações simbólicas e de outras formas de vivência quotidiana, onde habitam os que não amam as lides agrícolas.

Como indicador de vivência no território local, nos finais do século XIX, o meio de transporte fazia-se a pé e pelas serras.

Fui de Santo António das Taipas para as cercanias de Fafe, quinta do Ermo, onde me esperava, com os braços abertos e o coração no sorriso, José Cardoso Vieira de Castro. [...] Não me vá esquecer uma impressão, que muito tempo trouxe comigo por aquelas serranias, onde discorri três meses. Era a imagem duma mulher que carregava de Guimarães ao Ermo o meu baú sobre a cabeça, por légua e meia de empinada serra. [...]

Não me lembre a minha vida, senhor. Faça de conta que eu sou uma desgraçada, que vai ganhar seis vinténs com este baú à cabeça. [...]<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>20</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *As Memórias do Cárcere*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, L.<sup>da</sup>, 1862.

## 1.2 — As estruturas edificadas e o carácter social da paisagem

As estruturas arquitectónicas rurais, tendo em conta a função, são compostas pela habitação, equipamentos de abrigo dos animais e estruturas vocacionadas para os produtos agrícolas (armazenamento e secagem de cereais, feno e ervas).

Estas estruturas ganham dimensões e formas distintas conforme as características naturais do local e a dimensão da propriedade a que se encontram ligadas. A morfologia planáltica, a altitude, o clima e a natureza do solo modelaram o tipo de povoamento, a organização da propriedade e os modos de exploração dos recursos locais.

Assim, se o meio natural condicionou e tipificou cada uma das microrregiões, não ignoramos os factores sociais, tecnológicos e os associados aos processos humanizadores, bem como a actos sociais que as distinguem.

Os acidentes do relevo existentes na paisagem escondem ainda pequenos e antigos povoados, os mais abrigados dos ventos do norte e, outros, viram determinada a sua ocupação pelas abundância das nascentes.

Pode dizer-se que o Homem do norte foi sempre mais pastor do que agricultor, sem que jamais tenha atingido desafoço económico; antes assumindo uma precária e isolada existência, onde as soluções técnicas encontradas para resolver problemas de adaptação da comunidade às adversidades climáticas, nomeadamente os modelos arquitectónicos e organização espacial, estão intimamente relacionadas com as características do sistema social da comunidade.

As habitações encontram-se ajustadas às inclinações de pequenos outeiros, desenvolvendo-se o conjunto habitacional nas vertentes que apresentam, ao longo do dia, melhor exposição solar, viradas a sul e poente, reservando para a agricultura o sopé do outeiro. Não respeitam aquela orientação algumas das freguesias que se desenvolveram nas vertentes mais íngremes viradas a norte, com grande quantidade de água corrente das nascentes das encostas, durante todo o ano.

Todas elas organizavam uma paisagem de povoamento concentrado no planalto do norte, onde se abrigam animais e pessoas, ganhando algumas construções amplitude e dimensão construtiva, não sendo estranha a acção de acrescidos proventos decorrentes da ampliação da propriedade e, também da exportação de capitais provenientes da emigração do século XIX.

Nas freguesias do norte, as casas estão todas perto umas das outras, formando verdadeiros aglomerados populacionais que, de ordinário, constituem os diversos lugares. [...] Luilhas fica na encosta, meia sumida pela cor acinzentada escura dos seus casebres, quase todos de pedra, alguns ainda de colmo, escurecidos na totalidade pelo tempo e pouco asseio de seus donos. Parece uma povoação morta entre carvalhos e raros pinheiros que monotona e emolduram.

S. Miguel do Monte tem alegria e vida na vegetação variada, no branquear das suas habitações, todas caiadas de branco, mesmo as mais pobres, que se avistam de regiões muito distantes.

As casas do norte foram objecto da minha particular atenção. São, geralmente, térreas, e com uma dependência soalhada. É na parte térrea, a que mais interesse me despertou, que fica situada a cozinha, enquanto ao quarto ou quartos se destina o sobrado.

Também encontrei casas com um andar, servido por escada exterior de pedra, reservando-se o rés-do-chão — a corte — para abrigo dos animais.

As casas mais pobres são pouco asseadas. Não assim nas freguesias do sul onde, mesmo nas casas térreas, o esmero e a solicitude chegam a rivalizar e a exceder, por vezes, os de casas de gente abastada e nobre<sup>21</sup>.

Se o conjunto arquitectónico rural é ampliado, nos finais dos séculos XVIII e XIX, com a justaposição de novos elementos (espigueiro, eiras e alpendres), principalmente no centro/sul, o que foi possível pela existência de mais mão-de-obra e a existência de rendimentos acrescidos dos seus proprietários, pequenos equipamentos agrários surgem para além dos limites do conjunto tradicional.

As propriedades agrárias do centro/sul assumiram maior autonomia, gerando um processo de exploração mais autónoma dependente apenas do agregado familiar ou recorrendo ao trabalho de assalariados.

No centro e sul, as casas estão disseminadas por toda a freguesia. Ainda vi algumas de colmo, no norte, mas poucas. São quase todas de pedra e telha, sem cal. Mas, a par destas, há boas construções, casas caiadas, com varandas de ferro e escadaria de pedra, para o primeiro andar. A vila e freguesias vizinhas têm bons edifícios modernos, na maioria electrificados. No norte, só excepcionalmente isto se verifica.

Só agora, umas e outras mostram alguma dimensão, reflectindo os efeitos coloridos de uma acentuada emigração europeia, onde se vêem novas imagens e símbolos de novas «prosperidades» de proprietários ainda ausentes, e escondidos sinais de outras migrações de povos, que há muito conhecem a experiência migradora.

Só a emigração europeia do século XX provocou alterações na paisagem com as novas construções subordinadas a novos modelos arquitectónicos e a novos materiais, sendo, em alguns locais, irreconhecíveis os aspectos da paisagem antiga.

Hoje, as novas construções indicam a transformação de uma comunidade de interajuda ou cooperante em sociedades individualizantes, determinada pelo sucesso e produto de emigrantes da Europa.

<sup>21</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952, pp. 28-38.

Esta atitude era já comum na parte centro/sul do concelho, quer pelo carácter autónomo da propriedade, onde a quinta predominava, quer pela presença das indústrias, que se tinham instalado nesta parte do concelho na segunda metade do século XIX, quer ainda pelo surgimento de novos símbolos como a casa do «Brasileiro».

## 2 — IDEIAS E REPRESENTAÇÕES DO PASSADO LOCAL

O passado não se representa aqui em grandiosos monumentos, mas em materialidades dispersas e ameaçadas, e em estruturas de imaterialidade social e cultural. Para se encontrar a diacronia das materialidades, por forma a organizar continuidades civilizacionais, só possível pela estrutura espaço/temporal, definimos para este território os seguintes períodos: o Neolítico no planalto e nas encostas; o Castrejo nos outeiros das proximidades dos vales do centro e sul; a apropriação do vale iniciada na Alta Idade Média com uma ocupação dispersa e construção da ruralidade. A urbe, como último referente interpretativo, surge na idade moderna a partir do desenvolvimento das estruturas administrativas concelhias localizadas na freguesia de Santa Eulália de Fafe e simultaneamente da sua localização privilegiada em antigos eixos viários de ligação do litoral ao interior, ainda presentes e marcantes do tempo presente.

As evidências materiais e simbólicas existentes no concelho utilizados para a caracterização do quadro civilizacional local, dada a falta de documentação escrita e dos poucos estudos de investigação arqueológica, são, no momento, os indicadores possíveis para a periodização apresentada.

### 2.1 — Matriz de memória ou aproximações à identidade local

Pode dizer-se, com alguma segurança, que o concelho se insere num contexto geográfico onde se identificaram «vestígios arqueológicos que testemunham uma intensa e antiga ocupação humana. Com uma morfologia contrastante em que alternam relevos proeminentes, extensas chãs, com vales alargados, o território actualmente abrangido pelo concelho de Fafe ofereceu boas condições, quer para a implantação de núcleos pré-históricos, quer para a fixação de comunidades proto-históricas, conhecendo-se igualmente alguns núcleos de povoamento romano»<sup>22</sup>.

Ligados à pastorícia, caça e a uma primitiva vida agro-pastoril, os primeiros habitantes de Fafe, fizeram das antas os símbolos de perenidade. Estas construções devem-se, necessariamente ao facto de a saúde daquelas populações e os seus rendimentos serem já suficientes para dedicar parte do seu tempo e mão-de-obra

<sup>22</sup> MARTINS, Manuela, *O Povoado de Santo Ovídio*, Braga, Universidade de Minho, 1991, p. 10.

disponível à construção destes monumentos dedicados à morte e aos deuses, deixando-nos marcada a paisagem útil. Através das construções tumulares manifestaram o seu principal sentido de existência, como quem delimita territórios sagrados, surgindo na paisagem como ventres colectivos onde repousam sobrevivências difíceis e destinos entregues a deuses.

É nos monumentos funerários onde podemos encontrar os principais referentes imateriais de uma existência filosófica: «é evidente que o facto de se enterar um corpo constitui por si só uma forte suspeita a favor da existência de ideias sobre uma vida para além da morte aparente»<sup>23</sup>.

Por isso, esta atitude de pensar a existência através da construção de sepulturas, pressupõe a construção de um pensamento teórico estruturante das atitudes colectivas perante a própria vida, concluindo-se que estas comunidades megalíticas eram, assim, senhoras de uma organização inteligente do todo social, cultural e territorial.

Manuela Martins enumera e apresenta, cartografados, alguns destes monumentos pré-históricos, de tal modo que podemos imaginar os primeiros habitantes de Montelongo percorrendo a parte montanhosa de Montelongo, prolongando uma ocupação permanente até aos nossos dias e que se distribuem pelos seguintes freguesias: Fornelos, Medelo, Moreira, São Gens, Travassós, Passos, Freitas, Pedraído, Várzea-Cova<sup>24</sup>.

O aparecimento de um Vaso Campaniforme no sítio da Cruz do Vargo, freguesia de Gontim, vem completar as informações sobre um povo que há quatro mil anos presenciou os alvares da civilização Atlântica.

Abertura de vias de comunicação, no estabelecimento de relações comerciais e na difusão das técnicas da metalurgia, constituído por bandos de mercadores armados, que se entregavam ao comércio do cobre, do ouro, do âmbar, da calite e de substâncias raras semelhantes que se encontram com frequência nas suas sepulturas. Os bandos incluíam metalurgistas. [...] Vaguearam desde as costas marroquinas e da Sicília até ao litoral do mar do Norte, e desde Portugal e da Bretanha até ao Tisza e ao Vístula. [...] <sup>25</sup>

O fabrico de objectos com aplicações decorativas, demonstram o domínio das técnicas de produção e execução de joalharia, como no caso das braceletes de ouro encontradas na freguesia de Arnozela, na vertente Norte da Serra de Penouta, datadas de c. 1700 a. C., com 533 gramas e formado por um molho de 20 argolas de ouro<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> LEROI-GOURHAN, André, *As Religiões da Pré-História*, Lisboa, Edições 70, 1990, p. 60.

<sup>24</sup> MARTINS, Manuela, *O Povoado de Santo Ovídio*, Braga, Universidade do Minho, 1991, p. 10

<sup>25</sup> CHILDE, V. Gorgon, *A Aurora da Civilização Europeia*, cap. XII, Lisboa, Portugal Editores, 1969, pp. 371-382.

<sup>26</sup> SEVERO, Ricardo, «As Braceletes d'Ouro de Arnozela, Portugal. Materiais para o estudo do povo português», separata do t. II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905.

Estamos perante a evidência de movimentos de populações e de contactos dos habitantes locais com outros povos, que se faziam acompanhar dos seus elementos de cultura e civilização, transferindo-os, num processo de permuta de objectos e saberes, que estes elementos simbolizam e demonstram a existência de mobilidade geográfica dos povos do Mediterrâneo e do Atlântico, bem como a permeabilidade geográfico/cultural da região.

Castros identificados no concelho: Subidade, freguesia de São Gens; Retortinha, Cepães; Vilarelho, Serafão; Monte Santinho, Quinchães; Santo Antonino, Santa Cristina de Arões; Listoso, São Vicente de Passos; Crasto (Outeiro Mau), Revelhe; Outeiro da Portela, Ribeiros; Povoação, São Gens e, por último, no Outeiro do Crasto (Santo Ovídio) Fafe. Estes conjuntos arquitectónicos, onde a existência de conceitos de planeamento e organização social, informam-nos de um outro momento civilizacional local, bem como o processo de transformação posterior a que estiveram sujeitos.

Conforme o descoberto no Castro de Santo Ovídio, sabemos que povoado do século I a.C. apresenta e demonstra contactos com os Romanos invasores, bem como as características espaciais de localização.

Este povoado caracteriza-se por uma razoável implantação geoestratégica, localizados que são normalmente em outeiros bem destacados dos vales. Deveremos de resto realçar a proximidade do povoado em relação à larga bacia do Vizela, explorando mais intensamente na última fase da vida do povoado<sup>27</sup>.

A sua localização indica-nos o lugar de instalação dos primeiros *habitats* construídos com carácter de permanência de Fafe, onde os solos possuem excelente aptidão agrícola, favorável à agricultura de regadio que o Vizela oferecia, condicionada apenas pela utilização de instrumentos de ferro para aquela actividade, que os seus habitantes já possuíam. Este local, e segundo Martins (1991), possibilitava a exploração intensiva dos bons solos disponíveis numa área de cerca de dois quilómetros, o que terá permitido e suportado um aumento da sua população, tendo em conta a ampliação da área construída do Castro.

Dos seus habitantes restaram um conjunto de vestígios materiais que se encontram no Museu Municipal e uma estátua de um guerreiro luso-galaico, aí encontrada em 1870, quando se faziam os alicerces da Capela de Santo Ovídio e adquirida em 1876 pela Sociedade Martins Sarmento, onde ainda hoje se encontra. Esta estátua demonstra a existência de uma atitude e a organização guerreira destes povos<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> MARTINS, Manuela, *O Povoado de Santo Ovídio*, Braga, Universidade do Minho, 1991, p. 13.

<sup>28</sup> «Tem de altura 1,70 m e de largura nos ombros 0,68 m; e está bastante mutilada e sem cabeça. O guerreiro, representado com as pernas partidas, veste túnica, apertada por um cinturão de quatro dobras. Na parte superior de cada braço ostenta duas xorcas [pulseiras]. Com a mão esquerda segura um escudo redondo e côncavo, de 0,50 m de diâmetro, e com a mão direita um punhal embainhado.» VASCONCELOS, J. Leite de, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. III, 1913, pp. 53-54.

Na toponímia da freguesia de Fafe, para além dos achados romanos do castro estudado, os lugares rurais da Quintã, Agra, Agrela demonstram sinais de uma evidente romanização. A existência em quase todas as freguesias do concelho de topónimos como: Cimo de Vila, Fund'Vila, Vilar, Vilarelho, Vilela, Vilard'oufe, Vilarinho demonstram estar relacionados com a ocupação romana.

Henrique Regalo refere, na prospecção feita no concelho, em trabalho de levantamento arqueológico, a existência de Castelos, Fortificações e Atalaias, nomeadamente em Quinchães, Moreira, São Gens, que evenciam uma utilização dos inícios da Idade Média, em período de grande instabilidade administrativa e indefinição territorial.

## 2.2 — A Igreja de Santa Eulália Antiga de Fafe e a estruturação viária

A igreja de Santa Eulália e as vias de comunicação constituem os elementos de referência para a compreensão do processo de estruturação urbana da cidade de Fafe: a igreja, por construir o primeiro elemento central de referência da agregação social documentado e as vias de comunicação locais por afirmarem o principais referentes de vivência sócio-económica e cívica (a câmara, a cadeia, a feira, o passeio público, das casas dos burgueses capitalistas).

### 2.2.1 — A Igreja: referente sócio-espacial

Segundo Carvalho da Costa, terá aqui existido um mosteiro que foi extinto para se unir ao de Santa Marinha da Costa, passando a ser tutelado por esta entidade religiosa e senhorial que passa a nomear o responsável religioso, e a receber as correspondentes contribuições provenientes da população.

Santa Eulália, foi Mosteiro, não alcançamos de que Ordem, entendemos que foi fundado por algum fidalgo dos do apelido Fafez; porque dizem ser este o solar desta família, e que daqui foi senhor Dom Godinho Fafes, filho de Dom Fafes Luz, Rico homem, e Alferes do Conde Dom Henrique, e que esta Vila, e Freguesia tomaram dele o nome: extinguiu-se não sabemos quando, e uniu-se ao Mosteiro de São Martinho da Costa, que nele apresenta Cura, com noventa mil Réis de renda, e para os Frades Jerónimos com sabidos mil cruzados. Tem esta freguesia cento e cinquenta vizinhos, e nela há excelente pedra para edifícios<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1706, p. 157.

Documentos do século xv, confirmam a ligação de freguesia de Santa Eulália de Fafe ao convento da Costa e do seu aforamento a Inês Gomes:

Em 9 de Abril de 1437, Frei Diogo Martins assumiu as funções de capelão e vigário de Santa Vaia Antiga, na actual Vila de Fafe, para que tinha sido apresentado pelo prior e todo o convento da Costa. É de notar que esta igreja estava aforada a Inês Gomes, pesando sobre ela a obrigação de lhe dar «de comer segundo que he contheudo em prazo». Por não serem abundantes as notícias sobre o estipêndio anual recebido pelos clérigos, consideramos oportuno informar que, além do que Inês Gomes tinha de lhe dar como alimentação, receberia ainda: 30 libras de moeda antiga; 20 teigas de trigo, tiradas «do trigo que o dicto prior e convento aviam d'aver da dicta egreja»; ficando ao seu dispor a casa maior da dita igreja, cujas reparações necessárias corriam por conta de Frei Diogo Martins ou Inês Gomes<sup>30</sup>.

Podemos assim constatar pela existência do aforamento da igreja de Santa Eulália a Inês Gomes que pagava foros em dinheiro e em trigo revelando esta informação que o uso da moeda era prática corrente no pagamento de foros e também que o trigo constituía a cultura dominante.

Ao mesmo tempo podemos concluir que a Inês Gomes dispunha da casa maior da igreja, sendo obrigada a dar de comer ao capelão e vigário de Santa Eulália.

Estando Fafe tão próxima da importante cidade medieval de Guimarães, não podia estar afastada das suas preocupações de defesa do seu castelo, como referente e símbolo de identidade de uma nação construída na Idade Média. Por isso, os cavaleiros e os homens livres da terra de Montelongo tinham honra e privilégio de defesa do castelo e da vila de Guimarães.

Dos Privilégios, Honras, & Isençoens, que os Reys de Portugal concederaõ aos moradores da Villa de Guimaraens. [...]

Privilégio delRey Dom Joaõ o Primeiro, em que manda que os moradores da Villa de Celorico de Basto, & Montelongo venhaõ velar, & guardar a esta Villa, quando for tempo, & necessário no anno de 1423. está confirmado por ElRey Dom Joaõ o Terceiro anno de 1529. & já d'antes destes Reys o tinha concedido ElRey Dom Diniz, & disto ha sentenças no Cartório, & assim as justiças de Guimarães os compelliraõ a isso<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> MARQUES, José, *Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 755-756.

<sup>31</sup> COSTA, António Carvalho, *Corografia Portuguesa*, t. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1868, p. 90.

As construções tumulares existentes no interior da Igreja Matriz de Fafe testemunham a sepultura de cavaleiros laicos e/ou religiosos da Idade Média. Este facto prova-nos que Fafe era já um local onde residiam Senhores que tutelariam a administração local e compunham uma estrutura e organizativa da sociedade.

No século XVIII, a Igreja de Fafe, sofre uma profunda remodelação, conforme o gosto da época, certamente, devida ao ouro do Brasil, como aconteceu, de resto em todo o norte do País.

Contam-se ainda na freguesia de Fafe, como principais referências religiosas dos séculos XVIII, XIX e primeira década do século XX, a capela de Santo Ovídio, situada no Outeiro do Castro; as capelas de São José no lugar de São José e a de Pardelhas; as capelas particulares do Senhor do Porto, integrada na Casa do Paço (lugar do Barroco) propriedade de Dona Maria da Luz Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila, condessa de Paço Vieira; a capela de Nossa Senhora do Carmo, integrada na casa brasonada do Santo Velho, propriedade de Manuel Maria de Brito Ferrari de Almeida e seu irmão António Manuel e a capela particular de São Bento, integrada na casa brasonada dos condes de Azevedo, tendo sido um dos últimos proprietários Estevão Maria de Barbosa Carneiro de Queiroz de Azevedo e Borbom.

As capelas particulares que apresentam a fachada principal virada para o exterior e se encontram ajustadas ao corpo do edifício residencial dos seus proprietários, compram a prestação do serviço religioso aos não familiares, prática já desaparecida.

## 2.2.2 — Estrutura Viária

O desenvolvimento posterior da freguesia terá sido determinado pela existência de uma documentada via medieval que ligava Guimarães a Cavês, marcada pelas pontes românicas de São Gidos, no lugar de Bouças, e da Ranha, no lugar com o mesmo nome, em Fafe. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, situa esta via nos mais importantes trajectos para Roma ou Castela ao dizer que «bastante seguido eram também o caminho que ia por Guimarães, Cavês, Valpaços e Bragança. Menos vulto tinha o que ia de Braga a Chaves e daí a Bragança»<sup>32</sup>. Esta via é referida pelo mesmo autor como local onde se encontrava, no lugar de Bouças, uma gafaria «muito nomeada nos meados do século XIII»<sup>33</sup>.

Porque ela se encontrava à distância de poucas centenas de metros do Castro romanizado de Santo Ovídio, situado na freguesia de Fafe e do Castro da Subidade, este já na freguesia de São Gens, deduzimos que ela terá servido durante o Império Romano, e em toda a Idade Média, como trajectórias de peregrinações, comércio e ligação do litoral ao interior e de Portugal às terras de Espanha.

<sup>32</sup> ALMEIDA, C. A. Ferreira de, *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*, Lisboa, 1973, p. 50.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

A especial localização da freguesia de Santa Eulália, no que foi o contexto geoespacial da Idade Média, determinou, naturalmente, para esta localidade uma progressiva importância, dado que um elevado número de mosteiros tinham assento nas suas proximidades, conforme J. Marques (1988), de entre os quais destacamos: São Gens de Montelongo (século xi); Santa Maria de Antime (1120); mosteiro de Várzea Cova (1131); São Salvador de Fonte Arcada (século xi); São João Baptista de Arnoia (1176); Santa Maria de Pombeiro (1059); São Miguel de Refojos de Basto (1131); São Salvador de Roças (século xi), mosteiro de Guimarães (957); Santa Maria da Oliveira (1033); São Pedro de Cerzedelo (Lanhoso) (1059); São Martinho de Caramos (1090); Santa Marinha da Costa (século xi) e São Torcato (1052)<sup>34</sup>.

As vias medievais eram ainda os caminhos que ligavam povoações vizinhas, vilas e cidades, o que justifica a localização de outras vias românicas assinaladas pelas pontes do Barroco em Golães e São João, em Fareja, as quais eram as principais vias de comunicação do concelho.

Ao mesmo tempo, muito daqueles locais foram centros de peregrinação e, dada a localização de Fafe, por aqui se faria a passagem obrigatória de almocreves, viajantes, peregrinos, mercadores e feirantes.

Como já dissemos atrás, Fafe, situa-se num lugar privilegiado para circulação de pessoas e mercadorias entre o litoral e o interior, o que constituiu factor determinante no seu desenvolvimento pelo que, na primeira metade do século xix, são construídas as vias do Fontismo as quais mantêm o mesmo sentido, tendo estas sido deslocadas para a meia-encosta, onde vão aparecer as Pontes Novas.

QUADRO 1  
Comunicações e transportes em 1909

Diligências .....	Para Basto .....	1
Estação de telégrafo-postal 1.ª classe .....	Chefe — 2.º aspirante .....	1
	Aspirante auxiliar .....	1
	Distribuidores .....	2
Estação de Caminho de Ferro .....	Chefe .....	1
	Factores .....	2

Fonte: *Almanaque de Fafe*, n.º 1, Fafe, 1909.

Em 1909, a distribuição domiciliária da correspondência era feita às 7.30 h e à 1 h da tarde, havendo duas expedições de malas pelos comboio do meio-dia e às 10.30 h. Recebiam-se malas de Basto, duas vezes por dia de Cabeceiras de Basto e uma de Celorico, Fermil e Mondim de Basto.

<sup>34</sup> MARQUES, José, *Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Há no concelho a posta rural para todas as freguesias, partindo dela seis distribuidores e mais três Estações Postais do Bugio, Lagoa e Requeixo, de onde se fazem distribuições<sup>35</sup>.

Em 1881, na lista de eleitores, são indicadas as profissões de director dos Correios, um carteiro e um telegrafista, demonstrando a existência de um sistema de comunicações local.

Por isso Fafe é local de passagem que se fazia por esta via sendo usada desde o Império Romano até aos nossos dias, distinguindo-se no tempos apenas pelos que as utilizaram.

### 2.3 — Construção de um território geoadministrativo

Como já dissemos atrás, entender um território implica perceber a sua paisagem, tendo em conta o enfoque de que ela é objecto. Por entendermos a paisagem como um lugar geograficamente delimitado com características naturais próprias, e por território a ideia projectada sobre ele. Procuramos apresentar agora as formas de interação estabelecidas entre os seus ocupantes ao longo dos tempos, sob a perspectiva da sua evolução e enquadramento administrativo.

Os factores influentes da demarcação territorial do velho concelho de Montelongo foram, até meados do século xix, os rios *Vizela* e *Bugio*, os quais limitavam uma área geográfica, que ganhou contornos administrativos de natureza paroquial.

As «Inquirições» de 1220 e 1258<sup>36</sup>, revelam já uma estruturação paroquial que havia de chegar até aos nossos dias. Em 1220 as paróquias distribuíam-se pelos termos de Guimarães («termino vimaranensi») e julgado de Travassós («judicatu de travazos»), pelas «terras» de Celorico e de Cabeceiras e pela «terra» de Montelongo. Em 1258 aparece uma nova unidade — o julgado de Freitas («judicatu de Freytas»), do qual fazem parte as paróquias de São Miguel do Monte, Santa Cristina de Agrela, São Pedro de Freitas, Vila Cova e ainda São Julião, São Miguel de Gonza, São Torcato, São Romão, Sobradelos e Castelões.

Sob o ponto de vista do exercício da administração este era exercido, segundo as mesmas «inquirições», por mordomos cujo estatuto era muitas vezes de carácter hereditário, e por juizes. Os primeiros, para além das actividades de recolha das prestações devidas pelo povo, exerciam funções de carácter judicial fiscal. Os juizes, de nomeação régia, possuíam atributos de carácter judiciário e administrativo, os quais eram exercidos nas propriedades reais, defendendo os interesses dos monarcas e controlando o poder dos mordomos.

No território do actual concelho de Fafe existiam ainda as seguintes terras privilegiadas: honra de Cepães e os coutos de Moreira e de Pedraído.

<sup>35</sup> *Almanaque de Fafe*, n.º 1, Fafe, 1909.

<sup>36</sup> *Portugaliae Monumenta Histórica*, «Inquisitiones».



Servindo-nos das actuais demarcações das freguesias, procedemos a uma aproximação cartográfica e territorial do que poderia ter sido a evolução administrativa do espaço local, através do numeramento mandado fazer por D. João III em 1527 e do que Carvalho da Costa refere para o ano de 1706, bem como das alterações administrativas ocorridas após a revolução liberal de 1820 e efectivadas em 1854.

### 2.3.1 — Montelongo em 1527

Segundo o «Lyvro do número que por mandado del Rey noso Senhor se fez das cidades e vylas e loguares dAntre Doyro e Mynho e moradores delas e termos e asy com quẽ partem, por carta del Rey»<sup>37</sup>, é possível a apreensão concreta de uma primeira unidade administrativa local e a contagem dos vizinhos do concelho e seu termo, surgindo como o primeiro cadastro da população bem como os territórios que então faziam parte de outros quadros administrativos e territoriais e que hoje compõem o conjunto das freguesias do concelho de Fafe.

Este concelho de Momtelongo é terra de montanha e quase chã, não tem junto lugar nenhum, nem fortaleza, tem de termo de comprido duas léguas e de largo légua e meia, é senhor dele Pero da Cunha e parte da banda do poente com o termo de Guimarães e do sul com termo de Felgueiras e honra de Cepães e de Celorico de Basto e do levante e nascente com termo de Cabeceiras de Basto no qual vivem os moradores por casais e nas freguesias e coutos seguintes<sup>38</sup>.

Em 1527, contava-se «para todo o país cerca de 280 500 fogos, a que corresponderiam entre 1 100 000 e 1 400 000 almas. Tais valores permitem estimar uma densidade de povoamento da ordem dos 13 a 15 hab./km<sup>2</sup>. [...] De acordo com os efectivos arrolados na comarca de Entre Douro-e-Minho, de todas existiriam para cima de 55 000 fogos, correspondendo a perto de um quinto do total»<sup>39</sup>.

Por sua vez, as terras de Montelongo, segundo a mesma fonte, teriam cerca de 1300 fogos o que corresponderia a uma população de cerca de 5850 e 6500 almas.

O numeramento a que nos estamos a referir, para além de constituir um indicador demográfico para o país, permite-nos construir uma ideia do espaço ocupado e respectiva representação cartográfica, ainda que estejamos certos de estarmos perante um povoamento disperso por casais ou aglomerados integrados em quadros administrativos particulares: concelho, coutos e honras.

<sup>37</sup> FREIRE, A. Braamecamp de, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI Século», pp. 243, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, t. III (7-8), 1905.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>39</sup> RODRIGUES, Teresa Ferreira, «As Estruturas Populacionais», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 201.

QUADRO 2

Lugares e freguesias de Montelongo, em 1527, que actualmente integram o concelho de Fafe<sup>40</sup>

Concelho de Montelongo de Basto	Concelho de Celorico	Termo de Guimarães
O Couto de Padraydo que [tem] juridiçom sobre sy a nelle e freguesia de Sam Bemto; Santa Ovaia Antigua; Sam Martinho dErmil; Santa Marya dAntime; Santa Maria de Sam Jees; Sam Martinho de Qhymchões; Burgueyros e Casadela, duas; Santa Comba; Sam Martinho de Medello; Sam Joham de Quorteguaga Santo Estevõ de Vynhões; Santa Ovaia de Revelhe; Santome dEsturãos; Santa Marya de Ribeiros; freguesia de Allagua; O couto e jurdiçom de Moreira de Rey que he neste termo; Homra de Capeãos	Santa Ovaia dArnosella; Santa Marinha dArdeguam; Sam Martinho de Ceydões; Samto Estevõ das Reguadas	Sam Pedro de Freitas; Sam Pedro de Queimadela; Sam Myguel do Monte; Fareja; Felgueiras, he mea freguesia Sam Vicente; Santa Ovaia de Gontim; Sam Gião de Cerafão; Agrella; Sam Romão Arões; Santa Cristina dArões; Travaçós; Sam Vicemte Paços; Sam Crymente de Silvares; Sam Marinho de Sivares; Guullaes

Segundo o «Lyvro do numero que que por mandado del Rey noso Senhor se fez das cidades e vylas e loguares dAntre Doiro e Minho e moradores delas e termos e asy com quẽ partem, por carta del Rey nosso Senhor O qual fez Álvaro Vaz escrivam de Sua Alteza na dicta comarca e correiçom»<sup>41</sup>.

### 2.3.2 — Montelongo em 1706

Na primeira década do século XVIII, a «Villa de Fafe era cabeça do concelho de Montelongo. Tinha uma só rua, aonde estava a «casa da Câmara & Cadea». O senhorio do concelho, tinha passado pelos Cunhas, Coutinhos e condes de Basto, e em 1706 era dos «Portugueses, conde de Vimioso»<sup>42</sup>.

As 33 freguesias referidas por Carvalho Costa distribuíam-se pelo concelho de Montelongo, termo de Guimarães, Cabeceiras e Celorico de Basto. Em Carvalho da Costa, além das freguesias e do estatuto administrativo a que estava sujeitas, podemos contar, para as freguesias que actualmente integram o concelho de Fafe, 2569 fogos, o que corresponderia a cerca de 11 560 habitantes.

<sup>40</sup> FREIRE, A. Braamecamp de, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI Século», pp. 255-256 e 271, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, t. III (7-8), 1905.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>42</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1706, pp. 157-158.

QUADRO 3  
Lugares e freguesias de Montelongo, em 1706,  
que actualmente integram o concelho de Fafe<sup>43</sup>

Concelho de Montelongo	Termo de Guimarães	Concelho de Cabeceiras de Basto	Concelho de Celorico de Basto
Santa Eulália de Fafe; São Martinho de Armil; Honra de São Mamede de Cepães; Santa Maria de Antime; Santo André de Teivães; São Martinho de Quinchães; Santa Maria de Ribeiros; São Tomé de Estorãos; Santa Eulália de Revelhe; Santo Estevão de Vinhós; Santa Comba; São Martinho de Medelo; São Bartolomeu de São Gens; Couto de Moreira de Rei; Couto de Pedraído.	Santa Cristina de Agrela; São Julião de Serafão; São Bartolomeu de Vila Cova; São Pedro de Queimadela; São Miguel do Monte; São Vicente de Felgueiras; Santa Eulália de Gontim; São Vicente de Paços; São Pedro de Freitas; São Tomé de Travaços; São Lourenço de Gulães; São Romão de Arões; Santa Cristina de Arões; São Martinho de Fareja.	Santa Maria de Aboim; Santa Maria de Várzea Cova.	Santa Leocádia de Arnazela; Santo Estevão de Regadas; São Martinho de Seidões; Santa Maria de Ardegão.

Em 1736 o concelho aparece referido como possuindo 11 freguesias: Santa Comba de Fornelos, Santo Estevão de Vinhós, Santa Eulália de Revelhe, São Martinho de Medelo, São Tomé de Estorãos, Santa Maria de Ribeiros, São Bartolomeu de São Gens, São Martinho de Quinchães, Nossa Senhora de Antime, São Martinho de Armil e Santa Eulália Antiga de Fafe<sup>44</sup>.

### 2.3.3 — Fafe: um território do século XIX

Em 1836, momento do triunfo do Liberalismo e das reformas liberais, subordinadas à Constituição de 1822, são adoptados novos princípios para a organização e divisão administrativa do território nacional.

A alteração do concelho de Montelongo vai surgir, em 31 de Dezembro de 1853, com a designação de Fafe, com publicação no *Diário do Governo* de 3 de Janeiro de 1854, art. 1.º, sendo-lhe anexadas freguesias que até então faziam parte de outros concelhos:

Fica estabelecida; para efeitos judiciais e administrativos, a nova divisão de comarcas, julgados, e concelhos, que a par dos círculos de

<sup>43</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local, Fafe, Câmara Municipal de Fafe*, 1996, p. 198.

<sup>44</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. 1, Lisboa, 1706, pp. 157-158.

jurados, dos distritos de paz, e das freguesias desses julgados e concelhos, e segundo os distritos administrativos a que respeitam, vão designados no incluso mapa número um [4 de Janeiro de 1854] o qual faz parte integrante deste Decreto. [...] Comarca — Fafe; Círculo de jurados — Fafe; Distritos de Juízes de Paz — Os mesmos, e mais o de São Tomé de Travassós: ficando pertencendo ao de Santa Eulália de Fafe mais as freguesias d'Ardegão, Seidões, Fareja, Jugeiros; ao de São Martinho de Moreira mais as freguesias de Aboim, e Várzea Cova; e ao de São Tomé de Travassós todas as restantes freguesias de novo anexadas ao julgado. Freguesias dos julgados e concelhos — as que tinha. Mais as de Agrela, Arões (São Romão), Arões (Santa Cristina), Freitas, Golães, Travassós, Serafão, Vila Cova, São Vicente de Passos que foram desanexadas do de Guimarães; Várzea Cova e Aboim, desanexadas do de Cabeceiras de Basto; Ardegão e Seidões, desanexadas do de Celorico de Basto; Jugeiros, desanexada de Felgueiras<sup>45</sup>.

As freguesias de Regadas e Felgueiras são desanexadas respectivamente de Celorico de Basto e Guimarães em 1874 e 1878 e a de Jugeiros é posteriormente desanexada ao concelho de Fafe e reintegrada novamente no concelho de Felgueiras.

O novo concelho de Fafe surgido do contexto das alterações políticas, económicas, sociais e administrativas vivenciadas nas primeiras décadas do século XIX, expressas na primeira Constituição de 1822, em cujo processo legislativo se destacou Mouzinho da Silveira no Governo então sediado nos Açores, só foi realizado após o triunfo definitivo da monarquia constitucional, havendo então um esforço de reorganização progressiva da nova administração.

A antiga «Vila de Fafe» vê confirmado o título de Vila em 1840, permanecendo como a sede ou cabeça de concelho, de uma unidade territorial alargada, ao qual vão sendo acrescentadas freguesias provenientes de concelhos vizinhos e das que perderam o estatuto de terras privilegiadas: Honra de Cepães e os Coutos de Moreira e Pedraído.

A configuração administrativa permanece, desde então, como aquela que hoje conhecemos.

### 2.4 — Território e estruturas administrativas

O topónimo «Concelho», referenciando um lugar existente nas proximidades da Igreja Matriz, leva-nos a supor que este sítio corresponderia ao local físico e simbólico da administração local medieval provavelmente sem *Domus Municipalis*, que a Carta de Foral, concedida por D. Manuel em 1513, prescreve para o Concelho de Montelongo.

<sup>45</sup> *Diário do Governo*, 3 de Janeiro de 1854 e mapa anexo.

O processo de construção do território concelhio e sua territorialidade é caracterizado pelas representações demarcadoras de fronteira e pertença às quais correspondem as instituições de carácter político-administrativo e às respectivas áreas onde se exercem.

Assim, a conjugação entre as práticas dos residentes e as estruturas administrativas dão ao território uma dimensão agregativa orgânica e funcional, que evoluiu face às mudanças político-administrativas nacionais, num processo de alargamento do espaço territorial inicial do concelho de Montelongo para o de Fafe, com maior dimensão.

Ao mesmo tempo que desde o século XVI até ao século XX a máquina administrativa fiscal e judicial com assento na vila de Fafe se torna progressivamente mais complexa e com um número maior de funcionários recrutados localmente.

Simultaneamente o acesso de eleitos a cargos de prestígio, obedecendo a um perfil socialmente hierarquizado, determina o surgimento de elites políticas locais, integrantes de da estrutura económica e social local.

#### 2.4.1 — A administração em 1513

Em 5 de Novembro de 1513, o Rei D. Manuel concedeu Carta de Foral ao concelho de Montelongo. Neste documento são confirmadas as formas tradicionais do pagamento de foros devidos pelos foreiros, fixando-se as normas pelas quais o concelho se deveria regular em determinadas matérias, tais como: montados (são dos moradores); maninhos (serão pedidos por escrito à câmara, identificando a dimensão e confrontações); obrigações foreiras (desde o dia de São Miguel até ao Natal seguinte: pão, vinho, carnes e outras coisas — ou dinheiro), gados do vento (gados perdidos são do senhorio); forças (quando forem judicialmente julgadas — cento e oito réis para o senhorio, quarenta e oito réis e meio para o meirinho: custas do forçador); uso de armas (duzentos réis, excepto os menores de quinze,

QUADRO 4

Composição administrativa do concelho de Montelongo em 1513 <sup>46</sup>

Mordomo do senhorio	que deveria arrecadar os foros pagos pelos vizinhos do concelho (mil e oitocentos réis)
Três tabeliães	
Almoxarife	
Escrivães	
Meirinho	
Juiz	
Vintaneiros	
Quadrilheiros	
Câmara do concelho	

<sup>46</sup> Foral de Monte Longo — D. Manuel I, 5 de Novembro de 1513, Arquivo Municipal de Fafe.

os que castigarem sua mulher, filhos, escravos ou em legítima defesa); pena de foral (não cumprimento de estabelecido na carta de foral — degredo, por um ano, para fora da vila ou termo — a aplicar por juízes).

No actual território de Fafe, em 1527, como vimos, além das terras do concelho de Montelongo, existiam os Coutos de Moreira do Rei e de Pedraído e a Honra de Cepães. A presença destas terras privilegiadas no termo do concelho criava dificuldades ao exercício da administração municipal, dado que «como espaços dependentes do clero ou da nobreza, que gozavam de generosos privilégios de natureza militar, fiscal e de justiça. [...] Entre os privilégios de que gozavam os habitantes dos coutos e as honras, bem como os criados ou outras pessoas que agricultavam terras de mosteiros ou de fidalgos, destaca-se a isenção de encargos concelhios.» <sup>47</sup>

As Ordenações Manuelinas (1497), reconheciam os privilégios de «isenção de pagamento de impostos municipais e de exercício de ofícios concelhios, bem como os que isentavam de aposentadorias e de lhe tomarem pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gados, bestas de albarda e de sela, bois, carros e carretas» <sup>48</sup>, os habitantes estavam sujeitos a outras obrigações municipais, tais como a defesa do concelho, construção de muros, pontes e calçadas.

Com a reforma Manuelina não se procurou limitar e a registar apenas os «direitos reais devidos à coroa e em posse de donatários, mas os diversos tributos e prestações que eram pagos aos senhores e que constavam, alguns, de contratos agrários medievais, individuais e colectivos.» <sup>49</sup>

Por sua vez o concelho apresentava, como indicador de autonomia, a existência das câmaras com poderes de cobrança das sisas, fixação de taxas de géneros alimentares e taxas impostas por posturas, fixação e aplicação de preços. As câmaras tinham ainda incumbências respeitantes aos gados e pastagens.

Os privilégios da jurisdição senhorial mantiveram-se até 1790, data da sua extinção, tendo-se verificado, como se pode ver do quadro anterior, um progressivo aumento da complexidade administrativa e um aumento de funcionários.

#### 2.4.2 — A administração em 1706

Na primeira década do século XVIII, os símbolos do poder administrativo: Casa da Câmara e Cadeia, situavam-se no actual centro cívico da cidade, indicando-nos que este lugar tinha assumido preponderância na freguesia de Fafe em detrimento do sítio do assento, onde se situa ainda a Igreja Matriz.

<sup>47</sup> NETO, Margarida Sobral, «Persistência Senhorial», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 166-167.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>49</sup> Idem, p. 172.

Em Carvalho da Costa e Braamcamp de Freire encontramos informações sobre as terras de Montelongo e que hoje compõem o concelho de Fafe e ainda de outras que então pertenciam a outros quadros administrativos que lhe eram vizinhos, nomeadamente do termo de Guimarães, concelhos de Celorico e Cabeceiras de Basto.

Aqui encravavam-se as terras privilegiadas da honra de Cepães, que em 1527 era de Rui Teles e, em 1706, do conde de Unhão; o Couto de Moreira de Rei, em 1527, era de Santa Maria de Guimarães e, em 1706, Couto da Coroa Real; o Couto de Pedraído era, em 1706, das Freiras de Arouca da Ordem de São Bernardo.

Na primeira década do século XVIII, e segundo Carvalho da Costa, o concelho de Montelongo apresentava já um elevado número de funcionários régios, que faziam parte de um quadro administrativo complexo, demonstrando, não só uma preocupação régia na administração do reino, mas também que Montelongo é já um espaço territorial administrativo complexo.

Em 1736, «o governo do concelho, nas suas componentes económica, administrativa, social e judicial, era exercido por um conjunto de homens, denominados por «os homens da governança», que constituíam a oligarquia do concelho [...] a estrutura de governo municipal do concelho de Montelongo não era muito vulgar no reino, pela presença no seio da vereação de dois juizes ordinários. [...] O governo era distribuído pelo Senado, composto por dois juizes ordinários, três vereadores, e um procurador que constituíam a câmara do concelho, e pelo Juízo da Almotacaria composto por dois almotacés que tinham sobretudo competências de natureza económica e policiamento. Na estrutura da câmara havia ainda o escrivão, meirinho e o porteiro [...] três escrivães do público e notas para a escrituração de documentos públicos e particulares, o juiz dos órfãos e o respectivo escrivão.»<sup>50</sup>

#### QUADRO 5

##### Quadros administrativos no território de Montelongo em 1706, segundo Carvalho da Costa<sup>51</sup>

###### Concelho de Montelongo:

- 2 Juizes ordinários (juizes ordinários em primeira instância).
- 2 Vereadores.
- 1 Procurador (representante dos vizinhos do concelho eleito pelo povo de três em três anos, a cuja eleição presidia o corregedor).
- 1 Corregedor (delegado do rei com funções judiciais e de administração civil) de Guimarães.
- 2 Almotacés (oficial de fiscalização das actividades económicas, posturas municipais e aplicação de coimas).

<sup>50</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 208-210.

<sup>51</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. 1, Lisboa, 1706, pp. 157-158.

1 Meirinho, eleito anualmente pela câmara (oficial da justiça encarregado de executar os mandatos do magistrado judicial) que acumulava com as funções de carcereiro.

3 \* Tabeliães do Judicial e Notas.

1 \* Distribuidor.

1 \* Inquiridor.

1 \* Contador (oficial de contabilidade pública).

1 \* Escrivão da câmara.

1 \* Almotacaria (tribunal de pequenos delitos de vendas presidido pelo Almotacé).

1 \* Juiz dos órfãos e escrivão.

1 \* Juiz da sisas do concelho, coutos e honras (com ordenado no almoxarifado de Guimarães).

1 \* Porteiro.

###### Honra de Cepães:

1 Juiz (eleito pelo povo).

1 Escrivão.

###### Couto de Moreira:

1 Juiz ordinário.

1 Juiz dos órfãos (eleito de três em três anos pelo povo).

2 Vereadores.

1 Procurador do concelho.

1 Meirinho (de eleição anual pelo povo).

1 Escrivão.

1 Almotacel.

1 \* Distribuidor.

1 \* Inquiridor.

1 \* Contador.

###### Couto de Pedraído:

1 Juiz ordinário do cível.

1 Juiz do crime.

1 Vereador.

1 Procurador do concelho (eleição de três em três anos pelo povo).

1 Escrivão.

1 Juiz dos órfãos.

\* (todos apresenta EIRey)

### 2.4.3 — A administração com a revolução liberal

O *Código Administrativo* de 18 de Março de 1842 apresenta o quadro institucional da administração do território, após um logo processo legislativo e o decorrer de uma guerra civil que opunha os defensores do velho regime e o novo.

Assim, a vila de Fafe vai ser o assento de novas instituições da administração liberal, substituindo as do antigo regime, permanecendo como lugar de referência administrativa, alterando a sua designação de concelho de Montelongo, para concelho de Fafe.

Até 24 de Outubro de 1855 todos os concelhos eram julgados, sendo dessa época a progressiva distinção entre as duas circunscrições. O concelho tem um administrador efectivo e um substituto (e na sua falta serve interinamente o presidente da respectiva câmara); uma câmara, composta de mais ou menos vereadores, segundo a classificação do concelho; escrivães de câmara; do administrador e de Fazenda; oficiais de diligência da câmara e do administrador; um recebedor; um carcereiro e um tesoureiro da câmara. O julgado tem — um juiz ordinário —, três substitutos; um subdelegado do procurador régio; escrivães e oficiais de diligências; o subdelegado, ou agente do ministério público, é também curador dos órfãos, contador, distribuidor, e fiscal da fazenda pública do julgado. Os escrivães são também tabeliães de notas<sup>52</sup>. Em 1874 «a comarca de Fafe é composta somente do seu julgado»<sup>53</sup>.

#### 2.4.4 — A administração em 1909

Chegados às vésperas da República, a vila continua a ser o centro e referência da administração municipal, onde se situava a sede do antigo concelho de Montelongo, permanecendo como sede da administração liberal, e sempre constituiu um lugar tradicional e privilegiado de passagem de pessoas e mercadorias do interior para o litoral, mantendo a função antiga de lugar de passagem, desde os tempos em que era denominada a Estrada Real, e ligação do litoral ao interior, que ainda hoje mantém.

A administração torna-se cada vez mais complexa, aumentando o número de funcionários e o número dos serviços da administração.

QUADRO 6  
Composição administrativa do concelho de Fafe, em 1909<sup>54</sup>

Administração	Cargos/funções
Câmara municipal .....	1 Presidente 1 Vice-presidente 5 Vereadores 7 Vereadores substitutos 1 Secretário 2 Amanuense 1 Contínuo 2 Médicos municipais 1 Tesoureiro 1 Cantoneiro municipal 2 Zeladores municipais

<sup>52</sup> LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Matos, 1874, p. 423.

<sup>53</sup> Idem, p. 133.

<sup>54</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

Administração	Cargos/funções
Junta de paróquia .....	4 Efectivos 4 Substitutos
Administração do concelho .....	1 Administrador 1 Secretário 2 Amanuense 2 Oficiais de diligência
Repartição da Fazenda .....	1 Escrivão 1 1.º Aspirante 2 2.º Aspirante 1 Subchefe
Fiscalização de impostos .....	1 Fiscal
Aferição de pesos e medidas .....	1 Aferidor
Tribunal judicial .....	1 Juiz 3 Substitutos 1 Delegado procurador régio 2 Escrivães notários — 1.º e 4.º oficiais 1 Ajudante 2 Escrivães — 2.º e 3.º oficiais 1 Ajudante 1 Contador e distribuidor substituto 1 Ajudante 4 Oficiais de diligência
Conservatória .....	1 Conservador 1 Ajudante
Recebedoria .....	1 Recebedor
Notários .....	2 Notários
Juízes de Paz (Fafe) .....	1 Efectivo 1 Substituto 1 Escrivão 1 Oficial
Subdelegacia de Saúde .....	1 Subdelegado
Advogados .....	10 Advogados
Solicitadores .....	4 Solicitadores
Cadeia .....	1 Carcereiro
Obras públicas .....	1 Chefe de conservação

## 2.5 — Alguns indicadores demográficos

Apresentamos, no quadro que se segue, a população do concelho entre 1864 e 1920. A evolução da população residente do concelho de Fafe fornecida pelos censos foi tendencialmente crescente entre 1864 e 1920, ainda que neste último ano se observe uma ligeira redução da população.

No que se refere à evolução da população das freguesias do Concelho, observam-se disparidades no crescimento da sua população, podendo encontrar-se como explicações a diferente localização geográfica, na perspectiva geomorfológica do território atrás descrita, com implicações diferenciadas nas actividades económicas; a evolução nos processos de procura de emprego e outros mecanismos da mobilidade da população; a organização espacial e sua disposição face ao tradicional centro de referência de poder político-administrativo (a urbe e freguesia de Fafe), nomeadamente acessibilidade e distância; a proximidade da cidade de Guimarães, o ser atravessado por vias importantes que o cruzam.

Na envolvente da freguesia de Fafe, situam-se um conjunto de oito freguesias cuja população é tendencialmente crescente, podendo contar-se as de Estorãos, Golães, Medelo, Passos, Quinchães, Santa Cristina de Arões, São Gens, São Romão de Arões.

QUADRO 7  
População residente nas 36 freguesias do concelho, segundo os censos

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Aboim .....	653	656	600	636	664	611
Agrela .....	290	289	288	318	318	290
Antime .....	519	553	584	627	749	734
Ardegão .....	—	265	284	266	—	—
Armil .....	548	621	565	589	637	624
Arnozela .....	534	291	355	275	594	542
Cepães .....	648	813	731	794	858	857
Estorãos .....	741	805	873	838	938	936
Fafe .....	2 080	2 524	3 071	3 615	4 534	4 698
Fareja .....	376	438	355	419	457	424
Felgueiras .....	130	135	145	—	136	123
Fornelos .....	450	448	490	512	592	582
Freitas .....	584	580	597	688	752	793
Golães .....	748	850	938	973	1 163	1 091
Gontim .....	228	243	207	209	211	215
Medelo .....	269	325	331	384	438	413
Monte .....	735	756	840	835	944	922
Moreira de Rei .....	1 423	1 430	1 539	1 548	1 649	1 681
Passos .....	503	553	570	612	668	659
Pedraido .....	286	353	333	495	347	375
Queimadela .....	1 063	1 047	1 078	1 131	1 107	1 141
Quinchães .....	1 120	1 204	1 174	1 294	1 437	1 407

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Regadas .....	679	694	678	762	810	776
Revelhe .....	647	667	688	678	742	786
Ribeiros .....	547	528	573	595	599	661
Santa Cristina de Arões .....	339	391	348	403	442	461
São Clemente (Silvares) .....	278	325	363	379	382	408
São Gens .....	1 315	1 474	1 469	1 437	1 564	1 545
São Martinho (Silvares) .....	447	557	630	684	769	747
São Romão de Arões .....	764	849	871	894	898	882
Seidões .....	351	442	402	464	461	426
Serafão .....	939	946	1 014	1 102	1 169	1 090
Travassós .....	1 011	1 066	1 219	1 268	1 330	1 343
Várzea Cova .....	683	691	700	777	833	850
Vila Cova .....	444	499	480	486	504	542
Vinhós .....	304	316	353	361	406	396
<i>Total do concelho</i> .....	<i>22 676</i>	<i>24 624</i>	<i>25 736</i>	<i>27 348</i>	<i>30 102</i>	<i>30 031</i>

## 2.6 — Estratificação sócio-económica

A mudanças oitocentistas foram muito mais ideológicas e políticas, sem que os habitantes locais se tenham envolvido na compreensão das inovações culturais e tecnológicas da época, repetindo procedimentos e atitudes milenares. Este homem «medieval» é-nos apresentado por Palmira da Silva [1952] numa minuciosa descrição, publicada com o título *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia, e Folklore do Concelho*, que temos vindo a citar.

As actividades económicas dominantes do concelho referidas nesse estudo são a agricultura, pecuária e transformação artesanal de algumas matérias-primas.

Como observadora atenta, ilustra o concelho de Fafe com fotografias, transcreve testemunhos dos habitantes e apresenta em minuciosos desenhos uma grande quantidade de objectos e instrumentos das actividades camponesas, caracterizando as gentes que, em 1952, tinham uma vivência isolada num mundo de ruralidade engenhoso, cooperante quando necessário e conflitual quanto à propriedade e quanto ao poder.

Sabendo nós que a mobilidade local ocorreu de forma distinta nos diferentes grupos sócio-profissionais, e que, em termos quantitativos, apresentava variações significativas nas 36 freguesias do concelho, importava procurar as relações entre a estrutura social que caracterizasse a matriz da mobilidade e a predominância desta em certos grupos, bem como as razões da sua desigual distribuição pelo concelho.

No censo à população feito em 1890, procuramos os indicadores da estrutura sócio-ocupacional da população do concelho e a sua distribuição por grupos ou sectores de actividade e, no recenseamento eleitoral de 1881, os quadros de desigualdades económicas e sociais, face às condições de elegibilidade eleitoral e sua distribuição no território concelhio.

Assim, para uma população total de 25 660, 12 143 eram indivíduos activos, estando ligados à agricultura 70% destes, seguindo-se por ordem decrescente os que se dedicam à indústria, com 18%; improdutivos com 6%; força pública com 4%; 1% viviam exclusivamente dos rendimentos; 0,5% eram comerciantes.

Conclui-se assim que as actividades agrícolas predominavam na ocupação dos habitantes do concelho, o que corresponde e confirma a média nacional calculada, onde «7 em cada 10 portugueses viviam no campo ou para o campo»<sup>55</sup>, seguindo-se depois os que estavam ligados à actividade industrial e muito pouco significativa a actividade comercial.

QUADRO 8

População de facto do concelho de Fafe segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, em 1890

Profissões	Total geral	Total	%	Varões	Fêmeas
<b>Fafe — concelho</b> .....	<b>25 660</b>	<b>12 143</b>	<b>47,3</b>	<b>7 323</b>	<b>4 820</b>
I — Trabalhos agrícolas.....	18 887	8 497	69,9	5 622	2 875
II — Pescas e caça .....	—	—	—	—	—
III — Extração das matérias minerais da superfície do solo.....	21	8	0,1	8	—
IV — Indústria .....	4 030	2 147	17,7	998	1 149
VI — Comércio .....	169	47	0,4	45	2
VII — Força pública .....	1 164	445	3,7	204	241
VIII — Administração pública .....	26	9	0,1	9	—
IX — Profissões liberais.....	49	17	0,1	17	—
X — Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos .....	365	116	1,0	108	8
XI — Trabalhos domésticos .....	57	57	0,5	8	49
XII — Improdutivos. Profissão desconhecida	714	714	5,9	255	459

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 52.

### 2.6.1 — Estratificação sócio-eleitoral — 1881

As profissões constituem um indicador da estrutura económica e social do concelho, analisadas aqui através do Censo de 1890 e do Recenseamento Eleitoral de 1881, onde podemos identificar as diferentes ocupações da população concelhia e a estrutura social vista através das condições de eleitor e de elegibilidade de deputado.

<sup>55</sup> VAQUINHAS, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, p. 482.

O recenseamento dos eleitores e elegíveis, tendo em conta as condições de elegibilidade a deputados, impostas pelo Decreto-Lei de 30-9-1852, permite o conhecimento das profissões e ocupações de uma parte da população concelhia, bem como inferir das tipologias hierárquicas e critérios sociológicos diferenciais de tipo político. Ou seja, possibilita a organização das profissões em grupos ou sectores, com direito de acesso à decisão política e distingue os que reuniam as condições dos que podiam ser eleitores e elegíveis, colocados estes no topo da hierarquia sócio-económica e em segundo patamar social e, dentro destes, reconhecer as diferenças de estatuto e ainda quantificar os excluídos da participação eleitoral, bem como conhecer a sua distribuição pelas freguesias do concelho.

O referido Decreto-Lei de 30-9-1852, prescreve, como condição para se ser eleitor, ter renda líquida anual 100\$000 réis provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ter emprego inamovível e ser de maior idade.

No que se refere à condição de prova de renda, esta era calculada através das colectas, ou seja, aqueles que no ano anterior, tivessem sido colectados: em 10\$000 réis de décima, e impostos anexas de juros, foros e pensões, ou de quaisquer proventos de empregos de Câmara Municipais, Misericórdia, ou Hospitais; em 5\$000 réis de décima e impostos anexas de prédios rústicos e urbanos arrendados; em 1\$000 réis de décima e impostos anexas, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria; em mais de 1\$000 réis dos 4% sobre a renda das casas.

Eram ainda considerados como tendo a renda de 100\$000 réis: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos ou reformados e os que pertencessem a repartições extintas que tivessem de ordenado, soldo ou cõgrua 100\$000 réis; os egressos que tivessem 100\$000 réis de prestação anual; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que fosse a sua origem, 100\$000 réis; os aspirantes a oficiais, os sargentos-ajudantes, quartéis-mestres dos corpos de exército e os das guardas municipais, que tivessem de rendimento 12\$000 réis mensais.

Quanto à condição da idade imposta na lei, para além da prova dos rendimentos referidos, só eram eleitores os que tivessem entrado na maioridade legal, ou seja, ter 25 anos completos, conforme o art. 7.º Eram também considerados como tendo maior idade eleitoral os que, tendo 21 anos, pertencessem a pelo menos uma das classes seguintes: serem casados; oficiais do exército ou da armada; clérigos das ordens sacras; os que tivessem completado algum curso da Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, os das Escolas Naval, do Exército, e Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto; os que fossem doutores e bacharéis formados em qualquer universidade ou academia estrangeira, competentemente habilitados para serem dos seus graus nestes reinos; serem membros da Academia Real das Ciências de Lisboa; Os professores de instrução pública, secundária e superior; Os que tivessem completado o curso de algum liceu do reino.

Estavam excluídos de serem eleitores os criados de servir nos quais se não compreendiam os guarda-livros, os caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Real, que não fossem de galão branco, e os administradores de fazendas rurais e fábricas; os que estivessem interditos da administração de seus bens; os indiciados em pronúncia ratificada pelo júri ou passada em julgado; os falidos não reabilitados; os libertos.

Todos os que tivessem direito de votar estavam em condições de serem eleitos deputados, sem condição de domicílio, residência ou naturalidade.

Eram considerados elegíveis os que tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual, os que tivessem sido colectados no último lançamento imediatamente anterior ao recenseamento em alguma das seguintes verbas: 40\$000 réis de décima e impostos anexos de foros, juros, ou pensões, e de quaisquer proventos de câmaras municipais, misericórdias e hospitais; 20\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados; 4\$000 réis de décima e impostos, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos, não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria; 4\$000 réis de impostos sobre a renda de casas. Eram ainda considerados como tendo a mesma renda: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos, reformados, e os das repartições extintas, que tivessem de ordenado, soldo, cõgrua, prestação, ou qualquer outro vencimento 400\$000 réis; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que se fosse a sua origem, 400\$000 réis.

Eram absolutamente inelegíveis: os estrangeiros naturalizados; os membros da Câmara dos Pares; os que não tivessem renda líquida anual de 400\$000 ou não fossem habilitados com os graus e títulos literários; os governadores civis; os administradores de concelho; os juizes de direito de primeira instância e os delegados do Procurador Régio nas suas comarcas; os juizes dos tribunais de segunda instância; os Procuradores Régios; os comandantes das Divisões Militares; os chefes de Estado Maior; os governadores gerais; Secretários Gerais dos governos do ultramar<sup>56</sup>.

## 2.6.2 — Estrutura sócio-eleitoral por sectores de actividade — 1881

Condicionados pelos critérios selectivos da fonte, quer na idade e força económica dos representados na amostra e, mesmo sabendo que muitas das profissões não correspondiam ao exercício exclusivo de uma única ocupação (nomeadamente os que se dedicavam a actividades transformadoras eram, ao mesmo tempo, os que as comercializavam), decidimos construir o quadro classificativo, como uma possibilidade de através destes dados inferir do quadro sócio-profissional concelhio.

<sup>56</sup> *Diário do Governo*, Decreto de 30-9-1952.

QUADRO 9

### Profissões/ocupações dos eleitores e elegíveis, por sector de actividade, em 1881

Sectores	Profissões/ocupações	Parcial	Total	%
1.1 — Agro-pastoril .....	1.1.1 — Proprietário .....	1 996	—	—
	1.1.2 — Agricultor .....	1 215	—	—
	1.1.3 — Jornaleiro .....	565	—	—
	1.1.4 — Lavoura .....	26	—	—
1.2 — Florestal .....	1.1.5 — Casqueiro .....	6	—	—
1.3 — Minas .....	1.1.6 — Mineiro .....	3	3 811	83
2 — Transformação .....	2.1 — Construção civil .....	212	—	—
	2.2 — Vestuário, têxtil e calçado .....	127	—	—
	2.3 — Metalurgia .....	11	—	—
	2.4 — Madeiras, mobiliário e utensílios .....	14	—	—
	2.5 — Alimentar e panificação .....	55	—	—
	2.6 — Pirotecnia .....	7	426	9
3 — Comércio e serviços ...	3.1 — Comércio .....	137	—	—
	3.2 — Transportes e comunicações .....	29	—	—
	3.3 — Serviço público .....	40	—	—
	3.4 — Hotelaria e restauração .....	1	—	—
	3.5 — Artes .....	11	—	—
	3.6 — Ensino .....	5	—	—
	3.7 — Saúde e higiene .....	9	—	—
	3.8 — Serviços liberais .....	22	—	—
	3.9 — Advogado .....	4	258	5,5
4 — Diversos .....	4.1 — Não activos .....	43	—	—
	4.2 — Religioso .....	52	—	—
	4.5 — Estudante .....	7	—	—
	4.7 — Bacharel .....	5	—	—
	4.7 — Egresso .....	3	110	2,5
Profissão não referida .....	.....	2	2	—
<i>Total global</i> .....		—	4 607	100

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

Apresentamos no quadro anterior a população eleitoral dividida em sectores, agregando-as em afinidades de natureza produtiva agro-pastoril e mineira no sector 1; as transformadoras, no sector 2; comerciais e serviços, no sector 3; não activos e os que tinham funções de carácter religioso, no sector 4 ou diversos.

Os dados do censo de 1890 indicam 12 143 indivíduos activos, dos quais 70% estavam ocupados em trabalhos agrícolas, 18% na indústria; 4% nos serviços públicos e 6% não activos.

Por outro lado, observando as profissões do recenseamento, concluímos que 83% dos recenseados tinham a sua profissão na agricultura e dela dependiam di-



recta ou indirectamente; 9% tinham como ocupação dominante actividades ligadas ao sector da transformação artesanal; 5,5% dedicavam-se ao comércio ou tinham ocupação nos serviços; 2,5% eram não activos ou exerciam ocupações de carácter religioso.

Comparando os dados das duas fontes concluímos que os eleitores constituíam um grupo onde a representatividade relativa dos que se dedicavam a ocupações no sector agrícola é maior, e a dos ocupados na indústria era menor, sendo sensivelmente semelhante nos serviços.

Dada a fraca representatividade relativa dos ocupados na indústria, infere-se para a existência de fracos rendimentos neste sector e um predomínio dos que obtinham rendimentos através da posse da terra.

QUADRO 10

Síntese das profissões/ocupações dos eleitores do concelho, em 1881

Profissões/ocupações	Total parcial	%
1 — Agro-pecuária e mineira .....	3 811	83
2 — Transformador .....	426	9
3 — Comercial e serviços .....	254	5,5
4 — Não activos e religiosos .....	114	2,5
<b>Total global .....</b>	<b>4 605</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

2.6.3 — Estrutura sócio-eleitoral: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos

O recenseamento eleitoral de 1881, ao indicar o nome, profissão, residência, alfabetização e o valor da colecta da décima, possibilita vários exercícios de interpretação e correlação, possibilitando a construção da estrutura social, económica e simbólica.

Visto na perspectiva das condições de elegibilidade a deputados estes dados constituem indicadores sociológicos muito interessantes sob o ponto da análise da representatividade quantitativa dos que cumpriam as condições impostas pela lei para se ser eleitor elegível e, por exclusão, os que não reuniam as condições para se ser eleitor.

Procurámos conhecer as proporções de cada um destes grupos sócio-profissionais, bem como a sua distribuição territorial e geográfica, tendo também subjacente à sua identificação a existência de um jogo de representações sociais e comportamentos simbólicos diferenciadores e informantes da estratificação social de natureza qualitativa.

Dos dados do recenseamento de 1881-1882 e do censo de 1890, foi possível verificar que o concelho possuía uma população de 25 600 indivíduos, sendo 12 143 activos. Destes, 4197 eram eleitores, 437 elegíveis a deputados, 3760 não elegíveis e, por conseguinte, 7946 estavam excluídos do exercício eleitoral.

QUADRO 11

População total, activa e eleitoral

Habitantes	População activa	%	Eleitores	%	Elegíveis	%	Não Elegíveis	%	Excluídos	%
25 600	12 143	47,4	4 197	34,6	437	3,6	3 760	31	7 946	65,4

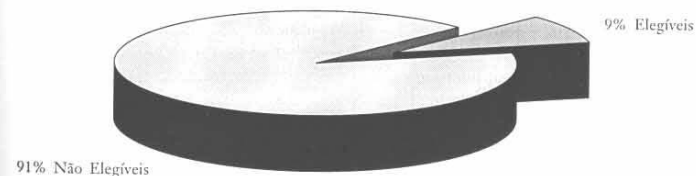
Fonte: Censo de 1890 e Livro de Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

Ao estabelecermos a relação entre a população activa, eleitores, elegíveis e não elegíveis verificamos que:

- 1 — 47,4% do total da população do concelho pertencia ao grupo dos activos;
- 2 — Destes, 34,6% eram eleitores, e 65,4% estavam excluídos;
- 3 — Eram elegíveis, 3,6% da população activa e 31% não eram elegíveis.

GRÁFICO 1

Elegíveis e não elegíveis a deputados no concelho, em 1881



Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

O recenseamento, ao identificar as profissões dos eleitores e os rendimentos líquidos dos elegíveis a deputados, permitiu-nos verificar que nem todos os proprietários eram elegíveis. Assim, ao termo genérico de proprietário, indicador de estatuto social, visto na perspectiva do exercício do acto eleitoral, com forte peso simbólico, estabelece a diferença entre os proprietários elegíveis e não elegíveis; ou seja, distingue: os proprietários ricos, elegíveis (elite aristocrática); os proprietários ricos, eleitores (elite de proprietários rurais); os agricultores e outros eleitores (classe média); os excluídos do processo eleitoral, face às condições impostas pelo decreto de 30-9-1852.

QUADRO 12

Profissões dos elegíveis e não elegíveis a deputados, em 1881

Profissões dos elegíveis a deputados	Profissões dos elegíveis a deputados		Profissões dos não elegíveis a deputados	Profissões dos não elegíveis a deputados	
	Parcial	%		Parcial	%
Proprietário .....	396	90,4	Proprietário .....	1 505	40
Negociante .....	15	3,4	Agricultor .....	924	25
Bacharel .....	5	1,1	Jornaleiro .....	535	14
Advogado .....	4	1	Pedreiro .....	108	2,8
Pároco .....	3	-	Carpinteiro .....	81	2
Vendeiro .....	3	-	Vendeiro .....	57	1,5
Capitalista .....	2	-	Alfaiate .....	55	1,4
Reservatório .....	2	-	Moleira .....	51	1,3
Conservador .....	1	-	Negociante .....	28	1
Director do correio .....	1	-	Lavoura .....	24	1
Escrivão da câmara .....	1	-	Tamanqueiro .....	24	0,6
Farmacêutico .....	1	-	Ferreiro .....	23	0,6
Médico .....	1	-	Sapateiro .....	22	0,5
Presbítero .....	1	-	Almoceve .....	21	0,5
Outra .....	1	-	Presbítero .....	20	0,5
			Capitalista .....	19	0,5
			Reservatório .....	21	0,5
			Pároco .....	17	0,5
			Barbeiro .....	15	-
			Trolha .....	14	-
			Músico .....	11	-
			Outras com menos de 10 .....	185	5
<b>Total .....</b>	<b>437</b>	<b>100</b>	<b>Total .....</b>	<b>3 760</b>	<b>-</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

1 — Do total dos 4197 eleitores, são referidos 1901 proprietários, sendo apenas elegíveis a deputados 396, e não elegíveis 1505. Ou seja, 45% proprietários eleitores e, destes, 21% eram elegíveis e 79% não elegíveis.

Isto é, 1505 eleitores eram proprietários, casados, com mais de 25 anos e pagavam 10\$000 réis de décima e, apenas, 396 tinham 400\$000 réis de rendimento, pelo que estes últimos eram a elite rural aristocrática e proprietária do concelho que viviam dos rendimentos, não tendo, por isso, necessidade de trabalhar as próprias terras, vivendo dos rendimentos das terras que tinham arrendadas aos agricultores (caseiros).

Por outro lado, revela-se significativo o facto da designação de proprietário, constituindo um referente sociológico de prestígio social nas comunidades rurais, englobando genericamente todos os que têm propriedade agrícola, induz na ideia de estarmos perante um grupo homogéneo.

Assim, concluímos das diferenças existentes neste grupo social, ao verificar-se que, do total dos proprietários eleitores apenas 21% são elegíveis a deputados e os restantes 79% não têm acesso à eleição para aquele importante cargo público.

2 — Analisando apenas as profissões dos 437 elegíveis, 90,4% destes eram proprietários, o que indica uma forte representatividade eleitoral deste grupo profissional face às restantes profissões. Os restantes elegíveis a deputados estavam representados do seguinte modo: 3,4%, que se dedicavam ao comércio e os restantes tinham outras profissões distribuídas por um leque de 13 diferentes, o que lhe retira valor estatístico. Neste grupo eram elegíveis um pequeno número de letrados: (5 bacharéis e 4 advogados, residentes na freguesia de Fafe, à excepção de um que residia em Antime).

#### Eleitores não elegíveis:

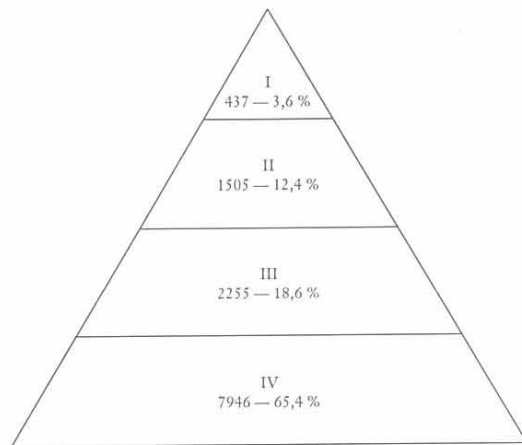
1 — Eram eleitores, mas estavam excluídos da elegibilidade os já referidos 1505 proprietários.

Os restantes 924 agricultores; 535 jornaleiros; 108 pedreiros; 81 carpinteiros e, sem significado estatístico, aparecem referidas outras profissões.

Como dissemos atrás, admitindo como activos os 12 143 referidos no censo de 1890 e retirando-lhe os 4197 eleitores, identificamos 7946 activos que não estavam incluídos no recenseamento. Ou seja, 65,4% da população activa, por falta de rendimentos, por serem solteiros e terem menos de 25 anos de idade, estava excluída do exercício político eleitoral, ocupando, por isso o último lugar da hierarquia sócio-económica: eram os cabaneiros (aqueles que alugavam casa e pequena horta ao ano), jornaleiros, criados de servir, serviçais e as mulheres dos contriuintes casados.

Representamos, no quadro seguinte, a estrutura social do concelho, tendo como base os dados da população em 1890, num total de 12 143 indivíduos activos.

QUADRO 13  
Estrutura social do concelho em 1881 — População activa



Legenda: I — Elite dos proprietários negociantes e letrados eleitores e elegíveis; II — Proprietários eleitores não elegíveis (elite dos proprietários rurais); III — Agricultores, artesãos, jornaleiros e outros eleitores não elegíveis (classe média); IV — Excluídos do processo eleitoral.

A não elegibilidade eleitoral, para além do significado simbólico que transporta, é um indicador de desigualdades económicas e sociais reais, não só entre os proprietários, mas também entre os que compunham a estrutura social, revelador de uma marcada hierarquização social nas comunidades rurais.

Assim, no topo desta hierarquia situavam-se os proprietários elegíveis, depois os negociantes elegíveis e, seguidamente, os proprietários não elegíveis.

No grupo das elites predominavam assim os da elite dos proprietários elegíveis (aristocratas). Estes constituem um grupo sociológico diferenciado de outros que, sendo também proprietários, se situavam na posição seguinte da escala social, por não serem apenas eleitores. No grupo da elite local, ainda que em reduzido número, estavam os que possuíam cargos públicos ou pertenciam à elite dos letrados. Dentro deste grupo estavam os que podiam ser elegíveis, sem que tivessem rendimentos, bastando a maior idade legal (25 anos, casado ...).

Por último, encontravam-se na base da escala hierárquica os agricultores (ca-seiros), artesãos, jornaleiros.

Outras formas de desigualdade manifestam-se em expressões e comportamentos com elevado significado simbólico social local, aos quais nos referiremos noutra parte deste trabalho.

Esta análise revela-se significativa, dado que a mobilidade é um comportamento social diferenciado, que se reflecte nos diferentes itinerários migratórios e nas diferentes atitudes perante o retorno.

#### 2.6.4 — Geografia sócio-eleitoral — 1881

Uma das questões postas em discussão neste trabalho, para além da compreensão geral do universo social local, onde assentou o fenómeno das migrações em estudo, é, também, a do conhecimento do modo como as estruturas sociais estavam representadas pelo território concelhio, por forma a encontrar explicações que tenham determinado diferentes incidências quantitativas da mobilidade, e encontrar nestes a existência de quadros sócio-económicos particulares que fossem determinantes e explicativos da mobilidade local.

O recenseamento eleitoral, constituindo um indicador indirecto para o conhecimento das estruturas sociais, permitiu-nos conhecer como estavam representados por 35 das 36 freguesias do concelho aqueles que tinham mais de 100\$000 réis de rendimento líquido anual, ou seja, aqueles que reuniam as condições de eleitor.

Por outro lado, analisando a relação entre os eleitores, elegíveis e não elegíveis pelas referidas freguesias, e observando a distribuição geográfica daquela relação podemos inferir do modo como estavam representados no território.

QUADRO 14  
Profissões/ocupações dos eleitores do concelho em 1881, por freguesia

Localidades	Eleitores	Proprietários		Agricultores		Jornaleiros		Negociantes		Outras	
		%	%	%	%	%	%	%	%		
Aboim.....	107	74	69	6	3	15	14	—	—	12	11
Agrela.....	48	39	81,3	2	4,2	1	2,1	—	—	6	12,5
Antime.....	104	35	33,7	26	25	22	21,2	—	—	21	20,2
Ardegão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Armil.....	90	39	43,3	30	33,3	6	6,7	—	—	15	16,7
Arnozela.....	92	42	45,7	10	10,9	15	16,3	1	1,1	24	26,1
Cepães.....	119	25	21	29	24,4	17	14,3	1	0,8	47	39,5
Estorãos.....	127	33	26	54	42,5	25	19,7	—	—	15	11,8
Fafe.....	33	67	14,5	79	18,2	45	18	26	6	216	50
Fareja.....	66	8	12,1	29	43,9	7	10,6	—	—	22	33,3
Felgueiras.....	29	10	34,5	10	34,5	7	24,1	—	—	2	6,9
Fornelos.....	80	23	28,8	30	37,5	9	11,3	1	1,3	17	21,3
Freitas.....	112	67	59,8	28	25	12	10,7	—	—	5	4,5

Localidades	Eleitores	Proprietários	%	Agricultores	%	Jornaleiros	%	Negociantes	%	Outras	%
Golães .....	140	57	40,7	35	25	12	8,6	—	—	36	25,7
Gontim .....	31	22	71	1	3,2	4	12,9	—	—	4	12,9
Medelo .....	59	15	25,4	23	39	4	6,7	3	5,1	14	23,7
Monte .....	124	113	91,1	4	3,2	5	4	—	—	2	1,6
Moreira de Rei .....	264	202	76,5	23	8,7	16	6,1	4	1,5	19	7,2
Passos .....	99	44	44,4	31	31,3	15	15,2	—	—	9	9,1
Pedraído .....	55	49	89,1	1	1,8	3	5,5	—	—	2	3,6
Queimadela .....	189	158	83,6	9	4,8	2	1	—	—	20	10,6
Quinchães .....	221	76	34,4	47	21,3	38	17,2	—	—	60	27,1
Regadas .....	111	44	39,6	23	31	32	31	—	—	10	9
Revelhe .....	119	53	44,5	30	25,2	17	14,2	1	0,8	18	15,1
Ribeiros .....	92	28	30,4	44	47,8	11	12	—	—	9	9,8
S. <sup>ta</sup> Cristina de Arões .....	60	11	18,3	24	40	15	25	—	—	10	16,7
São Clemente (Silvares) .....	47	19	40,4	15	31,9	6	12,8	—	—	7	14,9
São Gens .....	254	92	36,2	89	35,0	27	10,6	4	1,6	42	16,5
São Martinho (Silvares) .....	78	35	44,9	12	15,3	14	17,9	—	—	17	21,8
São Romão de Arões .....	137	27	19,7	46	33,6	42	30,7	1	0,7	21	15,3
Seidões .....	82	40	48,8	18	22	16	19,5	—	—	8	9,7
Serafão .....	166	106	63,9	11	6,6	16	9,6	—	—	33	19,9
Travassós .....	186	100	53,8	29	15,6	32	17,2	—	—	25	13,4
Várzea Cova .....	136	72	52,9	40	29,4	14	10,3	—	—	10	7,4
Vila Cova .....	77	42	54,5	23	29,9	10	13	—	—	2	2,6
Vinhós .....	349	33	57	14	24	3	5	—	—	8	14
<b>Total .....</b>	<b>4 196</b>	<b>1 902</b>	<b>45</b>	<b>924</b>	<b>22</b>	<b>536</b>	<b>13</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>791</b>	<b>19</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

Do quadro podemos concluir que, dos 4605 eleitores do concelho, em 1881, 43 % eram proprietários, 27 % agricultores, 12 % jornaleiros, 1 % negociantes e 17 % tinham outras profissões.

Sob o ponto de vista da distribuição das profissões pelo território concelhio organizamos o quadro que se segue através da sua representatividade percentual.

QUADRO 15  
Distribuição percentual de profissões por freguesia, em 1881

%	Proprietários	Agricultores	Jornaleiros	Outras
1-20	Fafe, Fareja, São Romão de Arões, Santa Cristina de Arões.	Aboim, Agrela, Artim, Monte, Moreira do Rei, Pedraído, Queimadela, São Martinho de Silvares, Serafão, Travassós.	Aboim, Agrela, Armil, Arnozela, Cepães, Estorãos, Fafe, Fareja, Fornelos, Freitas, Góles, Gontim, Medelo, Monte, Moreira do Rei, Passos, Pedraído, Queimadela, Regadas, Revelhe, Ribeiros, Santa Cristina de Arões, São Clemente de Silvares, São Gens, São Romão de Arões, Seidões, Serafão, Travassós, Várzea Cova, Vila Cova, Vinhós.	Aboim, Agrela, Armil, Estorãos, Felgueiras, Fornelos, Freitas, Gontim, Moreira de Rei, Passos, Pedraído, Queimadela, Regadas, Revelhe, Ribeiros, Santa Cristina de Arões, São Clemente de Silvares, São Gens, São Romão de Arões, Seidões, Serafão, Travassós, Várzea Cova, Vila Cova, Vinhós.
21-40	Antime, Cepães, Estorãos, Felgueiras, Fornelos, Medelo, Regadas, Ribeiros, Quinchães, São Gens.	Antime, Armil, Cepães, Felgueiras, Fornelos, Freitas, Góles, Medelo, Passos, Quinchães, Regadas, Revelhe, São Cristina de Arões, São Clemente de Silvares, São Gens, São Romão de Arões, Seidões, Várzea Cova, Vila Cova, Vinhós.	Antime, Felgueiras, Regadas, Santa Cristina de Arões, São Romão de Arões.	Antime, Arnozela, Cepães, Fareja, Góles, Quinchães, Medelo, São Martinho de Silvares.
41-60	Armil, Arnozela, Freitas, Góles, Passos, Revelhe, Seidões, Travassós, São Martinho de Silvares, São Clemente de Silvares, Vila Cova, Várzea Cova, Vinhós.	Estorãos, Fareja, Ribeiros.	—	Fafe.
61-80	Gontim, Moreira de Rei, Serafão, Aboim.	—	—	—
81-100	Agrela, Queimadela, Pedraído, Monte.	—	—	—

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.



Freguesias	Eleitores	Elegíveis a deputados	%	Não elegíveis a deputados	%
Gontim .....	31	5	16,1	26	83,9
Medelo .....	59	3	5,1	56	94,9
Monte .....	124	8	6,5	116	93,5
Moreira de Rei .....	264	12	4,5	252	95,5
Passos .....	99	15	15,2	84	84,8
Pedraído .....	55	5	5,6	50	94,4
Queimadela .....	189	21	11,1	168	88,9
Quinchães .....	221	12	5,4	209	94,6
Regadas .....	111	12	10,8	99	89,2
Revelhe .....	119	14	11,8	105	88,2
Ribeiros .....	92	9	9,8	83	90,2
Santa Cristina de Arões .....	60	1	1,7	59	98,3
São Clemente (Silvares) .....	47	7	14,9	40	85,1
São Gens .....	254	13	5,1	241	94,9
São Martinho (Silvares) .....	78	10	12,8	68	87,2
São Romão de Arões .....	137	11	8,0	126	92,0
Seidões .....	82	10	12,2	72	87,8
Serafão .....	166	34	20,5	132	79,5
Travassós .....	186	27	14,5	159	85,5
Várzea Cova .....	136	15	11,0	121	89,0
Vila Cova .....	77	14	18,2	63	81,8
Vinhós .....	58	6	10,3	52	89,7
<b>Total do concelho .....</b>	<b>4 194</b>	<b>437</b>	<b>10,4</b>	<b>3 756</b>	<b>89,6</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882.

1 — Em todas as freguesias existem indivíduos em condições de serem elegíveis a deputados;

2 — A percentagem dos elegíveis situa-se entre 1,7 % e 20,5 %.

3 — A distribuição percentual dos elegíveis por freguesia fazia-se da seguinte forma:

- a) Inferior a 5 % de elegíveis, três freguesias: Fareja, Santa Cristina de Arões, Moreira de Rei;
- b) Entre 5 % e 10 % de elegíveis, dezasseis: Armil, Arnozela, Cepães, Estorãos, Felgueiras, Fornelos, Golães, Medelo, Monte, Moreira, Pedraído, Quinchães, Ribeiros, São Romão de Arões, São Gens, Aboim;
- c) Entre 10 % e 15 % de elegíveis, onze: Agrela, Antime, Queimadela, Regadas, Revelhe, São Clemente de Silvares, São Martinho de Silvares, Seidões, Travassós, Várzea Cova, Vinhós;
- d) Entre 15 % e 20 % de elegíveis, cinco: Freitas, Gontim, Passos, Vila Cova, Fafe;
- e) Com mais de 20 % de elegíveis, uma: Serafão.

## 2.7 — Estrutura económica, social e cultural

Neste capítulo procuraremos aproximar-nos dos elementos caracterizadores da economia e sociedade, perspectivados para a continuidade matricial do território local.

Dada a falta de informações estruturadas, tentamos alinhar aquelas que foi possível colher, de modo que se tornem entendíveis os dados compulsados nas diversas fontes, tendo em conta a caracterização dos recursos e a potenciação de actividades económicas.

### 2.7.1 — A agricultura

Segundo o Foral de Montelongo (1513), as obrigações foreiras, pagas desde o dia de São Miguel até ao Natal, referiam o pão, vinho, carnes e outras coisas — ou dinheiro.

Carvalho da Costa [1706] refere para o concelho «é fértil em trigo, vinho, algum azeite, muitos gados de toda a sorte, mel, caça e pesca em três regatos que nele nascem»<sup>57</sup>.

Em 1736, é referida a abundância de pastos, os quais permitiam que houvesse muito gado e produtos derivados como o leite e a manteiga, comercializados na vila de Guimarães. O concelho era também abundante na produção de vinho. Os produtos agrícolas cultivados eram: o milho maiz, centeio, milho branco, feijão, trigo, castanha e toda a casta de hortaliças e frutas, para além de ser referido, como riqueza local, a criação de toda a variedade de aves domésticas<sup>58</sup>.

Sem que se pressinta, ao nível das produções agrícolas, significativas alterações do que no século XVIII era a vida económica, em 1952, as actividades económicas fundamentais continuam a ser a agricultura, a pecuária, a pesca e a caça, conhecendo-se as actividades locais ao nível das formas, processos e tecnologias das culturas do milho, do centeio, da batata, das técnicas de secagem e de moagem de cereais, dos instrumentos de pesca, apicultura, caça<sup>59</sup>. Nenhuma referência existe em Palmira [1952] sobre a mecanização da agricultura, sendo os instrumentos descritos basicamente de madeira e ferro, e a energia utilizada hidráulica ou animal.

A vinha, em 1886, surge referida como uma importante cultura nas freguesias de Antime, Armil, Cepães, Estorãos, Fafe, Freitas, Golães, Passos, Ribeiros,

<sup>57</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. 1, Lisboa, 1706, p. 157.

<sup>58</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, ed. Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1996, p. 203.

<sup>59</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952.

Serafão, Travassós e Vila Cova. As vinhas são todas levantadas em uveiras sobre as árvores que cercam os campos. As castas mais cultivadas são o azal preto, a borraçal, o espadeiro, o vinhão tinto, a tinta mole e o sousão <sup>60</sup>.

Para o século XIX, possuímos uma lista de produtos e preços, referente ao ano de 1838 e 1839, o que nos aproxima da realidade económica e agrícola então vivida em Fafe, de onde se conclui das produções e preços locais.

Por outro lado, em 1838, um dia de jeira (160 réis), estava colocado na coluna dos preços no 18.º lugar na tabela dos 26 preços assinalados, correspondendo a metade do custo de um alqueire (16 kg) de milho alvo, quatro vezes e meia inferior ao alqueire (15 kg) de trigo e quarenta réis a diferença entre um dia de trabalho e o preço de uma vara (1,10 m) de bragal, que custavam \$120 réis <sup>61</sup>.

QUADRO 17  
Géneros e preços em 1838, 1839 e 1886, expressos em réis

Quantidades	Géneros	Preços 1838 <sup>62</sup>	Preços 1839 <sup>63</sup>	Preços 1839 <sup>64</sup>	Preços 1888 <sup>65</sup>
1	Alqueire de milho ruivo .....	—	\$240	\$360	640
1	Alqueire de batata .....	—	\$100	\$90	340
1	Alqueire de trigo .....	\$720	\$550	\$750	—
1	Leitão .....	\$480	\$300	\$200	—
1	Alqueire de feijão .....	\$400	\$360	\$400	600
1	Dúzia de palha paíça .....	\$400	\$300	\$400	—
1	Alqueire de milho (milho alvo) .....	\$340	\$320	\$360	—
1	Carro de lenha .....	\$300	\$300	\$400	—
1	Carro de canhotas .....	\$300	\$240	\$300	—

<sup>60</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 580.

<sup>61</sup> Um alqueire é uma medida de capacidade utilizada nos produtos secos, que corresponde, na região a 16 Kg, quando utilizada para milho e 15 kg para trigo, centeio ou cevada. A arroba é uma medida de peso e corresponde a 15 kg. Um carro corresponde a quarenta razas, o mesmo que 640 kg e a raza a 16 kg. Um arrátel, como medida de peso, corresponde a 459 g. Uma vara, aplicada na medição do linho ou bragal corresponde a 1,10 m. Um almude corresponde, em Fafe, a 24 litros, e um quartinho corresponde a meio litro e é aplicada aos líquidos.

<sup>62</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4, 18-5-1838, p. 15: «Sendo de suma necessidade o liquidar-se os géneros cereais para o presente ano, por ser o tempo próprio a dita liquidação, liquidaram-se os seguintes géneros.»

<sup>63</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4, 4-8-1839, pp. 47-48: «Tendo dado baixa o trigo em alqueire, mandam que cada dois vinténs de trigo tenha dezasseis onças, e que se fizesse pública esta determinação e se passasse esta deliberação ao conhecimento do Juiz eleito, para os efeitos necessários.»

<sup>64</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4, 23-9-1839, pp. 52-53: «Presentes os proprietários que costumam vender mais géneros, unanimemente, assentaram e liquidaram os géneros que tem a regular no presente ano, na forma seguinte.»

<sup>65</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, pp. 581-582.

Quantidades	Géneros	Preços 1838	Preços 1839	Preços 1839	Preços 1888
1	Carneiro .....	\$300	\$300	\$300	—
1	Calaça de carne .....	\$300	\$240	\$400	—
1	Alqueire cevada .....	\$280	\$240	\$300	—
1	Alqueire de milho .....	\$270	\$260	\$340	—
1	Alqueire de centeio .....	\$260	\$260	\$300	—
1	Almude de vinho verde .....	\$250	\$250	\$360	15\$000 (pipa)
1	Alqueire painço .....	\$200	\$200	\$360	—
1	Galinha .....	\$200	\$160	\$200	\$320 a \$420
1	Dia de jeira .....	\$160	\$160	—	—
1	Quartinho de manteiga .....	\$150	\$120	\$120	—
1	Vara de bragal .....	\$120	\$120	\$120	—
1	Alqueire castanha .....	\$100	\$100	\$120	—
1	Arroba de palha triga .....	\$100	\$80	\$80	—
1	Arrátel de maram(ão) .....	\$80	\$60	\$50	—
1	Quartilho de azeite .....	\$80	\$80	\$80	—
1	Frango .....	\$60	\$50	\$50	—
1	Ovo .....	\$5	\$3	\$3	\$90 (dúzia)

## 2.7.2 — Pecuária

A carta de foral de 1513, refere a existência obrigações foreiras pagas em carne e outras coisas — ou dinheiro, e a referência a gados do vento (gados perdidos).

Em 1706, Carvalho da Costa diz-nos que em Fafe existe «gado de toda a sorte».

Em 1736, o padre António de Sousa Homem diz que Fafe é sobretudo rico na criação de gado, principalmente gado bovino e ovino <sup>66</sup>.

Em 1886, J. Augusto Vieira, dá-nos uma visão da importância que esta actividade tinha no século XIX:

[...] há pouca criação de gado bovino, vendendo-se os bezerros e vitelas depois de aleitados, aqueles para criação e estas para consumo — sabe o leitor que é afamada a vitela de Fafe — e ambos ainda para este último fim, sendo mais geral comprar fora gado feito, tanto para trabalho, como para pensar e engordar.

É pouco usual a recreação, a qual quase somente tem lugar para as rezes vindas de Barroso e Cabeciras de Basto; a ceva ou engorda do

<sup>66</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, ed. Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1996, p. 203.

gado bovino é também rara (hoje menos). Em Fafe, mais que em nenhum dos outros concelhos, se faz reparável a discordância entre vacas de criação, que atingem o número de 2717 cabeças, quantidade que nenhum outro acusa, e o número de 221 crias até um ano recenseadas; mas este reparo deve desaparecer ou pelo menos perder muita da importância, notando-se que Fafe é grande, relativamente aos outros concelhos, a matança de vitelas, e que até se exportam, pela fama que têm, para outros localidades <sup>67</sup>.

QUADRO 18  
A pecuária do concelho, em 1886 <sup>68</sup>

Espécies	Número de cabeças	Valores
Cavalar .....	383	3 425\$400
Muar .....	113	1 659\$000
Asinino .....	120	351\$200
Bovino .....	5 330	120 500\$900
Lanar .....	6 788	1 435\$025
Caprino .....	395	234\$200
Suíno .....	3 716	38 404\$000

### 2.7.3 — Apicultura

O mel é referido como um produto importante no concelho, no século XVIII, constituindo um produto económico de valor significativo.

Essa importância permanece ainda no século XIX, sendo considerado um produto de elevado valor real e simbólico, levando António da Cunha a ser condenado, em 1850, a cinco anos de degredo para Cabo Verde, por roubo de mel na freguesia de Quinchães, tendo sido, no mesmo ano, condenados pelo mesmo crime com cadeia, outros dois indivíduos <sup>69</sup>.

No princípio do século XX, o comerciante Fernando Moniz Rebelo, segundo os seus descendentes, era exportador de mel para a Inglaterra e Holanda, produzido localmente, recebendo a família pedidos deste produto daqueles países, ainda há cerca de trinta anos.

<sup>67</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, pp. 580-581.

<sup>68</sup> Idem, p. 581.

<sup>69</sup> Livro de direito do julgado de Fafe, Livro dos culpados do cartório do escrivão Serafim Pereira Leite Rocha, manuscrito — Tribunal Judicial da Comarca de Fafe.

### 2.7.4 — Comércio e serviços

Como sinais de uma vivência comercial, há notícia em Pinho Leal de duas feiras, em 1874, uma em Fafe realizada no primeiro dia do mês e outra no dia 18 no lugar da Pica, freguesia de Quinchães <sup>70</sup>. Esta última, só de gado, já se realiza em 1736, no lugar da Pica entre as freguesias de Quinchães e São Gens <sup>71</sup>.

Para além destas, realizavam-se em 1886, nos dias 16 de Maio e 22 de Agosto, as feiras de ano em Fafe. A de Maio ainda é a Feira Franca e a segunda era conhecida pela feira das cebolas <sup>72</sup>. A primeira, foi criada «por provisão régia de D. João V, que se realizava todos os meses num dos primeiros dias de cada mês. Celebrada primeiro no lugar da feira que assim se ficou a chamar por ser lugar dela, foi depois transferida para o terreiro da cadeia. Era de um só dia onde se vendia gado e de todo o género de produtos» <sup>73</sup>. A segunda, que se realizava a 22 de Agosto, era conhecida, em 1736, pela feira de São Bartolomeu, com a duração de dois dias, e constituem, com uma outra que se realizava junto à ermida de São Roque, na freguesia de São Gens <sup>74</sup>, a informação das principais referências da actividade comercial com significado social dos habitantes locais.

A tela está vivamente colorida; o quadro ressurgue vigoroso de luz e movimentado largamente. Basta para isso sacrificar um pouco a cronologia e imaginar-se o meu amigo nos 16 de Maio ou 22 de Agosto, assistindo às feiras de ano, que têm lugar na vila. Na primeira faria um pintor animalista a sua colheita farta, estudando, esboçando as atitudes das numerosas manadas, que aí concorrem; na segunda, não menos animada, chamada «a feira das cebolas» por ser quase exclusivamente este o género que ali se vende, encontraria o artista esplendidos motivos para o seu estudo, transportando para o seu album os costumes das lavradeiras, a fisionomia risonha dos burgueses da vila ou das de casa que se vêm fazer as suas compras, os carros enfileirados, em volta de que se agrupam os compradores, as danças, os descantes!» <sup>75</sup>

Dado que o lugar onde se realizavam as feiras de Fafe se situava no trajecto viário de ligação a Basto, reforcem deste modo o papel que estas tiveram na tra-

<sup>70</sup> LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Matos, Lisboa, p. 132.

<sup>71</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, ed. Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1996, p. 204.

<sup>72</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 568.

<sup>73</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1996, pp. 204-205.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>75</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 568.



jectória de desenvolvimento da vila de Fafe, bem como a afirmação deste sítio (lugar de passagem e ligação ao interior) como referência simbólica de centro comercial e social.

A administração, em 3 de Dezembro de 1892, elabora um projecto de alinhamento e alargamento da Feira Velha.

Em 1922 a Câmara elabora um projecto para o embelezamento do mesmo lugar, esmerando-se nos cuidados decorativos deste local, mantendo-se a função comercial, ainda que este melhoramento nunca se tivesse efectuado.

Outro lugar comercial é anunciado em 8 de Novembro de 1888, localizado na então Praça D. Pedro V, hoje designada por Praça Egas Moniz, destinado ao mercado do peixe, que não veio a ser construído <sup>76</sup>.

Em 1895, há notícia da existência de um mercado de peixe no Campo da Feira, insuficiente e incómodo <sup>77</sup>, sendo construído, em 1912, um Mercado Municipal de Peixe naquele lugar.

QUADRO 19  
Comércio e serviços da vila de Fafe, em 1909 <sup>78</sup>

Sector	Ramo de actividade	Quantidade
Comércio .....	Fazendas .....	19
	Mercearia .....	17
	Ferragens .....	4
	Louças e vidros .....	2
	Tabacaria .....	2
	Doçaria .....	2
	Farmácias .....	2
	Drogaria .....	1
	Seleiro e correio .....	1
	Cafés .....	2
	Ourivesarias .....	3
	Barbearias .....	6
	Talhós .....	3
	Sapatarias .....	2
	Papel selado .....	1
Relojoarias .....	3	
Hotelaria .....	Hotéis .....	5
	Hospedarias .....	3
	Casas de pasto .....	9

<sup>76</sup> MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos Brasileiros (1860-1930). Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991, p. 88.

<sup>77</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas, n.º 14 de 26-8-1895.

<sup>78</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

Sector	Ramo de actividade	Quantidade
Agências: .....	Agências bancárias .....	4
	Bancárias .....	11
	Seguros .....	5
	(Companhias de seguros) .....	5
	Correspondentes de companhias marítimas .....	2
Companhias marítimas .....	Companhias marítimas .....	5
	Armador .....	1
	Desenhador .....	1

Agências bancárias: dos Bancos de Portugal; Aliança; Económico Português; J. M. Fernandes & C.ª; Joaquim Pinto da Fonseca & C.ª; Elvira Lobo & C.ª; do Banco do Minho, Fábrica do Bugio; do Borges e Irmão; José de Freitas Fernandes; do Crédito Franco-Português; Banco Comercial; Casa Tota da Silva, Almeida Guimarães e Alves. Agências de Seguros: da Companhia de Seguros de Vida a Lusitana, José Mendes da Cunha; da Portugal Previdente, António Nogueira Mendes; da Douro, Bernardino Monteiro; da Prosperidade, D. Maria Teresa da Costa & Silva. Companhias Marítimas: Correspondentes da Pacífico; Mala Real Holandesa; Lamport & Halt Line; Messageries Maritimes Boot Line, José de Freitas Fernandes. Da Mala Real Inglesa, Adolfo Coimbra de Medeiros <sup>79</sup>.

A representação de companhias marítimas, seguros e bancos, informa-nos da existência de uma actividade ligada ao transporte marítimo, a existência de um mercado financeiro, e a existência de capitais disponíveis para aplicação neste tipo de mercado.

### 2.7.5 — Indústria

O *Almanaque de Fafe* de 1909, enumera um conjunto de actividades transformadoras realizadas em pequenas oficinas, aliando a produção à comercialização, lembrando tempos medievais, e para satisfação de necessidades básicas dos habitantes, tais como: seleiro e correio, sapatarias, marcenarias, cutelaria, tinturaria, tanoaria, alquilarias, fábrica de velas, funileiros, serralheiros, ferradores, alfaiates <sup>80</sup>.

<sup>79</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909, pp. 33-34.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*.

Algumas outras indústrias de carácter doméstico/artesanal: a indústria dos chapéus de palha feita de colmo dominando nas freguesias de Travassós, Vinhós e Golães, praticada por mulheres, é «talvez a que maior número de pessoas ocupa»<sup>81</sup> chegando mesmo a exportar grande quantidade destes chapéus.

Do carvalho alvarinho extraem, os proprietários, a casca de quatro em quatro anos, principalmente nas freguesias de Várzea Cova e Aboim, a qual, depois de seca é moída. Após a extracção do tanino da casca, este era vendido para o Porto e Guimarães onde era utilizado na indústria dos curtumes. Os resíduos da casca eram queimados nas lareiras. A tosquia e preparação da lã, constituía a indústria para uso doméstico na forma de mantas, faixas, meias e peúgas. A cultura e preparação do linho permanece como uma actividade artesanal importante na fabricação de tecidos para uso doméstico<sup>82</sup>.

As formas de aproveitamento da energia hidráulica estão na origem da instalação das primeiras indústrias locais. Depois de uma exaustiva utilização desta energia em moinhos, azenhas de linho, lagares de azeite e nas serrações, surgem na freguesia de Fafe a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1887); a Fábrica de Papelão de Cavadas (c. 1930); a Fábrica do Bugio (1873), na freguesia de São Martinho de Silves; a Empresa Têxtil do rio Ferro (1930), na freguesia de Armil.

Algumas destas indústrias deveram-se directamente a acção de emigrantes do Brasil que investiram os seus capitais em indústrias, nomeadamente a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe e à Fábrica do Bugio.

QUADRO 20  
Actividade industrial da vila de Fafe, em 1909<sup>83</sup>

Indústria Sector e ramo de actividade	Quantidade
Fábricas .....	2
Encadernador .....	1
Marcenarias .....	2
Cutelaria .....	1
Moagens .....	3
Mestres estucadores .....	3
Mestres carpinteiros .....	3
Mestres carpinteiros .....	5
Padarias .....	3
Tinturaria .....	1
Tanoaria .....	1

<sup>81</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folklore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>83</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

Indústria Sector e ramo de actividade	Quantidade
Alquilarias .....	1
Pintor .....	1
Fábrica de velas de cera .....	1
Funileiros .....	4
Serralheiros .....	6
Ferradores .....	4
Alfaiates .....	3
Modistas .....	6

### 2.7.6 — O caminho de ferro

Em 10 de Junho de 1903, é iniciada a construção, pelo Ministro das Obras Públicas, dos trabalhos da linha férrea de Fafe, e em 21 de Julho de 1907 fica concluída com a primeira viagem de inauguração. «A rede ferroviária cresceu de 36 km [1856] para vinte vezes mais em 1864, atingindo um número superior a 1500 km nos meados de 1864, 1888 km em 1892, 2381 km em 1902 e 2974 km em 1912»<sup>84</sup>.

Fafe vê chegado este importante melhoramento viário, ligando Fafe ao Porto, passando por Trofa, Vizela, Guimarães, tendo ocorrido as inaugurações dos troços: Trofa-Vizela em 31 de Dezembro de 1883, Vizela-Guimarães em 14 de Abril de 1884.

A construção da linha férrea e da estação obriga à abertura da Avenida da Estação, no alinhamento de uma via já prevista em 1866, conforme previa a respectiva planta de ordenamento.

A estrutura rodoviária macadamizada, conhece também uma grande expansão, com a construção de pontes, sendo em Fafe construídas as Pontes Novas de Golães, de São José, e da Ranha, desviando o trajecto da velha via medieval.

Tanto a rede viária como a ferroviária mantém antiga referência de trânsito de ligação do litoral ao interior, ganhando predominância no transporte de pessoas e mercadorias e na aproximação aos portos da barra do Douro e Leixões, nos séculos XIX e XX

Nos finais deste século, os acessos à vila de Fafe sofrem uma alteração no traçado, deslocando o itinerário para a meia-encosta, mantendo-se, contudo, esta localidade como espaço de referência e passagem.

<sup>84</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Palas, 1981, p. 90.

### 2.7.7 — A iluminação pública

A edilidade, reconhecendo a necessidade de uma melhor iluminação pública e do fornecimento de iluminação particular, delibera contrair um empréstimo de 25 000 escudos para a construção de um açude, canal e central hidroelétrica no lugar de Santa Rita, freguesia de Golães<sup>85</sup>, tendo, em 18 de Setembro de 1913, sido apresentado à câmara o respectivo projecto e orçamento<sup>86</sup>.

Em 5 de Outubro de 1914 é inaugurada a luz eléctrica em Fafe.

Contudo, em 1974, 11 das 36 freguesias não dispunham ainda de energia eléctrica.

### 2.7.8 — Hotéis

Em 1909 são inventariados cinco hotéis, três hospedarias e nove casas de pasto. Porém já em 1886 José Augusto Vieira se referia à localização dos hotéis de Fafe e dos seus serviços:

Eis-nos em Fafe, olhando das janelas do hotel Vista Alegre a fisionomia da graciosa vila. [...] E valha ao menos isso para esquecer as alcovas abafadas e pouco olorosas, as ferroadas de vários insectos escarlates, o azeite, que falta como para animar o viajante a voltar ao seio desta frescura de natureza, esquecendo a pouca frescura das hospedarias minhotas<sup>87</sup>.

Os hotéis e hospedarias, serviam os que, no trajeto do litoral-interior, encontravam aqui local de paragem e repouso.

### 2.7.9 — Bombeiros Voluntários de Fafe

A Associação dos Bombeiros Voluntários é instituída em 29 de Abril de 1890, depois se reunirem em casa do sr. Artur Vieira da Silva um conjunto de fafenses. Foi eleito presidente da Comissão Instaladora o sr. João Crisóstomo que designou para secretários Luís Dourado e Virgílio Melo.

Na reunião de fundação foi decidido «enviar um requerimento à Câmara, pedindo-se-lhe o seu auxílio pecuniário, requerimento esse que deveria ser entregue por todos os membros desta Assembleia Fundadora; Enviar cartas a todos os cavalheiros de Fafe residentes na República dos Estados Unidos do Brasil, pedindo-lhes o mesmo auxílio»<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas, n.º 19 de 5-6-1913.

<sup>86</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas, n.º 19 de 18-9-1913.

<sup>87</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, t. 1, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 568.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, A. Lopes de, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Ed. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, 1984, pp. 55-58.

Em 20 de Novembro de 1892 os Estatutos dos bombeiros são aprovados pelo governador civil<sup>89</sup>.

QUADRO 21

#### Profissões dos fundadores dos Bombeiros Voluntários de Fafe<sup>90</sup>

Fundadores	Profissões
Albino de Almeida Dias Leite .....	Proprietário
Artur Vieira da Silva .....	Proprietário
Adriano Duarte Mendes da Silva .....	Comerciante
Carlos Peixoto Soares .....	Capitalista
João Crisóstomo .....	Funcionário da câmara
Francisco Teixeira de Sousa Lobo .....	Proprietário
Júlio de Albuquerque Abranches Lemos e Meneses .....	Capitalista
José Maria Gonçalves .....	Comerciante
José Ricardo Pereira Leite da Rocha .....	Solicitador
Luís Augusto da Silva Dourado .....	Funcionário
Virgílio Balha e Melo .....	—
José Maria de Oliveira Peixoto Júnior .....	Comerciante
José Avelino Peixoto de Magalhães .....	Comerciante
Manuel Augusto da Costa Oliveira .....	Comerciante

Fonte: Acta da primeira sessão da comissão instaladora da Associação de Bombeiros Voluntários de Fafe, 1890.

QUADRO 22

#### Instituições de carácter social e filantrópico, em 1909<sup>91</sup>

Instituições	Cargos	Quantidade
Hospital da Misericórdia .....	Provedor .....	1
	Fiscal .....	1
	Secretário .....	1
	Mordomos .....	12
	Capelão .....	1
Associação dos Bombeiros Voluntários .....	Presidente .....	1
	Vice-Presidente .....	1
	1.º Secretário .....	1
	2.º Secretário .....	1
	Tesoureiro .....	1

<sup>89</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas, n.º 14 de 10-2-1892.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, A. Lopes de, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Ed. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, 1984, pp. 55-58.

<sup>91</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

Instituições	Cargos	Quantidade
Associação dos Bombeiros Voluntários .....	1.º Comandante .....	1
	2.º Comandante .....	1
	Patrão de esquadra da bomba .....	1
	Patrão de esquadra do carro .....	1
	Chefe da Banda .....	1
	Capelão .....	1
Asilos .....	Médico .....	1
	Asilo da Infância Desvalida .....	1
	Asilo de Santo António .....	1
Médicos .....	Hospício dos Expostos .....	1
		5

## 2.8 — Sociedade, cultura e instrução

### 2.8.1 — A sociedade

Dos inícios da Baixa Idade Média sabemos que foi senhor de um antigo solar (provavelmente na Luz, a freguesia de Fornelos) D. Fafes (Godins), o Luz, (de Lanhoso) «bom rico homem e alferes do conde D. Henrique, filho de D. Godinho Fafes, (de Lanhoso), «o que edificou Fonte de Arcada, e a coutou» e neto de D. Fafes Serracins, de Lanhoso «De onde vem os Godinhos que vem do nobilíssimo sangue dos Godos», conde e «bom rico homem», e morreu com grão peça de cavaleiros quando lidou El rey D. Garcia de Portugal com El rey D. Sancho [II] de Castela»<sup>92</sup>.

A Igreja Matriz de Fafe, localizada no Assento, parece ligar-se às origens medievais da freguesia de Fafe, dado que na descendência dos Fafes, encontramos, no Livro Antigo de Linhagens, duas personagens ilustres: «D. Ermígio Fafes, [de Lanhoso], abade de Refojos de Basto; D. Egas Fafes, [de Lanhoso], arcebispo de Braga em 1245, bispo de Coimbra» (1247-1267) e arcebispo eleito de Santiago de Compostela (18-12-1267)<sup>93</sup>. D. Egas Fafes morreu em Montpellier, encontrando-se sepultado em túmulo com estátua jacente, na capela de Santa Clara, da Sé Velha de Coimbra, que ele mandara construir.

Não existem estudos, como noutras localidades, sobre a estrutura social, ou mesmo sobre as famílias ilustres e nobilitadas. No entanto, em 1736, são referidas algumas: «dos Magalhães, Coelho, Rebeldes e Araújo e da existência de uma fa-

<sup>92</sup> NORTON, Manuel Artur, *Livro Antigo de Linhagens — Achegas para a sua coordenação*, Lisboa, Instituto Superior de Heráldica, 1974, pp. 45-48.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

mília de brasão cuja genealogia se encontra na agregação de vários ramos dos Sousas, Homens, Sylvas, Teles e Menezes. [...] O doutor Pedro de Sousa, natural de Estorãos, insigne lente em medicina na Universidade de Coimbra e a existência, só na freguesia de Fafe de cinco religiosos, vinte e dois clérigos e cinco bachareis formados em direito. [...] A família mais ilustre com residência no concelho era a família dos Maias, antigo e imemorable apelido, cujo chefe era Manuel Gonçalves da Maia e Vasconcelos Coelho, cavaleiro professo da ordem de Cristo, capitão-mor das ordenanças do concelho de Montelongo e do Couto de Pedraído, [...] era 13.º titular do morgadio da Abelheira em Santo Estevão de Geraz [...] administrador dos rendimentos da capela de Nossa Senhorado Socorro, senhor de vários açudes, moinhos e pescarias junto da Foz Velha e Pouco Peixe e proprietário do ofício de escrivão da Câmara do Concelho»<sup>94</sup>.

### 2.8.2 — Cultura

Em 1909, Fafe contava com 5 médicos e 10 advogados, 5 jornais, 4 bandas de música, 14 professores: 6 na Vila e 8 em 7 freguesias, Teatro, animatógrafo, grupo um musical, uma sociedade recreativa, que era administradora do Teatro, um grupo dramático.

O Clube já funcionava em 1886, com intenções elitistas e burguesas:

O clube não falta em Fafe também, elemento de civilização que agremia em sensibilidade íntima os naturais e os adventícios, centro de recepção, onde chegam as novidades do mundo, que há noite são discutidas entre um «volte» de copas e um cálice de genebra<sup>95</sup>. Nos estatutos publicados em 1901, reafirma-se esta atitude burguesa de uso do ócio, jogar, beber genebra, conversar sobre as notícias do mundo, «desenvolver e fomentar relações de benevolência e boa sociedade entre os associados, proporcionando-lhes passatempo honesto e civilizador, por meio de conferências literárias, reuniões de famílias, conversação, dança, jogos, lícitos, e outros quaisquer divertimentos de boa sociedade»<sup>96</sup>.

O Teatro-Cinema, edificado em 1923, com capacidade para 409 lugares, foi mandado construir por José Summavielle Soares (advogado, Presidente da Câmara e industrial), neto e único herdeiro do «Brasileiro» José Florêncio Soares,

<sup>94</sup> BORRALHEIRO, Rogério, «Nas Origens do Concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, ed. Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1996, pp. 202-203.

<sup>95</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, t. 1, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, pp. 567-568.

<sup>96</sup> «Estatutos do Clube Fafense da Vila de Fafe», Fafe, Ed. Tip. Adolfo Coimbra, 1901.

mesmo em frente da casa onde vivia, e constituiu um importante investimento cultural, havendo notícia que as actividades aí realizadas, teatro ou cinema, só se iniciavam quando a família Summavielle chegasse.

A imprensa local conta 37 títulos e 4 tipografias, entre 1883 e 1930. Reflectiu o evoluir do debate político e ideológico, perturbou-se com a alteração dos regimes políticos, informou dos principais acontecimentos locais e deu notícia da vida local à grande colónia de emigrantes de Fafe no Brasil. De entre eles surgiram os que se definiram como literários, noticiosos, humorísticos, políticos, progressistas, contra o regime progressista, regeneradores, católicos, comerciais, monárquicos, republicanos, nacionalistas; uns semanários outros quinzenários <sup>97</sup>.

Actualmente, deste grande número de jornais, mas com duração curta, conta-se apenas *O Desforço* como o único que manteve uma presença contínua desde a sua fundação, em 1892, bem como o *Almanaque de Fafe*, criado em 1909, de

QUADRO 23  
Instituições culturais e educativas, em 1909 <sup>98</sup>

Instituições	Tipos	Quantidade
Jornais .....	<i>O Jornal de Fafe</i> .....	1
	<i>O Desforço</i> .....	1
	<i>O Povo de Fafe</i> .....	1
	<i>A Verdade</i> .....	1
	<i>A Propaganda Católica</i> .....	1
Bandas de Musica .....	Banda dos Bombeiros .....	1
	Banda Leonardo .....	1
	Banda Alípio .....	1
	Banda do Barreiro (Serafão) .....	1
Ensino .....	Professores particulares (na vila) .....	6
	Professores particulares (nas freguesias de Vinhós, Moreira, Aboim, Queimadela, Medelo, Estorãos e Travassós) .....	8
Associações culturais .....	Sociedade de Recreio de Fafe .....	1
	Grupo Dramático dos V .....	1
Teatro .....	Administrado pela Sociedade de Recreio de Fafe .....	1
Grupo musical .....	Grupo musical .....	1

<sup>97</sup> OLIVEIRA, A. Lopes de, *Fafe e o Seu Concelho*, Ed. Câmara Municipal de Fafe, s. d., pp. 285-305.

<sup>98</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

carácter recreativo, literário, artístico e regionalista. *O Correio de Fafe* (1885) e *O Povo de Fafe* (1912), são os títulos que se mantêm ainda em publicação, depois de algumas interrupções e mudanças de propriedade.

Sobre a imprensa de Fafe, José Augusto Vieira (1886), dá-nos, com alguma ironia, o que ela foi:

Neste meio assim preparado o jornal da terra brota espontâneo, como um nenúfar nas águas dormentes dum lago; [...] Ainda neste ponto Fafe não desmente a regra; aí tem na imprensa o seu órgão, a sua voz social, perdão, é melhor pôr a palavra no plural, visto que Fafe, política ao ponto de escrever artigos de fundo... com marmeleiro, não poderia viver sem dois órgãos, um que fosse pelo Grupo A, outro que fosse do Grupo B.

Mas que diabo! os assuntos — porque Fafe não é positivamente uma Babilónia —, esgotando-se depressa, e aí se ficam no marasmos os panfletários vigorosos da véspera, esperando, oh céos, que uma eleição venha sacudir-lhes os nervos em crispações de estilo, mais apoplético na cor, do que o verde de Basto que nos serviram no hotel <sup>99</sup>.

### 2.8.3 — Instrução

A Revolução Liberal tinha como objectivo político garantir a instrução a todos os cidadãos, tendo a Carta Constitucional, decretado o ensino livre e um direito dos cidadãos, para o exercício do sufrágio eleitoral autêntico. Porém, durante as reacções absolutistas de 1823-1826 e 1828-1834, as escolas foram fechadas e os professores foram perseguidos, dado que constituíam perigosos liberais <sup>100</sup>.

Em 1836, os vereadores da câmara deliberam que se representasse a sua magestade sobre a necessidade de uma cadeira de latim nesta vila <sup>101</sup>. Em 1886, contam-se já, no concelho, treze escolas e em 1909, vinte e uma, havendo ainda seis professores particulares em Fafe e oito nas freguesias.

Para além do esforço dos liberais em promover a instrução pública, em Fafe contam-se quatro escolas promovidas por emigrantes do Brasil: escola Deolinda Martins Leite, construída em 5 de Agosto de 1892, em São Martinho de Silves; a de Travassós, construída em cumprimento do legado de António Joaquim Vieira Montenegro, no valor de 7600\$000 réis, posteriormente acrescido de 200\$000 réis; a do Conde de Ferreira de 24 de Março de 1866, em Fafe, na actual rua do Montenegro e a escola de Cepães, custeada por Francisco José Leite Lage, desde 1877, através do «arrendamento da Retortinha pertencente

<sup>99</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Mito Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 568.

<sup>100</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Palas, 1981, p. 126.

<sup>101</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 4 de 16-8-1836.

a Francisco da Cunha Jordão para a casa da escola e residência do professor pago por Francisco José Leite Lage: aluguer da casa por ano — 18\$000 réis; aluguer do quintal — 4\$000 réis <sup>102</sup>.

Em 20 de Março de 1877:

José António Martins Guimarães, na qualidade de testamenteiro de António Joaquim Montenegro, entregam à Câmara Municipal dezoito inscrições da Junta do Crédito Público, no valor de 7600\$000 réis, cujos números e valores ficam aqui descritos, e das quais se lhe deu paga por escritura. As mencionadas inscrições foram compradas pelo dito testamenteiro na razão de 48,50 como comprovou por documento legal. [...] Encontram-se registadas mais duas inscrições, no valor de 200\$000, compradas com o saldo de 1878 a 1879 <sup>103</sup>.

QUADRO 24

Escolas públicas e professores particulares, em 1886 e 1909

Escolas em 1886 <sup>104</sup>	Escolas em 1909 <sup>105</sup>	Professores particulares em 1909 <sup>106</sup>
Fafe (1.º e 2.º grau para ambos os sexos) — 2	Aboim	Fafe — 6
Arões	Agrela	Vinhós
Cepães	Arnil	Moreira de Rei
Moreira de Rei	Ardegão e Arnozela	Aboim
São Martinho de Silvares	Arões (São Romão)	Queimadela — 2
São Gens	Cepães	Medelo
Pedraído	Estorãos	Estorãos
Queimadela	Fafe (feminina e masculina)	Travassós
Serafão	Fareja	
Travassós — 2	Freitas	
Várzea Cova	Golães	
	Moreira de Rei	
	Pedraído	
	Queimadela	
	Quinchães	
	Revelhe	
	São Gens	
	Serafão	
	Silvares (São Martinho)	

<sup>102</sup> Relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia.

<sup>103</sup> Livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, fl. 20, Arquivo Municipal.

<sup>104</sup> VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. 1, Liv. A. M. Pereira, 1886, p. 568.

<sup>105</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, n.º 1, 1909.

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*.

PARTE III

### Mobilidade: indivíduos, estruturas sociais e territórios

## CAPÍTULO I

### 1 — INDIVÍDUOS E ESTRUTURAS SOCIAIS

Os emigrantes e os respectivos itinerários ou percursos de destino regional e intercontinental identificados na nossa pesquisa levou-nos a concluir que tais escolhas mereciam cuidadosa análise.

Em primeiro lugar, porque tínhamos três tipos de registo de passaportes, que organizámos do seguinte modo: os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe e que migraram com destino interno ou regional, entre 1834 e 1862; os naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram para destinos intercontinentais e que requereram passaporte na Administração do Concelho, entre 1834 e 1926 e, por último, os que, sendo naturais de Fafe, emigraram para destinos intercontinentais, com documentação do Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1885, a quem nos referiremos como naturais de Fafe e residentes no Porto.

Através destas fontes procurámos caracterizar a população «migrante» natural e/ou residente em Fafe, pelo que a distinguiu perante as diferentes opções de destino. Assim, descobrimos estar perante três tipos de população: os que, entre 1834 e 1862 se deslocavam no reino com diferentes finalidades; os que, sendo naturais no concelho de Fafe, requereram passaporte no Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1885, para se ausentarem para destinos externos ou intercontinentais; por último, os que entre 1834 e 1926, como naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, requereram, na administração concelhia, documentação para se ausentarem para destinos externos ou intercontinentais.

Cada um daqueles três tipos de população era diferente, quer no tempo de ausência de duração curta, expressa na autorização oficial, quando se dirigiam para destinos internos ou regionais, ou ausência de longa duração, implícita quando se referiam destinos externos ou intercontinentais.

Outras razões eram específicas e estavam subjacentes a cada um daqueles grupos, nomeadamente aquelas que decorriam da estrutura social e/ou profissional que cada um deles integrava, do sexo, da idade, da alfabetização. Tendo em conta que os registos se referiam à saída de uma ou mais pessoas, procurámos saber a amplitude relativa dos que se ausentavam individualmente ou em grupo e ainda dos que se ausentaram na situação de contratados ou não contratados.

Por outro lado, tendo em conta a freguesia de origem, procurámos conhecer a distribuição da emigração pelas 36 freguesias do concelho tendo em conta a localização geográfica e a sua população.

A análise na longa e curta duração permitiu-nos verificar o comportamento de cada um daqueles três tipos de populações e a sua comparação evidenciou as particularidades de cada um deles.

Ao mesmo tempo, como fenómeno sócio-familiar, importava verificar e compreender os diferentes comportamentos na migração e na emigração segundo os posicionamentos e estatutos individuais, no quadro das famílias sociais locais.

Assim, utilizando o método quantitativo e através da análise estatística, apresentamos, nesta parte do trabalho, os dados e as correlações possíveis, bem como as conclusões a que chegámos.

### 1.1 — Migração e emigração por sexo, estado civil e alfabetização

QUADRO 25

Migração e emigração: totais por sexo, estado civil e alfabetização

Sexo Estado civil Alfabetização	Migração (1834-1862)	%	Média anual	Emigração dos naturais de Fafe (1834-1926)	%	Média anual	Emigração dos que saíram do Porto (1836-1885)	%	Média anual
<b>Total</b> .....	<b>3 510</b>	<b>100</b>	<b>125,4</b>	<b>7 321</b>	<b>100</b>	<b>79,6</b>	<b>1 384</b>	<b>100</b>	<b>28,2</b>
Sexo masculino .....	3 494	99	124,8	6 663	91	72,4	1 346	97	27,4
Sexo feminino .....	16	1	0,6	658	9	7,2	38	3	0,8
Solteiros .....	1 584	45	56,6	4 660	64	50,7	1 056	76	21,5
Casados .....	1 433	41	51,2	2 401	33	26,1	263	19	5,4
Viúvos .....	31	1	0,8	139	2	1,5	21	2	0,4
Celibatários .....	8	0	0,2	4	0	0,0	0	0	0,0
Estado civil não referido .....	454	13	16,2	117	1	1,3	44	3	0,9
Escreve .....	111	26	-	3 273	64	-	-	-	-
Não escreve .....	316	74	-	1 877	36	-	65	-	-

Entre os anos de 1834 e 1862, 3510 indivíduos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, requereram guia de trânsito para se dirigirem para destinos regionais; entre 1834 e 1926, 7321 indivíduos declararam, junto da administração do concelho de Fafe, desejar sair para outros países ou continentes; entre 1836 e 1885, 1384 indivíduos requereram, junto do Governador Civil do Porto, documentação para sair para do país, como naturais do concelho de Fafe.

Assim, segundo os dados referidos, saíram para diferentes destinos um total de 12 215 indivíduos naturais e/ou com residência no concelho de Fafe, de acordo com a distribuição supra-indicada.

Analisando os dados totais, tendo em conta os períodos em que ocorreram as saídas: vinte e oito anos para as saídas regionais, noventa e dois anos para as saídas com destinos externos dos naturais e/ou residentes em Fafe e quarenta e nove anos para o mesmo tipo de destino, mas naturais de Fafe e residentes no Porto, verificamos que as médias globais anuais foram, respectivamente, de 125,4, 79,6 e 28,2.

Daqui se infere que a regional ou migração interna com 125 saídas por ano era uma vez e meia superior à emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe e cerca de três vezes superior à dos naturais de Fafe mas residentes no Porto.

Podemos concluir que tanto a migração como a emigração, são comportamentos sociais em que predominam os indivíduos do sexo masculino sobre os do sexo feminino e em que é maior nos solteiros que nos casados.

#### 1.1.1 — Homens e mulheres na migração e na emigração

Pela leitura das percentagens do quadro anterior, facilmente concluímos que as mulheres apresentam uma muito fraca mobilidade, independentemente do destino ser regional ou intercontinental, sendo, para o caso dos que tiveram destinos regionais, de 1 %, subindo para 9 % no caso de estes serem naturais e residentes em Fafe. Quando os emigrantes requerem passaporte no Governo Civil do Porto, a percentagem das mulheres que se ausentam para destinos externos desce para 3 %.

Observando a média anual das saídas dos indivíduos do sexo masculino, constatou-se que, para o caso dos migrantes naturais e/ou residentes em Fafe, esta é de 124,8, para os emigrantes da mesma proveniência; 72,6 e 27,4 para os naturais de Fafe residentes no Porto.

No que se refere ao valor das médias anuais do sexo feminino estas são, para o primeiro caso 0,6; para o segundo caso 7,2 e para o terceiro caso 0,8.

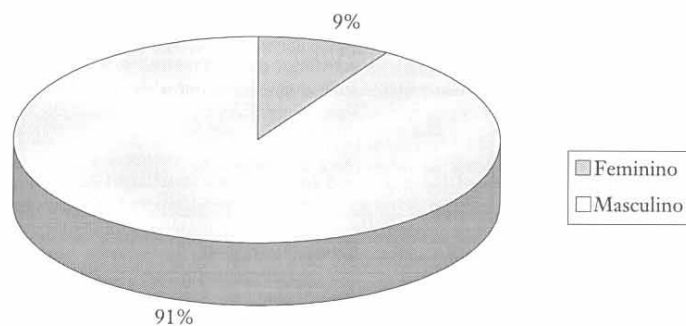
Assim, conclui-se que as mulheres, independentemente do destino e da circunstância, saem em número muito reduzido do lugar de naturalidade e/ou residência, quer em termos percentuais, quer na média anual verificada nas três condições referidas. A disponibilidade feminina para emigrar é superior quando esta se dá a partir do lugar de naturalidade, e é menor quando a emigração se dá a partir do Porto e muito reduzida na migração interna.

A muitos espera-os no Brasil o cortiço. Uma informação, dada pela caixa de socorros de D. Pedro V no Rio de Janeiro ao consul geral de Portugal, diz-nos que é um viver desgraçado nestes cortiços. [...] Homens, mulheres e crianças identificados pela pobreza, pela grosseria da educação, pela desvergonha resultante daquela aglomeração de desgraçados, ali arrastam uma existência horrível. [...]



As mulheres, diz a mesma informação, no verdor dos anos, sem instrução, que lhes ilumine o entendimento, delas se pode dizer que, do barco que as traz, se vão direitas ao prostíbulo<sup>1</sup>.

GRÁFICO 2  
Representatividade do sexo masculino e feminino, naturais e/ou residentes em Fafe, e que emigraram entre 1834-1926



A emigração feminina apresenta valores percentuais globais muito baixos em relação à dos homens, independentemente do lugar de onde partiram.

Assim, elaborámos o quadro e o gráfico seguintes por forma a conhecer a relação entre a sexo e a idade na emigração.

Num total de 7321 emigrantes, foram identificadas as idades de 7070, sendo 6454 do sexo masculino e 616 do feminino, e que saíram de Fafe entre 1834-1926.

<sup>1</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, p. 132.

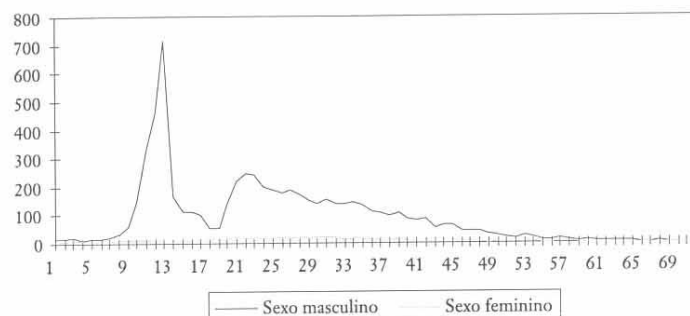
QUADRO 26

Idades dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, por idade e sexo

Idade	Sexo masculino	Sexo feminino	Idade	Sexo masculino	Sexo feminino
1	16	10	41	81	7
2	15	8	42	86	6
3	19	10	43	55	7
4	12	9	44	66	8
5	15	4	45	66	8
6	18	7	46	45	4
7	21	7	47	45	5
8	31	13	48	43	5
9	60	10	49	30	2
10	147	11	50	28	4
11	326	12	51	19	4
12	461	9	52	15	6
13	712	10	53	27	5
14	164	6	54	19	7
15	111	9	55	12	1
16	112	11	56	13	0
17	103	8	57	15	3
18	55	14	58	13	4
19	55	13	59	5	1
20	138	15	60	11	2
21	221	19	61	7	1
22	245	17	62	6	1
23	239	22	63	7	2
24	196	17	64	5	0
25	188	15	65	4	2
26	175	22	66	1	0
27	187	18	67	1	1
28	172	19	68	4	0
29	151	14	69	0	0
30	138	21	70	2	0
31	157	19	71	0	0
32	142	22	72	1	0
33	139	12	73	—	—
34	143	15	74	—	—
35	133	14	75	—	—
36	111	9	76	—	—
37	105	16	77	—	—
38	96	5	78	—	—
39	105	16	79	—	—
40	88	12	80	—	—

GRÁFICO 3

Emigração por idade e sexo dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)



Através do quadro e do gráfico anteriores verificamos que a idade da emigração feminina é muito regular e uniforme, estando este grupo representado por todas as idades predominando, contudo, nas idades inferiores a 40 anos.

Na emigração masculina, predominam fortemente as idades compreendidas entre os 10 anos e os 14 anos, apresentando uma forte diminuição no grupo etário dos 14-21 anos.

O gráfico indica, para os do sexo masculino, uma forte incidência nos 22 e 23 anos, verificando-se uma progressiva tendência decrescente até atingir valores muito reduzidos e nulos a partir dos 60 anos.

No que se refere à emigração masculina, existe um condicionamento de natureza militar para as idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos, bem como a influência do reagrupamento familiar dos indivíduos com menos de 9 anos.

A idade média de emigração dos indivíduos do sexo masculino era de 25 anos, enquanto a média de idades dos indivíduos do sexo feminino era de 27 anos.

Por sua vez concluiu-se que a emigração feminina não é influenciada pelo factor idade, sendo esta influenciada por decisões de reagrupamento familiar, a qual afecta os menores por decisão dos pais e as adultas casadas por acordo conjugal.

#### 1.1.2 — Emigração anual por sexos dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

Importava conhecer a distribuição anual das idades dos emigrantes por idades e por sexos, por forma a detectar comportamentos diferenciados na emigração dos indivíduos do sexo masculino e feminino.

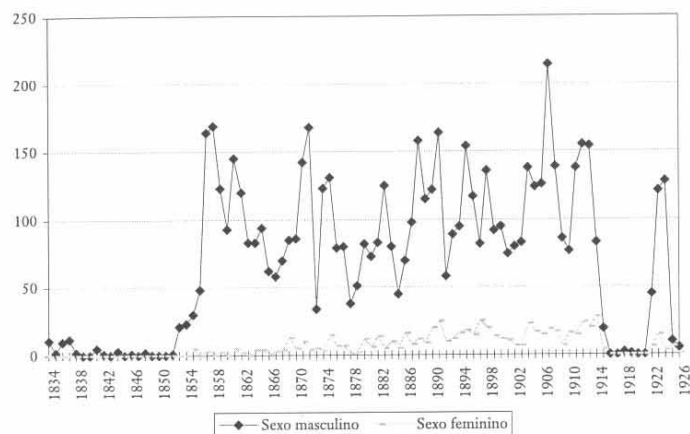
QUADRO 27

Emigração anual por sexos dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

Anos	Sexo		Anos	Sexo	
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
1834	11	0	1881	73	6
1835	2	0	1882	83	14
1836	10	0	1883	125	5
1837	12	0	1884	80	10
1838	2	0	1885	45	5
1839	0	0	1886	70	16
1840	0	0	1887	98	8
1841	5	0	1888	158	12
1842	1	0	1889	115	9
1843	0	0	1890	122	20
1844	3	0	1891	164	25
1845	0	0	1892	58	10
1846	1	0	1893	89	12
1847	0	0	1894	95	16
1848	2	0	1895	154	18
1849	0	0	1896	117	15
1850	0	0	1897	82	25
1851	0	0	1898	136	20
1852	1	0	1899	92	14
1853	21	0	1900	95	12
1854	23	0	1901	75	11
1855	30	5	1902	80	7
1856	48	0	1903	83	7
1857	164	3	1904	138	23
1858	169	0	1905	124	17
1859	123	2	1906	126	15
1860	93	0	1907	214	19
1861	145	5	1908	139	17
1862	120	2	1909	86	7
1863	83	0	1910	89	16
1864	83	4	1911	138	15
1865	94	4	1912	155	24
1866	62	1	1913	154	20
1867	58	3	1914	83	28
1868	70	4	1915	19	4
1869	85	13	1916	0	0
1870	86	5	1917	0	0
1871	142	10	1918	2	0
1872	168	4	1919	1	0
1873	34	5	1920	0	0
1874	123	3	1921	0	0
1875	131	15	1922	45	6
1876	79	7	1923	121	15
1877	80	7	1924	128	3
1878	38	1	1925	10	6
1879	51	2	1926	5	1
1880	82	12	-	-	-

GRÁFICO 4

Saídas anuais segundo o sexo dos indivíduos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926



Ou seja, em que medida os homens e mulheres mostraram comportamentos distintos na emigração ao longo de noventa e dois anos estudados sabendo nós que, tradicionalmente, às mulheres rurais estavam atribuídos papéis particulares e diferenciadores e que se reflectiriam no comportamento emigratório.

Como se poderá ver no quadro e gráficos seguintes, a mulher inicia a saída em meados do século XIX, aumentando progressivamente o quantitativo anual, embora em valores muitíssimo inferiores à emigração masculina.

Esta explica-se, como veremos a seguir, pelo reagrupamento familiar e, ainda, é variável conforme a idade, estado civil, e profissão das mulheres emigrantes.

O gráfico anterior confirma a muito fraca representatividade anual da emigração feminina, comparativamente à emigração masculina. Enquanto a emigração anual das mulheres nunca chega a ultrapassar as 28 saídas anuais, valor apenas atingido em 1914, a masculina conhece quatro períodos distintos a que nos referiremos mais adiante, mas já identificáveis no gráfico.

Sob o ponto de vista do comportamento diacrónico da emigração por sexos, verificamos que, entre 1834-1926, existe uma ligeira tendência de crescimento da emigração feminina, ao mesmo tempo que se verifica um acompanhamento dos picos de crescimento e de baixa da emigração masculina.

### 1.1.3 — Migração e emigração por estado civil

No que se refere ao estado civil e conforme se pode inferir dos gráficos seguintes:

GRÁFICO 5

Estado civil dos naturais de Fafe e que migraram para destinos regionais entre 1834-1862



Não é significativa a diferença percentual entre os solteiros (45%) e os casados (41%), quando o destino migratório é regional, sendo a dos viúvos de apenas 1%.

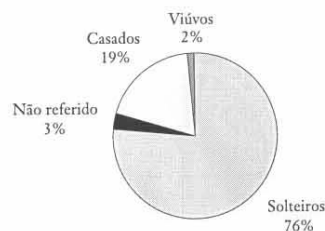
GRÁFICO 6

Estado civil dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926



Quando o destino é externo ou intercontinental, a percentagem dos solteiros (63 %) é aproximadamente o dobro da dos casados (33 %), sendo a percentagem dos viúvos apenas de 2 %.

GRÁFICO 7  
Estado civil dos emigrantes naturais do concelho de Fafe e residentes no Porto entre 1836-1885



No que se refere ao estado civil dos naturais de Fafe mas residentes no Porto, a percentagem dos solteiros é de 73 % e a dos casados de 19 %, sendo a dos viúvos de 2 %.

Através dos gráficos anteriores, e no que se refere ao valor da média das saídas anuais, por estado civil, verificamos que:

Na migração interna, a média dos solteiros é de 56,6 e a dos casados é de 51,2;

Na da emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe a média dos solteiros é de 50,7 e a dos casados é de 26,1;

Na emigração dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto, a média das saídas anuais dos solteiros é de 21,5 e a dos casados é de 5,4.

Concluimos, assim, pelas médias das saídas anuais e das percentagens globais, que a saída dos solteiros é equivalente às dos casados, na migração; a diferença entre os solteiros e casados acentua-se, quando os destinos são intercontinentais; a diferença acentua-se ainda mais, quando a emigração se dá a partir da cidade do Porto.

Inferimos, assim, para a existência de uma nítida diferença na representação proporcional do estado civil na migração e na emigração, dado que os solteiros e os casados representam cerca de 90 % do total da migração e da emigração, manifestando estes dois estados civis grande apetência ou disponibilidade de saída do território. Ou seja, se na migração os solteiros e casados apresentam uma

representatividade percentual idêntica, no caso da emigração predominam os solteiros, acentuando-se ainda a diferença, quando estes tinham tido uma primeira experiência migratória para a cidade do Porto.

Se já tínhamos concluído que a migração era predominantemente masculina, verificamos agora que, no que se refere ao estado civil, ela é superior para o grupo dos solteiros, quer em termos percentuais, quer quanto às saídas médias anuais.

#### 1.1.4 — A emigração por estado civil

A emigração feminina é quantitativa e qualitativamente diferente da masculina, como também o é quanto ao estado civil. Vejamos os quadros da emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, segundo o estado civil e o sexo.

QUADRO 28  
Estado civil dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

Estado civil	Total parcial	%
Solteiros .....	4 660	66
Casados .....	2 401	34
Viúvos .....	31	0
<i>Total global</i> .....	<i>7 092</i>	<i>100</i>

No quadro analítico anterior, em que está presente a população emigrante distribuída pelo estado civil, independentemente da idade e do sexo, observa-se que 4660 são solteiros, 2401 casados e 31 viúvos.

Através destes dados, inferimos da representatividade percentual dos três estados, sendo os solteiros cerca do dobro dos casados.

Porém, como atrás dissemos, a percentagem de cada um dos estados, no caso dos que sendo naturais de Fafe, mas que requereram passaporte na cidade do Porto, a percentagem dos solteiros sobe para 76 % e a dos casados desce para 19 %.

Isto é, a representatividade percentual dos solteiros naturais de Fafe atinge 76 % (12 % mais do que os que saíram directamente de Fafe), quando requereram documentação no Governo Civil do Porto e indica que os solteiros saem para uma primeira experiência migratória para a cidade e depois, ainda, na condição de solteiros, emigram para destinos externos.

Se a emigração dos solteiros era cerca do dobro da dos casados para o total da emigração verificada ao longo de noventa e dois anos, verificamos que, no que se refere à representatividade percentual de cada estado civil dos habitantes do concelho, para o ano de 1890 e segundo o censo, os valores poderão equiparar-se, para o caso do solteiros e dos casados emigrados. Ou seja, a percentagem de solteiros era cerca do dobro da dos casados em 1890.

QUADRO 29

## Estado civil dos habitantes do concelho de Fafe — 1890

Estado civil	Total parcial	%
Solteiros em 1890 .....	7 824	64
Casados em 1890 .....	3 485	29
Viúvos em 1890 .....	838	7
<b>Total global .....</b>	<b>12 147</b>	<b>100</b>

Fonte: censo de 1890.

Por outro lado, se a emigração dos viúvos não era estatisticamente significativa, a presença dos viúvos na população do concelho, em 1890, era de 7 %, de onde poderemos concluir que os viúvos não se encontravam representados neste comportamento social, independentemente do destino.

Poderemos, assim, inferir que a atitude de saída da terra estava condicionada pelo estado pela idade, pelo estado civil, pelo destino e pelo sexo como veremos seguidamente.

## 1.1.5 — Homens e mulheres na emigração

QUADRO 30

## Proporção da emigração por sexos

Sexo	Emigrantes	%
Masculino .....	6 663	91
Feminino .....	658	9
<b>Total global .....</b>	<b>7 321</b>	<b>100</b>

No que se refere à distribuição da emigração por sexos, verificamos que em 7321 emigrantes, 6663 eram do sexo masculino e 658 eram do sexo feminino, pelo que se conclui que, em 100 emigrantes, 91 eram do sexo masculino e 9 eram do sexo feminino <sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Oliveira Martins refere para o Minho, entre 1860 e 1888, uma proporção de 91 emigrantes do sexo masculino para 9 do sexo feminino, ou seja, igual àquela que observamos no nosso estudo. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, 3.ª ed., Guimarães Editores, 1994, pp. 187-188.

QUADRO 31

## Relação de masculinidade da população emigrante (homens /100 mulheres)

	Masculino	Feminino	Total	Sex ratio
Emigrantes (1834-1926) .....	6 663	658	7 321	1 012,6
População em 1890 .....	11 394	14 266	25 660	79,9

Tendo em conta que em 1000 nascimentos 512 são do sexo masculino e 488 são do sexo feminino, ou seja, uma proporção de rapazes de 0,512 <sup>3</sup>, inferimos que a relação de masculinidade da população emigrante acumulada entre 1834 e 1926 é 12,7 vezes superior à verificada no concelho em 1890, pelo que se infere da saída fortemente desproporcionada de indivíduos quanto ao sexo.

## 1.1.6 — Emigração da população masculina e feminina por estado civil

Em busca de ti, ó liberdade, / caminho de pé, mão estendida, / eu que sempre gerei a vida / e nunca fui dona da minha. / Estou quase a alcançar-te, liberdade, / mas prendem-me ainda tantas correntes, / tantas amarras, tantos conceitos, / leis, religiões e preconceitos, / modas, costumes e homens. [...] <sup>4</sup>.

QUADRO 32

## Relação entre o sexo e o estado civil dos emigrantes

Sexo e estado civil	Total parcial	%
Masculino/solteiros .....	4 351	66
Masculino/casados .....	2 107	32
Masculino/viúvos .....	98	2
<b>Total global .....</b>	<b>6 556</b>	<b>100</b>
Feminino/solteiros .....	311	48
Feminino/casados .....	294	46
Feminino/viúvos .....	41	6
<b>Total global .....</b>	<b>646</b>	<b>100</b>

<sup>3</sup> NAZARET, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Ed. Presença, Lisboa, 1988, p. 186.

<sup>4</sup> FINA D'ARMADA, in *Artemísia*, n.º 1, «Textos feministas», 1985, p. 21.

Analisando a relação entre o sexo e o estado civil dos indivíduos, verificamos que, num total de 6556 emigrantes masculinos, 4351 eram solteiros, 2107 casados e 98 viúvos, a que corresponde uma distribuição percentual de 66 % solteiros, 32 % casados e 2 % viúvos. Destes dados inferimos que os solteiros do sexo masculino eram cerca do dobro dos casados e 44 vezes mais do que os viúvos.

No que se refere aos indivíduos do sexo feminino, para um total de 646 emigrantes, 311 eram solteiras, 294 casadas e 41 viúvas. Isto é, 48 % eram solteiras, 46 % casadas e 6 % eram viúvas, de onde inferimos que, no caso das mulheres, o estado civil não influencia a decisão de emigrar, exceptuando-se as que se encontrem no estado de viúvas.

Assim concluímos que, para o caso dos indivíduos do sexo masculino, a condição de solteiro influencia fortemente a decisão de emigrar e, para os indivíduos do sexo feminino, pelo contrário, o estado civil não influencia a decisão de emigrar. O casamento constitui uma circunstância fortemente influenciadora na decisão de emigrar.

Assim, se ser solteiro é factor predominante nos indivíduos do sexo masculino, pelo contrário, nos indivíduos do sexo feminino, o casamento promove e facilita a emigração, o que se explica que estas saem para se juntar aos maridos já emigrados ou acompanham os maridos na emigração (reagrupamento familiar).

QUADRO 33  
Relação entre o estado civil e o sexo

Estado civil e sexo	Emigrantes 1834-1926	%	População em 1890	%
Solteiros masculinos.....	4 351	93	8 826	44
Solteiros femininos.....	311	7	11 099	56
<b>Total.....</b>	<b>4 662</b>	<b>100</b>	<b>19 925</b>	<b>100</b>
Casados masculinos.....	2 107	88	4 910	48
Casados femininos.....	294	12	5 222	52
<b>Total.....</b>	<b>2 401</b>	<b>100</b>	<b>10 132</b>	<b>100</b>
Viúvos masculinos.....	98	70	616	31
Viúvos femininos.....	41	30	1 398	69
<b>Total global.....</b>	<b>139</b>	<b>100</b>	<b>2 014</b>	<b>100</b>

Porém, se analisarmos o comportamento emigratório dos indivíduos do mesmo estado civil mas de diferentes sexos, independentemente da idade, observamos que:

1 — Em 4662 emigrantes solteiros, 4351 eram do sexo masculino e 311 do sexo feminino. Ou seja, emigram 93 % do sexo masculino e

7 % do feminino, do que se infere que emigraram 13 % mais homens solteiros do que mulheres no mesmo estado civil.

2 — No caso dos emigrantes casados, para um total de 2401 nesta condição, 2107 eram do sexo masculino e 294 do sexo feminino, o que corresponde a 88 % de homens, para 12 % mulheres casadas, isto é, 7,3 % mais homens do que mulheres,

3 — No caso dos indivíduos se encontrarem na condição de viúvos, observamos que emigram um total de 139, sendo 98 do sexo masculino e 41 do sexo feminino, a que corresponde à saída de 70 % de homens para 30 % de mulheres, ou seja, 2,4 vezes mais homens viúvos do que mulheres na mesma condição.

Daqui se concluiu que o estado civil tem uma forte influência na emigração dos solteiros, fraca quando os emigrantes são casados e muito fraca quando são viúvos.

Assim, e dada a progressiva diminuição das diferenças referidas, concluímos, que a passagem da condição de solteiras para a de casadas e, desta, para a de viúvas, é uma condição facilitadora da emigração do sexo feminino.

Na nossa análise excluímos os divorciados, dado que apenas uma mulher de 45 anos tem esse estatuto civil quando emigra.

#### 1.1.7 — A emigração da população feminina

Podemos perspectivar a análise da mulher, no contexto da emigração rural, tendo em conta dois factores que a determinam: um, decorrente da idade e estado civil, e outro do estatuto sócio-familiar.

QUADRO 34  
Emigrantes do sexo feminino naturais e/ou residentes em Fafe, por grupos etários e estado civil

Grupos etários	Total parcial	%	Solteiras	%	Casadas	%	Viúvas	%
0-19.....	181	29	171	57,97	10	3,62	0	0
20-39.....	327	53	108	36,61	202	73,19	140	34,15
40-59.....	99	16	14	4,74	58	21,07	25	60,98
60-80.....	10	2	2	0,68	6	2,17	2	4,87
<b>Total.....</b>	<b>617</b>	<b>100</b>	<b>295</b>	<b>100</b>	<b>276</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Segundo o quadro, no grupo dos indivíduos do sexo feminino que emigram entre 1834 e 1926, 29 % situavam-se no grupo etário de 1 aos 19 anos, sendo 171 solteiras e 10 casadas; 53 % tinham entre 20 e os 39 anos, sendo 108 solteiras, 202 casadas e 14 viúvas; 16 % tinham entre 40 e 59 anos, estando 14 na condição

de solteiras, 58 na de casadas, e 25 na de viúvas; 2 % tinham entre 60 e 80 anos, sendo 2 solteiras, 6 casadas e 2 viúvas.

Concluimos, assim, que a idade influencia fortemente a emigração do grupo etário dos 20-39 anos, seguindo depois o grupo etário dos 0-19 anos.

O estado civil influencia o comportamento da emigração feminina, isto é, no grupo das solteiras, o de maior representatividade, com 58 %, verifica-se no grupo etário dos 1-19 anos; as mais representadas no grupo das casadas, com 73 %, situam-se no grupo etário dos 20-39 anos; as viúvas, com 61 %, encontram-se nas idades dos 40-59 anos.

#### 1.1.7.1 — Profissão e estratégias migratórias femininas

Em 646 indivíduos do sexo feminino emigrados de Fafe, entre 1834-1926, aparece indicada a profissão/ocupação de 279, e em 365 não é mencionada. A identificação da profissão aparece em mulheres com mais de 12 anos. Com menos de 12 anos, não é identificada a profissão de 95.

Pelo quadro se conclui que as mulheres emigrantes com profissões/ocupações socialmente mais favorecidas (agricultoras e proprietárias) emigram na condição de casadas. As solteiras predominam no grupo das serviçais, domésticas, costureiras, criadas de servir. As jornaleiras apresentam-se representadas na condição de solteiras e de casadas.

QUADRO 35  
Profissões e estado civil das mulheres emigrantes

Profissões	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total parcial	Total global	%
Serviçal .....	23	1	1	25	-	-
Doméstica/criada de servir .....	22	10	3	35	-	-
Costureira .....	17	13	1	31	-	-
Jornaleira .....	16	25	6	47	-	-
Engomadeira .....	1	-	1	2	140	51,66
Agricultora .....	15	23	4	42	-	-
Proprietária .....	4	35	10	49	-	-
Capitalista .....	4	9	1	14	-	-
Familiar .....	1	-	-	1	-	-
Lavradeira .....	1	8	1	10	116	42,80
Padeira .....	1	2	-	3	-	-
Tecedeira .....	2	2	-	4	-	-
Negociante .....	-	3	-	3	-	-
Chapeleira .....	-	1	1	2	-	-
Operária .....	-	1	1	2	-	-
Modista .....	-	1	-	1	15	5,54
<b>Total global .....</b>	<b>107</b>	<b>134</b>	<b>30</b>	<b>271</b>	<b>271</b>	<b>100</b>

Já nos referimos à pouca emigração das mulheres. Mas quando emigram só o fazem em quatro condições: porque são menores e acompanham os pais; porque são casadas e acompanham os maridos; por se encontrarem livres de vínculos matrimoniais (viúvas), levando consigo os filhos; por pertencerem a grupos em que os constrangimentos sócio-familiares são menos fortes e as dependências são de menor grau, pelo que emigram solteiras e por iniciativa própria ou na companhia dos patrões.

Na perspectiva do estatuto sócio-familiar subscrevemos Jorge Alves, quando diz que a partida de mulheres casadas se integra no processo de reagrupamento familiar e que o mesmo se verifica com grande parte das solteiras, crianças ou adultas<sup>5</sup>. A emigração das viúvas, constitui, em nosso entender, não a agregação familiar mas, como também sugere este autor, um processo de reconstituição de vida.

As viúvas, após a morte dos maridos, ficavam libertas do condicionamento daqueles, mas em circunstâncias de sobrevivência económica difícil, principalmente quando eram mães e em desvantagem no mercado matrimonial local.

#### 1.1.8 — Alfabetização dos migrantes e dos emigrantes

QUADRO 36  
Alfabetização dos migrantes e emigrantes de Fafe

Designação	Destinos internos (1834-1862)	%	Destinos externos (1834-1926)	%	População residente (1890)	%
<b>Total de emigrantes .....</b>	<b>3 510</b>	-	<b>7 321</b>	-	-	-
Escrive .....	111	26	3 273	64	6 410	20
Não escreve .....	316	74	1 877	36	25 259	80
<b>Total .....</b>	<b>427</b>	<b>100</b>	<b>5 150</b>	<b>100</b>	<b>31 669</b>	<b>100</b>
Alfab. não conhecida .....	3 083	88	2 171	30	-	-

Fonte: Registo de Passaportes.

No que se refere à capacidade de escrever, referida com frequência nos registos de passaportes, a amostra, para os que tiveram destinos internos, é de 12 %; para os que tiveram destinos externos e que saíram de Fafe é de 70 % e para os que saíram do Porto é pouco significativa.

Do quadro inferimos que na migração interna predominam os que não escreviam, com 74 % sobre os que escreviam, com 26 %.

<sup>5</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994, p. 183.

Admitindo como válidos os dados, nomeadamente os do censo, considerando que neste os dados escolhidos foram os dos que sabem ler e escrever, e que o total ultrapassa o número total de residentes, verificamos que:

1 — Na emigração os que escreviam o seu nome ou declaram saber escrever eram 64 % e os que não escreviam o seu nome ou não sabiam escrever eram 36 %. Isto é, os alfabetizados eram cerca do dobro dos analfabetos.

2 — Pelo contrário, nos residentes, os que não sabiam ler e escrever eram 80% e os alfabetizados eram 20 %.

Concluimos assim, que os alfabetizados manifestam uma maior disposição para sair para destinos externos ou intercontinentais e, pelo contrário, os analfabetos preferem os destinos regionais, tendo em conta uma população onde predominavam os analfabetos, numa relação de quatro analfabetos para dois alfabetizados.

## 1.2 — Contextos e quadros de mobilidade

Pina Cabral refere-se à polémica sobre a origem da predominância da emigração masculina se encontrar na natureza da divisão sexual do trabalho<sup>6</sup>, Caroline B. Brettel, estabelece relações entre «casamento, sistema fundiário e emigração»<sup>7</sup>, Fátima Brandão relaciona os «herdeiros favorecidos, mães solteiras e emigração»<sup>8</sup>, Jorge Alves coloca o problema do «Património familiar e exclusão», em que a doação constitui um instrumento de formação de um herdeiro favorecido do património familiar «a emigração para o Brasil, embora atraia gentes de toda a condição social, passa a ser uma via privilegiada para a colocação de muitos dos filhos com algumas posses»<sup>9</sup>.

Enquanto Pina Cabral procura nos diferentes papéis sexuais dos homens e das mulheres a causa para a diferença da emigração masculina e feminina, os restantes autores, sem excluir aqueles comportamentos diferenciadores, encontram, na estrutura sócio-familiar, na herança da propriedade rural e na sucessão as determinantes da emigração.

Em nosso entendimento, a emigração masculina parece mais ligada a factores de ordem económica e social: projecto de constituição de família e proprie-

<sup>6</sup> PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva, A Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1989, pp. 108-118.

<sup>7</sup> BRETTTEL, Carolina, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 124.

<sup>8</sup> BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Afrontamento, Porto, 1994, p. 227.

<sup>9</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Ed. Autor, Porto, 1994, pp. 82-91.

dade, herança/sucessão, conservação e reprodução de estatutos sócio-familiares, bem como a colocação dos rapazes em empregos no comércio da cidade ou no Brasil.

Para a emigração feminina os indicadores referidos por Pina Cabral funcionam como factores condicionadores gerais da emigração.

Como factores facilitadores pesam na decisão de emigrar no caso dos indivíduos do sexo feminino: o ser menor, o estado civil de casada, o estatuto social, o processo de reagrupamento familiar, a construção de projectos negociados pelos casais de fracos recursos económicos e, ainda, no caso das viúvas, como uma hipótese de reconstrução familiar e de sobrevivência da prole.

São factores facilitadores no grupo das solteiras maiores os já referidos, nomeadamente a não existência de constrangimentos de natureza social e familiar no caso das trabalhadoras dependentes: domésticas, serviçais, criadas de servir e as costureiras.

Estes factores condicionantes da liberdade afectavam de forma diferente os grupos sociais. O papel predominante do homem no discurso decisório, no contexto sócio-familiar do século XIX parece ser condicionado por diferentes processos: os que ocorrem em casais já constituídos; os projectos pré-matrimoniais negociados pelos próprios e/ou pelas famílias; os marcados por contextos, limites e constrangimentos dos grupos domésticos com algum peso social simbólico na comunidade rural onde funcionam diferentes estratégias de herança e sucessão dos proprietários.

Caso 1 — A carta de um emigrante de Fafe à sua mulher, Maria Antunes de Oliveira, que tinha ido para o Porto servir, referindo que a não queria a servir outro e, sob ameaça, diz: «Maria não tenhas medo ó Mar pois anda no primeiro Barco que sahir e se não não contes mais com o teu marido a Deos»<sup>10</sup>. Esta emigra do Porto para a cidade do Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1867, com 29 anos, deixando o filho, entregue ao avô materno, conforme é suposto desta carta e de uma outra que o emigrante terá escrito ao sogro.

Caso 2 — Florinda, solteira, 23 anos, natural de Moreira de Rei emigra para o Pará, em 9 de Março de 1871. Este facto nada teria de relevante se não obtivéssemos a informação de uma das nossas informadoras, neta daquela, que nos disse que o avô também tinha emigrado. Verificamos, pois que Custódio, solteiro de 26 anos, natural de Moreira, tinha emigrado em 13 de Março do mesmo ano e para o mesmo destino, ambos com documentação do administrador do concelho de Fafe. Estamos na presença de uma saída combinada entre ambos, vindo a casar, provavelmente no Pará ou durante a viagem feita em conjunto. Estes tiveram cinco filhos: Ludovina, José (morreu com a pneumónica), Manuel, Maria (morreu de um parto) e António, todos nascidos no Pará, excepto o António que já nasceu em

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 183.



Portugal, depois do regresso definitivo dos pais. O casal veio a comprar no lugar de Barbosa, da freguesia de onde eram naturais, terrenos vários e construíram uma casa agrícola com habitação (quatro quartos, uma sala grande e uma pequena, cozinha e varanda coberta) no primeiro andar; no rés-do-chão ficava a loja, expressão que designava a adega onde se encontrava o lagar, a prensa e as caixas onde se armazenava o milho — «só uma levava 40 rasas de milho, ou seja 600 kg» — e as cortes para os animais; o «cido», à volta do qual funcionava toda a vida agrícola-doméstica, ficavam as cortes, constituindo um conjunto edificado e vedado para o interior, sendo o acesso feito por um portão com telheiro; no exterior existia o alpendre duplo, cira e espigueiro e os abrigos para os instrumentos agrícolas. Todo o conjunto era em granito.

Caso 3 — Maria das Dores Monteiro Vieira de Castro, irmã, nomeadamente, do «Brasileiro» Álvaro Monteiro Vieira de Castro, do monsenhor João Monteiro e do Dr. Florêncio, filhos ilustres e líderes políticos locais do «Brasileiro» Miguel António Monteiro (nascido em 28-1-1824), e de Miquelina Rosa Vieira de Castro, filha dos proprietários José António Filipe Vieira de Silva e Rosa de Castro e irmã de outro «Brasileiro», comendador José António Vieira de Castro, casou com o «Brasileiro» José António Martins Guimarães. Uma filha destes, Adélia Martins Monteiro, casou com José Alves de Freitas «Brasileiro» (nascido em 20-12-1850), natural de Fafe, filho do proprietário Victorino António de Freitas e de Antónia Alves e afilhado de António de Almeida Carvalhais, abade de São Tiago de Valadares e, como madrinha, a irmã deste.

A filha deste José Alves de Freitas «Brasileiro», Maria das Dores Martins de Freitas (nascida em 30-9-1911) veio a casar com outro «Brasileiro», Eduardo Fernandes, depois de o jornal *O Desforço* de 16-7-1908 ter anunciado o casamento: «Também está entre nós o Sr. Eduardo Fernandes, chegado de Manaus e que, como já aqui anunciamos, pediu em casamento a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Maria das Dores Martins de Freitas, gentil filha do Sr. José Alves de Freitas». O casal embarcou segundo o mesmo jornal, para o Brasil em 29-10-1908. Estes vieram a ser os pais de Maria das Dores de Freitas Fernandes, nascida em Manaus a 7-5-1909, tendo regressado a Fafe. Casou em 11-11-1929, com António Mendes Leite Castro, por sua vez neto de João Ferreira Mendes, também «Brasileiro».

Estas trajetórias constituem uma das linhas da complexa trama social de «Brasileiros» e dos que, em contextos variados saíram de Fafe e dos que em tempo de retorno se tornaram senhores das mais vistosas casas urbanas de Fafe do século XIX<sup>11</sup>, sendo a natureza dos investimentos financeiros, políticos, matrimoniais e simbólicos as estratégias de conservação e reprodução social, as quais nem sempre se tornaram eficientes.

<sup>11</sup> MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991.

## CAPÍTULO 2

### 2 — A MIGRAÇÃO E A EMIGRAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

#### 2.1 — Migrantes jovens — emigrantes crianças e adolescentes

A idade dos que migraram de Fafe, entre 1834-1862, para diferentes destinos internos ou regionais, é uma das perspectivas de conhecimento da disponibilidade dos diferentes grupos etários para a mobilidade.

Importava por isso saber se existiam comportamentos migratórios diferenciados segundo as idades, ou seja, se era um fenómeno de determinados grupos etários e, por outro lado, se eram os mesmos para a migração interna e para a emigração e, ao mesmo tempo, se eram influenciados pelo lugar de onde partiam.

Estabeleceremos, por outro lado, noutra capítulo as relações entre as idades e a emigração integrada no processo de reagrupamento familiar, ou como saídas individuais.

Face ao quadro anterior, e tendo em conta as diferenças dos emigrantes e dos migrantes, analisaremos separadamente a questão de sabermos em que medida as idades num e noutra caso eram diferentes segundo o destino e o lugar onde eram requeridos os passaportes.

#### 2.1.1 — *A migração jovem dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)*

Em primeiro lugar observamos, no gráfico das idades, uma concentração excessiva de valores na barra dos 20, 25, 30, 40 e 50 anos. Estamos convencidos que os requerentes informavam as suas idades, sem que houvesse rigor nessa informação, indicando idades aproximadas ao 0 (zero) e 5.

Por forma a corrigir essa falta de rigor, agregamos as idades em intervalos de 5 anos, conforme o quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 37

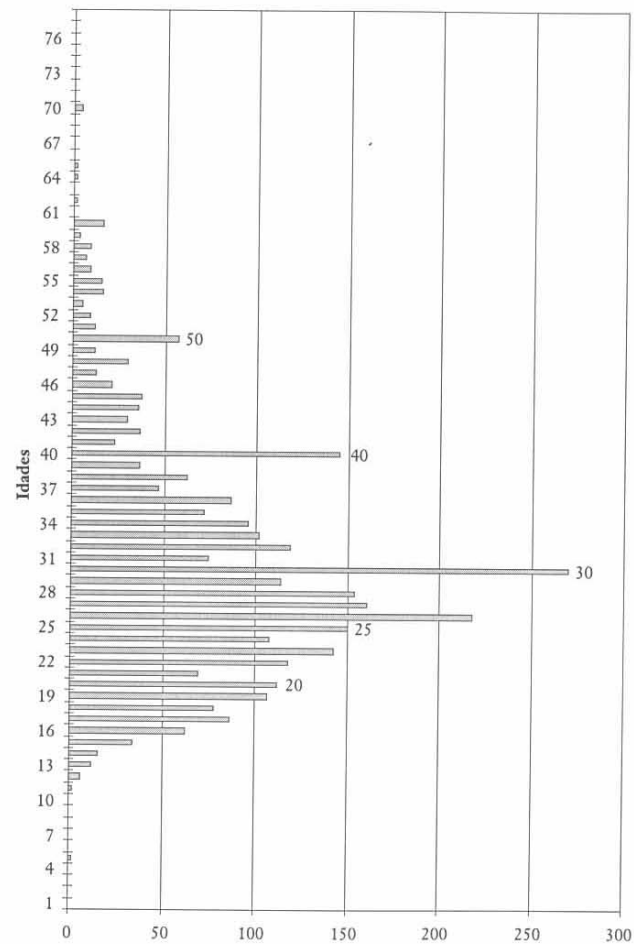
Distribuição das idades dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926), dos naturais de Fafe e residentes no Porto (1836-1885) e da migração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)

Idade	Emigração de Fafe	Emigração do Porto	Migração de Fafe	Idade	Emigração de Fafe	Emigração do Porto	Migração de Fafe	Idade	Emigração de Fafe	Emigração do Porto	Migração de Fafe	Idade	Emigração de Fafe	Emigração do Porto	Migração de Fafe
1	26	0	0	21	240	20	69	41	87	12	23	61	8	1	1
2	23	2	0	22	262	40	118	42	92	12	37	62	7	1	2
3	30	1	0	23	261	42	143	43	62	5	30	63	9	1	0
4	21	0	0	24	213	40	108	44	74	9	36	64	5	0	2
5	19	1	2	25	203	31	150	45	74	6	38	65	6	1	2
6	26	1	0	26	197	39	218	46	49	5	21	66	1	0	1
7	27	1	0	27	205	28	161	47	50	7	13	67	2	1	1
8	44	1	0	28	191	29	154	48	48	8	30	68	4	0	0
9	70	3	0	29	165	26	114	49	32	7	12	69	0	0	1
10	158	11	1	30	159	32	270	50	32	11	57	70	2	0	4
11	337	38	2	31	176	18	74	51	23	2	12	71	0	0	0
12	470	72	6	32	164	23	119	52	21	1	9	72	1	0	1
13	720	137	12	33	151	19	102	53	32	4	3	73	0	0	0
14	166	86	15	34	158	15	96	54	26	3	16	74	0	0	1
15	120	105	34	35	147	21	72	55	13	3	15	75	0	0	0
16	123	93	62	36	197	18	86	56	13	4	9	76	0	0	0
17	111	64	86	37	121	16	47	57	18	4	7	77	1	0	0
18	69	43	78	38	100	26	62	58	17	1	9	78	0	0	1
19	67	28	107	39	121	13	37	59	6	1	3	79	0	0	0
20	153	32	112	40	100	15	145	60	13	2	16	80	0	0	0

Fonte: Registo de passaportes.

GRÁFICO 8

Idade dos naturais e/ou residentes em Fafe que migraram entre 1834-1862



No quadro seguinte apresentamos uma segunda agregação de dados, por forma a corrigir os desvios referidos.

QUADRO 38  
Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe, e que migraram entre 1834-1862

Escalões etários	Total parcial	%
0-14 .....	38	1,15
15-29 .....	1 714	52,31
30-44 .....	1 236	37,73
45-59 .....	256	7,81
60-74 .....	32	0,98
<i>Total global</i> .....	<i>3 276</i>	<i>100</i>

Através dos quadros e do gráfico anteriores, verificamos que a migração predominava, por ordem decrescente nos grupos etários: 15-29 anos; 30-44 anos e, em valores muito reduzidos, no grupo etário dos 0-14 e 60-74 anos.

Concluimos assim, que existiu uma forte representatividade na migração das idades compreendidas entre os 15-44 anos, sendo predominante, e por ordem decrescente, nos grupos etários: 25-29 anos; 30-34 anos; 20-24 anos; 15-19 anos e 35-39 anos, tratando-se, portanto, de uma migração de gente jovem e ficando excluídos os adolescentes e os velhos.

### 2.1.2 — A emigração de crianças e de adolescentes, naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

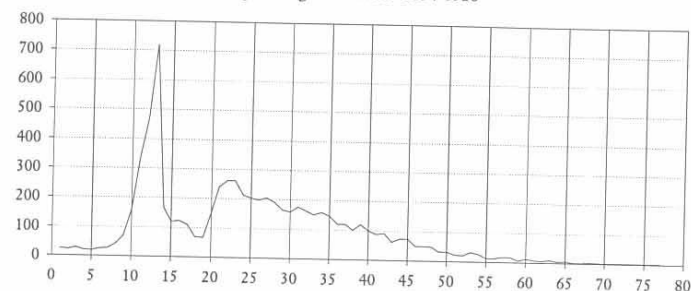
A análise da emigração por idades permite-nos conhecer, dentro dos períodos estudados, da regularidade ou irregularidade etária no momento da saída.

Vejam as idades dos que emigraram, quer se trate daqueles que requereram documentação na administração do concelho de Fafe, quer dos que o fizeram no Governo Civil do Porto.

Pelo quadro das idades e dos gráficos seguintes infere-se, que a emigração predomina nas idades situadas entre os 10 e os 15 anos e, particularmente, apresentando um pico na idade dos 13 anos, o que já tinha sido demonstrado por Jorge Alves para o distrito do Porto e referido em 1876, que «desde o 1.º de

GRÁFICO 9

Dispersão das idades dos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926



Janeiro de 1870 até 31 de Dezembro de 1871 entraram no porto do Rio de Janeiro 10 368 portugueses e, deste número, 2117 eram menores de catorze anos: o que dá no porto do Rio de Janeiro, dá-se em outros portos do Brasil»<sup>1</sup>.

Num segundo grupo, onde se verifica uma quebra significativa da emigração, situam-se as idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos. Por último, depois de um aumento entre os 20 e os 25 anos, aparecem numa tendência decrescente entre os 25 e os 70 anos.

Nas nossas fontes verificamos que a administração do concelho era muito cuidadosa na referência à idade dos que tinham menos de 14 anos de tal modo que, quando os requerentes estavam naquelas circunstâncias, o Administrador referia a sua idade exacta em número de meses que eles tinham para além dos 13 anos.

Escapar ao «imposto de sangue» condicionava a saída dos menores de 14 anos, de tal modo que o consulado do Rio de Janeiro em 4 de Janeiro de 1875 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, informa:

Dos emigrantes aqueles a quem cabe cabe mais desgraçada e comovente sorte são os que vêm para fugir ao recrutamento; não os clandestinos, mas os menores de catorze anos, e infelizmente é avultado hoje o número destes; como só depois dos catorze anos é que são obrigados a prestar fiança, os pais, para os não verem soldados, preferem

<sup>1</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, p. 106.

arremessá-los para o Brasil, muitas vezes sem a mais leve recomendação, entregues completamente à sua inexperiência, se não acham a quem os venderem! É ignóbil<sup>2</sup>.

QUADRO 39  
Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe, e que emigraram entre 1834-1926

Idades	Total parcial	%
0-04	99	1,4
5-09	186	2,6
10-14	1 852	26,2
15-19	491	6,9
20-24	1 129	16
25-29	961	13,6
30-34	808	11,4
35-39	610	8,7
40-44	416	5,9
45-49	253	3,6
50-54	134	1,9
55-59	67	1
60-64	42	0,6
65-69	13	0,3
70-74	3	0
75-79	1	0
<b>Total global</b>	<b>7 065</b>	<b>100</b>

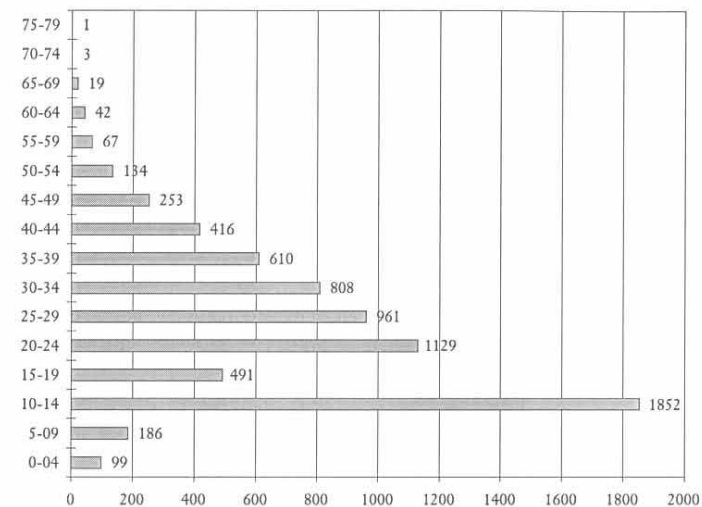
No quadro anterior apresentamos as idades dos emigrantes agrupadas em intervalos de cinco anos. Através dele podemos verificar que, tendo como amostra a idade de 7065 indivíduos, saídos entre 1834-1926, 26,2 % correspondem ao grupo etário dos 10-14 anos, seguindo-se depois por ordem decrescente os grupos etários situados entre: 20-24 anos, com 16,0 %; 25-29 anos, com 13,6 %; 30-34 anos, com 11,4 %; 35-39 anos, com 8,7 % e, só depois, o grupo dos 15-19 anos, com 6,9 %.

Poderá concluir-se, através do quadro e do gráfico anterior, que a emigração é constituída por crianças e adolescentes dado que o total dos que emigraram com as idades não superiores aos 14 anos é de 2133, o que corresponde a 30 %.

<sup>2</sup> Idem, p. 105.

GRÁFICO 10

Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926



Se delimitarmos as idades em três escalões, o grupo dos que tinham menos de 24 anos é de 53 %, seguindo-se depois os que tinham entre 25-49 anos, com 43,2 % e, por último, com 3,7 %, o grupo etário compreendido entre os 50 e os 74 anos.

Surge assim uma preocupação particular em limitar ou condicionar a emigração àqueles que tivessem mais do que 14 anos, conforme o expresso na Lei de 4 de Junho de 1859, que modifica algumas das disposições da Lei de 27 de Julho de 1855, nomeadamente no que se refere «à fiança dos mancebos que se ausentarem para fora do Reino e à execução de multas contra os refractários»<sup>3</sup>.

Segundo a referida Lei de 4 de Junho 1859, art. 11.º «Nenhum mancebo, desde a idade de catorze anos a vinte e um anos completos, se dará passaporte para país estrangeiro sem que dê fiança de como, sendo chamado ao serviço militar, se apresentará ou se fará substituir»<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> *Diário do Governo*, Lei de 4 de Junho de 1859.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

O condicionamento normativo de natureza militar influenciou a emigração, provocando um forte aumento na idade dos 13 anos, associado certamente aos que tinham mais dificuldade em encontrar fiador ou fazer-se substituir no serviço militar. Restava, a confirmar-se esta hipótese, aos mais pobres sair antes dos 14 anos ou encontrar no pai o seu substituto em caso de vir a ser chamado ao serviço militar.

No caso de ter alguns bens e não se apresentasse ao serviço militar segundo o art. 12.º da mesma Lei de 1859, o Estado procedia à sua execução: «Se os refractários não tiverem bens próprios em que se lhes possa de pronto fazer execução, nos termos do § único do art. 57.º, e do § único do art. 59.º da Lei de 1855, a execução se fará nos bens que possuírem seus pais, até à concorrência da legítima provável do filho refractário, quando este se ache ainda sob o poder de seu pai.»<sup>5</sup>

Sobre este assunto existe referência no art. 3.º da Lei de 17 de Abril de 1859, no art. 11.º da Lei de 4 de Junho de 1859, sobre a não remissão do serviço militar senão pela apresentação de um substituto, conforme *Diário do Governo* de 5 de Maio de 1873.

A possibilidade de ser substituído ou de fazer a remissão em dinheiro da obrigação militar, é uma condicionante da capacidade de emigrar. O *Diário do Governo* de 5 de Maio de 1873, art. 5.º, referindo-se ao assunto, prescreve: «que o preço das substituições, para os efeitos de regular a responsabilidade dos fiadores e o valor das execuções, tem de ser fixado anualmente pelo governo, na conformidade do disposto no § 2.º do art. 55.º da Lei de 27 de Julho de 1855, o qual, como se disse, continuará em vigor, como o estava antes da Lei de 4 de Junho de 1859, que permitiu as remissões a dinheiro, agora abolidas»<sup>6</sup>.

Se a remissão a dinheiro é abolida, a responsabilidade do fiador permanece com o disposto no art. 3.º da Lei de 17 de Abril de 1873 e art. 1.º de 5 de Maio de 1873, não podendo remir-se do serviço militar senão pela apresentação de um substituto que na qualidade de fiador assume responsabilidades perante o Estado.

No que se refere às idades de emigração existe um factor influente ligado às idades de recrutamento militar: «a idade para incluir ou excluir do recenseamento, nos termos da Lei de 27 de Julho de 1855, refere-se ao primeiro dia do mês de Fevereiro. [...] § 1.º Os prazos de vinte a vinte e um anos, de vinte e um a vinte e dois anos, de dezassete a trinta, e de catorze a vinte e um anos, de que tratam os arts. 6.º, 12.º e 9.º, §§ 1.º e 4.º da Lei de 27 de Julho de 1855, e o art. 11.º da presente Lei, terminam no dia em que completem os vinte e um, vinte e dois, e trinta anos»<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> *Diário do Governo*, 5 de Maio de 1873.

<sup>7</sup> *Diário do Governo*, 4 de Junho de 1859.

### 2.1.3 — Emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, por idades e por décadas

Depois de concluirmos pela existência de uma emigração predominantemente de crianças e adolescentes dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926, importa identificar a variação das idades ao longo dos anos.

Escolhemos, como indicadores, as idades dos emigrantes correspondentes a intervalos de 10 anos: 1859, 1869, 1879, 1889, 1899, 1909.

As idades foram organizadas por escalões etários e apresentadas nos gráficos que se seguem no eixo dos XX e os totais correspondentes no eixo dos YY.

QUADRO 40

Idades dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram ao longo de cinco décadas

Idades	Ano de 1859	%	Ano de 1869	%	Ano de 1879	%	Ano de 1889	%	Ano de 1899	%	Ano de 1909	%
60-64 .....	—	—	—	—	—	—	1	0,82	—	—	1	1,22
55-59 .....	2	1,61	1	1,05	2	3,85	—	—	1	0,94	1	1,22
50-54 .....	2	1,61	1	1,05	1	1,92	3	2,46	6	5,66	1	1,22
45-49 .....	—	—	7	7,37	2	3,85	2	1,64	8	7,55	7	8,54
40-44 .....	6	4,84	1	1,05	5	9,62	6	4,92	6	5,66	7	8,54
35-39 .....	4	3,23	8	8,42	1	1,92	12	9,84	7	6,60	8	9,76
30-34 .....	11	8,87	10	10,53	7	13,46	13	10,66	19	17,92	9	10,98
25-29 .....	5	4,03	11	11,58	10	19,23	14	11,48	12	11,32	13	15,85
20-24 .....	5	4,03	15	15,79	6	11,54	21	17,21	16	15,09	9	10,98
15-19 .....	32	25,81	3	3,16	1	1,92	1	0,82	2	1,89	9	10,98
10-14 .....	56	45,16	35	36,84	14	26,92	39	31,97	22	20,75	15	18,29
5-9 .....	1	0,81	1	1,05	2	3,85	9	7,38	5	4,72	2	2,44
0-4 .....	—	—	2	2,11	1	1,92	1	0,82	2	1,89	—	—
<b>Total .....</b>	<b>124</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>	<b>106</b>	<b>100</b>	<b>82</b>	<b>100</b>

Em 1859 predominam fortemente as idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, sendo muito elevada no escalão dos 15-19 anos, aparecendo depois o grupo etário dos 30-34 anos. Os restantes grupos etários aparecem muito pouco representados e ou com diminuta representatividade, os maiores de 44 anos e os menores de 10 anos.

Em 1869, a emigração do grupo etário dos 10-14 anos permanece muito elevada e pouco elevado para o grupo etário dos 15-19 anos vindo, depois, e por ordem decrescente os grupos etários 20-24 anos; 25-29 anos; 30-34 anos; 35-39 anos e 45-49 anos.

Com muito fraca representatividade surgem os que têm mais de 49 anos, permanecendo neste grupo os que tinham menos de 10 anos.

No ano de 1879, permanece fortemente representado, tal como nos anos anteriores de 1869 e 1859, o grupo etário dos 10-14 anos, surgindo depois e por

ordem decrescente, os grupos etários: 25-29 anos, 30-34 anos, 20-24 anos, 40-44 anos.

Na década seguinte, e para o ano 1889, a configuração da representação etária da emigração permanece muito idêntica à verificada em 1869, ou seja, a que se observa nas duas décadas antes, permanecendo muito elevada no grupo etário dos 10-14 anos e pouco representada nos 15-19 anos.

No final do século XIX, aparecem sinais de uma mudança na estrutura etária da emigração. Ou seja, ainda que a emigração do grupo etário 10-14 anos apareça alta e o grupo dos 15-19 anos muito baixa o que constituía a característica emigratória das décadas anteriores, observa-se, comparativamente ao primeiro, uma subida muito significativa dos grupos etários: 20-24 anos, 25-29 anos e 35-39 anos, tendência que se vai acentuar na primeira década do século XX.

Por outro dado, uma transformação completa dá-se em meados do século, como à frente se verá.

A evolução na estrutura etária emigratória, anunciada nos finais do século XIX, aparece, em 1909, já profundamente alterada com uma subida espectacular do grupo etário dos 15-19 anos, verificando-se uma aproximação dos restantes grupos etários ao máximo, sempre observado no grupo dos 10-14 anos.

No que se refere aos maiores de 50 anos a sua representatividade permanece desde sempre muito baixa.

Concluimos que existiu uma alteração das idades dos emigrantes, as quais ocorreram na sequência da alteração das leis militares, do aumento do reagrupamento familiar, da regulamentação das agências de emigração, da alteração do regime da escravatura no Brasil e das iniciativas legislativas de favorecimento federal e estadual à imigração brasileira.

#### 2.1.4 — A emigração de jovens naturais de Fafe e residentes no Porto

Vejamos, agora, as idades dos que requereram o passaporte no Governo Civil do Porto.

Pelo gráfico da dispersão das idades infere-se do predomínio da emigração no grupo etário dos 10-20 anos, em cujo intervalo se situam dois picos: nas idades dos 13 e 15 anos. Esta mesma constatação se verificou nos naturais e/ou residentes em Fafe.

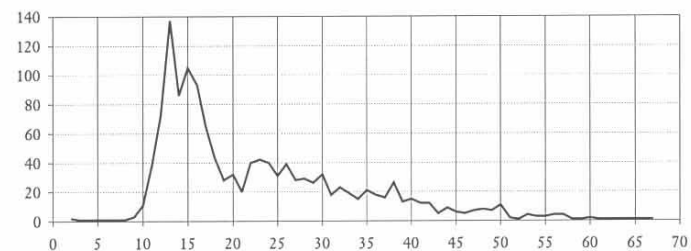
Porém, analisando a distribuição da emigração por grupos etários dos naturais de Fafe residentes no Porto, surgem algumas particularidades.

Ou seja, perspectivando a análise por escalões ou grupos etários, verifica-se em primeiro lugar que a emigração incide predominantemente, e em percentagens equivalentes, nos grupos etários 10-14 e 15-19 anos, atingindo este dois grupos 50 % do total, o que não acontecia com os naturais e/ou residentes em Fafe.

Em segundo lugar, verifica-se que, nos naturais e/ou residentes em Fafe o grupo que ocupava, percentualmente, o segundo lugar de representatividade era o

GRÁFICO 11

Dispersão das idades dos naturais de Fafe e residentes no Porto, que emigraram entre 1836-1885



QUADRO 41

Idades agrupadas dos naturais de Fafe e residentes no Porto, que emigraram entre 1836-1885

Idades	Total parcial	%
0-04 .....	3	0,2
5-09 .....	7	0,5
10-14 .....	344	25,6
15-19 .....	333	24,8
20-24 .....	174	13,0
25-29 .....	153	11,4
30-34 .....	107	8
35-39 .....	94	7,0
40-44 .....	53	4
45-49 .....	33	2,5
50-54 .....	21	1,6
55-59 .....	13	1
60-64 .....	5	0,4
65-69 .....	2	0
<b>Total global .....</b>	<b>1 342</b>	<b>100</b>

GRÁFICO 12  
Idades agrupadas dos naturais de Fafe e residentes no Porto  
e que emigraram entre 1836-1885

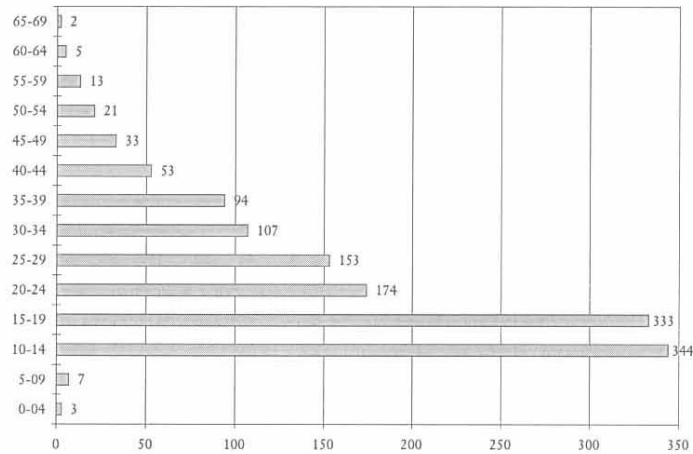
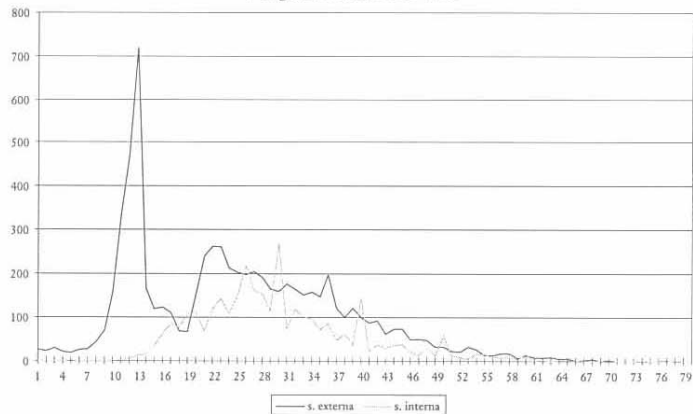


GRÁFICO 13  
Idades dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926  
e migraram entre 1834-1862



grupo etário dos 20-24 anos, enquanto que, no caso dos residentes no Porto o mesmo lugar é ocupado pelo grupo etário dos 15-19 anos, e em percentagens quase idênticas.

Nos gráficos anteriores, apresentamos as idades dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos que migraram entre 1834-1862.

Pela observação dos mesmos pode-se inferir do que atrás dissemos sobre a diferença etária entre a emigração e a migração de Fafe.

Assim se pode concluir que a emigração dos naturais de Fafe mas residentes no Porto é de adolescentes/jovens, enquanto que a emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe é de crianças/adolescentes. Ou seja, comparando as duas representações gráficas, a diferença significativa que aí se verifica corresponde à forte emigração dos que têm entre 10 e 14 anos, o que não se observa nos que emigram do Porto.

Daqui se poderá concluir que a cidade era o lugar de uma primeira experiência migratória de crianças, de onde partem para o Brasil como adolescentes/jovens.

## CAPÍTULO 3

### 3 — MOBILIDADE REGIONAL E INTERCONTINENTAL

#### 3.1 — Análise comparativa

Como atrás ficou dito possuímos três tipos de dados referentes aos indivíduos naturais do concelho de Fafe e/ou residentes que requereram passaporte interno ou guia de trânsito entre 1834-1862; os naturais do concelho de Fafe e/ou residentes que requereram na administração do concelho documentação para sair do reino entre 1834-1926; os naturais do concelho, mas residentes na cidade do Porto, ou que aí requereram passaporte para sair do reino, entre 1836-1885.

Isso permitiu-nos construir um quadro de dados e através dele diferentes gráficos e dois quadros analíticos.

Gráficos:

- A* — Saídas anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe que migraram 1834-1862;
- B* — Das saídas anuais dos naturais de Fafe e residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885;
- C* — Das saídas anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926;
- D* — Das saídas anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe e que migraram entre 1834-1862 e dos que emigraram entre 1834-1926;
- E* — Das saídas anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe e que migraram para destinos regionais entre 1834-1862; dos que emigraram entre 1834-1926, e dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto que emigraram entre 1836-1885;
- F* — Das saídas anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe que migraram entre 1834-1862; dos naturais e/ou residentes em Fafe que emigraram entre 1834-1926; dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto, que emigraram entre 1836-1885; do total dos que migraram e emigraram.



Quadros:

- X1 — Da mobilidade regional entre 1834-1862, intercontinental entre 1834-1926 e intercontinental entre 1836-1885;
- X2 — Analítico da mobilidade, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1926;
- X3 — Analítico da mobilidade, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1852.

Seguindo este critério foi-nos possível identificar e comparar diferentes comportamentos de mobilidade, em termos quantitativos, na diacronia e na sincronia, dado que a análise individualizada nos levaria a conclusões parcelares ou incompletas e ainda analisar os dados, definindo uma periodização que abrangesse os três tipos de dados, ou seja, como decorreu a migração dos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe e a emigração entre 1834 e 1885 dos naturais de Fafe, independentemente do lugar onde requereram documentação para sair do reino.

QUADRO 42  
A mobilidade regional e intercontinental

Anos	Saídas externas de Fafe	Saídas externas do Porto	Saídas internas de Fafe	Total de saídas	População	T. B. E. %
1834	11	-	35	046	-	-
1835	2	-	107	109	-	-
1836	10	6	73	89	-	-
1837	11	2	60	73	-	-
1838	2	16	46	64	-	-
1839	-	15	44	59	-	-
1840	-	29	142	171	-	-
1841	5	39	156	200	-	-
1842	1	23	153	177	-	-
1843	-	45	92	137	-	-
1844	3	32	165	200	-	-
1845	-	17	131	148	-	-
1846	1	22	120	143	-	-
1847	-	51	94	145	-	-
1848	2	36	131	169	-	-
1849	-	35	217	252	-	-
1850	-	37	143	180	-	-
1851	-	98	207	305	-	-
1852	1	68	171	240	-	-
1853	21	64	197	282	-	-
1854	22	152	180	354	-	-
1855	34	145	194	373	-	-
1856	49	142	132	323	-	-
1857	172	24	54	250	-	-
1858	170	9	96	275	-	-
1859	126	11	176	313	-	-
1860	93	9	95	197	-	-
1861	151	32	27	210	-	-
1862	124	17	31	172	-	-
1863	83	10	-	93	-	-
1864	97	10	-	107	22 674	4,7
1865	89	3	-	92	-	-

Anos	Saídas externas de Fafe	Saídas externas do Porto	Saídas internas de Fafe	Total de saídas	População	T. B. E. %
1866	62	6	-	68	-	-
1867	63	10	-	73	-	-
1868	74	12	-	86	-	-
1869	98	23	-	121	-	-
1870	93	19	-	112	-	-
1871	153	10	-	163	-	-
1872	172	14	-	186	-	-
1873	39	10	-	49	-	-
1874	123	5	-	128	-	-
1875	147	31	-	178	-	-
1876	89	4	-	93	-	-
1877	86	12	-	98	-	-
1878	39	11	-	50	24 624	2
1879	53	15	-	112	-	-
1880	112	-	-	1 992	-	-
1881	61	-	-	61	-	-
1882	92	-	-	92	-	-
1883	135	-	-	135	-	-
1884	90	-	-	90	-	-
1885	51	3	-	54	-	-
1886	87	-	-	87	-	-
1887	106	-	-	106	-	-
1888	171	-	-	171	-	-
1889	124	-	-	124	-	-
1890	141	-	-	141	25 660	5,5
1891	189	-	-	189	-	-
1892	68	-	-	68	-	-
1893	102	-	-	102	-	-
1894	114	-	-	114	-	-
1895	175	-	-	175	-	-
1896	132	-	-	132	-	-
1897	113	-	-	113	-	-
1898	158	-	-	158	-	-
1899	105	-	-	105	-	-
1900	106	-	-	106	27 346	3,9
1901	83	-	-	83	-	-
1902	89	-	-	89	-	-
1903	98	-	-	98	-	-
1904	169	-	-	169	-	-
1905	133	-	-	133	-	-
1906	135	-	-	135	-	-
1907	237	-	-	237	-	-
1908	156	-	-	156	-	-
1909	96	-	-	96	-	-
1910	109	-	-	109	-	-
1911	152	-	-	152	30 102	5
1912	186	-	-	186	-	-
1913	175	-	-	175	-	-
1914	116	-	-	116	-	-
1915	23	-	-	23	-	-
1916	-	-	-	-	-	-
1917	-	-	-	-	-	-
1918	-	-	-	-	-	-
1919	-	-	-	-	-	-
1920	1	-	-	1	30 031	0,03
1921	-	-	-	-	-	-
1922	51	-	-	51	-	-
1923	144	-	-	144	-	-
1924	135	-	-	135	-	-
1925	17	-	-	17	-	-
1926	7	-	-	7	-	-

### 3.1.1 — Migração (1834-1862), emigração (1834-1885 e 1836-1926)

Através dos dados do quadro anterior, elaborámos o quadro analítico seguinte, tendo como critério três situações emigratórias e migratórias distintas, quer quanto à naturalidade e/ou residência, quer quanto à cronologia.

QUADRO 43

A migração e emigração, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1926

	Designação	Total	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
A	Naturais e residentes em Fafe — destinos internos (1834-1862) .....	3 469	112	57	217	27
B	Naturais de Fafe e residentes no Porto — destinos externos (1836-1885) .....	1 384	28	36	152	0
C	Naturais e/ou residentes em Fafe — destinos externos (1834-1926) .....	7 314	79	63	237	0

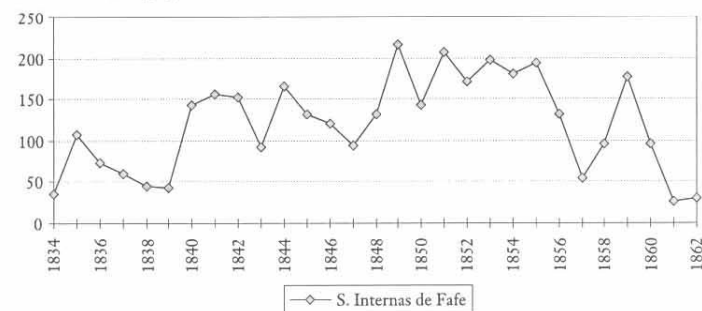
#### 3.1.1.1 — A migração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)

Entre 1834 e 1862, ou seja, durante vinte e oito anos, verificaram-se 3469 saídas para diferentes destinos regionais, o que corresponde a uma média de 112 saídas anuais.

Neste mesmo período observa-se um valor máximo de saídas anuais de 217 indivíduos e um mínimo de 27.

GRÁFICO 14

A migração dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862



Pelo gráfico observa-se que a migração dos naturais e/ou residentes em Fafe teve um primeiro período de 1834 a 1839 em que os valores se situaram entre as 50 e as 100 saídas anuais; um outro de 1840 a 1848 em que os valores rondaram as 100 e as 150 saídas; um terceiro, entre 1849 e 1855, com valores na ordem das 150 a 200 saídas e, por fim, entre 1856 e 1885, em que a migração foi tendencialmente decrescente, excepto no ano de 1859, onde se observa um pico.

#### 3.1.1.2 — A emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

Entre 1834 e 1926, ou seja, durante 92 anos, verificaram-se 7321 saídas para diferentes destinos intercontinentais, o que corresponde a uma média de 79,5 saídas anuais.

Neste período observa-se um valor máximo de saídas anuais de 237 indivíduos e um mínimo de 0 (zero).

Pela leitura do gráfico 25, poderemos distinguir quatro momentos emigratórios distintos, situados entre os anos 1834-1856, 1856-1914, 1915-1921 e 1921-1926.

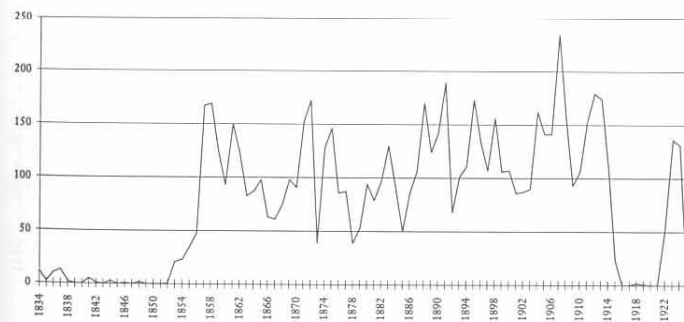
No primeiro momento, 1834-1856, os valores da emigração anual são pouco significativos ou nulos em vários anos consecutivos sem que, alguma vez, o valor mais alto atinja as 50 saídas anuais.

Em 1856 inicia-se o segundo ciclo emigratório cujo termo irá acontecer em 1914 com um progressivo aumento das saídas atingindo em 1907 o valor máximo de 237 saídas.

No terceiro período, 1915-1921, a emigração é nula o que é explicado pela participação de Portugal na Primeira Grande Guerra e as consequentes limitações à emigração da população.

GRÁFICO 15

Emigração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926



Por último, entre 1922 e 1926, a emigração volta a disparar para valores idênticos aos que se tinham verificado no período de 1856-1916.

GRÁFICO 16

A migração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862 e da emigração entre 1834-1926

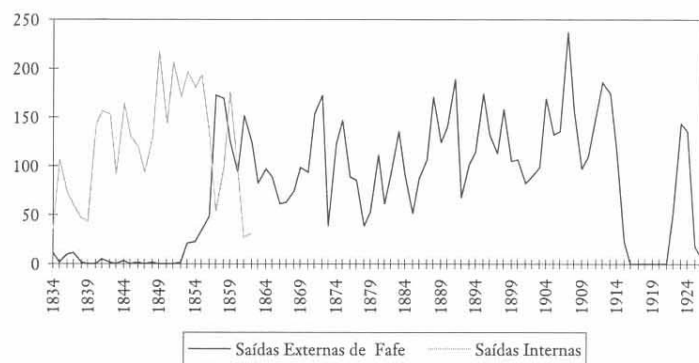
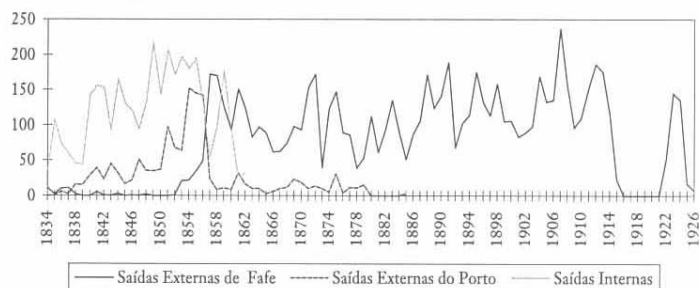


GRÁFICO 17

A migração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862, da emigração, entre 1834-1926, dos naturais e/ou em Fafe, e da emigração dos naturais de Fafe e residentes no Porto, entre 1836-1885



Através do gráfico 16, onde se comparam os valores da migração e emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, infere-se da diferença das saídas anuais para destinos externos (emigração) e para destinos internos (migração), ou seja: se entre 1834-1852 os valores são pouco significativos, representando uma fraca emigração, os valores da migração são os mais elevados, correspondendo a uma forte migração interna.

É de destacar que em 1852 se inicia uma progressiva tendência de crescimento da emigração e uma diminuição relativa da migração.

Pelo gráfico síntese conclui-se e reforça-se o que se disse sobre a mobilidade local, observando-se que até 1856 os valores da migração dos locais para destinos internos é superior aos valores anuais das saídas externas, quer tivessem saído com passaporte da administração do concelho, quer, tivessem saído com passaporte do Governo Civil do Porto.

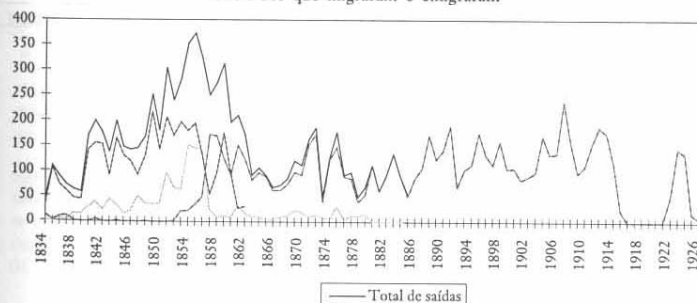
Em 1857 verifica-se uma forte descida das saídas para destinos internos, voltando a subir em 1859, observando-se depois uma progressiva diminuição até 1862.

Quanto aos saídos do Porto para destinos externos, observa-se uma progressiva subida desde 1836, atingindo o valor mais alto em 1854 com 152 saídas, para depois descer progressivamente até 1885, e nula entre 1880 e 1884.

No gráfico anterior observam-se os diferentes comportamentos da mobilidade tendo em conta as três situações referidas, ou seja, os que designamos por saídas externas de Fafe, como naturais e/ou residentes no concelho; as saídas externas do Porto, a que correspondem os que sendo naturais do concelho de Fafe requereram passaporte no Porto; as saídas internas de Fafe como os que, sendo naturais e/ou residentes tiveram destinos migratórios internos (dentro do país) e, por último, o total dos que saíram, independentemente dos destinos e do lugar onde requereram os passaportes.

GRÁFICO 18

Total dos que migraram e emigraram



Tendo em conta que a partir de 1862 não possuímos informações para a mobilidade interna e que a partir de 1885 não obtivemos dados sobre a emigração dos fafenses com documentação do Governo Civil do Porto, só possuindo informações para todo o período de 1834-1926 dos naturais e residentes em Fafe podemos concluir que a mobilidade atingiu o seu valor máximo em 1855 com um total de saídas anuais de 373 indivíduos, independentemente do destino ser externo ou interno e do lugar de onde saíram.

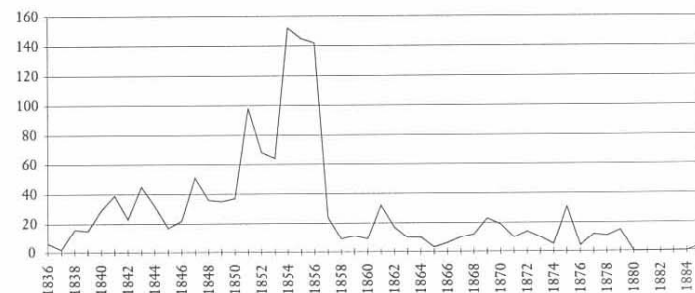
### 3.1.1.3 — A emigração dos naturais de Fafe e residentes no Porto (1836-1885)

Entre 1836 e 1885, ou seja, durante quarenta e nove anos, verificaram-se 1384 saídas para diferentes destinos intercontinentais, a que corresponde uma média de 28 saídas anuais.

Neste mesmo período observa-se um valor máximo de saídas anuais de 152 indivíduos e um mínimo de 0 (zero).

GRÁFICO 19

A emigração anual dos naturais de Fafe e residentes no Porto entre 1836-1885



Conforme se pode ver no gráfico anterior, os valores da emigração anual dos que sendo de Fafe saíram com passaportes do Porto, poderão dividir-se em três momentos: o primeiro entre 1836 e 1850, em que os valores se situam entre as 0 e as 60 saídas anuais, o segundo, entre 1850 e 1856 com valores de saídas anuais superiores a 60, e um terceiro, entre 1857 e 1885, com valores entre as 0 e 30 saídas anuais.

### 3.1.2 — Migração e emigração (1834-1852)

Através dos gráficos anteriores verificamos que, a partir de 1855 se verificou, simultaneamente, uma progressiva diminuição da emigração dos naturais e residentes no Porto e da migração dos naturais e/ou residentes em Fafe. Porém, a partir de 1852 observa-se já uma tendência no crescimento da emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe.

Assim, elaborámos o quadro analítico que se segue, tendo como limites temporais 1834-1852, de modo a podermos analisar este primeiro período da mobilidade geral, de forma a conhecermos o processo da mobilidade no momento do arranque da emigração da população natural e/ou residente em Fafe, que constitui o centro da nossa preocupação.

QUADRO 44

A mobilidade, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1852

	Designação	Total	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
A1	Naturais e residentes em Fafe — dest. interno (1834-1852) .....	2 287	120	53	217	35
B1	Naturais de Fafe e residentes no Porto — dest. externo (1836-1852) .....	571	33	23	98	2
C1	Naturais e/ou residentes em Fafe — dest. externo (1834-1852) .....	49	2,6	4	11	0

Da leitura do quadro, e como primeira conclusão, pode dizer-se que a emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe é muito reduzida, ou seja, em dezoito anos apenas emigraram legalmente do concelho 49 indivíduos. No entanto, no mesmo período, emigraram do Porto 571 indivíduos naturais de Fafe. Este valor aumenta para 2287 quando os destinos são regionais.

Se compararmos os valores da situação A1 e C1, tendo em conta os dados contados entre 1834-1852, verifica-se uma diferença de 2238. A média das saídas anuais de C1 é de 2,6 e de A1 é de 120. No que se refere ao valor máximo das saídas anuais, em C1 é de 11 e em A1 é de 217 e, quanto ao valor mínimo no primeiro é de zero e no segundo é de 35.

Confirma-se assim que entre 1834-1852, existiu uma migração interna muito forte, uma forte emigração do Porto e uma fraca emigração de Fafe.

## CAPÍTULO 4

### 4 — FREGUESIAS E TERRITÓRIOS DE PARTIDA

#### 4.1 — Freguesias e terras de naturalidade dos migrantes (1834-1862) e dos emigrantes (1834-1926)

Importava, na perspectiva da microanálise, conhecer a mobilidade tendo em conta a freguesia de naturalidade dos que migraram e emigraram com passaportes do administrador do concelho de Fafe. Tendo obtido a identificação das freguesias de naturalidade de 10 780 indivíduos, organizámo-las em dois grupos distintos: as freguesias dos que migraram e a dos que emigraram.

Saíram de Fafe, entre 1834-1862, para destinos regionais ou de migração 3460, sendo naturais e/ou residentes 3250, o que corresponde a 94 %. Como não naturais do concelho de Fafe, requereram Guia de Trânsito 164, ou seja 4,7 % do total, os quais, ou eram residentes neste concelho, ou, por se encontrarem em trânsito, aqui renovaram os seus passaportes. Não é conhecida a freguesia de naturalidade de 46, o que corresponde apenas a 1,3 %.

Por outro lado, e dada a alteração do quadro administrativo concelhio em 1854, considerámos como sendo naturais do concelho de Fafe aqueles que o administrador referia como naturais de freguesias do termo de Guimarães, Celorico e Cabeceiras de Basto, por ter sido na administração deste concelho que foram requeridas as Guias de Trânsito.

No que se refere aos que tiveram destinos intercontinentais de emigração, identificámos, entre 1834-1926, 7320 indivíduos naturais e/ou residentes em Fafe. Como naturais do concelho de Fafe, identificámos 6997 requerentes, ou seja, 95,6 % do total e, como não naturais, mas nele residentes ou que, na administração concelhia requereram passaporte, contámos 323, o que corresponde a 4,4 %. Não foi identificada a freguesia de naturalidade de 28 emigrantes, o que corresponde a 0,9 % do total.

Dado que em 1854, como dissemos, se deram profundas alterações no quadro da administração pública e divisão do território, mantivemos aqui os mesmos critérios já atrás referidos para as freguesias que entre 1834-1854 apareciam como pertencentes a outros concelhos.

QUADRO 45

Freguesias de naturalidade e/ou residência dos migrantes entre 1834-1862 e dos emigrantes entre 1834-1926

Freguesias	Migração 1834-1862	%	Emigração 1834-1926	%
<b>Total</b> .....	<b>3 460</b>	<b>-</b>	<b>7 320</b>	<b>-</b>
<b>Naturais do concelho</b> .....	<b>3 250</b>	<b>100</b>	<b>6 997</b>	<b>100</b>
Aboim .....	118	3,6	91	1,3
Agrela .....	-	-	74	1,1
Antime .....	71	2,2	178	2,5
Ardegão .....	5	0,2	71	1,0
Armil .....	36	1,0	95	1,4
Arnozela .....	5	0,1	114	1,6
Cepães .....	39	1,2	162	2,3
Estorãos .....	81	2,5	243	3,5
Fafe .....	310	9,5	773	11,0
Fareja .....	1	0,0	31	0,4
Felgueiras .....	83	2,6	33	0,5
Fornelos .....	129	4,0	190	2,7
Freitas .....	7	0,2	148	2,1
Golães .....	46	1,4	295	4,2
Gontim .....	156	4,8	41	0,6
Medelo .....	14	0,4	74	1,0
Monte .....	152	4,7	208	3,0
Moreira de Rei .....	342	10,5	515	7,4
Passos .....	36	1,1	99	1,4
Pedraído .....	176	5,4	141	2,0
Queimadela .....	257	8,0	274	3,9
Quinchães .....	269	8,3	427	6,1
Regadas .....	3	0,1	159	2,3
Revelhe .....	102	3,1	273	3,9
Ribeiros .....	39	1,2	162	2,3
Santa Cristina de Arões .....	6	0,2	43	0,6
São Clemente de Silveiras .....	24	0,7	108	1,5
São Gens .....	406	12,5	577	8,2
São Martinho de Silveiras .....	17	0,5	148	2,1
São Romão de Arões e Arões .....	30	0,9	170	2,4
Seidões .....	3	0,1	62	0,9
Serafão .....	12	0,4	184	2,6
Travassós .....	48	1,5	327	4,7
Várzea Cova .....	98	3,0	220	3,1
Vila Cova .....	13	0,4	151	2,2
Vinhós .....	116	3,6	136	1,9
Não conhecida .....	46	-	28	-
Outras origens .....	164	-	323	-

## 4.1.1 — Análise comparativa da migração e da emigração por freguesia

QUADRO 46

Freguesias de naturalidade dos que migraram entre 1834-1862 e dos que emigraram entre 1834-1926

Freguesias de naturalidade dos migrantes (1834-1862)	Total	Freguesias de naturalidade dos emigrantes (1834-1926)	Total	Freguesias do concelho	Total
São Gens .....	406	Fafe .....	773	Fafe .....	3 071
Moreira de Rei .....	342	São Gens .....	577	Moreira de Rei .....	1 539
Fafe .....	310	Moreira de Rei .....	515	São Gens .....	1 469
Quinchães .....	269	Quinchães .....	427	Travassós .....	1 219
Queimadela .....	257	Travassós .....	327	Quinchães .....	1 174
Pedraído .....	176	Golães .....	295	Queimadela .....	1 078
Gontim .....	156	Queimadela .....	274	Serafão .....	1 014
Monte .....	152	Revelhe .....	273	Golães .....	938
Fornelos .....	129	Estorãos .....	243	São Romão de Arões ...	871
Aboim .....	118	Várzea Cova .....	220	Monte .....	840
Vinhós .....	116	Monte .....	208	Cepães .....	731
Revelhe .....	102	Fornelos .....	190	Várzea Cova .....	700
Várzea Cova .....	98	Serafão .....	184	Regadas .....	678
Felgueiras .....	83	Antime .....	178	Estorãos .....	673
Estorãos .....	81	São Romão de Arões ...	170	Revelhe .....	668
Antime .....	71	Cepães .....	162	São Mart. de Silveiras	630
Travassós .....	48	Ribeiros .....	162	Aboim .....	600
Golães .....	46	Regadas .....	159	Freitas .....	597
Cepães .....	39	Vila Cova .....	151	Antime .....	584
Ribeiros .....	39	São Mart. de Silveiras	150	Ribeiros .....	573
Armil .....	36	Freitas .....	148	Passos .....	570
Passos .....	36	Pedraído .....	141	Armil .....	565
São Romão de Arões	30	Vinhós .....	136	Fornelos .....	490
São Clem. de Silveiras	24	Arnozela .....	114	Vila Cova .....	480
São Mart. de Silveiras	17	São Clem. de Silveiras	108	Seidões .....	402
Medelo .....	14	Passos .....	99	São Clem. de Silveiras	363
Vila Cova .....	13	Armil .....	95	Arnozela .....	355
Serafão .....	12	Aboim .....	91	Fareja .....	355
Freitas .....	7	Agrela .....	74	Vinhós .....	353
Santa Crist. de Arões	6	Medelo .....	74	Santa Crist. de Arões	348
Ardegão .....	5	Ardegão .....	71	Pedraído .....	333
Arnozela .....	5	Seidões .....	62	Medelo .....	331
Regadas .....	3	Santa Crist. de Arões	43	Agrela .....	288
Seidões .....	3	Gontim .....	41	Ardegão .....	284
Fareja .....	1	Felgueiras .....	33	Gontim .....	207
Agrela .....	0	Fareja .....	31	Felgueiras .....	145
Não conhecida .....	46	Não conhecida .....	28	-	-
Freguesias e terras de outros concelhos ...	164	Freguesias e terras de outros concelhos ...	295	-	-

No quadro anterior apresentamos a distribuição dos quantitativos da migração e da emigração por freguesia e por ordem decrescente, e a população de cada uma delas no ano de 1890.

Das duas primeiras concluímos que as freguesias de São Gens, Moreira de Rei, Fafe e Quinchães apresentam mais migrantes e emigrantes.

Através da comparação dos dados verificamos que as quatro freguesias que apresentaram mais migrantes e emigrantes são as mesmas o que, por sua vez, corresponde às freguesias com maior população em valores absolutos, e, como já dissemos, correspondem às freguesias onde existiam menos proprietários ou seja, em que se observava uma maior concentração fundiária, como nos referimos na Parte I deste trabalho.

Porém, e tendo em conta o que se verifica nas restantes 32 freguesias do concelho, não se poderá estabelecer uma relação de causa-efeito entre o número de habitantes e as migrações.

No entanto não deixamos de referir que de entre as quatro freguesias que apresentam maior mobilidade, a freguesia de Fafe é, e sempre foi, a sede administrativa do concelho e que São Gens e Quinchães são freguesias limítrofes da sede do concelho.

Por esta razão procurámos informações de natureza geográfica, histórica e económica das freguesias e do concelho que poderão contribuir para a explicação da diferente mobilidade verificada no concelho de Fafe, bem como razões de natureza social e familiar que possam ter contribuído para explicar a mobilidade local.

#### 4.1.2 — Migração dos não naturais do concelho de Fafe

QUADRO 47  
Origem dos não naturais de Fafe, que migraram entre 1834-1862

Naturalidade	Total	Naturalidade	Total	Naturalidade	Total
Rego — Celorico de Basto .....	39	Itália .....	2	Moura .....	1
São Clemente — Celorico de Basto .....	18	Mora .....	2	Nápoles .....	1
Galiza .....	12	Penalva do Castelo .....	2	Oliveira do Douro — Porto .....	1
Alentejo .....	6	Rossas .....	2	Paimele — Cabeceiras de Basto .....	1
Espanha .....	6	Agilde — Celorico de Basto .....	1	Ribas — Celorico de Basto .....	1
Basto — Celorico/Cabeceiras de Basto .....	5	Amarante .....	1	Ribeira de Pena .....	1
Arganil .....	4	Arnoia — Celorico de Basto .....	1	Salto .....	1
Borja — Celorico de Basto .....	4	Austria .....	1	Serva — Vila Real .....	1
Boticas .....	4	Agilde — Celorico de Basto .....	1	Tui — Galiza .....	1
Guimarães .....	4	Britelo — Celorico de Basto .....	1	Val de Bours — Celorico de Basto .....	1
Pampilhosa .....	4	Gaminha .....	1	Valongo .....	1
Abadim — Cabeceiras de Basto .....	3	Cavés — Cabeceiras de Basto .....	1	Veade — Celorico de Basto .....	1
Lisboa .....	3	Celorico de Basto .....	1	Vila Nova das Infantas — Guim. .....	1
Outeiro — Cab. de Basto .....	3	Coelheço .....	1	Vila Real .....	1
Porto .....	3	Coimbra .....	1	Fresieiro — Celorico de Basto .....	1
Rio Douro .....	3	Lamego .....	1	Gémoss — Celorico de Basto .....	1
Abadim — Cabeceiras de Basto .....	3	Mangualde .....	1	Jugueiros — Felgueiras .....	1
Braga .....	2	Montemor-o-Velho .....	1	- .....	-

Observando o quadro, apresentamos as freguesias ou terras de naturalidade dos que requereram guias de trânsito para se deslocarem no reino ou que a renovaram na administração do concelho de Fafe representando, no entanto, apenas 4,5 % dos migrantes, concluímos que uns eram provenientes das freguesias e concelhos limítrofes Celorico, Cabeceiras de Basto, Guimarães e Felgueiras, outros eram naturais de terras que, pela sua distância geográfica do concelho, indicam estarmos em presença de transeuntes, conforme demonstraremos no capítulo onde relacionamos as profissões com os destinos migratórios regionais.

#### 4.1.3 — A emigração dos não naturais do concelho de Fafe

Para um total de 7321 emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, 295 eram residentes no concelho de Fafe, 6997 eram naturais do mesmo, e 29 sem naturalidade identificada.

Analisando a distribuição geográfica dos que em Fafe requereram os passaportes, concluímos que a grande maioria era proveniente dos concelhos limítrofes de Guimarães, Celorico e Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Mondim, o que já se tinha verificado para a migração interna.

Um grupo elevado aparece a requerer passaportes como sendo naturais do Brasil: (Brasil, 9; Pará, 8; Baía, 3; Belém, 2; Alagoas, 3; Rio de Janeiro, 9; Ribeirão Preto, 1; Rio Preto, 1), tratando-se de descendentes de emigrantes de Fafe no Brasil.

Depois aparecem os naturais de terras e concelhos, cobrindo uma vasta área geográfica do norte de Portugal.

QUADRO 48  
Concelhos e terras de naturalidade dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)

Terres e concelhos	Total	Terres e concelhos	Total
Concelho de Fafe .....	6 997	Lisboa .....	2
Guimarães .....	69	São Pedro do Sul .....	2
Celorico de Basto .....	68	Vila do Conde .....	2
Brasil .....	36	Vila Real .....	2
Felgueiras .....	31	Lousada .....	2
Cabeceiras de Basto .....	14	Marco de Canavezes .....	2
Vieira do Minho .....	9	Coura .....	1
Póvoa de Lanhoso .....	7	Ilha do Faial .....	1
Mondim .....	5	Famalicão .....	1
Coimbra .....	5	Feira .....	1
Estarreja .....	5	Ilha Terceira .....	1
Póvoa de Lanhoso .....	5	Lousã .....	1
Barcelos .....	4	Madeira .....	1

Terras e concelhos	Total	Terras e concelhos	Total
Braga .....	4	Mangualde.....	1
Porto .....	4	Ponte Vedra.....	1
Celorico de Basto.....	3	Vila Nova de Gaia.....	1
Moção .....	3	Vila Pouca de Aguiar.....	1
Foz Côa .....	2	Vila Verde.....	1
Galiza .....	2	Figueira da Foz.....	1
Gondomar .....	2	—	—

#### 4.1.4 — Emigração e população concelhia

QUADRO 49

População das freguesias segundo os censos e emigrantes (1834-1926)  
naturais e/ou residentes em Fafe, nos anos 1864, 1878, 1890, 1900, 1911 e 1920

Freguesias	1864		1878		1890		1900		1911		1920	
	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.
Aboim .....	653	—	656	—	600	—	636	1	664	4	611	—
Agrela .....	290	—	289	1	288	1	318	—	318	2	290	—
Antime .....	519	—	553	—	584	1	627	4	749	2	734	—
Ardegão.....	—	1	265	—	284	—	266	1	—	4	—	—
Arnil .....	548	2	621	—	565	1	589	—	637	1	624	—
Arnozela.....	534	5	291	—	355	2	275	2	594	3	542	—
Cepães .....	648	6	813	—	731	1	794	5	858	1	857	—
Estorãos.....	741	2	805	1	673	2	838	3	938	4	936	—
Fafe.....	2 080	14	2 524	—	3 071	16	3 615	9	4 534	20	4 698	1
Fareja.....	376	—	438	—	355	—	419	—	457	6	424	—
Felgueiras.....	130	—	135	—	145	—	—	—	136	1	123	—
Fornelos.....	450	5	448	—	490	8	512	3	592	4	582	—
Freitas.....	584	2	580	—	597	3	688	1	752	4	793	—
Golães .....	746	1	850	4	938	2	973	4	1 163	6	1 091	—
Gontim .....	228	—	243	—	207	—	209	—	211	2	215	—
Medelo .....	269	1	325	—	331	2	384	1	438	3	413	—
Monte .....	735	2	756	4	840	2	835	3	844	1	922	—
Moreira de Rei.....	1 423	9	1 430	1	1 539	2	1 546	9	1 649	8	1 681	—
Passos .....	503	—	553	1	570	—	612	—	668	1	659	—
Pedraão.....	286	—	353	—	333	21	495	1	347	2	375	—
Queimada.....	1 063	4	1 047	4	1 078	3	1 131	3	1 107	8	1 141	—
Quinchães.....	1 120	9	1 204	2	1 174	12	1 294	6	1 437	4	1 407	—
Regadas.....	679	1	694	—	678	—	762	—	810	2	776	—
Revelhe.....	647	2	667	1	668	5	678	7	742	3	786	—
Ribeiros.....	547	—	528	1	573	2	595	1	599	1	661	—
Santa Cristina de Arões.....	339	—	391	—	348	—	403	—	442	1	461	—
São Clemente de Silveiras.....	278	1	325	—	363	—	379	2	382	2	408	—
São Gens.....	1 315	6	1 474	8	1 469	13	1 437	17	1 564	8	1 545	—
São Martinho de Silveiras.....	447	5	557	1	630	—	684	3	769	9	747	—
São Romão de Arões.....	764	1	849	—	871	4	894	10	898	10	882	—

Freguesias	1864		1878		1890		1900		1911		1920	
	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.	Hab.	Emig.
Seidões .....	351	—	442	—	402	4	464	—	461	1	426	—
Serafão.....	939	1	946	3	1 014	7	1 102	—	1 169	6	1 090	—
Travassós.....	1 011	2	1 066	1	1 219	9	1 268	—	1 330	7	1 343	—
Várzea Cova.....	683	5	691	2	700	2	777	1	833	1	850	—
Vila Cova.....	444	4	499	—	480	9	486	4	504	2	542	—
Vinhós.....	304	—	316	—	353	1	361	—	406	1	396	—
<b>Total.....</b>	<b>22 674</b>	<b>97</b>	<b>24 624</b>	<b>39</b>	<b>25 736</b>	<b>141</b>	<b>27 346</b>	<b>106</b>	<b>30 102</b>	<b>152</b>	<b>30 031</b>	<b>1</b>
Taxa bruta de emigração	—	4,7	—	2	—	5,5	—	3,9	—	5	—	0,003

No quadro anterior, onde se compara a população das freguesias do concelho com a emigração verificada nos respectivos anos conclui-se que em 1864, emigraram 97; em 1878, 39; em 1890, 141; em 1900, 106; em 1911, 152; em 1920, 1.

Comparativamente à população total do concelho, em 1864 emigraram, em cada mil habitantes, 5; em 1878, 2; em 1890, 6; em 1900, 4; em 1911, 5; em 1920, 0,003.

Por último concluímos que, em 1920, a percentagem é excepcionalmente reduzida, dado que neste ano estaríamos ainda dentro do período da limitação à emigração ocorrida durante a Primeira Grande Guerra.

Assim, contrariamente à ideia de uma grande emigração para o Brasil no século XIX e primeiras décadas do XX, verifica-se uma emigração anual reduzida comparando-a com o número de habitantes das respectivas freguesias.

QUADRO 50

Evolução das taxas de emigração local entre os anos 1834-1926

Anos	População	Emigrantes	Taxa bruta de emigração %
1864.....	22 674	107	4,7
1878.....	24 624	50	2
1890.....	25 660	141	5,5
1900.....	27 340	106	3,9
1911.....	30 102	152	5
1920.....	30 031	1	0,03

Considerando a população do concelho de Fafe segundo os dados dos censos e o total de saídas dos naturais do concelho incluindo os que emigraram do Porto



(nomeadamente no ano de 1864, para o qual possuímos o número dos que saíram de Fafe e do Porto), concluímos que houve uma grande irregularidade na emigração.

Ou seja, com taxa igual e superior a cinco emigrantes por mil habitantes nos anos 1890 e 1911; com 2 e 4,7, em 1878 e 1864; com 3,9 em 1900 e 0,03 em 1920.

A explicação para a reduzida taxa de emigração observada em 1920, encontrar-se-á no jornal *O Desforço* de 9-9-1920, onde se informavam os fafenses que no Brasil estão desempregados 2500 pescadores portugueses e que no Pará são maltratados pelos nativos, que os alcunham de galegos<sup>1</sup>. Em 23-6-1921, o mesmo jornal publica novo artigo sobre a crise económica que afecta o comércio, a indústria e a laboração manual, informando que os portugueses, principalmente os da classe operária, «pedem aflitivamente para serem transportados para a mãe-pátria», solicitando ao governo a proibição da emigração, especialmente da gente pobre<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *O Desforço*, Fafe, 9-9-1920.

<sup>2</sup> *Idem*, Fafe, 23-6-1921.

## CAPÍTULO 5

### 5 — MOBILIDADE E ESTRUTURAS SOCIAIS

#### 5.1 — Emigração individual e colectiva

QUADRO 51

Passaportes individuais e colectivos dos naturais e residentes em Fafe que emigraram entre 1834-1926

Passaportes colectivos					
Passageiros por passaporte	Número de passaportes	Total de passageiros	Total parcial	%	Total global
8	2	16	—	0,2	—
7	5	35	—	0,5	—
6	7	42	—	0,6	—
5	14	70	—	1,0	—
4	42	168	—	2,3	—
3	93	279	—	3,9	—
2	408	816	—	11,0	—
—	—	—	1 426	19,5	—
Passaportes individuais					
1	5 895	5 895	5 895	80,5	7 321

Para um total de 7321 passageiros, 1426 emigraram em grupo e 5895 requereram passaporte individual. Ou seja, 20 % dos passageiros emigraram com o mesmo passaporte, o qual serviu entre 2 e 8 emigrantes, e 80,5 % saíram com passaporte individual.

Se a grande maioria dos emigrantes requereu passaporte individual, 11 % dos naturais e/ou residentes saíram em grupos de dois, 4 % em grupos de três, 2 % em grupos de quatro e 1 % em grupos de cinco pessoas.

Do que se conclui que o passaporte servia predominantemente indivíduos singulares, em segundo lugar serviam indivíduos do mesmo grupo etário, em terceiro lugar os membros da mesma família (mulher, filhos, sobrinhos, enteados) e ainda as criadas, principalmente quando se tratava de reemigração.

### 5.1.1 — Emigração e reagrupamento familiar

Não é costume entre nós emigrarem famílias inteiras; são raras as que o fazem, e por conseguinte desembarcaram em 5 anos, só no porto do Rio de Janeiro 2117 crianças menores de 14 anos, quase todas entregues a si mesmas ou com uma pequena recomendação, é fenómeno digno de sério estudo, e que não pode deixar de impressionar profundamente <sup>1</sup>.

QUADRO 52

Idades dos que emigraram com passaportes colectivos

Idades	Total	Idades	Total	Idades	Total	Idades	Total	Idades	Total
1	25	16	14	31	29	46	11	61	2
2	23	17	14	32	25	47	12	62	0
3	26	18	11	33	33	48	12	63	2
4	21	19	15	34	27	49	11	64	1
5	17	20	20	35	32	50	8	65	1
6	24	21	21	36	14	51	8	66	0
7	23	22	29	37	19	52	5	67	0
8	34	23	28	38	20	53	10	68	0
9	39	24	18	39	34	54	7	69	0
10	55	25	22	40	27	55	5	70	0
11	73	26	22	41	13	56	4	71	0
12	60	27	30	42	20	57	3	72	1
13	73	28	24	43	13	58	3	73	0
14	21	29	24	44	14	59	1	74	0
15	17	30	33	45	15	60	2	75	0
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>Total</b>	<b>7</b>
%	41	%	25	%	26	%	8	%	0

<sup>1</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, p. 106.

QUADRO 53

Distribuição anual dos passageiros por passaporte dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926

Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
1834.....	11	1	-	-	-	-	-	-	1878.....	31	1	2	-	-	-	-	-
1835.....	1	1	-	-	-	-	-	-	1879.....	42	3	-	-	1	-	-	-
1836.....	8	1	-	-	-	-	-	-	1880.....	52	19	5	2	-	-	-	-
1837.....	9	1	-	-	-	-	-	-	1881.....	48	3	1	1	-	-	-	-
1838.....	-	2	-	-	-	-	-	-	1882.....	60	10	-	1	-	-	-	1
1839.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1883.....	103	13	2	-	-	-	-	-
1840.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1884.....	72	4	2	1	-	-	-	-
1841.....	3	1	-	-	-	-	-	-	1885.....	38	2	3	-	-	-	-	-
1842.....	1	-	-	-	-	-	-	-	1886.....	62	7	1	2	-	-	-	-
1843.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1887.....	82	6	4	-	-	-	-	-
1844.....	3	-	-	-	-	-	-	-	1888.....	144	6	2	2	1	-	-	-
1845.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1889.....	100	6	3	1	-	-	-	-
1846.....	1	-	-	-	-	-	-	-	1890.....	110	8	2	1	1	-	-	-
1847.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1891.....	145	16	4	-	-	-	-	-
1848.....	2	-	-	-	-	-	-	-	1892.....	50	4	2	1	-	-	-	-
1849.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1893.....	74	10	-	1	1	-	-	-
1850.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1894.....	79	6	3	2	1	1	-	-
1851.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1895.....	131	9	4	1	1	-	1	-
1852.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1896.....	134	11	2	3	1	-	-	-
1853.....	20	1	-	-	-	-	-	-	1897.....	76	5	4	1	1	1	-	-
1854.....	20	1	-	-	-	-	-	-	1898.....	122	5	4	1	2	-	-	-
1855.....	21	1	-	-	1	1	-	-	1899.....	79	6	2	2	-	-	-	-
1856.....	49	-	-	-	-	-	-	-	1900.....	99	2	1	-	-	-	-	-
1857.....	151	11	-	-	-	-	-	-	1901.....	60	5	1	1	-	1	-	-
1858.....	150	8	2	-	-	-	-	-	1902.....	80	3	1	-	-	-	-	-
1859.....	108	7	3	-	1	-	-	-	1903.....	83	2	-	1	-	-	1	-
1860.....	89	3	-	-	-	-	-	-	1904.....	130	8	1	2	1	-	1	-
1861.....	124	9	3	-	-	-	-	-	1905.....	109	5	1	1	-	-	1	-
1862.....	112	7	-	-	-	-	-	-	1906.....	115	7	2	-	-	-	-	-
1863.....	81	1	-	-	-	-	-	-	1907.....	199	12	2	3	-	-	-	-
1864.....	78	8	-	1	-	-	-	-	1908.....	130	7	1	1	-	1	-	-
1865.....	64	11	-	1	-	-	-	-	1909.....	89	4	-	-	-	-	-	-
1866.....	60	2	-	-	-	-	-	-	1910.....	89	10	-	-	-	-	-	-
1867.....	59	2	-	-	-	-	-	-	1911.....	139	5	1	-	-	-	-	-
1868.....	64	3	-	1	-	-	-	-	1912.....	150	10	3	2	-	-	-	-
1869.....	69	6	2	-	-	1	1	-	1913.....	150	7	-	-	1	1	-	-
1870.....	84	1	1	1	-	-	-	-	1914.....	83	7	5	1	-	-	-	-
1871.....	128	10	-	1	-	-	-	-	1915.....	18	1	1	-	-	-	-	-
1872.....	139	15	1	-	-	-	-	-	1916-21.....	0	0	0	0	0	0	0	0
1873.....	19	7	2	-	-	-	-	-	1922.....	42	1	1	1	-	-	-	-
1874.....	105	6	2	-	-	-	-	-	1923.....	143	2	-	-	-	-	-	-
1875.....	118	7	1	1	-	-	1	-	1924.....	129	3	-	-	-	-	-	-
1876.....	75	5	1	1	-	-	-	-	1925.....	12	2	1	-	-	-	-	-
1877.....	71	6	1	-	-	-	-	-	1926.....	5	1	-	-	-	-	-	-

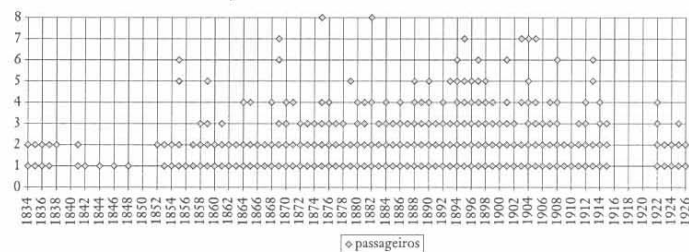
Como dissemos atrás, em 7321 emigrantes 5895 saíram com passaportes individuais e 1426 saíram com passaportes colectivos, o que corresponde a 20 % do total de emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926. Destes sabemos as idades de 1300, ou seja, identificámos as idades de 18 % dos que saíram em passaportes colectivos.

Pelo quadro anterior verificamos que 41 % tinham menos de 15 anos, 25 %, entre 15 e 30 anos, 26 %, entre 30 e 45 anos, 8 % entre 45 e 60 anos inclusive.

Assim, porque os passaportes colectivos correspondiam a 20 % do total e dentro destes 11 % serviam dois indivíduos sendo 41 % menores de 15 anos, conclui-se e confirma-se do forte predomínio dos grupos etários jovens na emigração e a reduzida emigração familiar.

GRÁFICO 20

Dispersão de passaportes e passageiros, entre 1834-1926, dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe



Pela leitura do gráfico se infere que a emissão de passaportes para um e dois passageiros se verifica ao longo de todo o período estudado. Entre 1869 e 1908, verifica-se a emissão para o caso de três e quatro passageiros. A emissão para cinco passageiros apenas se verifica entre 1888 e 1898. A partir de cinco até oito passageiros a distribuição é aleatória desde 1855 até 1914, notando-se, contudo, uma certa regularidade entre 1888 e 1898, no caso de cinco passageiros por passaporte.

## 5.2 — Emigração de contratados e não contratados (1834-1889)

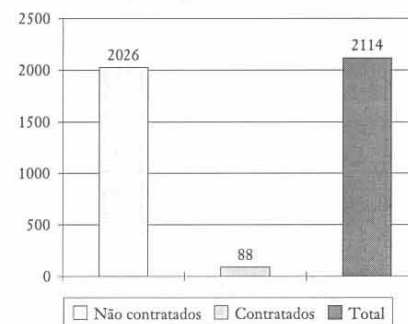
QUADRO 54

Contratados e não contratados, naturais e/ou residentes em Fafe, entre 1834 e 1889

Contratação	Parciais	%
Não contratados .....	2 026	96
Contratados .....	88	4
<b>Total global.....</b>	<b>2 114</b>	<b>100</b>

GRÁFICO 21

Contratados e não contratados, naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram (1834 e 1889)



Uma dos aspectos interessantes da emigração é verificar que a administração refere expressamente entre 1834 e 1889, que o emigrante era contratado ou não, sendo designados como engajados e não engajados. A partir de 1889 deixa de se fazer referência a essa situação.

Como se pode ver no quadro e gráfico anteriores, são referidos com sendo indivíduos «não engajados». Entre 1834 e 1889, não contratadas, eram 96 %, e 4 % como «engajados» ou contratados, no total de 2114.

Eram referidos nos passaportes, com muita frequência, o nome dos contratantes, a sua residência e que exerciam a actividade em Fafe: Joaquim José de

Araújo Machado, de Vila Verde; Pinto e Rocha, do Porto; António Pinto de Campos Brito, de Barcelos; Manuel de Oliveira, do Porto; José Joaquim da Silva Rosa, de Vila Verde; Joaquim Duarte de Matos, do Porto; José João Ribeiro.

Jorge Alves refere, para o caso dos clandestinos, que estes vêm do Porto e distritos circundantes, «havendo nestes anos de 60 uma clara preponderância do distrito de Braga (Vieira, Amares, e, sobretudo de Fafe) o que não admira, dado ser muito operativa uma rede de engajadores que tinha nestas zonas os seus principais agentes, conhecidos da opinião pública por levarem periodicamente rapazes para o Porto, com destino ao Brasil, e que, no seguimento das investigações do escândalo Monteiro 2.º vai ser desmantelada, pelo menos em parte.»<sup>2</sup>

Podemos concluir que a contratação legal não é significativa. Pelo contrário, a ilegal deveria ter sido elevada, dado o número dos que identificámos como emigrantes de retorno sem que tenhamos encontrado registos oficiais da sua saída.

### 5.3 — Filiação e emigração

Dado que tínhamos observado uma forte presença de indivíduos menores de 14 anos, procurámos saber se o tipo de filiação, ou seja, se a condição de nascimento influenciara a emigração.

QUADRO 55

Filiação dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926

Tipo de filiação	Total parcial	%
Não identificada .....	1 582	21,6
Expostos .....	105	1,4
Ilegítimos .....	642	8,8
Legítimos .....	4 992	68,2
<i>Total global</i> .....	<i>7 321</i>	<i>100</i>

Pelo quadro e gráfico junto, inferimos que 68 % dos emigrantes eram filhos legítimos, 9 % eram filhos de mães solteiras, e 1,4 % eram filhos de pais incógnitos, não sendo identificada a filiação de 22 %, pelo que inferimos não haver uma forte relação da filiação à emigração, ainda que não tenhamos dados que nos informem da legitimidade e da ilegitimidade no concelho.

<sup>2</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994, p. 157.

Os registos indicam com frequência, e no caso dos indivíduos filhos de pais incógnitos, o lugar onde foram expostos, onde foram baptizados, o nome da ama, a residência no momento da saída, para além do nome e da idade. Através destas informações ficamos a saber que eles eram naturais de Fafe, Braga, Guimarães, Felgueiras, Vale Passos, Celorico e Cabeceiras de Basto.

### 5.4 — Estatutos sócio-profissionais da migração

Do total de 3510 requerentes de passaporte interno, apenas sabemos as profissões ou ocupações de 202 ou seja, 6% dos migrantes, correspondendo a 32 profissões ou ocupações diferentes.

Para uma mais fácil leitura das mesmas, organizámo-las em quatro classes ou categorias. Dado que nem sempre uma ocupação corresponde a uma profissão, tornava-se discutível estruturar uma classificação porque, nas sociedades camponesas ou agrárias, os limites das ocupações não ligadas à terra são difíceis de demarcar, já que quase todas as ocupações rurais são exercidas complementarmente à agricultura e com quadros sociais distintos.

Encontramos cinco ocupações distintas ligadas à terra: proprietário-lavrador, lavrador-caseiro, trabalhador, jornaleiro e criado.

No contexto agrário, não basta fazer distinções entre proprietários, caseiros e jornaleiros, o que pressupõe conceitos de propriedade e não propriedade diferentes, bem como distintos processos de ligação individual e familiar à terra e, consequentemente, lugares sociais diferenciados.

Interessa-nos aqui ver como estas designações surgem ligadas de forma diferente, quer na quantidade migratória, quer quanto aos destinos.

Por outro lado, e dado que o trabalho agrícola no Minho corresponde a dois ciclos com ocupação intensiva de toda a comunidade e das famílias principalmente nos períodos de Maio (nas sementeiras) e em Setembro (nas colheitas), toda a força de trabalho da comunidade é utilizada. Porém, findos estes períodos, muitos dos trabalhadores ficam disponíveis para o exercício de outras actividades ou para a migração, a qual, como dissemos, decorre depois daquele período.

Tendo em consideração o exposto, achamos oportuno classificá-las e analisá-las por sectores de actividade, mesmo sendo reduzida a amostra e discutível qualquer classificação.

No grupo sócio-profissional 1, incluem-se os que tinham actividade ligada à agricultura, lavradores-caseiros, jornaleiros e os trabalhadores, ou seja, todos aqueles cuja sobrevivência dependia exclusivamente do seu trabalho e cuja ocupação poderia ser em múltiplos serviços, normalmente na agricultura, mas nunca com carácter de especialização ou dedicação exclusiva.

No grupo sócio-profissional 2, os que tinham uma profissão ligada à produção artesanal.

No grupo sócio-profissional 3, incluímos as profissões que exigiam instrução, as que estavam ligadas à administração pública, os artistas (aqueles que se

QUADRO 56  
Profissões dos naturais e residentes que migraram entre 1834-1862,  
por grupos sócio-profissionais

Grupo sócio-profissional 1	Quantidade	%	Grupo sócio-profissional 2	Quantidade	%	Grupo sócio-profissional 3	Quantidade	%
Agro-pecuária:			Ofícios: .....			Serviços e independentes:		
Trabalhador .....	62	30,8	Alfaiate .....	5	2,5	Clérigo .....	10	5,0
Jornaleiro .....	25	12,4	Tamanqueiro .....	3	1,5	Acadêmico .....	4	2,0
Criado .....	15	7,5	Caldeireiro .....	2	1,0	Barbeiro .....	4	2,0
Lavrador-caseiro .....	7	3,5	Pedreiro .....	2	1,0	Deputado da nação ..	3	1,5
Proprietário-lavrador	6	3,0	Vedor .....	2	1,0	Administrador .....	2	1,0
			Carvoeiro .....	1	1,0	Bacharel .....	2	1,0
			Confeiteiro .....	1	1,0	Escrivão .....	2	1,0
			Obreiro .....	1	1,0	Artista .....	2	1,0
			Sapateiro .....	1	1,0	Desembargador .....	1	0,5
			Serralheiro .....	1	1,0	Soldado .....	1	0,5
						Comércio:		
						Almocreve .....	21	10,5
						Tendeiro .....	7	3,5
						Negociante .....	4	2,0
						Estalajadeiro .....	1	0,5
						Quinquilheiro .....	1	0,5
						Vendedor ambulante ..	1	0,5
						Boticário .....	1	0,5
<b>Total .....</b>	<b>115</b>	<b>57</b>	<b>Total .....</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>Total .....</b>	<b>68</b>	<b>34</b>

dedicavam ao espectáculo), os académicos, os religiosos e os que tinham uma profissão ligada ao comércio, transporte e produção artesanal.

Ocupavam os primeiros lugares na mobilidade interna as profissões ligadas à agro-pecuária, com um total de 115 indivíduos, de onde se destacam os trabalhadores, jornaleiros e os criados. Em segundo lugar, situavam-se as profissões ligadas ao comércio e serviços, com um total de 68 saídas. Por último, situavam-se as profissões ligadas aos ofícios, como aqueles onde se verificava menor mobilidade espacial.

Dos dados concluiu-se que 57% dos migrantes integram o sector dos que possuem vínculos à terra, 34% ligados ao sector do comércio e serviços e 19% ligados aos ofícios.

Se existem profissões ou ocupações que manifestam maior disponibilidade ou apetência para migrar, o que tem significações socialmente diferenciadoras, quer no quadro das desigualdades económicas, quer na escala dos lugares sociais e simbólicas individuais e familiares, podemos concluir que a migração regional constitui um atributo dos que se encontram numa posição social frágil e economicamente desfavorecida.

Migrar é, em primeiro lugar, uma atitude masculina a quem se exige juventude e algum vigor físico, independentemente do seu estado civil. E, além disso, os que se encontram numa posição que com o seu abandono temporário da terra de origem, não perturbe a continuidade da posição social do grupo familiar de origem, dado que, sob o ponto de vista económico, se lhes pede um esforço acrescido de encontrar em qualquer actividade ou local o complemento de sobrevivência familiar.

Por outro lado, outros há que requereram guia de trânsito ou passaporte, sem que a sua intenção fosse obter rendimentos. São assim referidas saídas de carácter «turístico» ou «sanitário», como a «ida a banhos» e outras que, pelo destino e pela profissão dos saídos, correspondiam ao exercício de função de carácter político e administrativo.

### 5.5 — Profissões por destinos migratórios

QUADRO 57  
Profissões e destinos dos naturais e/ou residentes em Fafe,  
que migraram entre 1834-1862

Região	Profissão	Parcial
Norte .....	Almocreve .....	14
	Criado .....	4
	Padre .....	4
	Lavrador .....	3
	Proprietário .....	3
	Alfaiate .....	2
	Bacharel .....	2
	Barbeiro .....	2
	Jornaleiro .....	2
	Tendeiro .....	2
	Artista .....	1
	Obreiro .....	1
	Tamanqueiro .....	1
	Vedor .....	1
	<b>Total .....</b>	<b>42</b>
Centro .....	Acadêmico .....	4
	Alfaiate .....	1
	Barbeiro .....	1
	Escrivão de direito .....	1
	Estalajadeiro .....	1
	Lavrador-caseiro .....	1
	Soldado .....	1
	Tamanqueiro .....	1
<b>Total .....</b>	<b>10</b>	

Região	Profissão	Parcial
Sul .....	Trabalhador .....	59
	Jornaleiro .....	22
	Criado .....	9
	Lavrador-caseiro .....	3
	Pedreiro .....	2
	Alfaiate .....	2
	Tamanqueiro .....	1
	Negociante .....	1
	Carvoeiro .....	1
	<i>Total</i> .....	<i>100</i>
Diferentes terras .....	Tendeiro .....	5
	Caldeireiro .....	2
	Artista .....	1
	Negociante .....	1
	Quinilheiro .....	1
	Trabalhador .....	1
	Vendedor ambulante .....	1
	<i>Total</i> .....	<i>12</i>
Lisboa .....	Clérigos .....	4
	Almocreve .....	3
	Proprietário .....	3
	Administrador do concelho .....	2
	Deputado da nação .....	2
	Negociante .....	2
	Barbeiro .....	1
	Boticário .....	1
	Confeiteiro .....	1
	Escrivão do público .....	1
	Sapateiro .....	1
		<i>Total</i> .....
Porto .....	Almocreve .....	4
	Padre .....	2
	Trabalhador .....	1
	Serralheiro .....	1
	Desembargador .....	1
	<i>Total</i> .....	<i>10</i>

O destino ou itinerário migratório, constitui em si um indicador do lugar social daquele que se desloca de um lugar para outro, podendo, através do conhecimento do destino final, inferir-se da sua posição económica e social.

Da leitura do quadro anterior fica claro, mesmo com uma amostra tão pouco significativa, que no que se refere aos destinos, os trabalhadores, jornaleiros, criados e artesãos têm como destino o sul do país (Alentejo e Ribatejo), mais particularmente as terras e vilas ribeirinhas do rio Tejo.

Os proprietários vão à Póvoa, referindo-se expressamente nos registos que vão a banhos e os letrados, funcionários públicos e religiosos têm como destinos preferenciais Lisboa, Porto e Coimbra.

Se excluirmos os destinos dos proprietários, dos religiosos e funcionários públicos, dado que a finalidade da saída não é obter rendimentos no exercício de qualquer actividade e num determinado local, ficamos com aqueles que são «forçados» a ausentar-se temporariamente do lugar de residência e naturalidade.

Inserem-se neste grupo aqueles que têm profissões ou ocupações às quais corresponde uma maior dependência económica, quer pela não posse de propriedade agrícola (lavradores-caseiros, jornaleiros, trabalhadores, criados) ou actividade artesanal permanente ou sazonal que ofereça rendimentos que garantam a sobrevivência económica das famílias.

Pesa na decisão de saída a construção de obrigações voluntariamente assumidas e esperadas, tais como o casamento, quando o migrante é solteiro; o casamento de filho/a; o pagamento de dívidas e encargos, nomeadamente no caso dos lavradores-caseiros com prestações ou rendas fixas decorrentes dos maus anos agrícolas; a morte de boi ou vaca (quando pertença do senhorio); o pagamento de promessas a santos.

Recolhemos testemunhos informando-nos que, já na década de 50 e 60 do século XX, os caseiros que emigravam, recorriam a peditórios feitos de porta em porta para recolher fundos, por forma a indemnizar o arrendatário da morte de animal grande.

Encontram-se nestes casos: trabalhadores, jornaleiros, criados e lavradores-caseiros, repetindo uns anualmente o processo de saída nos meses de Maio e principalmente em meados de Setembro, Outubro, Novembro e, às vezes, em Dezembro, durante vários anos e outros, por serem ocasionais, respondiam a circunstâncias de urgência.

#### 5.6 — Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe

Encontramos aqui 73 profissões ou ocupações distintas, ou seja o dobro das que encontramos para os migrantes, o que se explica pelo facto de as primeiras corresponderem ao período de 1834-1862 e estas se referirem a 1834-1926. Por outro lado a amostra das profissões dos que migraram para destinos regionais era apenas de 5,7 % e a dos emigrantes era de 40 %.

Do quadro anterior infere-se que em 7321 emigrantes é conhecida a profissão de 2949, ou seja, a amostra das profissões corresponde a 40,3 % do total dos saídos, estando cada uma delas representada em termos percentuais em 21 %, agricultores; 19 %, proprietários; 11 %, jornaleiros; 7,6 %, capitalistas; 5,9 %, la-

QUADRO 58

Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

Profissões	Total	%	Profissões	Total	%
Agricultor .....	619	20,9	Calceteiro .....	2	0,1
Proprietário .....	564	19,1	Cantoneiro .....	2	0,1
Jornaleiro .....	330	11,1	Chapeleiro .....	2	0,1
Capitalista .....	226	7,6	Chauffeur .....	2	0,1
Lavrador .....	174	5,9	Cocheiro .....	2	0,1
Pedreiro .....	135	4,6	Criveiro .....	2	0,1
Carpinteiro .....	121	4,1	Electricista .....	2	0,1
Negociante .....	103	3,4	Engomadeira .....	2	0,1
Empregado comercial .....	73	2,4	Louceiro .....	2	0,1
Serviçal .....	69	2,3	Marítimo .....	2	0,1
Trabalhador .....	67	2,3	Músico .....	2	0,1
Alfaiate .....	57	1,9	Professor .....	2	0,1
Estudante .....	49	1,7	Tecelão .....	2	0,1
Caixeiro .....	45	1,5	Tipógrafo .....	2	0,1
Doméstica .....	32	1,0	Advogado .....	1	0,1
Costureira .....	31	1,0	Armador .....	1	0,1
Barbeiro .....	28	0,9	Bacharel .....	1	0,1
Sapateiro .....	24	0,8	Caldeireiro .....	1	0,1
Operário .....	19	0,6	Carregador .....	1	0,1
Caíador .....	17	0,5	Escriturário .....	1	0,1
Criado .....	14	0,5	Familiar .....	1	0,1
Vendeiro .....	13	0,4	Farmacêutico .....	1	0,1
Escrevente .....	12	0,4	Fogueiro .....	1	0,1
Comerciante .....	12	0,4	Fogueteiro .....	1	0,1
Serralheiro .....	11	0,3	Hortelão .....	1	0,1
Tamanqueiro .....	10	0,3	Latoeiro .....	1	0,1
Ferreiro .....	7	0,2	Leiteiro .....	1	0,1
Padeiro .....	5	0,1	Mineiro .....	1	0,1
Artista .....	4	0,1	Modista .....	1	0,1
Funileiro .....	4	0,1	Penteceiro .....	1	0,1
Padre .....	4	0,1	Sardineiro .....	1	0,1
Serrador .....	4	0,1	Seleiro .....	1	0,1
Tecedeira .....	4	0,1	Taberneiro .....	1	0,1
Cortador de carnes .....	3	0,1	Vendedor ambulante .....	1	0,1
Marceneiro .....	3	0,1	Vendilhão .....	1	0,1
Moleiro .....	3	0,1	Zelador municipal .....	1	0,1
Trolha .....	3	0,1	—	—	—
<b>Total</b> .....	<b>2 899</b>	—	<b>Total</b> .....	<b>50</b>	—

*Total global: 2949*

vradores; 4,6 %, pedreiros; 4 %, carpinteiros; 3,4 %, negociantes; 2,4 %, empregados comerciais; 2,3 %, serviçais; 2,3 % trabalhadores, estando as restantes profissões representadas em percentagem inferior a 2 %.

## 5.6.1 — Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

No sentido do aprofundamento das conclusões perspectivadas para o conhecimento dos emigrantes e da emigração, agrupámos as profissões/ocupações dos emigrantes tendo em conta critérios de afinidade ocupacional e social e organizadas por ordem decrescente: agricultura, todos os que tinham vínculos directos ou indirectos à terra; trabalhadores dependentes, os que trabalhavam por conta de outrem vivendo ou não na casa do contratante; construção civil; independentes, os que tinham um estatuto social ou profissional indicador de uma existência feita através de rendimentos ou não produtiva; comércio, todos os que estavam ligados a esta actividade, independentemente de o fazerem na condição de dependentes ou independentes, ou seja, por conta própria ou na dependência de outrem; calçado, têxteis e confecção; serviços; alimentar; indústrias metálicas.

QUADRO 59

Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

Profissões/ocupações	Total parcial
<b>Agricultura:</b>	
Agricultor .....	619
Lavrador .....	174
Proprietário .....	564
<b>Total</b> .....	<b>1 357</b>
<b>Trabalhadores dependentes:</b>	
Jornaleiro .....	330
Serviçal .....	69
Trabalhador .....	67
Doméstica .....	32
Criado .....	14
Engomadeira .....	2
Hortelão .....	1
<b>Total</b> .....	<b>515</b>
<b>Construção civil:</b>	
Pedreiro .....	135
Carpinteiro .....	121
Caíador .....	17
Serralheiro .....	11
Serrador .....	4
Marceneiro .....	3

Profissões/ocupações	Total parcial
Trolha .....	3
Calceteiro .....	2
Cantoneiro .....	2
Electricista .....	2
<b>Total .....</b>	<b>300</b>
Independentes:	
Capitalista .....	226
Estudantes .....	49
Padre .....	4
Artista .....	4
Advogado .....	1
Familiar .....	1
Bacharel .....	1
<b>Total .....</b>	<b>286</b>
Comércio:	
Negociante .....	103
Empregado comercial .....	73
Caixeiro .....	45
Vendeiro .....	13
Comerciante .....	12
Louceiro .....	2
Leiteiro .....	2
Farmacêutico .....	1
Vendedor ambulante .....	1
Taberneiro .....	1
Vendilhão .....	1
Sardineiro .....	1
<b>Total .....</b>	<b>255</b>
Calçado, têxteis e confecção:	
Alfaiate .....	57
Costureira .....	31
Sapateiro .....	24
Operário .....	19
Tamanqueiro .....	10
Tecedeira .....	4
Chapeleiro .....	2
Tecelão .....	2
Fogueiro .....	1
Modista .....	1
<b>Total .....</b>	<b>151</b>

Profissões/ocupações	Total parcial
Serviços:	
Barbeiro .....	28
Escrevente .....	12
Chauffeur .....	2
Cocheiro .....	2
Marítimo .....	2
Músico .....	2
Tipógrafo .....	2
Professor .....	2
Armador .....	1
Carregador .....	1
Escriturário .....	1
Zelador municipal .....	1
<b>Total .....</b>	<b>56</b>
Alimentar — Panificação e carnes:	
Padeiro .....	5
Moleiros .....	3
Cortador de carnes .....	1
<b>Total .....</b>	<b>9</b>
Indústrias metálicas:	
Funileiro .....	4
Caldeireiro .....	1
Ferreiro .....	7
Latoeiro .....	1
<b>Total .....</b>	<b>13</b>
Outras:	
Criveiro .....	2
Seleiro .....	2
Pentecreiro .....	1
Mineiro .....	2
Fogueteiro .....	1
<b>Total .....</b>	<b>7</b>

No quadro anterior agrupámos as profissões/ocupações dos emigrantes ordenadas por ordem decrescente: 1357 com vínculos directos ou indirectos à terra; 515 trabalhadores dependentes; 300 trabalhadores da construção civil; 286 independentes; 255 de comércio e serviços; 151 trabalhadores na fabricação de calçado, têxteis e confecção; 56 nos serviços; 9 no sector alimentar da panificação e carnes; 13 trabalhadores das indústrias metálicas.



Podemos concluir, dos dados apresentados nos quadros anteriores, que a emigração estava fortemente representada pelos que tinham ocupações e vínculos à terra. Porém, se perspectivarmos a análise do estatuto social, os grupos melhor posicionados socialmente são os que mais emigram: proprietários, lavradores, capitalistas, negociantes, empregados comerciais, caixeiros, vendeiros, comerciantes, estudantes.

### 5.7 — Profissões da emigração por sector de actividade

Seguindo os mesmos critérios utilizados para as profissões/ocupações da população migrante, e como dissemos, nem sempre uma ocupação corresponde a uma profissão, quando tratamos de analisar as sociedades camponesas ou agrárias.

Os limites das ocupações ligadas à terra, são difíceis de definir, dado que existem expressões, como a de proprietário, onde não é claro se vive dos rendimentos de uma propriedade agrícola, ou se explora terras próprias e, ainda, se além de trabalhar terras próprias tem outras arrendadas. Por outro lado, e no que se refere a ocupações artesanais ou «ofícios» estes nem sempre correspondem ao exercício a tempo inteiro da actividade, sendo muitas das vezes complementares da actividade agrícola.

No que se refere aos «ofícios», estes sendo de carácter artesanal, são, ao mesmo tempo, de carácter comercial, dado que, os mesmos exercem a venda dos seus próprios produtos, não raras vezes exercidas em simultâneo com a ocupação agrícola.

Partindo dos mesmos critérios utilizados para o grupo dos migrantes, organizámos as profissões em classes ou sectores.

Na classe 1 os que tinham actividade ligada à agricultura como proprietários, lavradores, agricultores, caseiros e jornaleiros e os que, não tendo profissão definida são designados por trabalhadores, ou seja, todos aqueles cuja sobrevivência dependia exclusivamente do seu trabalho e cuja ocupação poderia exercer-se em múltiplos serviços, normalmente na agricultura, mas nunca com carácter de especialização ou dedicação exclusiva.

Na classe 2, os que tinham uma profissão/ocupação ligada à construção civil, vestuário, metalurgia, alimentação etc.

Na classe 3, seguindo, também aqui, os critérios de Jorge Alves [1994:198], agrupámos neste sector «as profissões ligadas ao comércio, transporte, ensino, artes e serviços intelectuais» e os que tinham uma ocupação ligada ao comércio, os que estavam ligados a actividades de transformação artesanal, ainda que podendo ser vendedores dos seus próprios produtos, bem como as que exigiam instrução. Nele incluímos ainda os que estavam ligados à administração pública, saúde, os artistas (aqueles que se dedicavam ao espectáculo) e os que se dedicavam à vida religiosa. Na classe dos serviços, e por forma a distinguir aqueles que prestavam serviços por conta de outrem, tal como os criados e serviçais dos que os exerciam por sua conta, definimos duas subclasses.

Na classe 4, e por último, criámos um quarto grupo para agrupar os não activos, tais como os capitalistas que viviam de rendimentos ou, os que, trabalhando, poderiam não o fazer, vivendo deles. Muitos deles integrando processos de reemigração, atribuíam a si próprios essa designação (ou a sociedade e funcionário da administração a registava como tal). Incluímos aqui, ainda, os estudantes e os que eram designados por familiares).

QUADRO 60  
Profissões dos naturais e/ou residentes em Fafe por sector de actividade e que emigraram entre 1834-1926

Sector/classe	Actividades	Total parcial	% parcial
1 — Primário .....	1.1 — Agro-pecuária .....	1 756	56,6
	1.2 — Minas .....	1	0,0
	<b>Total</b> .....	<b>1 757</b>	<b>56,6</b>
2 — Secundário .....	2.1 — Construção civil .....	438	14,1
	2.2 — Vestuário/têxteis/calçado .....	153	4,9
	2.3 — Metalurgia .....	24	0,7
	2.4 — Madeira .....	2	0,0
	2.5 — Alimentação/panificação .....	11	0,3
	2.6 — Tipografia .....	2	0,0
	2.7 — Olaria .....	2	0,0
	2.8 — Electricidade .....	2	0,0
	2.9 — Pirotecnia .....	1	0,0
	<b>Total</b> .....	<b>636</b>	<b>20,5</b>
3 — Terciário .....	3.1 — Comércio .....	250	8,0
	3.2 — Transportes .....	9	0,3
	3.3 — Saúde e Higiene .....	1	0,0
	3.4 — Artes .....	6	0,2
	3.5 — Ensino .....	2	0,0
	3.6 — Serviços (trabalho dependentes) .....	116	3,7
	3.7 — Serviços (trabalho independente) .....	30	1,0
	3.8 — Serviços públicos .....	14	0,5
	3.9 — Religiosos .....	4	0,1
	<b>Total</b> .....	<b>432</b>	<b>13,9</b>
4 — Outro .....	4.1 — Não activos (capitalistas, estudantes, familiares) .....	276	—
	<b>Total</b> .....	<b>276</b>	<b>8,9</b>
	<b>Total global</b> .....	<b>3 101</b>	<b>100</b>
	Profissão/ocupação não identificada .....	4 220	—

Analisando as profissões dos emigrantes por sector de actividade e segundo a nossa classificação, concluímos que 56,6% tinham ocupações no sector primário, 20,5% no sector secundário; 14% no sector terciário e num quarto sector (não activos), 8,9%. Considerando que os dados cobrem cerca de cem anos e ainda subjectividade dos critérios por nós utilizados, verificamos que a população emigrante com profissões ou ocupações ligadas à terra ou que com ela mantém fortes vínculos, corresponde ao triplo das que referimos para o sector secundário e cerca de cinco vezes superior à ocupada no sector terciário.

5.8 — A profissão dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, ao longo de três décadas

QUADRO 61

Profissões mais representadas nos anos de 1887, 1897 e 1907

Profissões em 1887	Total	Profissões em 1897	Total	Profissões em 1907	Total
Proprietário .....	22	Capitalista .....	12	Proprietário .....	33
Agricultor .....	21	Proprietário .....	11	Capitalista .....	15
Estudante .....	12	Trabalhador .....	9	Empregado comercial .....	13
Capitalista .....	11	Lavrador .....	7	Lavrador .....	13
Jornaleiro .....	9	Jornaleiro .....	6	Agricultor .....	11
Pedreiro .....	3	Alfaiate .....	3	Trabalhador .....	8
Alfaiate .....	2	Agricultor .....	2	Carpinteiro .....	7
Cantoneiro .....	2	Barbeiro .....	2	Negociante .....	5
Costureira .....	2	Carpinteiro .....	2	Barbeiro .....	4
Negociante .....	2	Costureira .....	2	Jornaleiro .....	4
Sapateiro .....	2	Serviçal .....	2	Alfaiate .....	3
Serviçal .....	2	Doméstica .....	1	Sapateiro .....	3
Vendeiro .....	2	Negociante .....	1	Serviçal .....	3
Caixeiro .....	1			Funileiro .....	2
Caldeiro .....	1			Pedreiro .....	2
Carpinteiro .....	1			Caixeiro .....	1
Comerciante .....	1			Criado .....	1
Ferreiro .....	1			Doméstica .....	1
Lavrador .....	1			Estudante .....	1
Louceiro .....	1			Operário .....	1
Padeiro .....	1			Professor .....	1
Seleiro .....	1				
Tecedeira .....	1				
<b>Total .....</b>	<b>102</b>	<b>Total .....</b>	<b>60</b>	<b>Total .....</b>	<b>132</b>

Do quadro anterior concluímos que na emigração local predominaram, em 1887, os proprietários, agricultores e estudantes; em 1897, os capitalistas, proprietários e trabalhadores; em 1907, os proprietários, capitalistas e empregados comerciais.

Podemos concluir que os proprietários e os capitalistas ocuparam um lugar de relevo na emigração e que os agricultores que ocupavam inicialmente um lugar importante foram substituídos nesse lugar pelos empregados comerciais três décadas depois, ainda que os ocupados em trabalhos ligados à terra mantenham um lugar importante ao longo das três referidas décadas.

5.9 — Profissão dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto

QUADRO 62

Profissões dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885

Profissões	Total	%
Negociante .....	60	27,1
Alfaiate .....	29	13,1
Lavrador .....	21	9,5
Carpinteiro .....	20	9,0
Trabalhador .....	15	6,8
Caixeiro .....	10	4,5
Ferreiro .....	10	4,5
Sapateiro .....	10	4,5
Pedreiro .....	9	4,1
Barbeiro .....	3	1,4
Chapeleiro .....	3	1,4
Marceneiro .....	3	1,4
Tamanqueiro .....	3	1,4
Comerciante .....	2	0,9
Correio .....	2	0,9
Meretriz .....	2	0,9
Proprietário .....	2	0,9
Serralheiro .....	2	0,9
Criado de servir .....	2	0,9
Barbeiro .....	1	0,5
Capitalista .....	1	0,5
Confeiteiro .....	1	0,5
Encadernador .....	1	0,5
Fabricante .....	1	0,5
Farmacêutico .....	1	0,5
Guarda-livros .....	1	0,5
Livreiro .....	1	0,5
Mestre-escola .....	1	0,5
Ourives .....	1	0,5
Pregoeiro .....	1	0,5
Professor de latim .....	1	0,5
Servente .....	1	0,5
Trabalhador .....	1	0,5
<b>Total .....</b>	<b>221</b>	<b>100</b>
Profissão desconhecida .....	1 159	-

Conforme o quadro anterior, em 1380 passaportes emitidos aos naturais do concelho de Fafe e que nós, por critério, temos vindo a considerar como residentes no Porto, dado que foram aí requeridos os respectivos passaportes, apenas é conhecida a profissão ou ocupação de 221 emigrantes, o que corresponde a 16%, sendo desconhecida a profissão de 84%.

No entanto, e tendo como amostra as profissões indicadas, verificamos que a profissão mais representada era a de negociante com 27% do total das profissões declaradas, seguindo-se a de alfaiate com 13%, depois a de lavrador com 9,5% e a de carpinteiro com 9%.

Somando as profissões ligadas à actividade comercial: negociante, caixeiro e comerciante, a percentagem de 27% sobe para 32,5%.

Estes dados mostram-nos que comparando as profissões dos que saíam da cidade do Porto com a dos que saíam de Fafe, os primeiros pertenciam predominantemente ao sector terciário e os segundos tinham profissões no sector primário.

#### 5.10 — Análise comparativa das profissões da migração e da emigração e segundo diferentes destinos.

QUADRO 63  
Profissões dos migrantes e emigrantes

Destino interno dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)	Total		Destino externo dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)	Total		Destino externo dos naturais e residentes no Porto (1836-1885)	Total	
	Total	%		Total	%		Total	%
Trabalhador .....	62	30,8	Agricultor .....	619	20,9	Negociante .....	60	27,1
Jornaleiro .....	25	12,4	Proprietário .....	564	19,1	Alfaiate .....	29	13,1
Almocreve .....	21	10,4	Jornaleiro .....	330	11,1	Lavrador .....	21	9,5
Criado .....	15	7,5	Capitalista .....	226	7,6	Carpinteiro .....	20	9,0
Clérigo .....	10	5,0	Lavrador .....	174	5,9	Trabalhador .....	15	6,8
Lavrador-caseiro .....	7	3,5	Pedreiro .....	135	4,6	Caixeiro .....	10	4,5
Tendeiro .....	7	3,5	Carpinteiro .....	121	4,1	Ferreiro .....	10	4,5
Proprietário-lavrador .....	6	3,0	Negociante .....	103	3,4	Sapateiro .....	10	4,5
Alfaiate .....	5	2,5	Empregado-comercial .....	73	2,4	Pedreiro .....	9	4,1
Negociante .....	4	2,0	Serviçal .....	69	2,3	Barbeiro .....	3	1,4
Académico .....	4	2,0	Trabalhador .....	67	2,3	Chapeleiro .....	3	1,4
Barbeiro .....	4	2,0	Alfaiate .....	57	1,9	Marceneiro .....	3	1,4
Tamanqueiro .....	3	1,5	Estudante .....	49	1,7	Tamanqueiro .....	3	1,4
Deputado da nação .....	3	1,5	Caixeiro .....	45	1,5	Comerciante .....	2	1,0
Caldeireiro .....	2	1,0	Doméstica .....	32	1,0	Correio .....	2	1,0
Pedreiro .....	2	1,0	Costureira .....	31	1,0			
Vedor .....	2	1,0	Barbeiro .....	28	-			
Administrador .....	2	1,0	Sapateiro .....	24	-			
Bacharel .....	2	1,0	Operário .....	19	-			
Escrivão .....	2	1,0	Caiador .....	17	-			
Artista .....	2	1,0	Criado .....	14	-			

Finalmente, no quadro anterior, comparámos as profissões tendo em conta três situações distintas: os migrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe os emigrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, e os emigrantes naturais de Fafe, mas que residiam no Porto (critério que estabelecemos para designar os que requereram passaporte no Governo Civil do Porto). Tivemos ainda em conta que a amostra é diferente, quer em termos cronológicos, quer em valores absolutos.

Assim verificamos que:

- 1.º Os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, que migraram para destinos internos com a profissão/ocupação de trabalhadores e jornalheiros, ocupam o primeiro e segundo lugar, respectivamente, com 30,8 % e 12,4 %, na migração;
- 2.º Dos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe que emigraram para destinos externos ou intercontinentais, 21 % eram agricultores e 19 % eram proprietários, surgindo em terceiro lugar os jornalheiros com 11 %;
- 3.º Dos naturais de Fafe mas residentes no Porto que emigraram para destinos externos ou intercontinentais, 27 % eram negociantes, 13 % alfaiates, 9,5 % lavradores e 9 % carpinteiros.

Como conclusão final geral verificamos que:

- a) A migração correspondia a estratos sociais de fracos recursos e a indivíduos com fracos laços de ligação à terra, ou cujos laços de ligação não constituíam vínculos de propriedade. Estes encontravam-se disponíveis na aldeia em tempo de menor actividade agrária, ou seja, durante os meses de Inverno, com fraca oferta de trabalho para a mão-de-obra disponível;
- b) Na emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe que requeriam passaporte na administração do concelho predominavam, com 46%, as profissões ou ocupações com fortes vínculos à terra (proprietários, agricultores e lavradores), num total de 1357, estando representados os proprietários com 42 %; Tendo como referência a estrutura sócio-económica de 1881-1882, em que 17 % da população activa eram proprietários eleitores e elegíveis, a este grupo profissional/ocupacional correspondia um total de 19 % de emigrantes, do que se infere da forte incidência emigratória neste grupo profissional;
- c) A emigração dos naturais de Fafe que requereram passaporte no Porto, era constituída predominantemente por indivíduos ligados ao comércio com 33 % (negociantes, comerciantes e caixeiros), e aos officios.

## CAPÍTULO 6

### 6 — ITINERÁRIOS DA MIGRAÇÃO E DA EMIGRAÇÃO

#### 6.1 — Destinos da migração

QUADRO 64

Destinos dos migrantes entre 1834 e 1862

Regiões	Destinos	Totais parciais	%
Norte .....	Porto .....	204	6,0
	Trás-os-Montes .....	57	2,0
	Minho .....	17	0,5
	Braga .....	13	0,4
	Basto .....	7	0,2
	Póvoa de Varzim .....	6	0,0
	Viana .....	6	0,0
	Penafiel .....	4	0,0
	<i>Total</i> .....	<b>314</b>	<b>9,1</b>
Centro .....	Coimbra .....	45	1,3
	Aveiro .....	14	0,4
	Viseu .....	5	0,1
	<i>Total</i> .....	<b>64</b>	<b>1,8</b>
Sul .....	Alentejo .....	1 655	47,2
	Chamusca-Carvoarias .....	526	15,0
	Mora .....	398	11,3
	Lisboa .....	152	4,3
	Coruche .....	140	4,0
	Montemor .....	39	1,1
	Ribatejo .....	21	1,0
	Évora .....	12	0,0
	Alenquer .....	2	0,0
	<i>Total</i> .....	<b>2 945</b>	<b>83,9</b>

Regiões	Destinos	Totais parciais	%
Outras .....	Destino não identificado .....	134	3,8
	Transitar pelas feiras do reino .....	38	1,1
	Outros destinos .....	13	0,4
	Galiza .....	2	0,0
	<b>Total .....</b>	<b>187</b>	<b>5,3</b>
	<b>Total global .....</b>	<b>3 510</b>	<b>100</b>

Do quadro se conclui que em 3510 registos dos indivíduos que requereram guias de trânsito interno, 3323 indicavam um destino específico e, em 187 guias, o destino não era identificado ou era geograficamente indefinido.

Analisando os destinos sob o ponto de vista das regiões preferidas para a migração interna, verifica-se que 84% preferia a região sul do país, 9% preferiam o norte e apenas 2% preferiam destinos do centro do país.

Como destinos específicos predominantes destacam-se o Alentejo, com 47% (especificação genérica de um destino para o sul do país); a Chamusca (carvoarias), com 15% (como destino para o exercício de uma actividade); Mora, com 11,5%; a cidade do Porto, com 6%; Lisboa, com 4% e Coruche, com 4%, conforme o quadro anterior.

As saídas davam-se nos finais das colheitas realizadas no Minho, isto é, durante o mês de Setembro, Outubro e Novembro. Neste contexto estabelecem-se relações de interdependências e equilíbrios entre espaços geopopulacionais precários, em certas alturas do ano, que necessitam da complementaridade sazonal.

Fazem-se acompanhar de vários parentes em linha directa e colateral ou simples vizinhos que saíam na condição de iguais, companheiros de viagem, de retorno e de destino geográfico, numa atitude de obrigação moral e como fatalidade de condição social.

Sob o ponto de vista da distância, ela é medida pelo que tem de relativo à manutenção dos objectivos e necessidades familiares e dos limites calculados com as expectativas que têm na reprodução do lugar social que ocupam.

Trata-se assim de um discurso de identidades grupais, de onde são excluídos os que não suportam caminhadas a pé muito longas, ou seja, antes dos 12 anos ou depois dos 60 de idade, bem como os de saúde frágil, mulheres, ou colocados nos limites inferiores da escala social.

## 6.2 — Destinos da emigração

QUADRO 65

Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos naturais mas residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885

Destinos saídos de Fafe (1834-1926)	Total parcial	%	Destinos saídos do Porto (1834-1926)	Total parcial	%
<b>América do sul:</b>			<b>América do sul:</b>		
Rio .....	4 374	60,00	Rio .....	1 074	77,99
Brasil .....	1 273	17,47	Pará .....	156	11,46
Pará .....	1 156	15,87	Baía .....	63	4,57
Baía .....	84	1,15	Santos .....	25	1,81
Manaus .....	53	0,72	Maranhão .....	20	1,45
São Paulo .....	29	0,39	Rio Grande do Sul .....	12	0,87
Pernambuco .....	26	0,35	Pernambuco .....	11	0,79
Santos .....	15	0,20	Santa Clara .....	3	0,21
Minas .....	2	0,02	Ubatuba .....	2	0,14
Rio Grande do Sul .....	1	0,01	Olinda .....	1	0,07
Panamá .....	5	0,06	<b>Total .....</b>	<b>1367</b>	<b>99</b>
Argentina .....	2	0,02	<b>Europa:</b>		
<b>Total .....</b>	<b>7 020</b>	<b>96,4</b>	Europa .....	7	0,50
<b>Europa:</b>			Tui .....	1	0,07
França .....	120	1,64	Inglaterra .....	1	0,07
Espanha .....	111	1,52	<b>Total .....</b>	<b>9</b>	<b>1,0</b>
Inglaterra .....	1	0,01	<b>África:</b>		
<b>Total .....</b>	<b>248</b>	<b>3,4</b>	África .....	1	0,70
<b>África:</b>			Luanda .....	1	0,70
África .....	16	0,2	<b>Total .....</b>	<b>2</b>	<b>1,0</b>
<b>Total .....</b>	<b>16</b>	<b>0,2</b>	<b>Total global .....</b>		
<b>Total global .....</b>	<b>7 284</b>	<b>100</b>	<b>Total global .....</b>	<b>1 378</b>	<b>100</b>

Em 7321 emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe conhecemos os destinos de 7284, ou seja de 99,4%. Destes, 7020 dirigiram-se para a América do Sul, o que corresponde a 96,4%, para a Europa 3,4% e, apenas 0,2% para a África.

Dos que escolheram como destino a América do Sul, apenas uma pequeníssima minoria teve outro destino que não fosse o Brasil isto é, apenas 7 em 7020, saíram para o Panamá e Argentina. Do que concluímos que o Brasil foi o destino de eleição dos emigrantes de Fafe.



Anos	Rio	Pará	Baía	Brasil	Manaus	Santos	Campús	Maranhão	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	São Paulo	Minas Gerais	Penedo	Fernambuco	Recife	Outros
1907.....	116	41	-	54	10	2	-	-	-	-	2	-	1	2	-	3
1908.....	76	6	-	69	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1909.....	2	-	-	91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1910.....	2	-	-	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
1911.....	3	1	-	141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
1912.....	1	-	-	155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
1913.....	21	1	1	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	19
1914.....	68	7	8	1	2	-	-	-	-	2	-	-	1	1	1	21
1915.....	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	11
1916.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1917.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1918.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1919.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1920.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1921.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1922.....	32	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
1923.....	26	-	-	58	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	47
1924.....	20	-	-	44	-	2	-	2	-	1	-	-	1	-	-	60
1925.....	7	1	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
1926.....	5	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Verificamos que 93% dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe tinham como principais destinos emigratórios a cidade do Rio de Janeiro, com 60%; o Brasil, como destino genérico, com 17% e o Pará, com 16%.

Aí verificamos também que 94% dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto, tinham como destinos preferenciais o Rio, Pará e Baía, estando cada um deles representado com 78%, 11% e 5%, respectivamente.

Através do quadro anterior e dos gráficos seguintes poderemos verificar como se fizeram as escolhas dos diferentes destinos entre 1834 e 1926.

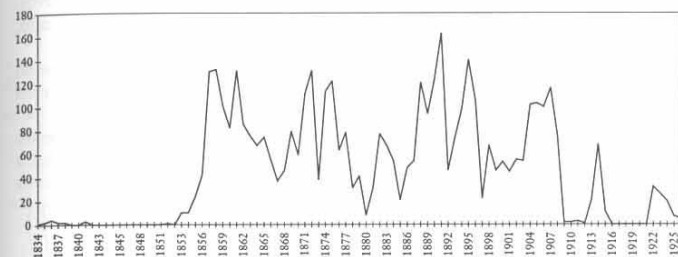
#### 1 — O Rio de Janeiro:

Pelo quadro da distribuição anual da emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, podemos verificar que a cidade do Rio de Janeiro é o destino preferido por estes emigrantes e aquele que aparece como a principal escolha durante o período estudado.

No entanto entre 1834 e 1853 não é significativa a emigração para esta cidade. A linha do gráfico da distribuição anual mostra-nos depois a existência de seis momentos de quebra na emigração: 1867, 1873, 1880, 1885, 1892 e 1897.

Nos períodos de 1909-1913 e 1917-1922 este destino é quase nulo excepto para os anos de 1914 e 1923, 1924 e 1925.

GRÁFICO 22  
Saídas anuais para a cidade do Rio de Janeiro (1834-1926)

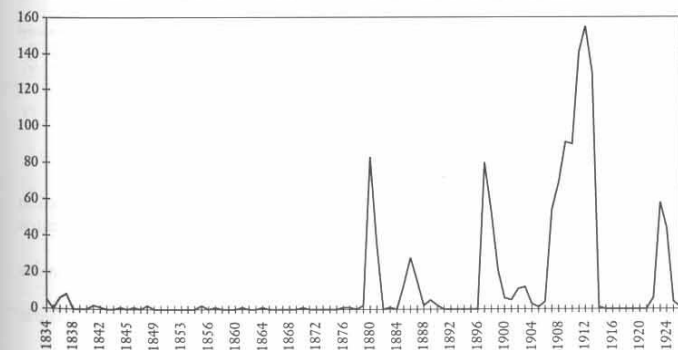


#### 2 — O Brasil:

17% dos que emigraram de Fafe não indicaram o lugar de destino, declarando apenas que iam para o Brasil. Como se pode ver no gráfico, isto aconteceu principalmente em 1880, 1897, 1911 e 1923.

Não se tratando de um destino particular, poderá indicar que estes ou saíram sem que tivessem um destino pré-determinado ou, pelo contrário, tratando-se de reemigração, o declarante referia que o destino era o Brasil.

GRÁFICO 23  
Saídas anuais para destinos indeterminados do Brasil (1834-1926)



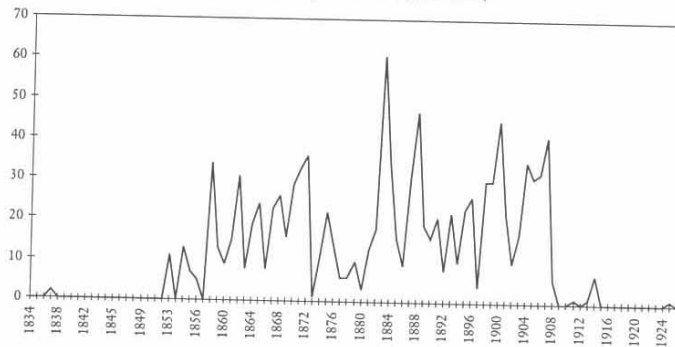
### 3 — O Pará:

O Pará aparece logo a seguir ao Rio como destino ou itinerário de emigração. Tal como o destino do Rio, só a partir de 1853 os valores são significativos. Depois surge muito irregular, entre 1853 e 1909 e, por último, já sem significado, entre 1909 e 1926.

Os anos de 1858, 1861, 1872, 1875, 1883, 1888, 1891 e 1907 são os picos do gráfico que indicam os momentos de maior emigração, aparecendo alternados com anos de quebra ou diminuição da emigração para o Pará.

Não sabemos explicar quais as razões que explicam a concentração nestes períodos da emigração para este destino podendo, no entanto, estar ligados a momentos de maior valorização da borracha e, portanto, estarmos perante uma situação apelativa à imigração dos que se encontravam nesta parte do Brasil.

GRÁFICO 24  
Saídas anuais para o Pará (1834-1926)



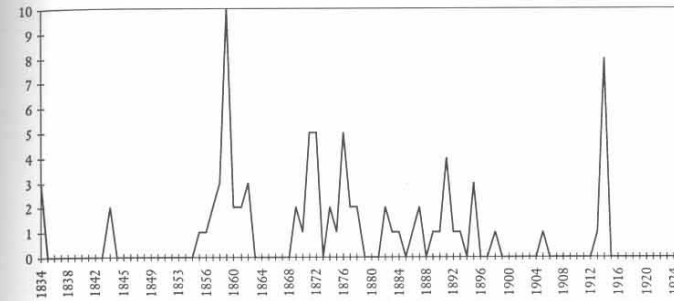
### 4 — A Baía:

A Baía como destino surge, como se pode ver no gráfico, como um destino de emigração muito irregular, com momentos altos, intercalado por momentos baixos na emigração.

Destacam-se os anos de 1858 e 1914, respectivamente com 10 e 8 saídas anuais.

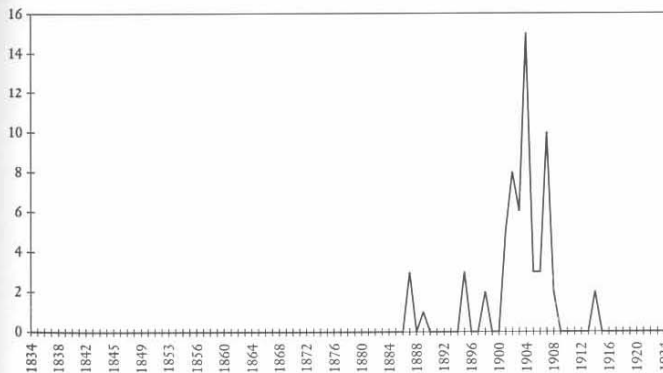
Nos restantes anos o gráfico apresenta uma variação que vai do 0 às 5 saídas anuais.

GRÁFICO 25  
Saídas anuais para a Baía (1834-1926)



5 — Manaus:  
Este destino é escolhido a partir de 1887, tomando proporções significativas entre 1900 e 1908, surgindo no ano de 1904 com 15 saídas.

GRÁFICO 26  
Saídas anuais para Manaus (1834-1926)





PARTE IV

**População, mobilidade e agregados familiares  
numa freguesia tipo**

## 1 — UMA FREGUESIA TIPO

A freguesia de Quinchães situa-se nos limites da de Fafe e divide-se em duas partes distintas: uma assente no vale e outra no planalto montanhoso, já nos limites de Celorico de Basto.

Como vimos constituiu, com a de Fafe, São Gens e Moreira de Rei, o grupo das que apresentam maior migração e emigração, para além de serem no conjunto das freguesias do concelho aquelas que apresentam maior número de habitantes e o menor número de proprietários, ou seja, com uma maior concentração fundiária, ocupando a parte centro e sul do concelho ou seja, a parte mais plana e aberta.

Por isso decidimos estudar em particular esta freguesia no que se refere a estrutura demográfica, mobilidade e tipologia dos agregados familiares, por forma a encontrar elementos justificadores das ausências e a sua inserção nas respectivas estruturas e tipologias sócio-familiares.

Sob o ponto de vista geográfico esta freguesia confronta com as freguesias de Fafe, Antime, São Gens e Estorãos, sendo caracterizada por duas partes distintas: a parte alta ou montanhosa e a baixa, ajustada ao vale, onde correm ribeiras e regadios. Na primeira, contam-se os pequenos lugares de Montim, São Lourenço e Casadela, e na segunda os restantes lugares. Os lugares de Montim e Casadela, situados na parte alta da freguesia eram, em 1881, os lugares mais habitados, onde residia 42% do total da população.

A origem do nome de Quinchães provirá do topónimo Quintanes do tempo da romanização, o que se justificará pela sua fundação durante a romanização, bem como na existência de um Castro romanizado, no lugar da Subidade, na vizinha freguesia de São Gens, onde se encontra o antigo Mosteiro de São Bartolomeu.

Na parte alta, no sítio de Carreirões, já na plataforma planáltica, encontra-se um marco de delimitação medieval ou miliário, situado num antigo trajecto de ligação às terras do interior.

Nas imediações deste trajecto, no monte de Santinhos, existem vestígios evidentes de uma antiga atalaia ou fortificação, sobranceira à freguesia e no lugar de maior altitude.

Do lugar da Pica, dividido pelas freguesias de São Gens e Quinchães, há notícia em Pinho Leal [1874] de duas feiras, uma em Fafe realizada no primeiro dia do mês, e no dia 18 no lugar da Pica, freguesia de Quinchães<sup>1</sup>.

Este lugar constitui passagem obrigatória para os que se dirigem no trajecto para os concelhos de Basto, ou de Guimarães para a fronteira, evidenciado pela ponte e via românica da Ranha e pela Ponte Nova da Ranha (século XIX).

Em 1881, contavam-se os seguintes lugares e habitantes:

QUADRO 67  
Habitantes por lugar da freguesia

Lugares	Habitantes em 1881
Outeiro .....	233
Casadela .....	147
Montim .....	126
Eiras .....	104
Docim .....	83
Ponte .....	75
Portela .....	66
Pica .....	63
São Lourenço .....	47
Souto das Cales .....	38
Cruzeiro .....	34
Lavandeira .....	27
Tomada .....	21
Serrinha .....	18
Ranha .....	16
Torre .....	14
Veiga .....	13
Costeira .....	11
Assento .....	10
Cavadas .....	10
Grade .....	8
Ribeirinhas .....	8
Ponte — Tomada .....	7
Cortegaça .....	5
Agrelo .....	4
Lavadeira .....	1
Pontido .....	1
<b>Total .....</b>	<b>1 190</b>

Fonte: Róis de confessados da freguesia de Quinchães.

<sup>1</sup> LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Matos, 1878, p. 132.

## 1.1 — Estrutura demográfica

Escolhemos a freguesia de Quinchães como freguesia tipo utilizando os dados de duas fontes: Róis de confessados e a Lista dos eleitores e elegíveis a Deputados ao Município e à Paróquia de 1881.

O Rol de confessados é um documento eclesiástico onde estão registados todos os habitantes, organizados por fogos numerados, onde constam as idades de cada um dos constituintes do fogo, incluindo os menores de 7 anos, a posição ou relação familiar de cada um dos elementos do agregado com o cabeça-de-casal.

Ao mesmo tempo, esta fonte apresenta uma síntese, a partir da qual elaborámos um quadro com os seguintes dados: o número de fogos; total dos presentes no ano e para os dois anos imediatamente anteriores; o total de indivíduos dos sexo masculino e feminino; o total de ausentes, baptizados, casamentos e óbitos ocorridos durante o ano.

Cruzando estas informações com a Lista dos eleitores e elegíveis, foi possível identificar a composição do agregado familiar e construir a estrutura sócio-económica das famílias e da freguesia e, face à capacidade de elegibilidade, conhecer os rendimentos, escolarização, profissões e estado civil, permitindo identificar estruturas sociais, ou seja, proceder à análise diferencial das famílias.

Assim, foi possível construir uma imagem muito completa desta freguesia, não só pela possibilidade de conhecer o número de fogos, como o total de habitantes residentes e ausentes, o número destes por fogo, a composição por sexos, construir e tipificar os agregados familiares, identificar as idades, conhecer a posição de cada um dos habitantes na família. No que se refere aos ausentes foi possível quantificá-los, identificar o tipo de família que integravam, a sua distribuição por sexo e as idades.

Através da série de Róis foi possível construir o quadro seguinte, onde apresentamos o número de fogos, número de habitantes, distribuição por sexos, ausentes, baptizados, casamentos e óbitos, desde 1875 a 1897.

QUADRO 68

Dados demográficos da freguesia de Quinchães, em 1875-1897

Anos	Fogos	Habitantes	Sexo			Ausentes	%	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
			Masculino	Feminino	Ratio					
1875.....	-	1 127	-	-	-	-	-	-	-	-
1876.....	-	1 121	-	-	-	95	8,5	36	8	16
1877.....	360	1 195	548	647	84,6	-	-	-	-	-
1878.....	-	1 182	-	-	-	93	7,9	31	9	27
1879.....	356	1 203	553	650	85,1	94	7,9	26	11	17
1880.....	356	1 187	545	642	84,9	92	7,8	31	9	23
1881.....	359	1 182	543	639	85,0	93	7,9	31	11	23
1882.....	356	1 208	561	647	86,7	91	7,5	-	-	-
1883.....	-	1 190	-	-	-	99	8,3	27	8	25
1884.....	351	1 209	572	637	89,8	97	8,0	39	12	15
1885.....	357	1 211	585	626	93,5	92	7,6	33	8	21
1886.....	363	1 233	583	650	89,7	97	7,9	38	8	42
1887.....	363	1 234	580	654	88,7	96	8,0	37	7	27
1888.....	360	1 220	581	639	91,0	99	8,1	34	9	12
1889.....	365	1 218	585	633	92,4	99	8,2	42	14	26
1890.....	377	1 262	593	669	88,6	99	7,8	42	4	11
1891.....	373	1 264	604	660	91,5	92	7,3	36	8	49
1892.....	380	1 292	617	675	91,4	96	7,4	44	10	25
1893.....	373	1 310	635	675	94,1	-	-	-	-	-
1894.....	-	1 314	-	-	-	99	7,5	43	6	29
1895.....	370	1 326	659	667	98,8	104	7,8	35	14	29
1896.....	373	1 292	630	662	95,2	108	8,6	49	5	29
1897.....	-	1 308	662	646	102,5	-	-	-	-	-
<b>Média.....</b>	<b>364</b>	<b>1 230</b>	<b>591</b>	<b>651</b>	<b>90,8</b>	<b>97</b>	<b>7,9</b>	<b>36</b>	<b>9</b>	<b>25</b>

Fonte: Róis de confessados da freguesia de Quinchães.

Através dos dados do quadro anterior verificamos que, em 23 anos, a freguesia possui, em média, 364 fogos e 1241 habitantes, o que corresponde à média de 3,4 habitantes por fogo.

A freguesia apresenta ao longo de 23 anos as seguintes médias de dados: fogos, 364; habitantes, 1230; indivíduos do sexo masculino, 591, o que corresponde à média do sexo ratio de 90,8 homens em 100 mulheres.

O censo de 1878 indica que existiam, na freguesia de Quinchães, 77 homens para 100 mulheres. Segundo o censo de 1890, existiam no concelho 11 394 homens e 14 266 mulheres, ou seja, um sexo ratio de 80 homens em 100 mulheres, enquanto que na freguesia de Quinchães, para o mesmo ano, a relação era de 89 homens para 100 mulheres.

Como se pode ver do quadro anterior, os valores indicados pelos Róis de confessados indicam um sexo ratio superior. Considerando que a nossa fonte apre-

senta toda a população presente, incluindo os menores de 7 anos, consideramos que o Rol constitui um indicador mais fiável do que os censos.

A existência de uma média de 8% de ausentes, ao longo de 23 anos, corresponde a um valor muito significativo para uma média de 1230 habitantes.

Com uma média de 36 nascimentos e 25 óbitos anuais, teremos uma média global de sobrevivência de 25 indivíduos nos 23 anos.

## 1.2 — Estrutura da população em 1881

QUADRO 69

Dados demográficos da freguesia de Quinchães, em 1881

Ano	Habitantes	Ausentes	% ausentes	Baptismos	Taxa bruta de natalidade	Casamentos	Taxa bruta Nupcial	Óbitos	Taxa bruta de natalidade
1881.....	1190	93	7,8	31	26	11	9	23	19

Fonte: Rol de confessados.

Em 1881, a freguesia de Quinchães possuía 1190 habitantes distribuídos por 359 fogos o que corresponde à média de 3,3 indivíduos por fogo, igual, à média verificada durante os 23 anos referidos no quadro anterior, e 7,8% dos habitantes estavam ausentes.

Neste ano verificamos um sexo ratio de 114 homens em 100 mulheres ano e no que se refere à taxas brutas, ou seja, por 1000 habitantes teremos: de natalidade, 26; de nupcialidade, 9; de mortalidade, 19.

QUADRO 70

Sexo e estado civil da população de Quinchães, em 1881

Sexo	Total		Estado civil	Total	
	Total	%		Total	%
Feminino.....	634	53,3	Casados.....	399	33,5
Masculino.....	556	46,7	Solteiros.....	714	60,0
-	-	-	Viúvos.....	77	6,4
<b>Total global.....</b>	<b>1 190</b>	<b>-</b>	-	<b>1 190</b>	<b>-</b>

Fonte: Rol de confessados.

Dos 1190 habitantes, 53% eram do sexo feminino e 47% do masculino. Assim, existem mais 7% de indivíduos do sexo feminino do que do masculino.

Quanto ao estado civil 60% eram solteiros, 34% casados, e 6% viúvos.

### 1.3 — Estrutura etária da população

Um dado sociologicamente importante é a estrutura etária da população. Por isso organizámos as idades em grupos etários, conforme o quadro e gráfico que se seguem.

QUADRO 71

Idades por escalões etários dos habitantes da freguesia de Quinchães, em 1881

Idades	Total	%
0-04	104	9,1
5-09	123	10,8
10-14	114	10,0
15-19	96	8,4
20-24	87	7,7
25-29	106	9,3
30-34	98	8,6
35-39	70	6,2
40-44	73	6,4
45-49	41	3,6
50-54	54	4,7
55-59	47	4,1
60-64	54	4,7
65-69	30	2,6
70-74	27	2,3
75-79	9	0,8
80-84	3	0,3
85-89	1	0,0
<b>Total</b>	<b>1 137</b>	<b>—</b>

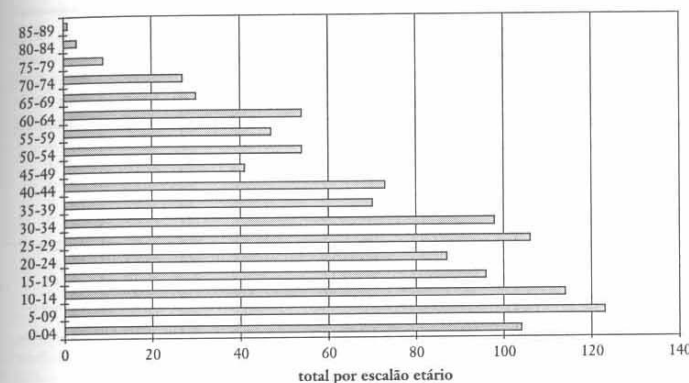
Fonte: Rol de confessados, 1881.

Através do quadro anterior, concluímos que a média global das idades dos habitantes da freguesia de Quinchães é de 29 anos, em 1881.

Dos 1190 habitantes, e sabendo a idade de 1137, que corresponde a uma amostra de 96% da população, concluímos que 524 deles tinham menos de 25 anos, correspondendo a 46%, o que nos indica que a população era muito jovem.

GRÁFICO 27

Habitantes da freguesia de Quinchães, por escalões etários, em 1881



No que se refere aos ausentes, a média das idades é, para o mesmo ano, de 23 anos.

Comparando a média das idades dos ausentes de Quinchães com a média de idades dos 427 emigrantes naturais e/ou residentes da mesma freguesia entre 1834-1926, verificamos que tinham a mesma média de 23 anos de idades.

### 1.4 — Habitantes por fogo

Como vimos, esta freguesia possuía em 1881, 359 fogos e 1190 habitantes. Para o conhecimento da composição quantitativa dos fogos, apresentamos, num quadro classificativo a distribuição dos habitantes por fogo, independentemente das relações de parentesco dos que o compunham.

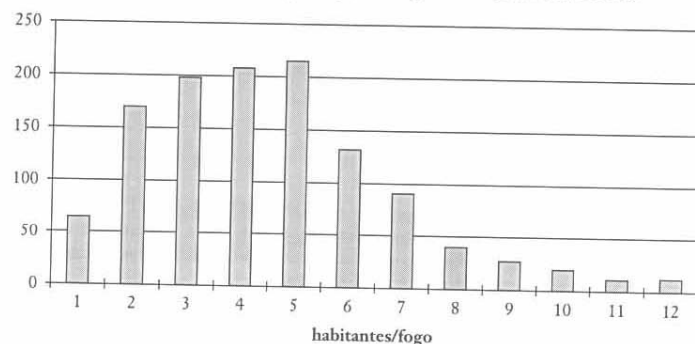
QUADRO 72

Distribuição dos habitantes por fogo, na freguesia de Quinchães

Habitantes/fogo	Total parcial	%
1 .....	65	5,4
2 .....	170	14,3
3 .....	198	16,6
4 .....	208	17,5
5 .....	215	18,1
6 .....	132	11,1
7 .....	91	7,6
8 .....	40	3,4
9 .....	27	2,3
10 .....	20	1,7
11 .....	11	1,0
12 .....	12	1,0
<i>Total global</i> .....	<i>1 190</i>	-

GRÁFICO 28

Distribuição dos habitantes por fogo, na freguesia de Quinchães, em 1881



Ordenando por ordem decrescente a representatividade dos fogos quanto ao número de habitantes por fogo, verificamos que, com 2 a 6 habitantes/fogo inclusive, representavam 78% do total; 17% dos fogos tinham entre 7 e 12 habitantes/fogo; 5,4% dos fogos eram compostos por um único elemento.

## 1.5 — Estrutura e composição dos agregados familiares

Tendo em conta que os Róis estão organizados de forma a conhecer o agregado numa escala de posição no agregado familiar em que existe uma hierarquia familiar no fogo, a qual permite estabelecer uma escala de dependências sociais, familiares, surgindo à entrada o cabeça-do-fogo, depois a mulher deste, os filhos e enteados colocados por ordem de idades e, por último, os familiares colaterais, os ascendentes e descendentes, e os não familiares.

QUADRO 73

Relação familiar dos habitantes dentro do fogo na freguesia de Quinchães, em 1881

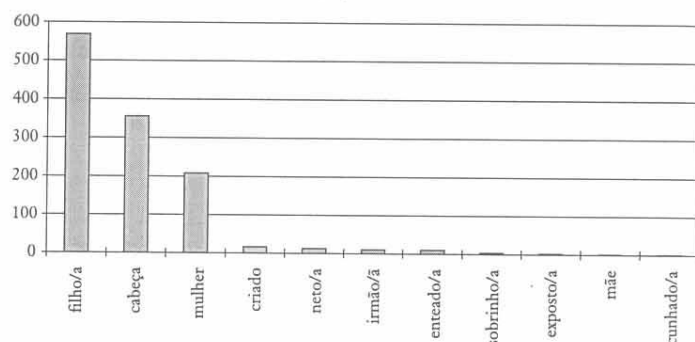
Posição e relação familiar	Total	%
Cabeça .....	359	30,0
Mulher .....	207	17,5
Filho/a .....	568	48,0
Neto/a .....	13	1,1
Sobrinho/a .....	3	0,3
Enteado/a .....	10	0,9
Irmão/ã .....	10	0,9
Cunhado/a .....	1	0,1
Mãe .....	1	0,1
Exposto/a .....	2	0,2
Criado/a .....	16	1,3
<i>Total</i> .....	<i>1 190</i>	-

Fonte: Rol de confessos da freguesia de Quinchães, 1881.

Ao relacionarmos os constituintes dos fogos, verificamos que 359 indivíduos eram cabeça-de-casal, correspondendo ao mesmo número de fogos; 568 eram filhos/as do cabeça-de-casal; 207, eram mulheres do cabeça (o que nos indica o número de indivíduos casados), ou seja, 17% viviam em situação conjugal; 1% viviam no fogo como criados/as; 1% eram netos/as do cabeça-de-casal; 1% eram enteados/as; sem importância estatística estavam os sobrinhos, os cunhados/as e, por último, na condição de mães do cabeça-de-casal.

Para um total de 359 fogos, ocupavam o lugar de cabeça-de-casal 122 mulheres e 237 homens, ou seja, 34% dos cabeças-de-casal eram mulheres e 66% homens, do que se conclui que 34% das mulheres ao serem cabeças-de-casal se encontravam na situação civil de viúvas, mães solteiras, ou mulheres solitárias.

GRÁFICO 29  
Composição dos agregados familiares, em 1881



Fonte: Rol de confessados.

#### 1.6 — Habitantes da freguesia por tipo de agregado familiar

Por outro lado, podemos analisar a distribuição dos habitantes da freguesia por famílias tipo.

Organizámos, assim, as famílias em cinco categorias e subcategorias, tendo em conta a existência de laços de natureza conjugal e nas subcategorias nas relações de parentesco e estado civil com o cabeça-de-casal.

No tipo 1 — Composto pelos solitários que, por viverem sós, não estabeleceram nenhum laço conjugal ou que, tendo este existido, deixou de existir.

No tipo 2 — Aqueles que vivendo em conjunto, não possuem laços de natureza conjugal, e que organizámos pela natureza da existência ou não de laços de parentesco;

No tipo 3 — Os que vivendo em família preservam um núcleo conjugal de casados, com ou sem filhos, ou que, tendo morrido um dos elementos do casal, encontrando-se no estado de viúvos, mantêm a referência do núcleo pela existência de familiares dependentes e, ainda, o caso das mulheres solteiras com filhos, onde se pressupõe hierarquia familiar e descendência;

No tipo 4 — As famílias extensas, quando no núcleo familiar estão presentes outros elementos com laços de natureza sanguínea de ascendentes, descendentes e colaterais.

Segundo a classificação dos agregados familiares apresentada, verifica-se a seguinte representatividade das famílias do tipo 3 — famílias com núcleo conjugal simples — correspondendo a cerca de 89% do total das famílias da freguesia, seguindo-se depois as famílias de tipo 1 — os solitários, com 5,7% e, por último, as famílias

QUADRO 74  
Tipologia dos agregados familiares — Quinchães, 1881

Categorias	Subcategorias	Total parcial	Residentes	Ausentes
1 — Solitários .....	1a — Viúvo/a .....	27	27	—
	1b — Solteiro/a .....	41	41	—
2 — Famílias sem núcleo conjugal.	2a — Irmãos e irmãs carnais .....	16	16	—
	2b — Outros parentes co-residentes .....	4	4	—
	2c — Co-residentes sem laços de parentesco .....	—	—	—
3 — Famílias com núcleo conjugal simples.	3a — Casados sem filhos .....	89	88	1
	3b — Casados com filhos .....	742	685	57
	3c — Viúvo/a com netos .....	15	14	1
	3d — Viúvo/a com filhos .....	143	122	13
	3e — Solteira com filhos .....	71	58	13
4 — Famílias extensas .....	4a — Alargada aos ascendentes .....	6	6	—
	4b — Alargada aos descendentes .....	3	3	—
	4c — Alargada aos colaterais .....	15	15	—
	4d — Alargada aos ascendentes e colaterais .....	—	—	—
4 — Não familiares .....	5a — Criado/a .....	16	16	—
	5b — Exposto/a .....	2	2	—
<i>Totais globais</i> .....		<b>1 190</b>	<b>1 097</b>	<b>93</b>

dos solitários com 5,7%. As famílias sem núcleo familiar, ou seja, aquelas que vivem no mesmo fogo não têm laços conjugais, podem ter ou não laços sanguíneos.

Sob o ponto de vista das subcategorias apresentadas, cerca de 63% dos agregados familiares eram constituídos por casais vivendo com os filhos, seguindo-se, logo depois, os agregados familiares constituídos por indivíduos viúvos com filhos e logo depois os solteiros sem filhos, com 7,5% e, por último, os solteiros com filhos.

Concluimos assim que o modo de estruturação das famílias é a agregação em famílias constituídas por pais e filhos, sendo neste tipo de famílias em que os pais são vivos onde se verifica o maior número de ausentes vindo, logo a seguir, e na mesma categoria, os pertencentes a famílias em que um dos ascendentes tinha falecido.

Quanto à incidência dos ausentes por tipo de família, concluimos que em 93 ausentes, 57 faziam parte de famílias do tipo 3b (casal com filhos); 21, faziam parte de famílias do tipo 3d (viúvo/a com filhos) e 13 pertenciam a famílias do tipo 3e (solteiras com filhos), a que corresponde uma percentagem de 14% nas famílias onde o cabeça-de-casal é uma solteira com filhos.

Se adicionarmos os ausentes das famílias do tipo 3d com as do tipo 3e, e considerarmos que estas estruturas representam as famílias socialmente mais frágeis, simbolicamente menos reconhecidas e economicamente mais dependentes, podemos inferir dos significados sociais do acto de abandono da família.

Ausentar-se não é, portanto, um acto meramente económico; decorre também de circunstâncias sócio-familiares facilitadoras da saída, nomeadamente a quebra ou não existência de vínculos estruturantes do agregado familiar, que aliadas aos económicos e simbólicos facilita liberdades e justifica atitudes.

### 1.7 — Residentes e ausentes da freguesia de Quinchães, em 1881

Dado que os Róis nos informam de uma estrutura demográfica, podemos concluir pelos quadros seguintes que os valores observados em 1881 não se afastam significativamente das médias observadas ao longo de 23 anos, o que nos dá segurança para analisarmos os ausentes no período de 1881.

QUADRO 75  
Dados demográficos da freguesia de Quinchães, 1881

Ano	Fogos	Habitantes	Sexo masculino	%	Sexo feminino	%	Ausentes	%	Baptismos	Casamentos	Óbitos
1881 .....	359	1190	556	46,7	634	53,2	93	7,8	31	11	23

Fonte: Rol de confessados.

Em 1190 habitantes da freguesia de Quinchães, 1097 são residentes e 93 encontravam-se ausentes, o que corresponde respectivamente a 92% e a 8% do total, o que não se afasta da média dos ausentes verificada na freguesia durante 23 anos como já vimos.

QUADRO 76  
Residentes e ausentes de Quinchães em 1881, segundo o sexo e o estado civil

Designação	Sexo	Residentes			Ausentes		
		Total parcial	% parcial	% global	Total parcial	% parcial	% global
Ausentes .....	Feminino	19	20,4	1,6	12	12,9	1,0
	Masculino	74	79,6	6,2	81	87,0	6,8
—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total ausentes .....</b>	—	<b>93</b>	—	—	<b>93</b>	—	—
Residentes .....	Feminino	615	56,0	51,7	387	35,2	32,5
	Masculino	482	43,9	40,5	633	57,7	53,1
—	—	—	—	—	77	7,0	0,5
<b>Total de residentes .....</b>	—	<b>1 097</b>	<b>100</b>	—	<b>1 097</b>	<b>100</b>	—
<b>Total de habitantes .....</b>	—	<b>1 190</b>	—	<b>100</b>	—	<b>1 190</b>	—

Fonte: Rol de confessados, 1881.

Através do quadro anterior, e tendo em conta que os dados são representativos, dado que não se afastam das médias observadas entre 1875 e 1897, podemos comparar a população residente e ausente quanto ao sexo e estado civil.

Assim, analisando a população ausente, ou seja 8% da população total da freguesia de Quinchães, verificamos que 20% era do sexo feminino e 80% do masculino. Quanto ao sexo, eram casados 87%; solteiros, 13%, não se verificando a ausência na freguesia de viúvos, do que se conclui, portanto, que se ausentaram predominantemente os solteiros e depois os casados.

Comparando os ausentes com a população total, apenas 2% eram do sexo feminino e 6% do sexo masculino, sendo 7% no estado civil de solteiros e 1% de casados.

Quanto à população residente, ou seja 92% do total, eram do sexo feminino 56% e do sexo masculino 44%, pelo que se conclui que a população residente era predominantemente feminina e em vantagem de 12% face à masculina. Quanto ao estado civil dos residentes, 58% eram casados, 35% eram solteiros, e 7% viúvos.

Comparando os residentes com a população total, apenas 52% eram do sexo feminino e 41% do sexo masculino, sendo 53% solteiros e 33% de casados.

### 1.7.1 — Ausentes segundo a idade e tipo de agregado familiar

QUADRO 77  
Idades dos ausentes por tipo de família

Tipo 2a		Tipo 3b		Tipo 3c		Tipo 3d		Tipo 3e	
Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total
—	2	4	1	15	1	13	1	5	1
—	—	10	2	—	—	14	1	9	1
—	—	11	1	—	—	18	1	10	2
—	—	12	1	—	—	22	2	13	1
—	—	13	2	—	—	23	1	15	1
—	—	14	2	—	—	24	4	16	1
—	—	15	1	—	—	25	1	18	1
—	—	16	5	—	—	26	1	28	1
—	—	17	1	—	—	28	1	31	1
—	—	18	1	—	—	29	1	36	1
—	—	19	2	—	—	30	1	37	1
—	—	20	5	—	—	32	1	39	1
—	—	22	1	—	—	36	1	29	1
—	—	23	2	—	—	38	1	—	—
—	—	24	1	—	—	39	1	—	—
—	—	25	1	—	—	41	1	—	—
—	—	26	1	—	—	42	2	—	—
—	—	27	2	—	—	—	—	—	—
—	—	28	4	—	—	—	—	—	—



Tipo 2a		Tipo 3b		Tipo 3c		Tipo 3d		Tipo 3e	
Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total	Idade	Total
-	-	30	3	-	-	-	-	-	-
-	-	31	1	-	-	-	-	-	-
-	-	32	2	-	-	-	-	-	-
-	-	33	1	-	-	-	-	-	-
-	-	34	1	-	-	-	-	-	-
-	-	35	1	-	-	-	-	-	-
-	-	36	1	-	-	-	-	-	-
-	-	41	2	-	-	-	-	-	-
-	-	43	3	-	-	-	-	-	-
-	-	45	1	-	-	-	-	-	-
-	-	47	1	-	-	-	-	-	-
-	-	58	1	-	-	-	-	-	-
-	-	66	1	-	-	-	-	-	-
Média de idades	-	27	-	15	-	28,2	-	21,1	-

A média de idades dos ausentes, em 1881, é de 27 anos, quando integram agregados familiares do tipo 3b (casados com filhos ou descendentes consanguíneos); 23 anos, nos agregados do tipo 3d (viúvos/as com filhos) e 21 anos, quando são filhos de mães solteiras, ou seja, quando integram as famílias do tipo 3e.

### 1.7.2 — Posição no agregado familiar dos ausentes

Para além do que vimos analisando, importava saber quem, dentro da estrutura familiar a abandonava, independentemente do destino, da idade, ou da duração da ausência.

QUADRO 78  
Posição no agregado familiar dos ausentes

Posição no agregado	Ausentes
Cabeça.....	13
Filho.....	74
Enteada.....	4
Mulher.....	1
Neto/a.....	1
<i>Total</i> .....	<i>93</i>

Através do quadro anterior concluímos que 80% dos que se ausentam são os filhos, ou seja, os que, integram uma família do tipo 3b (casados, com filhos). Em segundo, com 14%, estão os que ocupam a responsabilidade social e simbólica perante a instituição religiosa e perante o agregado familiar, independentemente do tipo de família (cabeça). Por último, 4% são enteados do cabeça-de-casal, vindo depois a mulher do cabeça-de-casal e o neto/a sem valor estatístico.

O caso da ausência da mulher do cabeça-de-casal estar ausente, corresponde à saída do casal.

### 1.7.3 — As ausências por fogo

Para aprofundar o nosso conhecimento da incidência da ausência de indivíduos da comunidade em estudo, procurámos identificar a distribuição das saídas por fogo.

Organizámos os dados por forma a conhecer, quantos indivíduos estavam ausentes por fogo. Obtivemos o quadro que se segue onde, em 39 fogos, estava ausente apenas um indivíduo; em 16 fogos, estavam ausentes dois; em 6 fogos, encontravam-se ausentes três; num único fogo estavam ausente quatro pessoas.

Pelo quadro concluímos que 42% dos indivíduos ausentes faziam parte de fogos com um único ausente e 58% estavam no grupo dos fogos que possuíam dois ou mais ausentes.

Por outro lado, dado que existiam, em 1881, 359 fogos na freguesia de Quinchães e que em apenas 62 deles se verificava a ausência de um ou mais elementos, concluímos que existe uma forte incidência selectiva em certo tipo de fogos, dado que ela se concentra em 17% do total.

QUADRO 79  
Ausências por fogo

Ausentes/fogo	Número de fogos com ausentes	Total de ausentes/fogo	%
1.....	39	39	41,9
2.....	16	32	34,4
3.....	6	18	19,4
4.....	1	4	4,3
<i>Total ausentes</i> .....	<i>62</i>	<i>93</i>	<i>100</i>

### 1.7.4 — Ausentes e emigrantes

Comparando a população ausente da freguesia de Quinchães, em 1881, com a que emigrou da mesma freguesia e do concelho no mesmo ano, verificamos que, em 93 ausentes, apenas um emigrou daquela freguesia e que do concelho emigraram 61 indivíduos.

Quanto à distribuição por sexos, concluímos que estavam ausentes de Quinchães 20% de mulheres e apenas emigraram do concelho, no ano de 1881, 7%. Por outro lado, estavam ausentes daquela freguesia 80% de homens e emigraram do concelho 93%. Daqui se conclui da forte predisposição dos homens para a emigração e uma forte predisposição das mulheres para a ausência.

QUADRO 80  
Ausentes de Quinchães, em 1881

Feminino	%	Masculino	%	Total	Sexo ratio
19	20,4	74	79,6	93	389,5

QUADRO 81  
Emigrantes de Fafe por freguesia e por sexo, em 1881

Freguesias	Feminino	%	Masculino	%	Total
Aboim.....	0	0	1	1,6	1
Antime.....	1	1,6	1	1,6	2
Arões — Santa Cristina.....	0	0	2	3,3	2
Estorãos.....	0	0	3	4,9	3
Fafe.....	1	1,6	7	11,5	8
Fornelos.....	0	0	5	8,2	5
Golães.....	0	0	3	4,9	3
Monte.....	0	0	3	4,9	3
Moreira de Rei.....	0	0	5	8,2	5
Pedraído.....	0	0	1	1,6	1
Queimadela.....	0	0	2	3,3	2
Quinchães.....	0	0	1	1,6	1
Revelhe.....	2	4,9	5	8,3	7
São Gens.....	0	0	7	11,5	7
Silvares — São Martinho.....	0	0	2	3,3	2
Travassós.....	0	0	4	6,6	4
Várzea Cova.....	1	1,6	4	6,6	5
<b>Total.....</b>	<b>5</b>	<b>6,6</b>	<b>56</b>	<b>93,4</b>	<b>61</b>

Quanto à distribuição das saídas de emigração, em 1881, das freguesias do concelho que estamos a estudar, estas não ocupam um lugar significativo que mereça atenção, para além de que a de Fafe é a que fornece mais emigrantes.

Sobre o quadro poderemos ainda inferir que:

1 — A população que se encontrava ausente, em 1881, na freguesia de Quinchães era cerca de um terço superior àquela que emigrou, nesse ano, em todo o concelho;

2 — O número de ausentes de Quinchães, em 1881, era de 93 indivíduos e, no mesmo ano, apenas emigrou um habitante desta freguesia, verificando-se como vimos atrás, que a média de ausentes nesta freguesia, durante 23 anos, era de 96, ou seja, havia um desvio à média de três ausentes, pelo que se conclui que as ausências decorriam de um processo muito lento de entradas e saídas da freguesia;

3 — A percentagem dos indivíduos do sexo feminino ausentes da freguesia de Quinchães era de cerca de 20%, enquanto a percentagem das mulheres que emigraram do concelho no mesmo, foi apenas de 6,6%;

4 — A percentagem dos indivíduos do sexo masculino ausentes da freguesia de Quinchães era de cerca de 80%, enquanto a percentagem dos homens que emigraram do concelho, no mesmo, foi de cerca 94%. Na freguesia de Quinchães entre 1834 e 1926 emigraram 427 indivíduos, sendo 46 do sexo feminino e 381 do sexo masculino.

Mesmo que se observe, em 1881, na freguesia de Quinchães em média cerca 5% de mulheres a mais do que homens ou seja, em 105 mulheres existiam 100 homens, somos tentados a concluir que existirá uma forte mobilidade das mulheres para destinos geograficamente próximos da freguesia, dado que a relação percentual, entre mulheres ausentes e homens ausentes é menor do que a relação de mulher/emigrantes e homens/emigrantes.

### 1.8 — Estrutura sócio-económica e política em 1881

Através da condição de eleitor e de elegibilidade, pode inferir-se dos respectivos estatutos económicos e sociais conforme o expresso no Decreto-Lei de 30 de Setembro de 1852, como já dissemos na Parte I.

Tendo em conta as condições impostas pela referida lei, quer no que se refere à capacidade eleitoral, quer à elegibilidade aos lugares de representação nacional, municipal e de freguesia, verificamos que para uma população de 1190 habitantes reuniam a condição de eleitores apenas 216 indivíduos, ou seja, 18% da população.

Contudo, uma das condições expressas no normativo eleitoral referido apresenta a idade como uma das condições de elegibilidade. Assim, só poderiam ser eleitores aqueles que tivessem 25 anos completados.

Em 1190 habitantes, 539 tinham menos de 25 anos completos, restando 651 com capacidade eleitoral, dos quais apenas 216 que reuniam as condições de elegibilidade.

QUADRO 82  
Elegíveis da freguesia de Quinchães, em 1881

Cargos eleitorais	Elegíveis	%	Não elegíveis	%	Total
A deputados .....	12	5,5	204	94,4	216
Ao município .....	13	6,0	204	94,4	216
À paróquia .....	37	17,1	179	82,4	216

Fonte: Livro de recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882 e Rol de confessados.

Mesmo assim só respondem às restantes condições de poderem ser eleitos a deputados 12 em 216 possíveis, ou seja, 5,5%; ao município, 13, que corresponde a 6%; aos cargos da freguesia ou paróquia, 37, subindo a percentagem para 17%.

Podemos assim dizer quem em 651 indivíduos maiores de 25 anos, constituindo a população dos adultos, havia uma elite política de aproximadamente 40 habitantes que podiam agir sobre os destinos da coisa pública, escolhida entre 216 habitantes, restando dos 651 maiores de 25 anos, 435 habitantes que estavam excluídos da intervenção e participação cívica e do exercício da cidadania plena.

QUADRO 83  
Profissões e elegibilidade eleitoral

Profissões	Total	%	Elegíveis a deputados	Não elegíveis a deputados	Elegíveis ao município	Não elegíveis ao município	Elegíveis à paróquia	Não elegíveis à paróquia
Proprietário .....	76	35,2	12	64	12	64	27	49
Agricultor .....	46	21,3	—	46	—	46	—	46
Jornaleiro .....	36	16,7	—	36	—	36	—	36
Alfaiate .....	7	3,2	—	7	—	7	3	4
Vendeiro .....	7	3,2	—	7	—	7	3	6
Carpinteiro .....	5	2,3	—	5	—	5	—	5
Louceiro .....	5	2,3	—	5	—	5	—	5
Almoerave .....	4	1,8	—	4	—	4	—	4
Pedreiro .....	4	1,8	—	4	—	4	—	4
Tendeiro .....	3	1,4	—	3	—	3	—	3
Barbeiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Criveiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Fogueteiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Moleiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Penteceiro .....	2	1,0	—	2	—	2	1	1
Polvoreiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Tamanqueiro .....	2	1,0	—	2	—	2	—	2
Abade .....	1	0,5	—	1	1	0	—	1

Profissões	Total	%	Elegíveis a deputados	Não elegíveis a deputados	Elegíveis ao município	Não elegíveis ao município	Elegíveis à paróquia	Não elegíveis à paróquia
Cantoneiro .....	1	0,5	—	1	—	1	—	1
Capitalista .....	1	0,5	—	1	—	1	1	0
Castrador .....	1	0,5	—	1	—	1	—	1
Colmador .....	1	0,5	—	1	—	1	—	1
Comerciante .....	1	0,5	—	1	—	1	1	0
Ferreiro .....	1	0,5	—	1	—	1	—	1
Porqueiro .....	1	0,5	—	1	—	1	—	1
Sapateiro .....	1	0,5	—	1	—	1	1	0
<b>Total global .....</b>	<b>216</b>	<b>—</b>	<b>12</b>	<b>204</b>	<b>13</b>	<b>203</b>	<b>37</b>	<b>179</b>

Fonte: Livro de recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882 e Rol de confessados.

Conforme podemos observar no quadro anterior existia, na freguesia Quinchães, uma elite económica, política, social e simbólica, de 12 proprietários «muito ricos» e elegíveis a Deputados ao Município e à Paróquia, dado que tinham rendimentos compatíveis com os expressos na lei eleitoral.

Depois, evidencia-se uma elite de 27 proprietários elegíveis à paróquia, no mesmo universo de 76 proprietários, mas excluídos de capacidade eleitoral a deputados e ao município, a que chamámos de proprietários ricos.

Por fim, e dentro do grupo dos que são designados por proprietários, 49 tinham a capacidade de ser eleitores mas estavam excluídos da capacidade de serem elegíveis a qualquer dos órgãos, o que os colocava num estatuto social de pouca importância simbólica, dado que não sabiam escrever. Este facto colocava-os num posição inferior a outros que, sabendo ler, poderiam ser eleitos à paróquia, tais como: três alfaiates e três vendeiros, um penteceiro, um comerciante, um sapateiro. Estaríamos já no grupo dos remediados, proprietários ou não.

Os restantes, de onde se destacam 46 agricultores, num conjunto variado de profissões, constituem o grupo dos pobres.

A existência de um capitalista sem qualquer capacidade de elegibilidade é a excepção, para a qual não encontramos explicação que teria também de surgir para explicar a regra.

QUADRO 84

Dados dos elegíveis a deputados da freguesia de Quinchães, em 1881

Profissão	Idade	Alfabetização	Contribuição	Estado civil	Tipo de família	Posição no agregado	Sexo
Proprietário .....	65	Escreve	34 923	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	69	Escreve	9 708	Casado	3a	Cabeça	M
Proprietário .....	74	Escreve	7 487	Viúvo	3d	Cabeça	M
Proprietário .....	57	Escreve	33 776	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	35	Escreve	13 386	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	42	Escreve	6 739	Viúvo	3d	Cabeça	M
Proprietário .....	67	Escreve	23 419	Viúvo	3d	Cabeça	M
Proprietário .....	73	Escreve	9 604	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	62	Escreve	9 708	Casado	3a	Cabeça	M
Proprietário .....	69	Escreve	5 940	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	30	Escreve	13 273	Casado	3b	Cabeça	M
Proprietário .....	45	Escreve	7 957	Casado	3b	Cabeça	M

Fonte: Livro de recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882 e Rol de confessados.

## PARTE V

## O retorno: evidências e representações

## 1 — ESTRATIFICAÇÃO E SISTEMA DE ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

O sistema de estratégias que uma classe ou grupo social desenvolve depende do volume e da estrutura do capital que se trata de reproduzir/reconverter e do sistema de instrumentos na reprodução. Uma troca de instrumentos na valorização de determinados componentes do capital patrimonial produz uma reestruturação do sistema de estratégias <sup>1</sup>.

No sistema social existe uma dinâmica estrutural, ou seja, a permanência e a alteração da configuração da estrutura social, caracterizada pela cíclica ascensão, declínio e tendência de recuperação que se manifesta nos grupos sociais dominantes, ainda que esta se verifique nas gerações posteriores.

Aquela dinâmica produz uma tensão interna na estrutura social, alimentada com a chegada progressiva de novos indivíduos ou famílias aos lugares cimeiros da escala social, num processo de funcionamento permanente, que ocorre em diferentes momentos e nos diferentes grupos que compõem o sistema social.

No sistema de acção que constitui o sistema social, há quatro elementos específicos a ter em conta: «a pluralidade dos actores», «o sistema de símbolos culturais»; (actores) motivados para obter gratificação e, por último, a situação <sup>2</sup>.

O funcionamento da dinâmica estrutural poderá assemelhar-se a uma «pirâmide» que se alarga ou dilata em todos os sentidos. Esta dinâmica produz interna e ciclicamente movimentos ascendentes e descendentes, sempre relativos e alimentados pelo crescimento demográfico, funcionando a emigração e a imigração, como uma das estratégias reguladoras e influenciadoras das trajectórias de reprodução e transformação social.

---

<sup>1</sup> RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trayectorias de Clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p. 543.

<sup>2</sup> Idem, p. 54.

Se em determinadas épocas parece haver estabilidade, ou falta de tensão conflitual e dinâmica estrutural, como se a sociedade fosse estática, noutros momentos explode, surgindo com esse aspecto nos períodos revolucionários ou de transformação política dos regimes. Por outro lado, o crescimento demográfico, a emigração e as alterações estruturais do sistema económico provocam a ampliação geral da pirâmide social e o surgimento de novas elites, novos grupos profissionais e ocupacionais nos diferentes níveis da sociedade.

Neste processo dinâmico da sociedade acontecem as formas mais visíveis de mobilidade social ascendente e descendente.

Subir na escala social é um processo lento e socialmente regulado, no qual os indivíduos vão demonstrando aptidões progressivamente legitimadas, de geração em geração, sendo testado cada ramo familiar, num exercício selectivo congregando e afastando parentes, conforme é o grau de resposta dos participantes na contenda social.

O retornado está sujeito à observação da comunidade, sendo-lhe exigidas atitudes, comportamentos e iniciativas conforme o grupo social de onde provém, levando este a uma avaliação do que lhe é exigido e do que ele é capaz. Neste jogo social situa-se a mobilidade e a reprodução social.

A mobilidade ascendente, conseguida através de enriquecimento, necessita ser socialmente legitimada, sendo reconhecido ao que ascende socialmente, qualidades de mérito, de família e instrução. Por isso, aquele que ascende por via da emigração procura demonstrar publicamente virtudes, capacidades e competências no lugar de retorno, avaliando-se nas formas de representação social, os limites da escala de ascensão e da legitimação.

Descer na escala social, a níveis muito baixos, força as saídas pelo abandono voluntário do território social, quer se trate do não retorno por falência de projecto, quer pela incapacidade de gestão da propriedade ou capital simbólico dos descendentes, manifestando-se ainda no esvaziamento ou desagregação do quadro doméstico por não descendência, ou abandono progressivo do lugar de origem do grupo doméstico de onde se é proveniente.

São limites desta «pirâmide», os que se estabelecem no funcionamento da estrutura demográfica, nos sistemas político, económico, social, educativo e os que se estabelecem nos códigos religioso, ético, moral, explícitos nas leis civis e administrativas, os quais funcionam como reguladores do funcionamento social.

Integram ainda os limites da «pirâmide» a dimensão da propriedade, os rendimentos agrícolas e capacidade produtiva dos solos, bem como a natureza de outras fontes de rendimentos quando provêm de actividades não agrícolas e o valor simbólico atribuído aos diferentes tipos de propriedade, valores e sua proveniência, como atributos hierarquizadores sociais associados à legitimação dos diferentes estilos de vida social.

Estes mecanismos legitimadores de uma ordem dinâmica que se estabelece entre as estruturas e a acção social, são reguladores implícitos das estratégias sociais e das tensões internas provocadas pelos conflitos de interesse, causadores das trajectórias ascendentes e descendentes na hierarquia social.

## 1.1 — Estratégias e trajectórias

Tendo em conta os constrangimentos e as estratégias de conservação e reprodução social verificadas nas comunidades rurais, nas quais tem lugar a emigração, as trajectórias sociais dos migrantes são condicionadas pelos constrangimentos sociais de comunidade, próprios dos diferentes grupos domésticos, onde se contam proprietários e não proprietários. Existem, porém, outros condicionamentos próprios do migrante (grupo social, alfabetização, idade, sexo), ou que decorrem do lugar de acolhimento do emigrante e da conjuntura económica e das opções de retorno.

A emigração, ao ser vista como uma realidade distinta do retorno, ou, se quisermos, como duas vertentes autónomas do mesmo problema, não tem em conta que na base da saída está uma intenção de retorno.

Esta poderá tomar várias formas, conforme for o itinerário escolhido pelo emigrante, o seu sucesso no lugar de instalação e as motivações sociais, familiares e individuais, decorrentes do lugar social que ocupa no momento de saída.

Segundo Richmond, existem dificuldades nas análises estatísticas tradicionais, levando-nos a encarar a migração de retorno como uma componente apenas de um processo mais vasto de troca. Assim, propõem, para a análise migratória, «o desenvolvimento de sistemas abertos, que tenham mais em conta o 'feedback' da comunicação e da informação, que encarem o processo de adaptação como uma gestão de conflitos e tensões estruturais conducentes a várias saídas»<sup>3</sup>.

Teremos em conta os trabalhos de Jorge Alves, dado haver identidades cronológicas, principalmente no que se refere às transformações de regime oitocentista e os impactes económicos regionais dos fluxos financeiros com proveniência do Brasil e ainda os de Fátima Brandão<sup>4</sup> e Carlos Silva<sup>5</sup>, onde a propriedade, o casamento, a herança/sucessão e as migrações são analisados no contexto histórico, como estratégias de gestão e reprodução da propriedade e do quadro social em comunidades rurais.

Tê-los-emos em conta, dado que nos debruçaremos simultaneamente sobre indivíduos e estruturas sociais e sobre o impacto que a migração de retorno do Brasil teve em Fafe, como estratégia de reprodução ou transformação social.

Bourdieu oferece-nos uma tipologia das estratégias de reprodução esquematicamente apresentadas por Lorenzo Cachón Rodríguez: a) Estratégias negativas: estratégias de limitação da fecundidade; b) Estratégias positivas: estratégias sucessórias, educativas, profiláticas, económicas, de inserção social, matrimoniais, ideológicas<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 21.

<sup>4</sup> BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994.

<sup>5</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — constrñimientos e estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 1994.

<sup>6</sup> RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trajectórias de Clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, pp. 543-544.

Carlos Silva teoriza sobre os «constrangimentos e estratégias» na análise da tensão dinâmica entre a estrutura e acção, pressupõe a existência de linhas de força presentes na estrutura e na estratégia de realização de objectivos de médio ou longo prazo, havendo, contudo, liberdade por parte do actor social.

No quadro das opções estratégicas o grau de acção é variável, conforme o posicionamento social de cada um dos actores: «as estratégias e respectivas representações de continuidade ou descontinuidade relativas à conservação do património diferem, conforme é maior, menor, ou nula a capacidade de reprodução patrimonial»<sup>7</sup>, para além da existência e funcionamento de outras variáveis como processos de testamento, grau de educação dos herdeiros, presença e participação destes na exploração e disponibilidade para a sucessão.

Por outro lado, e «tendo em conta que a estruturação da acção se faz a diversos níveis, só uma perspectiva que encare a relação entre constrangimentos e estratégias» explicará a acção, onde as interações dos actores sociais não são separáveis ou independentes dos constrangimentos estruturais: casamento, herança e migrações<sup>8</sup>.

Ele deixara-a sem dote, filha-família de uma casa arruinada. E o homem que ele amava desistira do casamento, medida esta tida por demais natural entre o povo do campo, para quem o casamento é mais do que o imperativo da espécie — é a união de dois patrimónios<sup>9</sup>.

O casamento e a herança constituem os comportamentos fundamentais e indissociáveis dos processos de reprodução e, eventualmente, de mobilidade social.

Os imperativos sócio-económicos presentes nas opções matrimoniais aparecem umas vezes conjugados com os condicionamentos da atracção física, outras vezes mediados pelos factores de ordem familiar, social e afectiva decorrentes de contextos da educação familiar. O casamento «de acordo com a categoria social dos noivos, conduz à recomposição de patrimónios ou à reunião de salários e outros rendimentos originários da própria terra ou arrendada, permitindo, amiúde, a aplicação de poupanças agrícolas e não agrícolas»<sup>10</sup>.

Nesta prática estão presentes factores económicos e políticos, bem como os de natureza erótico-sexual, o que nos remete para a análise das relações do domínio de classe e patriarcado, onde se exercem os protagonismos decorrentes das relações de parentesco nas estratégias matrimoniais, tendentes a negociar e a celear o casamento ideal entre parceiros de posição semelhante.

<sup>7</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 47.

<sup>8</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — constrñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidad de Amsterdam, Amsterdam, 1994, p. 47.

<sup>9</sup> BESSA-LUÍS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p. 40.

<sup>10</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — constrñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidad de Amsterdam, Amsterdam, 1994, p. 47.

As estratégias matrimoniais e sucessórias conjugam-se, no sentido da reprodução social da casa materna. Neste quadro estratégico decorrem as opções pela escolha de herdeiros privilegiados e representantes legítimos da herança da casa, influenciando na escolha dos que deveriam ficar solteiros, ou seguir outras vias profissionais consequentes com o estatuto do grupo doméstico (padres, militares), ou emigrar. No controlo da terra e reprodução da casa, reside a estratégia de definição do herdeiro principal<sup>11</sup>.

No caso «do tratamento desigual do filho emigrante não é de modo algum o resultado do comportamento idiosincrático dos pais [...] pelo contrário, constituía um traço característico das práticas de herança de mosteiro. [...] Acresce que os filhos emigrantes, ao ausentarem-se por longos períodos da casa natal, viam-se na impossibilidade de influenciar os pais quanto ao destino a dar aos bens do casal»<sup>12</sup>.

Nestas estratégias camponesas, residiu a sua eficácia e operacionalidade, no quadro de um País que, até meados do século XIX se manteve atrasado no seu desenvolvimento agro-industrial e determinou ou favoreceu a manutenção das economias domésticas camponesas, até à década de 60 deste século, prolongando formas muito antigas de autonomia e reprodução de sistemas produtivos e processos económicos distintos do modo de produção capitalista, ou mesmo resistindo ao mercado como essência do mercado.

No entanto, e tendo em conta que no processo de retorno o emigrante, ao integrar o quadro social de proveniência, necessita de proceder nas mesmas regras do sistema estratégico, ainda que apresente novas «armas», como as que os clássicos da literatura muito referiram (expressas no vestuário, nas fala, nas atitudes) a presença das filhas e sobrinhas herdeiras e respectivos projectos de casamento são uma constante, realçando permanentemente o vínculo familiar, descendência e sucessão da herança dos bens patrimonial.

É nosso entendimento que as estratégias de casamento, herança e a migração, sendo estratégias de reprodução/trans formação social, deverão ter em conta os itinerários e as trajectórias sociais marcadas pelo momento, lugar e formas de reinstalação no retorno. As primeiras, para além de se verificarem e justificarem as opções de saída, reforçam-se no momento, nas formas de instalação, no território de origem e nas opções de retorno ou de não retorno.

Por sua vez o isolamento geográfico, condicionado pelas características morfológicas do território e as formas de organização dos agregados populacionais do território, associado à falta de vias de comunicação até à década de 70 deste século, favoreceram o atraso agro-industrial, dificultaram as transformações estruturais e mantiveram estratégias camponesas de produção familiar e reprodução social, como processos de resistência e adaptação.

Por outro lado, e tendo em conta a sociedade envolvente, os actores sociais estabeleceram estratégias, conscientes e racionais, para minimizar ou contrariar a

<sup>11</sup> Idem, p. 52.

<sup>12</sup> BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 255.

dependência do Estado, desviando-se das suas orientações. Veja-se a atitude legislativa do Estado português sobre a emigração, no controlo e regulação da saída legal dos nacionais para as colónias ou para outros Estados, a qual se orienta, umas vezes por critérios de favorecimento da emigração e outras vezes para a sua limitação (contrariando as saídas, bem como a entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal).

Estas atitudes, visíveis na legislação da emigração, subordinam-se às políticas conjunturais do Estado tendo em vista o carácter económico da gestão dos recursos humanos nacionais, nas políticas de colonização e de emigração.

Uma forte desconfiança da população portuguesa perante o Estado com fortes raízes no processo histórico português, para além de se revelarem na emigração clandestina, marca o comportamento do quotidiano das comunidades rurais: «Em Luilhas, porque levava um lápis e papel na mão, onde notava as impressões locais, fui considerada, com os meus guias, como «fescais do Porto. Certa vendeira aterrorizada por esta súbita ideia, fechou apressadamente a porta, só a abrindo quando completamente certificada do fim que ali me levava. E receosa, ao vir-me embora, ainda me disse: «— A senhora num bá dizer òs do Porto qu'há bénd'em Luilhas...»<sup>13</sup>

Podemos concluir que se «acha imprescindível a articulação dos constrangimentos relativos ao contexto das forças institucionais locais com o actuar, consciente ou não, dos actores sociais visíveis desde as estratégias matrimoniais e sucessórias, passando pelas migratórias, até às estritamente políticas ou simbólicas»<sup>14</sup>.

## 1.2 — Estratificação social simbólica e mobilidade

Entendemos como classe social a definição dada por Bourdieu, um conjunto de agentes, definidos «não por uma propriedade (mesmo que se trate da mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma soma de propriedades (propriedades do sexo, da idade de origem social ou étnica... de rendas, de nível escolar, etc.), nem sequer por uma cadeia de propriedades, ordenadas todas a partir de uma propriedade fundamental (a posição nas relações de produção) numa relação causa efeito, de condicionante a condicionado, senão pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio»<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folklore do Concelho*, Coimbra, Ed. Casa do Castelo, 1952, p. 25.

<sup>14</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — construímentos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidad de Amsterdam, Amsterdam, 1994, p. 47.

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre, citado por RODRIGUES, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trayectorias de Clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p. 539.

Ao utilizarmos para o nosso estudo o Registo de Eleitores e Elegíveis do Concelho em 1881, cruzados com os dados dos Róis de confessados de uma freguesia tipo, e ainda os Registos de Passaportes e Termos de Abono de Identidade dos migrantes, verificamos existirem relações várias entre a mobilidade e os estatutos sociais e profissionais ou ocupacionais, tendo em conta as expressões que os/as designam, tais como: capitalistas, proprietários, agricultores, trabalhadores, jornalheiros, e outras que podemos designar por artesãos.

Se através da relação entre o valor da contribuição fiscal e as profissões se pode inferir do grau de riqueza e estatuto social, criando assim uma estrutura social hierárquica, a estratificação ocupacional ou profissional é também medida pela relação entre o poder económico e o prestígio que lhe é atribuído, como indicador de desigualdades, nomeadamente representado na capacidade de elegibilidade para os diversos lugares públicos.

Existe assim uma elevada correlação na construção da estratificação social, entre as profissões, a recompensa económica e o prestígio social, através da qual se pode inferir da relação entre estratificação e mobilidade social.

No percurso temporal estudado, correspondendo, como já dissemos, a profundas alterações de regime político e económico, através das profissões verificamos que houve mobilidade ocupacional como consequência da emigração para o Brasil visível no retorno, através de diferentes formas de demonstração pública de riqueza, na designação de capitalista e no prestígio adquirido pela dedicação filantrópica às causas «nobres».

A forma como geriram os bens, os projectos de sucessão/herança, como forma de preservação e continuidade do prestígio e estatuto social da família, determinou, nas gerações seguintes, novas ocupações e novas formas de manutenção ou não do prestígio familiar adquirido pelo «Brasileiro, também designado por capitalista».

Esta expressão serve para designar aquele que conseguiu riqueza, só possível no Brasil, e tem fontes de rendimento suficientemente grandes para viver, sem ter qualquer ocupação considerada produtiva. Permite-se viver segundo um padrão não acessível aos restantes membros da comunidade. Esta, considera «ricos os que dão e não os que têm muito», por isso, o «Brasileiro» é sempre um benemérito e um filantropo. Por outro lado adquire o estatuto de burguês porque se permite usufruir, como recompensa, do uso e da disponibilidade do tempo para o ócio e na ocupação de cargos públicos na administração e na política local.

Outra característica do capitalista «Brasileiro» é referir-se e ser referido, nomeadamente na imprensa, ter negócios no Brasil e fazer das suas muitas vindas a Portugal ou para o estrangeiro, uma prova da sua vida de ócio.

O nosso estudo refere-se simultaneamente a um território concelhio agrícola e à emergência de uma urbe na freguesia de Fafe, tendo em conta as tipologias ocupacionais, as formas de recompensa e o prestígio que diferenciam os grupos ocupantes desses territórios e o comportamento migratório.

Na análise sociológica da estratificação, existem níveis de estrutura distintos e complexos. No entanto, e em termos qualitativos, procuramos dividir a comuni-



dade concedia em três níveis ou grupos: 1, 2 e 3, face às diferenças económicas, sociais e simbólicas, por forma a facilitar o nosso discurso interpretativo, presente nas fontes utilizadas como indicadores de análise: as profissões, a capacidade diferencial de elegibilidade a deputados em 1881, a contribuição fiscal e, ainda, o surgimento de novas profissões decorrentes da emigração de retorno (capitalistas):

1 — Os ricos, residentes em casas com tradição aristocrática e senhorial onde se exibem brasões ou portões brasonados, os grandes proprietários lavradores e os capitalistas (burgueses);

2 — Os remediados ou classe média (pequenos proprietários, agricultores, lavradores, comerciantes, negociantes e vendeiros);

3 — Os pobres (caseiros, jornalheiros, artesãos, almocreves e criados de servir ou serviçais).

A estes três grupos correspondem distintas posições na estrutura da hierarquia social da comunidade, porque são diferentes: o grau de riqueza, o prestígio como poder simbólico e a não riqueza, desenhando uma estrutura vertical em pirâmide, mais numerosa na base e fechada no topo, ocupando o topo os do nível 1, o espaço intermédio, os do grupo 2 e, por fim, na base e em maior número, os do grupo 3.

Por outro lado, a esta arquitectura social correspondem distintas estratégias de reprodução social, nomeadamente pelo acesso ao mercado matrimonial no mesmo nível ou grupo, pelas formas de herança de bens ou sucessão na primazia da casa paterna, pelo acesso ao poder político, associáveis ao processo de saída e escolha de destinos de migração e emigração, bem como no retorno e não retorno aos lugares de origem.

#### Grupo 1:

a) Os ricos, com tradição aristocrática, ocupam os lugares de destaque nos processos de ritualização social e simbólica, mantendo uma grande distância com a comunidade e possuindo mediadores para gerir as quintas, designados por feitores, que orientam todas as suas práticas de gestão, recebem as rendas, dão indicações aos caseiros e jornalheiros.

A governanta, em acordo com o feitor, procede à gestão de todo o espaço familiar e agrícola, prestando contas desta gestão aos patrões (também designados por senhores), no fim dos ciclos agrícolas.

Nunca se sabe se estão presentes ou ausentes da casa, chegando a passar grandes temporadas fora, em visitas aos parentes ou em Lisboa ou no Porto.

Nunca recebem ninguém à porta, havendo uma criada ou criado que se presta a comunicar a chegada de visitas.

São mediadores de influência em Lisboa e no Porto, onde têm parentes em lugares importantes da administração pública, prestando-se a interceder na administração pelos naturais, cujos pedidos são feitos através do feitor.

A casa de família tem mais importância do que quem a habita, valorizando assim a genealogia. São designados pelo nome da casa.

A vida particular nunca é conhecida dos caseiros, jornalheiros e criados que aparecem por todo o lado e com as mais distintas tarefas, mantendo uma distância formal, quase ostensiva com a comunidade, não partilhando nenhum dos seus momentos.

Têm capela própria na casa, onde vai o padre, ou têm padre na família para cumprir as obrigações dominicais, fazer os casamentos de família e os baptizados. Reúnem-se frequentemente em família, recebendo os primos de fora.

Os filhos estudam nos colégios do Porto ou Lisboa, seguem carreiras militares ou públicas nas colónias ou na metrópole, independentemente dos regimes políticos.

No século XIX, dividiram-se entre Absolutistas e Liberais e, com a República, alguns optaram por esta causa, preservando assim o seu estatuto.

Constituem a elite aristocrática tradicional mantendo, no quadro do liberalismo, a capacidade de elegíveis a deputados.

b) Os grandes proprietários agrícolas têm uma posição social forte e activa junto da comunidade, aparecendo como os mordomos das festas; são líderes das procissões, pegando ao pálio; fazem os peditórios para a igreja (representados pelos filhos); ocupam os lugares cimeiros durante os momentos do culto na igreja; são sepultados à entrada ou em lugar de destaque no cemitério que mandaram fazer, em pedra lavrada, para a família.

Têm propriedades agrícolas compostas por casa de granito de dimensão notória, montes e gados de grandes porte: sempre mais do que uma junta, que mantêm durante todo o ano, e suas crias.

Avaliam as suas propriedades através do gado de grande porte, do milho produzido e do estrume: pelo número de cabeças de gado e pelo número de carros de milho, extrapolam da dimensão da terra arável e, pelos carros de estrume produzidos, conhecem a dimensão dos montes e sua capacidade de fornecimento de matos fertilizantes. Deste modo, exibem o seu poder e prestígio perante os locais e posicionam-se para, no mercado matrimonial, casarem os filhos/as com os do mesmo grupo.

Nenhum dos filhos emigra para actividades sazonais.

Deslocam-se a cavalo, exibindo-se em lugares públicos.

Por questões de prestígio não têm gado de pequeno porte, sendo este facto indicador, na parte sul do concelho, de condição social inferior.

Matam todos os anos, em Dezembro, um ou mais porcos, conservando a carne em sal durante o ano, exibindo na larga cozinha os enchidos feitos da mesma carne.

Não afirmam a sua condição de poderosos mas influenciam, quase sempre, as decisões locais, preferindo fazê-lo de forma implícita. Controlam as propriedades, vigiam secretamente os caseiros, forçando-os ao cumprimento de obrigações. Raramente saem, senão por razões sociais, comerciais, ida a banhos, regulando e negociando permanentemente a sua posição de liderança na freguesia e no concelho.

Sentem-se permanentemente ameaçados pelos do mesmo grupo. Protegem a posição da casa, gerindo as opções matrimoniais dos filhos e a herança da casa. De entre eles, optam, preferencialmente, pelo não casamento das filhas e dificultam ou intervêm nas opções matrimoniais dos rapazes.

Definem qual dos filhos vai estudar (normalmente para os seminários — de onde sai o padre que constitui a honra da família), qual deles segue a carreira militar ou se opta pela sua colocação como caixeiro na cidade ou, ainda, se vai para o Brasil com fiança do próprio pai.

Tudo é feito com discrição e algum segredo, o que dá coerência a um comportamento aparentemente alheado e discreto.

Manifestam uma atitude de cumprimento fiel das obrigações formais da religião, ocupam sempre o mesmo lugar na igreja, o qual se distingue por ser o mais visível e proeminente, constituindo uma afirmação territorial hierárquica própria, legítima e com direito a sucessão. Ou seja, um dos filhos varões virá a substituí-lo naquele lugar.

Esperam que o filho retorne rico do Brasil. Se ele não tem sucesso não retorna, fazendo-se constar que está muito rico. Se tem o sucesso esperado, regressa à terra para confirmar as expectativas nele depositadas.

Se ultrapassa as expectativas, muda-se para a vila, para a cidade mais próxima ou para as «capitais»: Braga, Porto ou Lisboa; ou então, depois de permanente «vai e torna», instala-se definitivamente no Brasil.

b.1) Se ele é produto de retorno definitivo do Brasil, a forma primeira de identificação realiza-se na construção da casa, como primeiro indicador da família, das relações sociais simbólicas, das estratégias domésticas pré-estabelecidas e da reprodução e transformação social como novo efeito colectivamente avaliado.

É o primeiro industrial da terra. Chega casado com uma Brasileira de origem Portuguesa, Italiana ou Austríaca, ou, se vem solteiro, casa com a filha de um proprietário, como reforço simbólico do prestígio alcançado.

Como a sua posição é produto de retorno do Brasil, a casa apresenta os elementos dessa condição: grades de ferro, janelas altas, tem árvores exóticas, vasos, portões altos, gradeamentos, lagos, caramanchão, azulejos, águas-furtadas ou lanternins, tem criadas/os a viver em tempo inteiro na casa e com funções distintas.

Visita as quintas e gosta de acompanhar as tarefas agrícolas dos caseiros. Vai com frequência à vila para falar da política com os amigos, da vida que teve no Brasil e dos bens que ainda lá possui. Frequenta os casinos e clubes que fundou ou ajudou a fundar. Apoia o jornal do seu partido, onde aparece referido sempre que faz qualquer doação de carácter filantrópico quando chega do Brasil, quando a mulher ou algum dos filhos casa, quando se ausenta da terra para Lisboa, ou vai a banhos.

Na sua casa há livros, algumas revistas sociais e um piano, ainda que ninguém o toque, funcionando como objecto de decoração e valor simbólico. Negocia publicamente o casamento das filhas, forçando o seu casamento com

indivíduo de igual condição. A mulher é uma protectora dos pobres, uma íntima do padre, benemérita da igreja, acompanha as filhas em visitas a amigas da mesma condição, tem primos e primas com quem troca correspondência, acompanha os namoros secretos das filhas, com quem podem não chegar a casar, por decisão dos pais.

Tem ideias políticas arrojadas, fala de viagens de comboio e de barco, mas nunca confessa como ganhou dinheiro no Brasil. Apela à honra e ao trabalho que lhe deu sucesso e nunca é contestado.

Manda construir um mausoléu para a família para onde manda transladar os pais, de que é um devoto e a eles apela como referenciais da sua sorte, posição e conduta.

b.2) Se se instala na cidade, participa na vereação, é mesário das confrarias, benemérito das instituições, viajante, letrado, capitalista, o que justifica a sua falta de ocupação. Vai ao clube, lê os jornais em lugar público, veste-se de branco, traz um óculo que utiliza em todas as ocasiões, é procurado para dar conselhos, papel em que se insinua e cultiva. É conhecedor dos segredos do sucesso, padrinho dos filhos que tem secretamente. Mantém regularmente uma amante, situação que todos ignoram voluntariamente. Chega a Presidente da Câmara. Faz doações para a igreja, mas diz-se não religioso. Tem os filhos a estudar nos colégios ou em Coimbra. Não há novidade na cidade que não surja pelas suas próprias mãos. Cultiva a inimizade política. No seu túmulo prefere o seu busto ou uma imagem escultórica feminina com ar de uma qualquer santa, aos sinais cristãos.

Tem casa na grande cidade, onde frequenta a ópera e o teatro, frequenta as termas, vai a banhos à Póvoa do Varzim, joga no casino. Aparece reconhecido na toponímia da cidade e, após a morte, faz-se perpetuar em retratos a óleo, na galeria dos doadores e beneméritos da Confraria da Misericórdia local.

Em ambos os casos o sucesso geracional dependeu de vários factores: do poder e grau de prestígio do ascendente, da adequada aplicação de capitais, da forma como foram geridas as estratégias matrimoniais, a herança e a instrução. Estes factores facilitaram a ocupação de cargos de destaque público na administração, deslocando-se alguns dos descendentes para a grande cidade, reflectindo-se o quadro social e familiar de origem.

O insucesso geracional decorre da má aplicação das economias em acções e propriedades agrícolas, ambas sujeitas às depressões e crises económicas, levando à falência de algumas famílias, e também devido ao empenhamento excessivo na vida político-partidária, sem que viesse a obter resultados desse envolvimento.

O modo como é gerida a memória da família leva a que a comunidade mantenha em reserva a família, respeitando a excelência do passado dos ascendentes, na expectativa de novo momento de sucesso igual aos seus ascendentes, a que todos se referem.

As expressões: «tal pai tal filho», «quem sai aos seus não degenera», «filho de peixe sabe nadar», reproduzem uma ideia interiorizada pelo colectivo de reprodução de estatutos e da estratificação social, aplicado como sendo de valori-

zação e legitimação dos ricos bem sucedidos e seus descendentes. Mais exigente é com os pobres e socialmente desprestigiados com a expressão: «quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita» e «nunca peça a quem pediu, nem sirvas a quem serviu».

Constituem o grupo dos eleitores e elegíveis a deputados e ao município.

#### Grupo 2:

Este grupo é composto por proprietários, pequenos agricultores e comerciantes (estes são por vezes donos de pequenas propriedades), definível como grupo intermédio, sociologicamente ambíguo, podendo alguns deles aproximar-se do grupo 1.

Têm casa própria, propriedade de pequena ou média dimensão, que se encontra dividida entre terra de regadio e sequeiro. Conseguem ter uma ou mais juntas de animais de grande portes.

Por vezes vendem alguns animais no Inverno, por incapacidade de os alimentar. Têm alguns animais de pequeno porte: ovelhas ou cabras e negociam as crias. Alimenta um porco para alimentar a família no Inverno. O agregado familiar é composto pelo casal, descendentes directos e um criado.

Colocam os filhos na cidade como caixeiros, suportando as custas desta aprendizagem, de onde saem para o Brasil. Constituem a força produtiva da comunidade e parte integrante da sua dinâmica produtiva.

Têm grande capacidade em diversificar a obtenção de rendimentos provenientes de várias fontes, com pequenos negócios e ofícios.

Caracterizam-se como os que mantêm durante o ano um rendimento regular e suficiente para manter a família e cumprir obrigações perante as autoridades civis e religiosas.

Cuidam do bom nome e negociam uma posição estável na comunidade.

Não valorizam a instrução, dado que para eles é mais importante a força do trabalho do que o saber. Tiveram todo um percurso no Brasil, em trabalho dependente, sem nunca construírem aí negócio próprio.

No retorno, são frequentadores das feiras e animadores das romarias. Se saíam em família para o Brasil, não regressam. Se saem individualmente reforçam a posição familiar, pagam as dívidas, compram pequenas quintas, aumentam a casa-mãe, introduzem melhorias na exploração agrícola, adquirem prestígio.

Não se apresentam com tíques vinculados do «Brasileiro» rico e urbano, reproduzindo as mesmas vivências do lugar e do tempo de saída.

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos eleitores não elegíveis a deputados.

#### Grupo 3:

Neste grupo situam-se os pobres. É composto pelos do grupo anterior que têm dificuldades em cumprir as obrigações referidas, ou não as cumprem com regularidade, gerindo com deficiências o quotidiano, apresentando comportamentos que dificultam a sua capacidade negocial de permanência na mesma quinta

como rendeiros ou caseiros. É o grupo dos artesãos, pedreiros, carpinteiros, mineiros e colmadores, às vezes trabalhando numa pequena terra, arrendada e pouco produtiva.

Se são donos de pequenas parcelas de terra, mantêm-se em permanente situação de negociação de dívidas, chegando mesmo a ter de as vender, ocupando, por isso, em pleno, o lugar do fundo.

Aceitam qualquer posição de sobrevivência. São criados de servir, muito dependentes, apresentam fraca mobilidade social e pouca capacidade negocial, dada a fragilidade da sua posição económica. Como criados, vivem em casa dos senhores a tempo inteiro, permanecendo solteiros na casa, ou se casam, fazem-no com outras criadas ou jornaleiras. Podem permanecer na casa ou sair como caseiros para alguma propriedade próxima ou em outras freguesias, negociando a sua juventude no arrendamento.

Na família existe uma ou duas cabras que alimentam, de leite, as crianças.

Saem para o Brasil em família ou protegidos e apançados pelo patrão da terra, se são caseiros. Se têm sucesso no Brasil, na geração seguinte dá-se a regressão social por falta de estratégias: nem sempre investem na instrução dos filhos, negociam deficientemente a herança e o casamento, rarefazendo novamente a propriedade acumulada, surgindo os netos na posição de empregados comerciais e domésticas.

Constituem a mão-de-obra que fica disponível, após as colheitas, saindo em Setembro e Outubro para o Alentejo, ou emigram para o Brasil como engajados (contratados) clandestinos, apoiados por algum proprietário ou «Brasileiro» da terra e raramente retornam, senão para rever os pais: «O filho voltou ao Pará; e, ainda que lhe deixasse cabedais bastantes para viver com folga, ela retomou os seus farrapos, o seu engajo com que removia o tojo podre dos chiqueiros, e em breve estava tão sórdida como antes.»<sup>16</sup>

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos excluídos. Não são eleitores nem elegíveis.

### 1.3 — Itinerários, trajectórias e retorno

O Brasil é o principal itinerário emigratório dos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe. Conforme demonstraremos noutra parte de trabalho, estes eram predominantemente muito jovens, o que era condicionado, necessariamente, pela obrigação de os maiores de 14 anos prestarem fiança ao recrutamento, obrigação essa que condicionava e distinguiu os que poderiam dispor de recursos para esse fim e os que não dispõemham dessa possibilidade.

Era à obrigação de prestar serviço militar ou «imposto de sangue» que o povo tinha aversão, ao mesmo tempo que a Lei de 1 de Julho de 1859, arts. 7.º e

<sup>16</sup> BESSA-LUÍS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, pp. 39-40.

8.º, permitindo as remissões em dinheiro, faziam com que nem um só rico fosse para o exército, como soldado forçado, recaindo o serviço militar sobre os pobres. O facto da Carta-de-Lei de 17 de Abril de 1873 permitir substituir a remissão por substituição não altera o carácter selectivo do recrutamento, pelo contrário, o rico continua a não ir para o exército porque pode comprar um homem por tempo determinado e pode oferecer avultada quantia. Porque estavam sujeitos à obrigação militar os maiores de 14 anos, os pais fazem emigrar os filhos antes daquela idade<sup>17</sup>.

Também saíam para o Brasil mais os solteiros do que os casados, mais homens do que mulheres.

Sob o ponto de vista do estatuto social os que emigravam dominavam os proprietários, agricultores e jornaleiros, mas migravam para o Alentejo os indivíduos com estatutos sociais mais frágeis, em que predominavam os trabalhadores, jornaleiros, sendo mais os casados do que os solteiros adultos.

Nasci no dia 15 de Agosto de 1814 e fui baptizado a 17 do dito mês na freguesia de Cepães.

Saí da casa de meus pais para a cidade do Porto em 28 de Maio de 1827 e embarquei para o Rio de Janeiro a 4 de Junho no [...] *Invenível*. Esse barco foi tomado pelos corsários argentinos nas alturas do Cabo Frio no dia 26 de Julho e no 27 fui e os mais passageiros transbordados para bordo da galera *Príncipe Real* e nela entramos na barra do Rio de Janeiro a 1 de Agosto de 1827. Fui nesse mesmo dia para casa do meu primo José António de Castro Leite, estabelecido com loja de couros na Rua da Quitanda, n.º 40, canto da Rua do Carmo, para quem levava cartas de recomendação. Ali estive como hóspede até me aparecer colocação.

#### 1.ª colocação — Caixeiro.

A 18 de Outubro de 1827 fui de caixeiro para casa de Francisco José da Silva Braga, estabelecido com casa de secos e molhados na Rua do Sabão, n.º 195. O Braga vendeu a casa do negócio em 20 de Maio de 1828, a Jorge de Oliveira, porém não o podendo aturar (por ser muito mau) despedi-me em 20 de Março de 1830, saindo de casa no dia 30.

#### 2.ª colocação — Caixeiro

Fui para caixeiro de João José da Silva Vieira com armazem de secos e molhados na Rua do Rosário, n.º 98, canto da Rua dos Ourives e lá estive ao fim do ano de 1830; porém, não sendo do meu agrado

aquele negócio, e tendo ocasião de colocar-me em loja de couros, despedi-me e fiz contas no fim de Dezembro de 1830, recebendo do resto dos meus salários 6\$410 réis. Era esta toda a minha fortuna no fim de 3 anos e 4 meses de sofrimentos e orações no Rio de Janeiro.

#### 3.ª colocação — Caixeiro

Em 1 de Janeiro de 1831 entrei para caixeiro do meu primo João António de Castro Leite com loja de couros na Rua da Quitanda, n.º 40, canto da Rua do Carmo, sendo sócios da mesma, Joaquim José Ribeiro Lima e meu irmão António José Leite Lage, o qual me impôs a condição, quando eu entrei, de não nos tratarmos por irmãos: que eu lhe chamaria o Sr. António e ele a mim Sr. Francisco.

#### A prisão:

No dia 4 de Abril de 1831, fui preso, o meu patrão Castro Leite, o sócio Lima e mais cinco vizinhos que estavam a conversar na loja, isto por sermos todos portugueses, e terem dado uma denúncia falsa de que meu patrão mandara vir portugueses de Portugal para armar contra o Brasil.

Estivemos presos na sala do carcereiro até 9 de Abril, e nesse dia, conhecendo o Juiz do crime que a denúncia era falsa, deu-nos ordem de sultura. O carcereiro por nos conservar nas suas salas (para não entrarmos na cadeia) levou-nos 100\$000 réis a cada um. Felismente para mim, esta quantia foi e as mais despesas que me tocaram foram pagas pela loja de negócio, por eu ter sido preso dentro do balcão.

#### 4.ª colocação — Caixeiro

No fim do ano de 1833, meu primo e patrão João António de Castro Leite vendeu a loja de couros a meu irmão António José Leite Lage, e eu fiquei caixeiro de meu irmão, prometendo de dar-me interesse quando podesse, o que eu supus no fim de 3 ou 4 anos, mas tive de esperar 9 anos!

Em fins de 1841, foi-me oferecida sociedade em uma loja de couros que queria montar Bernardino de tal, que vinha do Rio Grande do Sul.

Em vista disto, meu irmão não teve remédio, para eu não sair, senão dar-me sociedade há 9 anos prometida.

#### 5.ª colocação — 1.ª Sociedade comercial:

Entreí para sócio, interessado na terça parte no 1.º de Janeiro de 1842. Entrei com os restos dos meus salários para fundos da sociedade, os quais, tendo eu seguido o sistema de gastar só metade do que ganhava e apesar de todas as minhas economias, da grande sujeição em que viviam e das apoquentações que passei, só tinha podido juntar a quantia de 1.205\$550 réis moeda fraca, isto no fim de catorze anos de caixeiro.

<sup>17</sup> Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876, pp. 104-109.

Tendo falecido meu pai em 2 de Maio de 1842, meu irmão António resolveu vir a Portugal. Como eu tinha de ficar com todos os encargos do negócio combinamos eu ficar interessado em metade dos lucros e perdas. Isto principiara em 1 de Janeiro de 1843.

Meu irmão demorou-se em Portugal 3 anos, voltando em 1846. Conservámos a sociedade até ao fim de 1849.

Fui sócio com meu irmão António 7 anos.

Empresário comercial.

No fim do ano de 1849 comprei-lhe a loja de couros sem abatimento algum nem em dívidas nem em fazendas, dando-lhe tudo quanto ele quis, que foram 12 apólices da dívida pública do Império do Brasil.

No 1.º de Janeiro de 1850 comecei o negócio por minha conta e com a ajuda de Deus e a protecção do meu amigo e primo Fortunato que me emprestou o dinheiro que eu precisava para comprar as (12) doze apólices que tinha de dar a meu irmão e também o dinheiro necessário para as minhas transações comerciais.

Foi com a protecção deste meu verdadeiro amigo e com a ajuda de Deus, que me deu saúde e inteligência para dirigir os meus negócios que adquiri o que adquiri o que hoje possuo, e de cujos rendimentos me sustento e a minha família, seguindo sempre o meu bom sistema que adoptei quando era caixeiro de só gastar metade dos meus rendimentos, capitalizando a outra metade em benefício de meus filhos e da minha mulher e mais herdeiros.

Em 1853 faleceu a Sr.ª D.ª Leonor de Oliveira Mascarenhas, dona do prédio da Rua da Quitanda, n.º 40, em cujo prédio existia a minha loja de couros. Em testamento deixou metade desse prédio ao P.º David S. Oliveira Mascarenhas e a outra metade ao Dr. João Torcato Mascarenhas.

Comprei a metade pertencente ao P.º David Mascarenhas em 31 de Agosto de 1857.

Em 8 de Outubro de 1857 comprei a outra metade do prédio ao Dr. Oliveira Mascarenhas. O preço por que comprei consta no Copiador de Cartas e Lembranças fl. 12.

Comprei-o assim porque estava em risco de ser demolido para alargamento da rua. A desapropriação era por menos 12 contos, como felizmente não se realizou, por se ter dissolvido a Companhia Edificadora, posso dizer que o prédio agora vale o dobro do que me custou<sup>18</sup>.

O retorno dos «Brasileiros» constitui um fenómeno social complexo, onde estão presentes duas realidades distintas da mesma personagem: a que saiu, tendo

<sup>18</sup> Relato autobiográfico do «Brasileiro» Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia, Fafe.

em conta a realidade pessoal e social, e a que regressou, procurando novas relações e posicionamentos face aos lugares sociais de retorno.

Tomemos como exemplo, a presença do brasileiro Seabra, em *A Morgadinha dos Canaviais*. Na aldeia todos o reconhecem como rico e proprietário da mais bela casa da região. Não é recebido na aldeia com simpatia e os dotes intelectuais das filhas são pouco reconhecidos. Também neste romance, surge uma personagem e uma família socialmente depreciada, onde o novo rico «Brasileiro», pela representação simbólica da sua própria personagem, se confronta com os detentores de poder e autoridade local, questionando estatutos e posições sociais, nomeadamente ao procurar derrotar nas urnas os «inimigos» políticos, necessários à confirmação de uma posição social correspondente ao poder económico adquirido.

Saíra criança da aldeia e fora tentar a fortuna ao Brasil. Por lá esteve quarenta anos, e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriquecera não sei, e ninguém na terra o sabia<sup>19</sup>.

Quando chega veste-se de modo notório no entanto, quando se compara com o conselheiro que era «da mesma criação» e que fora para Lisboa, diz:

— Eu sim — respondeu com toda a modéstia de brasileiro. A que cheguei eu? Comi candeias acesas pelo Brasil, para arranjar um bocado de pão para o resto da vida; com isso me contento. O mais, sou um pobre diabo, que ninguém conhece, um homem ignorante, sem princípios. Ele é outra coisa<sup>20</sup>.

Mas logo assume o confronto, testemunhado pelos presentes, na discussão de taberna e na presença dos lavradores e do padre:

Eu não quero dizer que ele seja uma grande coisa por aí além... sim... Que diabo tem ele feito afinal? [...] Não é homem de grandes talentos... isso não<sup>21</sup>.

O conselheiro representa a tradição legitimada e o Seabra deseja substituí-lo no peso e influência que ele detém na aldeia.

Esta pretensão informante da mobilidade social, traduzida pela ascensão económica é necessariamente conflitual e simbólica e pressupõe a existência de grupos.

Dahrendorf procurou duplamente «explicar a formação dos grupos de conflito e revelar a acção por intermédio da qual esses grupos provocam mudanças de estrutura no sistema social<sup>22</sup>».

<sup>19</sup> DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Livraria Civilização, 1983, p. 137.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, pp. 138-139.

<sup>21</sup> Idem, p. 139.

<sup>22</sup> ROCHER, Guy, *Sociologia Geral*, vol. 4, Lisboa, Ed. Presença, 1971, p. 235.

A chegada do «Brasileiro» rico revela o surgimento de conflitos de acesso aos lugares de liderança e poder simbólico, entre os que tradicionalmente detêm a autoridade local e os que, enriquecendo no Brasil, desejam um novo estatuto pessoal.

O processo de legitimação do mérito para aceder na escala social leva-o às eleições, vindo a negociar posteriormente essa pretensão.

A sociedade não escapa à regra do conflito inerente à natureza dos seres vivos, pelo que existem factores que dão permanência aos conflitos em qualquer sociedade. Em segundo lugar, os conflitos sociais opõem dois grupos com interesses distintos (a oposição entre aqueles que têm interesse em que se mantenha e perpetue uma situação de que beneficiam e aqueles que têm interesse em que uma situação mude). Em terceiro lugar, o conflito é o motor principal da história. Por último, existem factores estruturais de mudança social que se podem entender como exógenos, quando intervêm do exterior do sistema social (meio físico, clima, difusão das técnicas e conhecimentos, estudados pelos antropólogos) e os endógenos, sendo a mudança engendrada no interior do próprio sistema, do seu funcionamento e da sua estrutura<sup>23</sup>.

As ambições de Eusébio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino, que havia doze anos tocava a rachado. Fez à sua custa a festa do orago, chegando a mandar vir fogo preso da cidade e um aeróstato que ardeu a pouca altura do chão. Apesar de todos estes benefícios à localidade, o conselheiro Manuel Berardo, pai da morgadinha, conquanto vivesse quase sempre em Lisboa, continuava a fazer-lhe sombra e a contrastar-lhe as ambiciosas vistas. Por isso, apesar da aparente amizade com que Seabra o acolhia e lisonjeava até, conservava por ele no fundo uma má vontade, um ciúme, de que eram de recear, tarde ou cedo, explosões<sup>24</sup>.

A presença do «Brasileiro» com ambições e o confronto com Manuel Berardo, representam o primeiro, o aparecimento de uma classe de endinheirados no século XIX, interessados em ocupar o lugar da autoridade e o segundo, os que tradicionalmente detêm o poder e desejam manter o *statu quo*.

A literatura oferece-nos uma personagem com idade entre os 40 e 50 anos, vestindo de um modo não comum e surpreendente que manda construir uma casa cuja tipologia ofende a imagem da casa rural e viaja pelo mundo: «viera respirar um pouco à velha Europa. Estivera em Constantinopla, na Terra Santa, em Roma. O último ano passara-o em Paris<sup>25</sup>».

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, pp. 236-237.

<sup>24</sup> DINIS, Júlio, *A Morgadinha das Camélias*, Porto, Livraria Civilização, 1983, p. 137.

<sup>25</sup> QUEIRÓS, Eça de, *O Primo Basílio*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1878, p. 62.

É o capitalista e burguês, «que resulta do seu recurso a padrões económicos como meio da sua própria condição. A natureza instável dos meios de definição entra em conflito com a necessidade de perpetuar a pertença ao grupo. Daí que, ao nível individual, o burguês esteja permanentemente ameaçado pela possibilidade de redefinição e ao nível do grupo, a burguesia esteja constantemente aberta a novos candidatos. [...] Consequentemente, origina-se uma posição de amor/ódio perante as camadas sociais no seio das quais a sociedade burguesa procura autenticidade»<sup>26</sup>.

A conflitualidade e legitimação inerente aos processos de ascensão e mobilidade, num período de transformações ideológicas surge, assim, com alguma relevância. A aristocracia terra-tenente tem como mediadores de interesse romancistas como Júlio Dinis e Camilo, representando os que são predominantemente rurais, em oposição a todos os que chegam com dinheiro e outros símbolos de poder e influência e constituem um perigo para os que tinham como único processo de legitimação a origem familiar aristocrática.

À falta de uma burguesia portuguesa no século XIX, os «Brasileiros», vêm prefigurá-la, realçando ou exagerando alguns dos aspectos tipificadores, sendo conflitual a sua afirmação, por falta de autenticidade, dada a sua origem rústica e genealogicamente não identificada.

No entanto, no quadro local, a chegada do «Brasileiro», constitui um processo de identificação e transformação pois sendo muitos, apenas os seguidores de seus pais e avós, pré-justificando legitimidades antigas, como filhos de proprietários locais é que em Fafe criaram um mundo burguês «com um certo número de produtos culturais de significado ideológico central»<sup>27</sup> de que resulta, em Fafe, o Passeio Público, a Casa na vila, o Teatro, o Clube, a Fábrica do «Brasileiro», o Hospital e a Irmandade de São José, Escolas, os Asilos de Santo António e da Infância Desvalida.

A cidade, como símbolo de urbanidade burguesa e de representação de um estatuto económico e social, produz a rejeição da vida do campo e do que significa ruralidade: «O filho mais velho de Narcisa Soqueira — ela tinha de um segundo casamento uma enteada e um outro filho — voltara do Brasil, rico, com faíscas de brilhantes a despedirem dos dedos e das abotoaduras todas, com zaragates de bordados nos coletes, muito pacha, querendo café — moca, dizia — ao dejejum e fazendo olhos redondos para as coisas do campo»<sup>28</sup>.

As cidades de Lisboa e Porto são para os «Brasileiros» as referências de uma nova existência social e simbólica, a qual lhe oferece o estatuto social correspondente a uma nova vivência económica. Estes instalam-se nestas cidades onde permanecem durante longas temporadas, depois de terem deixado a sua terra marcada com a construção de uma casa:

No dia 28 de Setembro de 1861 começaram as pedreiras a quebrar pedra para as obras da casa da Lage. No dia 25 de Outubro fui

<sup>26</sup> PINA-CABRAL, João de, *Contextos de Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 19.

<sup>27</sup> Idem, p. 21.

<sup>28</sup> BESSA-LUÍS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p. 37.

para o Porto e de lá para Lisboa passar o Inverno, deixando meu irmão José encarregado de pagar aos pedreiros todas as semanas.

No dia 5 de Novembro saí do Porto para Lisboa na mala-posta às 7 horas da noite. [...] Passei em Lisboa todo o Inverno e no dia 9 de Abril voltei para o Porto onde me demorei até 19, Sábado de Aleluia e nesse dia segui com meu primo Costa Leite para Guimarães e de lá para Cepães onde chegámos de tarde, passando a Páscoa com a família.

No dia 21 de Abril de 1862 mandei abrir os alicerces para acentar a pedra que estava pronta.

Ainda fui para Lisboa os Invernos de 1862 e 63, enquanto os pedreiros iam aprontando a pedra para as minhas obras, as quais, em 1866, no fim de 5 anos, isto as do Norte, pois mais tarde também mandei fazer as do lado Sul, ou da Igreja, para reserva das minhas irmãs, e casas para o caseiro, alpendre e cira, que levaram 2 anos a fazer, começando em 1868 e terminando em 1870<sup>29</sup>.

Assim surge Fafe como urbe, muito mais simbólica que real, cheia de burgueses rurais e de capitalistas ausentes, que cresce com a borracha e acompanha a sua crise com falências, suicídios e regressões. Cresce e pára, conforme a bolsa, e a importação de capitais do Brasil, aparentemente com tranquilidade. Reflecte, a cada momento, o estado da economia brasileira e as crises mundiais.

Por outro lado, segundo Lorenzo Cachón Rodrigues, a «sociologia das trajectórias sociais está estreitamente relacionada com as estratégias de conversão/reprodução»<sup>30</sup>. Este autor, citando Bourdieu, define as estratégias como «um conjunto de práticas fenomenicamente muito diferentes pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente ou conscientemente, a conservar ou aumentar o seu património e, correlativamente, a manter ou melhorar a sua posição na estrutura das relações de classe, constituem um sistema que, sendo produto de um mesmo princípio unificador e gerador, funciona e se transforma enquanto tal»<sup>31</sup>.

Fazia nesse dia [31 de Agosto de 1857] 30 anos e 30 dias que eu tinha chegado a essa mesma loja com uma carta de recomendação para o dono dela que era meu primo João António de Castro Leite, com um cruzado novo na algibeira e com uma pequena trouxa de roupa, pois a caixa tinha ficado no navio tomado pelos corsários argentinos em 1827. Mal eu pensava, nesse tempo que aquela loja de couros e o prédio onde ela estava seria tudo meu.

<sup>29</sup> Relato autobiográfico do «Brasileiro» Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia, Fafe.

<sup>30</sup> RODRIGUES, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trajectórias de Classe?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p. 543.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*.

Este prédio dá-me o rendimento suficiente para eu viver decentemente o resto da minha vida. Assim são as coisas deste mundo! Só Deus é grande!<sup>32</sup>!

Propusemo-nos neste trabalho a um desafio inspirado nas teses de Carlos Silva e Jorge Alves e conceber uma articulação entre estratégias, itinerários e trajectórias sociais, na busca de um sistema ou modelo que integre relações inter e intrafamiliares nas quais decorrem as estratégias camponesas de reprodução e transformação: o casamento, a herança e as migrações e sua articulação com as trajectórias de retorno ou não retorno.

As estratégias, os itinerários e as trajectórias, são distintas em cada um dos grupos sociais, representando-se em diferentes percursos e formas de mobilidade social: ascendente de retorno, ascendentes/descendentes ou falsamente ascendentes e não retorno, observadas e sentidas directa e indirectamente no grupo doméstico de origem, provocando o seu reforço e transformando o papel social da família e geração seguinte.

As trajectórias ascendentes de retorno, correspondem ao regresso do emigrante ao lugar de origem, depois de muitos anos de ausência, à construção de uma casa avantajada, à demonstração de comportamentos sociais manifestados no vestuário, na fala, na frequência de lugares públicos, na filantropia, nos valores e discursos e outras formas de demonstração simbólica de «superioridade» perante os locais, vizinhos ou parentes, num permanente confronto entre o «mundo que conheceu e o lugar de origem que nunca muda».

Leite Lage surge como exemplo ao dizer:

Este prédio dá-me o rendimento suficiente para eu viver decentemente o resto da minha vida. [...] No ano de 1858 vim a Portugal visitar a minha família, e também para ver se cá lograva boa saúde, e se me convinha ficar cá definitivamente.

Deixei a loja entregue ao meu caixeiro José António Ferreira Souto, a quem dei interesse em metade dos lucros.

Em 1859 voltei para o Rio de Janeiro com tensão de vender a loja e fixar residência em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 1860 liquidei todas as minhas contas com os credores e vendi a minha loja ao meu sócio José da Costa Ferreira Souto, que depois dos abatimentos que lhe fiz nas dívidas de alguns fregueses e nas fazendas me ficou a dever 9.600\$000 réis de cuja quantia ele passou e aceitou 16 letras de 600\$000 réis, cada uma, a vencerem cada mês (que ele pagou pontualmente nos seus vencimentos, tendo por isso liquidado contas com ele).

<sup>32</sup> Relato autobiográfico do «Brasileiro» Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia, Fafe.

Em 1861, depois de liquidados todos os meus negócios, entreguei a meu primo Fortunato J. L. uma procuração de receber os aluguéis do meu prédio, e as letras quando se fossem vencendo, e vim para Portugal na companhia de meu primo e ex-patrão João A. de Castro Leite e A. G. Oliveira Guimarães.

Embarcámos no vapor francês *Navarre* a 25 de Março e chegámos a Lisboa 15 de Abril. Estivemos no Lazareto 8 dias e desembarcámos no Terreiro do Paço a 22 de Abril<sup>33</sup>.

Esta trajectória pode ser inicialmente ascendente, dado o percurso observado nas gerações seguintes em regressões a posições sociais anteriores ao momento de partida: trajectórias ascendentes/descendentes e a falsa ascendência.

As trajectórias de não retorno encontram como explicação a saída de toda família completa (pais, filhos e até criados), a não existência de vínculos sociais à comunidade, mobilizadoras do retorno e a não resposta às expectativas da família ou ultrapassagem das expectativas da família e do meio.

São princípios para o modelo, as considerações teóricas anteriores e o pressuposto da existência de níveis sociais distintos, existir uma dinâmica de substituição, reprodução e transformação nas comunidades, feita por gerações, através de estratégias de casamento, sucessão e migrações, com funcionamentos distintos nos diversos níveis sociais e com consequências na transformação económica e social local.

Jorge Alves refere a importância de que se revestem os estudos sobre «a problemática da família na emigração, quer como foco de atenção na origem, quer nos processos de adaptação e consolidação nas áreas de recepção, bem como nos seus processos de reorganização face à condição migrante»<sup>34</sup>.

Tentaremos trazer novos dados sobre as famílias identificadas em *Fafe dos Brasileiros [...]*, outras evidências e novas amplitudes ao conhecimento do que foi a emigração no concelho e naturalmente no país, demonstrando que a migração interna funcionou, em primeiro lugar, como estratégia de sobrevivência e complemento económico sazonal aos grupos sociais dependentes. Tentaremos demonstrar que a emigração para o Brasil, teve como consequência, em tempo de retorno, a reprodução de estatutos e posições económicas e sociais das famílias, permitindo reocupar, manter ou reforçar, os estatutos que a família ocupava na escala da hierarquia da comunidade e que eles mesmos procuram transmitir aos descendentes, no quadro das exigências de transformação ideológica, económica, social e cultural do período Liberal e da República.

O cumprimento deste objectivo, implicitamente imposto pela família e pela comunidade, veio a designar-se por retorno de sucesso e apresentou vários espec-

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>34</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994, p. 20.

tos: retorno definitivo para a freguesia de origem; instalação por transferência de domicílio para a cidade de Fafe; instalação em cidades mais importantes (Lisboa e Porto); o não retorno do Brasil.

Razões de natureza interna e própria de cada família, ligadas às estratégias familiares, que enquadra estratégias sucessórias e de casamento, bem como o que de decisório ficou para o actor social, influenciam os diferentes itinerários e formas de retorno dos emigrantes.

Ailton Barcelos Fernandes, nascido em 29-11-1947 no Rio de Janeiro, é filho de Arthur da Silva Fernandes, nascido em 31-12-1912, natural do lugar de Moinhos, freguesia de Travassós e falecido, no Rio de Janeiro, em 22-10-1981 e de Amélia Maria de Barcellos Fernandes, nascida em Quissamã, Rio de Janeiro, em 21-10-1917. Arthur emigrou com 12 anos para o Rio de Janeiro, tal como o irmão Inácio que emigrou em 19-12-1923, com 21 anos (data de nascimento 7-3-1902); Arlindo que faleceu em São Paulo; António que faleceu solteiro no Brasil; Manuel, nascido em 1-1-1916, que emigrou para o Brasil em 5-5-1929, regressando definitivamente em 7-12-1935 por motivo de doença.

É neto de José Maria Fernandes, nascido em 8-6-1856, proprietário no mesmo lugar dos Moinhos e de Maria Laura de Jesus e Silva Fernandes, nascida em 1870, proprietária, natural de Freitas. É bisneto de José Luís Fernandes, nascido em 24-10-1823 e de Maria Joaquina Lopes Vieira, a qual, segundo informações da família, casou contra a vontade do pai, José Lopes e Maria José Vieira e, sob ameaça, sendo já mãe na altura do seu casamento.

O seu bisavô, José Luís Fernandes, descendia de José António Fernandes, filho de António Fernandes, natural do lugar dos Moinhos, Travassós, e de Maria Custódia de Oliveira, filha de Domingos de Oliveira e de Benta Maria Peixoto, do lugar dos Moinhos, Travassós.

Nos seus ascendentes encontra-se o comendador António Joaquim Vieira (Montenegro), falecido em Lisboa, beneficiando em testamento com avultadas verbas o Hospital de São José e da Misericórdia, tendo sido o fundador da Escola de Travassós.

Ailton Barcelos Fernandes é licenciado e graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi professor de Psicologia Organizacional e de Psicologia Industrial da UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi professor da PUC-RJ — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É administrador de empresas, tendo sido executivo da SHELL, vice-presidente da SHARP — Cooperação Electroelectrónica Japonesa e vice-presidente da CICA, Indústria de Conservas Alimentares. É empresário do ramo de prestação de serviços e 1.º presidente do Brasilconsult Participações, empresa de consultadoria de gestão e negócios. Foi vice-ministro da Indústria, Comércio e Turismo do Brasil — MICT, várias vezes ministro interino deste Ministério. É vice-ministro da Agricultura e do Abastecimento do Brasil, desde 1-1-1995. Recebeu o mais alto galardão e distinção brasileiro, ao ser condecorado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, com a Insignia da Ordem de Rio Branco na Classe de Grande Oficial.



O seu bisavô José Luís Fernandes, nascido em 24-10-1823, era, em 1880, referido no livro de registo das contribuições como proprietário agrícola no lugar de Moínhos, freguesia de Travassós e senhor dos moinhos, azenha de linho e lagar de azeite. Pagava 3\$700 réis de décima, de contribuição predial para o Estado e 1\$227 réis de contribuição municipal e expostos. Pagava, ainda, 4\$380 réis de décima de contribuição industrial para o Estado e 1\$453 réis de contribuição municipal e expostos. Somava a colecta da décima predial e industrial 10\$760 réis; pelo que auferia tinham um rendimento calculado de 100\$769 réis, provenientes da propriedade agrícola e da actividade industrial.

Dado que se exigia, no art. 5.º, ponto 1, do Decreto-Lei de 30 de Setembro de 1852, que para se ser eleitor era necessário «ter renda líquida anual 100\$000 réis provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria ou emprego inamovível», este Fafense, aparece no recenseamento eleitoral e de elegíveis do concelho de 1881, como eleitor não elegível, tendo nessa data 58 anos.

Na perspectiva do estatuto social, estamos perante um Fafense situado nos patamares superiores da escala social local.

Por outro lado, o peso social da família dentro da freguesia de origem ou mesmo a sua importância simbólica num território mais vasto, por exemplo o espaço concelhio, constituem características ocultas do processo decisório, decorrentes de relações e vínculos preexistentes, que funcionam também como factores determinantes para os diferentes tipo de retorno.

Apresentamos o testemunho de [Palmira 1952:21]:

«Para o chefe da família nada há que explique ou justifique o afastamento dos filhos, até mesmo quando pensam em formar um lar. O rincão onde pela primeira vez viram a luz, se lhes serviu de berço, de tumba há-de servir-lhes também.

Um dos guias que me acompanhou pelas freguesias de Moreira, Ribeiros e Estorãos, rapaz natural de Várzea Cova ansiava por se libertar da tutela paterna, não que não sentisse pelo pai ternura e dedicação, mas precisamente por ser vítima do entusiasmo quase fanático de seu pai pela vida agrícola. O pobre rapaz, embora de maior idade, vivia acorrentado à actividade rural.»

Se a cada emigrante, no momento da partida, corresponde um indivíduo diferente na escala social, económica e simbólica, no momento de retorno à comunidade espera-se que corresponda a expectativas distintas, conforme a posição que ele e a família ocupam na hierarquia.

A uns exige-se a reconfirmação ou reforço positivo do lugar ocupado, pelo grupo doméstico de pertença, nas posições superiores da comunidade. Não são grandes as expectativas da comunidade perante a saída dos que ocupam as hierarquias inferiores: agricultores pobres, jornaleiros, artesãos, filhos de pequenos agricultores ou rendeiros, expostos, filhos ilegítimos de mães jornaleiras ou mulheres. Pelo contrário, o seu regresso com instalação definitiva, poderá constituir-se como presença perturbadora dos equilíbrios sociais e simbólicos ancestrais, negociados e geridos permanentemente pela comunidade com cautelas de legitimação colectiva. «Apesar de todos estes benefícios à localidade, o conselheiro Manuel Berardo, [...] conquanto vivesse quase sempre em Lisboa, continuava a fazer-lhe sombra e a

contratar-lhe as ambiciosas vistas. Por isso, apesar da aparente amizade com que Seabra o acolhia e lisonjeava até, conservava por ele no fundo uma má vontade, um ciúme, de que eram de recear, tarde ou cedo, explosões<sup>35</sup>.

Os «Brasileiros», sempre foram recebidos com estima pelos conterrâneos em tempo de retorno: «o seu bastardo, filho de Isidra, era recebido com honras, numa aliança grave, profunda, ao facho patriarcal que continuava a velar as gerações que se desdobravam»<sup>36</sup>.

Porém, o mesmo emigrante foi visto com receio e desdém pela aristocracia e pela burguesia nacional, dado que esta nova figura, não reconhecida, punha em causa as classes e os lugares que integravam, nomeadamente quando o Estado lhes vendia títulos nobiliárquicos.

No caso dos que procuram a freguesia onde nasceram para se fixarem no retorno estes, ou são solteiros, o que se transforma num recurso acrescido, divisível, apetecido e consequentemente não conflitual ou, sendo casado com filhos, está-lhe previamente destinado um lugar social que a mulher defendeu na sua ausência e preservou em nome da descendência.

Tanto num caso como noutro, quando a sua fortuna ultrapassar o que lhe era supostamente exigido, ele vai instalar-se na cidade onde morre. Se é solteiro, faz testamento, elegendo como beneficiários as crianças, os doentes e os inválidos da sua terra natal, criando ou doando para hospitais, asilos e escolas. Se é casado, faz doações ao longo da vida, envolvendo nesses actos filantrópicos as próprias mulheres.

No caso dos que estão sujeitos a expectativas sociais mais apertadas e a condicionalismos familiares mais exigentes, nomeadamente quando ao emigrante está destinada a ocupação de posições superiores dentro da comunidade local, no retorno, e se ele não corresponder, opta pelo não retorno ou pelo suicídio.

Não entendemos que o retorno seja visto como mero discurso prático de emigrantes ricos, nem como fragilidade ou incapacidade dos que obtiveram menor sucesso económico, nem tão pouco associamos «o mito do retorno e da fortuna» como já defendemos noutro trabalho.

Pensamos agora que o não retorno corresponde não só ao trajecto pessoal do emigrante no Brasil, mas também está condicionado pelo tempo histórico em que decorreu a construção do projecto de emigração, associado, na época, à posse de negócio próprio — «estar estabelecido no Brasil», e ainda, tendo como medida as expectativas, atributos e lugares simbólicos que a família previamente lhe estabelece para o retorno.

No quadro das trajectórias geracionais, a mobilidade social insere-se no processo emigratório, o qual pertence ao domínio da interpretação das estruturas e das conjunturas económicas, ao mesmo tempo que se arquitecta nos quadros de análise social, territorial, temporal e simbólica e de reprodução social.

<sup>35</sup> DINIS, Júlio, *A Morgadimba dos Camarvais*, Lisboa, Livraria Civilização, 1983, p. 137.

<sup>36</sup> BESSA-LUÍS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p. 39.

Como acto cultural inscreve-se no domínio do imaterial e da memória histórica, explicita-se na utilização de uma língua comum de Estados e Nações distintas e, através dela, milhões de povos espalhados pelo mundo abraçam num complexo de síntese unificador de identidades e diferenças várias de centralidade e afirmação da cultura: a construção de uma colónia e da demarcação das suas fronteiras; o sonho mítico do ouro; os intercâmbios comerciais; a capital provisória de um Portugal invadido; a sua independência dolorosamente feita Nação gémea por filhos de Portugal; o mergulhar na torrente de emigrantes carregados de memórias e de sonhos que se teceram; das esperanças e dores de provisórias ou definitivas ausências; no desejo de reproduzir estatutos sociais e o que de individual e particular não se explica no quadro das conjunturas e das estruturas.

Podemos considerar neste último o caso de Afonso Augusto Moreira Pena, nascido em 30 de Novembro de 1848, licenciado em Ciências Jurídico-Sociais; Deputado Provincial; Deputado Geral; Ministro da Guerra; Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, Ministro do Interior e da Justiça; Vice-Presidente da República e sexto Presidente da República do Brasil.

Este ilustre «brasileiro» era filho de Domingos José Teixeira Pena, natural de Ribeira de Pena e de D. Ana Aurora Moreira, filha de José Gonçalves Moreira, natural de Moreira de Rei, concelho de Fafe e de D. Ana Ferreira dos Santos, natural da então Vila de Santa Bárbara, província de Minas Gerais.

A emigração para o Brasil é, ainda, o lugar mítico dos encontros «dos que riem com lágrimas nos olhos», dos regressos feitos pelos caminhos da memória e das veredas percorridas nas emoções ampliadas por ausências demoradas. É o regresso aos lugares ampliados na infância para a dimensão do sonho e mantidos no imaginário daqueles que saíram ainda crianças. É transmitir, como herança, o sonho que gerou desejos de regressos e reencontros acontecidos.

Mais do que uma terra, o Brasil é uma configuração da História e da identidade compreendida no que foi o processo colonial e da construção das estruturas básicas da administração feita pela aristocracia nacional, da dinâmica emigratória de filhos de elites de proprietários, de agricultores, de artesãos, jornalheiros; de homens e mulheres, de crianças e de famílias inteiras, dos que saíram legal ou clandestinamente, bem como dos que, em tempo de retorno, marcaram a fisionomia e a vida desta cidade, e de outras do norte de Portugal, quer como industriais, comerciantes e filantropos.

É mais difícil identificar e estudar os que regressaram para posições relativamente pouco superiores às ocupadas pela família, aquando da saída, acabando por haver manutenção do mesmo lugar na comunidade rural e regressão social dos descendentes.

Outras trajectórias de retorno ascendente, fazem-se pela ocupação das posições de poder económico, social e até político, dos que se instalaram nas cidades e que preservaram e reproduziram os seus papéis e lugares sociais, através de estratégias de herança, casamento, instrução, e de instalação em lugares fisicamente próximos do poder económico e político (Porto e Lisboa).

O não retorno reflecte várias situações: por um lado, corresponde ao insucesso não penalizado, dado que pouco se lhes pedia; ao insucesso penalizado, que tem como referência os que se suicidam; os que não voltam a dar notícia e deles os outros dizem estar bem e rico (de quem e de cuja condição apenas secretamente se fala); os que voluntariamente desaparecem por falta de vínculos de parentesco à terra de origem; os que levaram as famílias; os que atingiram sucesso sobre-dimensionado; os que, por herança, viram ocupada, por irmão/ã, a casa de origem.

Podemos concluir, numa visão estruturalista, subscrivendo Carlos Silva, que «as migrações constituem simultaneamente respostas estratégicas à imperiosa necessidade de reprodução, reestruturação, reconversão, incluindo o abandono temporário, conforme o diferente grau de controlo sobre recursos, dimensões e estratégias dos respectivos grupos domésticos»<sup>37</sup>.

No que se refere ao abandono temporário entendido no quadro das migrações regionais e sazonais, em todo o quadro analítico proposto, entendemos que este tem como função a utilização e valorização económica da mão-de-obra disponibilizada no Outono e Inverno pela pausa dos trabalhos agrícolas locais.

Importa entender e distinguir as migrações, no que elas têm de particular, quer vistas sob o ponto de vista do quadro doméstico de origem, quer nas diferentes motivações e exigências dos contextos de representação social e simbólica da família, valorizando-se assim a perspectiva analítica das intenções do retorno e a sua concretização, por nós enunciado no título escolhido: «emigrantes e 'Brasileiros'». Podemos concluir que, os que saem com destino interno e sazonal são trabalhadores. São emigrantes os que saem para o exterior, nomeadamente os «Brasileiros», que no tempo de «Vai e Torna» ou em retorno definitivo, reocupam os mesmos lugares simbólicos dos seus ascendentes, representados em novos objectos, discursos e símbolos que os séculos XIX e XX produziram-se e fizeram introduzir no quotidiano.

Emigrante é, como facilmente se conclui através do significante, aquele que sai de um lugar para outro à procura de trabalho e pelo significado, aquele que procura fortuna noutra lugar, visível no retorno pelas formas exteriores e públicas que apresenta.

Assim, é nas opções de retorno ou não retorno que as migrações ganham a dimensão estratégica de reprodução, reestruturação e reconversão social dentro dos grupos domésticos e da comunidade de origem, problematizando o fenómeno migratório, como merecendo um tratamento específico «encarado não tanto a partir das necessidades e (des)ajustes do sistema dominante nos países de acolhimento, 'sinon más bien de las causas del contingente migratório' no país de origem e em especial contexto social [...], assim como das estratégias e trajectórias dos respectivos grupos domésticos»<sup>38</sup>. Por outro lado, importa equacionar as formas de

<sup>37</sup> SILVA, Manuel Carlos Ferreira da, *Resistir y adaptarse — constrñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidad de Amsterdam, Amsterdam, 1994, p. 57.

<sup>38</sup> Idem, p. 303.

explicitação do retorno, quer no que elas têm de materialidade real e imaterialidade cultural e social, conjugando-as com o grupo doméstico de origem e os indicadores das amplitudes estratégicas dos respectivos grupos.

A emigração para o Brasil tem vindo a ser entendida no modelo de sucesso do retorno, sem que se tenha analisado aquele, no que ele tem de relativo, particular e individual, nem tão-pouco, no que foi a regressão social ou passagem de uma posição de sucesso de uma geração para uma inferior, na geração seguinte, tendo em conta as estratégias de herança, casamento, número de filhos, instrução, como formas de gestão do sucesso adquirido.

Como estratégia de sucesso incluímos, não só as formas exteriores e directas que o retorno ostentou no imediato, mas também, o surgimento posterior de elites burguesas, económicas e intelectuais, visível na eficiência como foram utilizadas as estratégias referidas, adquirindo o processo uma dimensão histórica ao traduzir-se num leque de relações no tempo e no espaço. É na trajectória dos descendentes que se pode analisar o sucesso ou a regressão social, face à capacidade ou incapacidade manifestada no local de origem. O sucesso manifestou-se nos grupos domésticos onde se verificou redução do número de filhos, estratégias de herança pelo celibato definitivo dos irmãos/ãs, testamento de «Brasileiros» a sobrinhos eleitos, saída para a grande cidade dos descendentes com maior instrução por incapacidade de no lugar de origem não encontrarem ocupação, opções estratégicas de investimento e gestão do património acumulado.

Se estes factores estiveram ligados ao sucesso pessoal do «Brasileiro» e dos descendentes, a sua deficiente gestão funcionou como factor de insucesso ligado, por sua vez, a razões de mau posicionamento político, em tempo de grande instabilidade ideológica de que foram vítimas, primeiro os monárquicos absolutistas e depois os republicanos, sendo estes posteriormente excluídos, pelo homem do Estado Novo, dos empregos e lugares políticos, o que os marginalizou também socialmente.

Concluimos, que: «uma tal perspectiva, contextualizada no tempo e no espaço, sendo inseparável dos processos reprodutivos/ou transformadores da estrutura social local, obriga a colocar-se e a avaliar a controversa questão de saber até que ponto o fenómeno migratório constitui um factor de mudança e conservação do *statu quo*»<sup>39</sup>. Estaríamos perante a análise dos efeitos das emigrações nos países de partida e de chegada<sup>40</sup>, observada na perspectiva demográfica, num e noutra lugar, bem como as consequências económicas, analisadas sob o ponto de vista das vantagens e desvantagens<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Idem, p. 303.

<sup>40</sup> «Região», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 511.

<sup>41</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994, pp. 21-22.

## 2 — RETORNO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Para designar globalmente o fenómeno de deslocação de indivíduos de uma região para outra, (excluindo o fluxo normal das pessoas num quadro de deslocações próprias das sociedades modernas e dos respectivos condicionamentos, que implicam deslocações sem que hajam cortes e rupturas com o contexto doméstico e social), utilizamos três conceitos diferentes: a migração, como a deslocação de pessoas dentro do território nacional; a emigração, como a saída de população para nações ou territórios geograficamente distantes; a imigração como o movimento de entrada de população no país. No primeiro caso, o período de ausência era curto e, no segundo, a ausência ocorria durante um tempo longo, podendo mesmo ser definitiva.

Para John A. Jackson, as migrações podem encarar-se sob três aspectos: em primeiro lugar como um movimento de proporções consideráveis, ou seja, da existência de um fenómeno com efeitos demográficos e que resultam da movimentação de indivíduos por fronteiras administrativas definidas; em segundo lugar, como um fenómeno demarcado no tempo, isto é, que apresente uma certa duração não podendo, por isso, ser casual ou temporário.

Por último, envolve por imperativo uma transição social e uma «mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social»<sup>42</sup>.

O retorno, segundo Míriam Halpern Pereira, associa-se à construção de fortuna, da qual surgiu o mito do enriquecimento rápido, resultante de uma sociedade altamente hierarquizada e com pouca mobilidade social. Retornar à terra de origem é, assim, uma forma de promoção social<sup>43</sup>.

Depois de abordarmos a existência de condicionalismos económicos, sociais e familiares subjacentes às saídas de população do concelho de Fafe, o retorno parece decorrer também do acontecido durante a experiência migratória.

Contudo, parece haver uma relação directa entre as expectativas pessoais, familiares e sociais motivadoras do sucesso e do retorno o que, em parte, é dito por Míriam H. Pereira: «o português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade, e não a uma modificação do seu estatuto social do português no Brasil»<sup>44</sup>.

Tendo em conta que a «sociedade portuguesa era altamente hierarquizada», antes das expectativas dos conterrâneos estavam as familiares, condicionadas pelos respectivos estatutos sociais e simbólicos do grupo doméstico e da comunidade particular de onde era proveniente. Assim, o não retorno por insucesso não é penalizante, para os que não tinham papéis sociais importantes a defender na so-

<sup>42</sup> JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1986, pp. 5-6.

<sup>43</sup> PEREIRA, Míriam Halpern, *A Política Portuguesa da Emigração 1850-1930*, Lisboa, Regras do Jogo, 1981, p. 29.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

cidade de onde eram provenientes. Pelo contrário, os bem posicionados socialmente na comunidade de origem, reconhecendo como incapacidade o não cumprimento das elevadas expectativas da família e da comunidade, optam pelo não retorno, encobrendo a ausência de fortuna.

Por outro lado, o retorno e a sua afirmação através da construção de uma casa-tipo, não é mais do que uma estratégia de reprodução social e a demonstração da capacidade das famílias em se reposicionarem em tempos de transformação global da sociedade.

Na nossa pesquisa descobrimos que todos os emigrantes no Brasil eram tidos pelos locais não emigrados, familiares ou não, como estando aí muito ricos, mesmo que não houvesse evidências do facto. Estas e outras mensagens de estado de sucesso e riqueza eram trazidas pelos que periodicamente vinham do Brasil, em viagem à terra. Só após a morte do emigrante, era tornada pública a verdadeira situação económica do emigrante e publicamente assumida pela não herança de bens em que era suposto ver-se os seus efeitos.

O insucesso, como dissemos, é fortemente penalizante para os que integram grupos domésticos com elevada representação simbólica do estatuto social. Por isso, Alvaro Monteiro e João A. Freitas, dois dos mais destacados «Brasileiros» de Fafe, tendo em conta os quadros familiares que integravam, visíveis ainda pelas dimensões das casas urbanas aqui construídas suicidam-se, respectivamente, em 1915 e 1917.

Para estes, depois de uma carreira de sucesso comercial no Brasil, a falência constituiu uma carga de tal modo desprestigiante que só o suicídio pôde honrar o nome da família e do quadro familiar onde se situa.

Como já referimos, o retorno decorria de uma forte ligação do emigrante às famílias e ao território de origem, sendo a casa do «Brasileiro» a reafirmação de estatuto anterior, naturalmente sobredimensionado, face aos desníveis que a importação de capitais permitia, comparativamente aos naturais. Esta circunstância foi considerada como ascensão social de emigrantes pobres que retornaram ricos. Consideramos, no entanto, que o retorno, pelas formas de representação social e simbólica, constituiu uma nova postura social dos descendentes de uma elite de proprietários rurais, apreciadores das imagens urbanas de tipo burguês.

Nas gerações seguintes observam-se estratégias diferenciadas na reprodução do estatuto, cuja eficiência decorreu do sucesso ou insucesso dos investimentos feitos em tempo de retorno, pelos posicionamentos políticos, pela escolarização dos filhos, pelas estratégias e alianças matrimoniais, ou pelo lugar geográfico de instalação em tempo de retorno definitivo.

## 2.1 — Representações de «Brasileiro».

Não era fácil a vida do emigrante no Brasil, segundo o exemplo do relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage. O percurso na emigração estava sujeito

a circunstancialismos que definiam uma trajetória de emprego ou ocupação que se iniciava em posições de subalternidade ou trabalhador por contra de outrem, até atingir o negócio pessoal.

O retorno definitivo do brasileiro rico implica o cumprimento de obrigações de natureza filantrópica, de demonstração de nacionalismo, de cultura e urbanidade, com significado social e simbólico.

Em 1861, depois de liquidar todos os meus negócios, entreguei a meu primo Fortunato J. Lima procuração bastante para ele receber os alugueis do meu prédio, e as letras quando se fossem vencendo, e vim para Portugal na companhia de meu primo e ex-patrão João A. de Castro e A. G. Oliveira Guimarães.

Embarcamos no vapor francês *Navarre* a 25 de Março e chegámos a Lisboa a 15 de Abril. Estivemos no Lazareto 8 dias e desembarcámos no Terreiro do Paço a 22 de Abril. Hospedámo-nos no Pedro Alexandrino na Rua da Bitesga, em frente à Praça da Figueira, demonstrando-nos para ver Lisboa, Sintra, Mafra, etc.<sup>45</sup>

A viagem de regresso de Francisco José Leite Lage é, em si mesma, um quadro de referência do roteiro escolhido, onde surgem os símbolos de nacionalidade e de cultura nacional (Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, a pá de Brites de Almeida, a Universidade de Coimbra, as livrarias, o lugar «a quinta da lágrimas onde foi assassinada Inês de Castro», o Jardim Botânico, o Bom Jesus de Braga) necessários à construção de discursos no lugar social de reinstalação.

No dia 5 de Junho seguimos para o Porto no caminho de ferro às 8 horas da manhã, passando pelas estações Poço do Bispo, Olivais, Sacavém, Póvoa, Alberca, Alhandra, Vila Franca, Carregado, aonde saímos entrando para um coupé alugado. [...] Saímos no dia 6, às 5 horas da manhã, passando por Vale de Maceira, chegando a Alcobaça às 9 horas onde almoçámos e depois de ver o Mosteiro com vagar seguimos passando por Cúmicira, S. Jorge e depois de vermos a pá de ferro da padeira Brites de Almeida de Aljubarrota, fomos ver o mosteiro da Batalha, de onde saímos às 5 horas da tarde. [...]

No dia 22, depois de visitarmos a cidade [Guimarães] e a feira que havia nesse dia seguimos de tarde para a nossa freguesia de Cepães, indo eu a acompanhar o meu ex-patrão e primo Castro Leite à sua casa das Nogueiras, e vindo depois para esta casa da Lage, onde encontrei minha mãe e meus irmãos. [...] <sup>46</sup>

<sup>45</sup> Relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia, Fafe.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

Muitos nunca saíram da condição de empregados ou trabalhadores dependentes, mantendo, ao longo da vida, uma situação socialmente frágil e economicamente dependente. O retorno definitivo constituía, assim, a possibilidade de ocupar, no lugar de origem, um estatuto previamente definido ou negociado com a família e resultante das estratégias do seu posicionamento social. Estava aqui incluído o seu casamento e, para isso, a compra de bens que o permitisse.

Assim, na vivência e na «sorte» experimentada na condição de emigrante jogava-se o futuro pessoal e familiar.

O trajecto passava pelas condições de saída e pelas condições de chegada. Aí vai iniciar um processo de testagem iniciado com a exibição de cartas de recomendação ou com a ocupação de um emprego, também ele negociado com parentes ou vizinhos anteriormente emigrados.

É o caso de Francisco José Leite Lage que, indo trabalhar com o irmão, acordam que nenhum deles se reveria nessa condição.

Estamos assim perante solitários da sobrevivência e sobreviventes na solidão. O acordo entre estes dois irmãos, mais do que significar abandono, indicia que a cada um cabe a demonstração de capacidades e que, a ocorrer o insucesso, este não compromete nenhum deles.

Durante o tempo que medeia a demonstração a que todos são obrigados nos caminhos da emigração, ninguém revela a verdadeira situação, nem mesmo os irmãos. Os que vinham à terra de origem estavam impedidos de revelar a condição dos que estavam no Brasil.

Se o emigrante não demonstrou sucesso, a revelação da sua situação de dificuldade ou de declarada pobreza constituía grave perigo, nomeadamente de vida.

Por outro lado, e dada a instabilidade de uma existência emigratória, que dependia da actividade comercial, naturalmente instável, e de trajectos pessoais de difícil avaliação, aquela atitude demonstra a solidariedade de quem vive situação idêntica: sobrevivência em contextos laborais e trajectórias difíceis no lugar de acolhimento; ocorrência de situações de riscos imprevisíveis, como são as de natureza comercial; ocupação em trabalhos e situações de vida penosa e socialmente pouco reconhecidas; ser efectivamente rico, o que corta convivências com «os da terra»; valorização simbólica do retorno como acto de representação social.

Em *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*<sup>47</sup>, apresentamos as manifestações materiais, culturais, urbanísticas, industriais..., expressas nesta localidade e que foram produto da emigração para o Brasil.

Aí, sugerimos que a localização particular desta terra, nomeadamente a da sede do concelho, bem como a dimensão de representação administrativa tradicional, terá influenciado os emigrantes bem sucedidos, na escolha da vila de Fafe, para que aí viessem a edificar as suas casas e construíssem uma vivência própria que reflectisse ainda a representação de si próprios.

<sup>47</sup> MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991.

Porém, a emigração para o Brasil reflectiu-se em outras explicitações materiais dispersas e menos evidentes pelas 36 freguesias que compõem o actual concelho de Fafe.

Naquele trabalho, mais de levantamento do que de análise, foi possível concluir que, na segunda metade do século XIX e na primeira deste século, existiram um conjunto de iniciativas de construção de edifícios particulares, imóveis de utilidade pública, indústrias, vias de comunicação, equipamentos sociais..., que foram obra de emigrantes com fortuna bastante para concretizar tais iniciativas.

O acompanhamento do percurso individual de alguns emigrantes evidenciou particularidades que decorreram da diferente «sorte» que cada um experimentou durante a experiência de vida migrante.

Esta personagem é ainda incógnita, o que nos levou ao estudo deste fenómeno de migração concelhia no período de 1834 a 1926.

Conhecer este fenómeno social, económico e cultural local implica a enumeração de algumas daquelas evidências; perceber o quadro geográfico e a evolução histórica e social do concelho de Fafe e da Vila de Fafe, matriz de origem e local de retorno dos que, durante todo o século XIX e primeira metade do século XX, emigraram para diferentes destinos e compreender que a migração teve impactes distintos no concelho e na Vila de Fafe, nomeadamente na arquitectura, conforme foram diversos os territórios e áreas de destino.

Se a aplicação da técnica da caiação das paredes exteriores das casas de granito, decorreu da aprendizagem com a migração interna com destino ao Alentejo, nas casas dos emigrantes do Brasil identificamos tipologias arquitectónicas distintas, conforme os seus proprietários se instalaram numa ou noutra região do Brasil.

A arquitectura das casas dos que emigraram para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ou com grande influência destas, é distinta da dos que emigraram para a região de Manaus, havendo, por isso, uma relação directa entre as regiões de destino e tipologia. As primeiras são marcadamente horizontais, com rés-do-chão e primeiro andar e as segundas, são estreitas e altas, com dois ou três andares, isoladas no tecido urbano por um quintal vedado por gradeamento.

Na primeira década do século XX assiste-se à decadência do «Brasileiro» com a inesperada perda de valor no mercado da borracha brasileira, provocada pela concorrência das colónias inglesas asiáticas.

Esta situação de crise é evidenciada com o suicídio de dois ilustres capitalistas «brasileiros» de Fafe: João Alves de Freitas e de Álvaro Monteiro Vieira de Castro, associados à crise económica que então se viveu com o declínio da cotação da borracha.

Em 1915, no *Almanaque de Fafe*, a crise do Brasil é assumida e pública: «No Brasil, acabará a crise da borracha, triunfará o negócio do café e tornará a rever-decer a árvore das patacas, há tantos anos seca.»<sup>48</sup>

<sup>48</sup> *Almanaque de Fafe*, Fafe, 7.º ano, 1915, pp. 6-10.

Em 9 de Setembro de 1920, o Jornal *O Desforço* informa os seus leitores que os portugueses são maltratados e apelidados de «galegos». Mas a notícia mais desesperada aparece em 1921, com o título «A Fome no Brasil»:

Notícias vindas do Brasil, dão-nos a tristíssima realidade de que nos estados de além mar se atravessa uma gravíssima crise económica, oferecendo-nos assim o doloroso espectáculo de se verem ameaçados o comércio, a indústria e a laboração manual o que acarreta as mais angustiosas dificuldades à vida daquelas regiões.

Sabe-se que de todos os pontos do Brasil os portugueses, nomeadamente as classes operárias, pedem aflitivamente para serem transportadas para a mãe-pátria.

Os poderes superiores devem olhar pressurosamente para esse grito de tortura soltado pelos nossos irmãos que se vêem na contingência de ali morrerem à fome! Mas mais urge os nossos governos proibir imediatamente a emigração dos portugueses para os portos brasileiros, mormente da gente mais pobre<sup>49</sup>.

Por sua vez, a depressão económica mundial de 1929 conduzindo à falência dos Bancos e outras instituições financeiras, provocou dificuldades irreparáveis aos capitalistas locais e marcou o fim da importação de capitais do Brasil e do fluxo dos proventos dos que viviam no Brasil, fechando um ciclo de expansão da cidade.

### 2.1.1 — A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe

A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe resulta da iniciativa do «Brasileiro» de Fafe José Ribeiro Vieira de Castro, ao propor a remodelação dos objectivos da Companhia Industrial de Fafe, instalada numa queda de água no rio *Ferro*, na freguesia de Fafe, que se dedicava à moagem. Em Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 1886, propõe que esta se dedique ao ramo têxtil. Em 17 de Janeiro de 1887 eram aprovados os Estatutos da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, com o capital de duzentos contos.

Depois de constituída a sociedade anónima ficaram a dirigi-la: António Joaquim de Moraes, José Ribeiro Vieira de Castro e João Evangelista da Silva Matos, tendo este último abandonado a direcção em 1890. Em 1897, António Joaquim de Moraes, é substituído por Manuel de Lemos e, por morte de José Ribeiro Vieira de Castro em 4 de Julho de 1905, Manuel Cardoso Martins, guarda-livros da fábrica desde 1897, sucede-lhe na gerência. Em 1916 entrou para a direcção o sobrinho do fundador José Ribeiro Vieira de Castro.

<sup>49</sup> *O Desforço*, Fafe, 23-6-1921.

Ainda no princípio do século a fábrica funda uma creche e lactário com duzentos leitos. Em 1926, abriu uma escola infantil, escola onde, em 1947, seis professores primários ensinavam quatrocentas crianças. À disposição dos trabalhadores havia uma cantina, assistência médica, balneários e dois bairros operários de renda económica, um no lugar do Ferro e outro na freguesia de Antime.

Em 1909 empregava 405 operários e, em 1927, é equipada com três turbinas eléctricas. Em 1947 a fábrica dispunha de 18 000 fusos, 783 teares mecânicos e cerca de 1300 operários<sup>50</sup>.

### 2.1.2 — A Fábrica do Bugio

José Florêncio Soares, «Brasileiro» de retorno, depois de construir, em 1860, a sua casa, encontra na sua terra de origem o local de eleição para investir os capitais amealhados no Brasil.

Assim, em 17 de Setembro de 1873, constituiu-se, sob a forma de «Parceria Mercantil», uma sociedade destinada à montagem e exploração de uma fábrica de fiação, nas margens do rio *Bugio*. Em 1875, são feitos os primeiros estudos para aproveitamento do rio como força motriz e, 1876, é encomendada à firma Hetherington & Sons, de Manchester, uma turbina e máquinas de fiação, no valor de 10 500 réis, tendo sido montada pelo técnico Inglês James Lickfold que ali permaneceu depois como técnico da empresa. Em 1879 inicia o seu funcionamento.

Em 1894 dissolve-se a «Parceria Mercantil», tendo José Florêncio Soares assumido a direcção da «Fábrica do Bugio». Em 1917 passa a designar-se «José Florêncio Soares & Comp. Sucessores», tendo como sócio-gerente o Dr. José Summavielle Soares, neto paterno do fundador.

Na Exposição Industrial de 1886, os fios desta indústria, que abasteciam o mercado industrial do Porto e Guimarães, são distinguidos com a Medalha de Prata. A fábrica passa, em 1896, a explorar o ramo da tecelagem, destacando-se nos seus produtos industriais às flanelas, castorinas e cotim Egipto.

Por despacho de 31 de Julho de 1913, é concedido o «título de licença para o estabelecimento de uma instalação eléctrica»<sup>51</sup>, destinada à iluminação, sendo então equipada com uma central com duas turbinas no total de 620 cavalos, para além de uma máquina a vapor de 400-650 cavalos. A central fornecia energia eléctrica aos concelhos de Fafe e Felgueiras.

Em 1947 dispunha de 11 800 fusos, sendo 8488 de fiação, 3312 de torcedura, introduzidos após a Primeira Guerra e três teares mecânicos, utilizando algodões coloniais e do Egipto, como matéria-prima.

<sup>50</sup> BASTOS, Carlos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947, pp. 85-87.

<sup>51</sup> «Título de licença para o estabelecimento duma instalação eléctrica», Ministério do Fomento, Direcção dos Serviços Técnicos — 1.ª divisão, 31 de Julho de 1913, Arquivo da Fábrica do Bugio.

Em 1881 possuía 160 trabalhadores, dos quais 100 eram menores, 30 mulheres e 21 homens, sendo 1 deles mestre. Em 1909 contava com 250 operários.

QUADRO 85  
Caracterização geral da fábrica do Bugio, em 1881<sup>52</sup>

Capitais				
Inicial	Fixo	Circulante		
150:000\$000	50:000\$000	100:000\$000		
Valor das matérias-primas	Mão-de-obra e despesas	Valor da produção		
40:000\$000	5:460\$000	70:000\$000		
Motores				
Vapor	Força	Hidráulico	Força	
1	12	1	35	
População operária				
Mestres-homens	Operários-homens	Mulheres	Menores	
1	20	30	100	
Salários				
Mestres-homens	Operários	Mulheres	Menores	Total
3:285	300	130	100	23\$185

### 2.1.3 — A Empresa Têxtil do Rio Ferro

Esta empresa, situada nas margens do rio *Ferro*, na freguesia de Armil, foi fundada em 9 de Março de 1930, denominada «Vasconcelos & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>», por descendentes do emigrante do Brasil, João Martins Guimarães. Em 20 de Setembro de 1934 passa a ter a denominação de «Empresa Têxtil do Rio Ferro».

<sup>52</sup> *Inquérito Industrial Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Dedicou-se inicialmente à tecelagem com dez teares movidos a vapor para, em 21 de Agosto de 1931 introduzir, como força motriz, a energia eléctrica.

Actualmente esta fábrica funciona ainda sob a gerência dos descendentes do «Brasileiro».

### 2.1.4 — O Hospital de São José ou da Misericórdia

A construção do edifício do Hospital de São José ou da Misericórdia, deveu-se aos «Brasileiros»: José Florêncio Soares, Luís António Rebelo de Castro, Leonardo Ribeiro de Freitas, comendador Albino de Oliveira Guimarães, comendador José António Vieira de Castro, comendador António Gonçalves Guimarães, estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro.

Foram seus fundadores José Florêncio Soares e outros negociantes estabelecidos no Brasil. A sua receita ordinária é de 829\$772 réis e a extraordinária de 432\$364 réis. A despesa obrigatória é de 776\$472 réis, e a facultativa 3799\$114. Ainda são precisos 16 contos de réis para a conclusão deste estabelecimento de caridade, que nos primeiros três anos já tratou 210 doentes. [...]

Em Janeiro de 1874, faleceu em Lisboa, António Joaquim Vieira Montenegro, que foi rico negociante no Brasil. Era Natural de Travassós, deste concelho. Deixou ao Hospital de Fafe, 2 dois contos de réis fortes<sup>53</sup>.

A Irmandade de São José ou da Misericórdia foi instituída em 23 de Março de 1862, com a finalidade de administrar este Hospital. A sua construção foi iniciada em 6 de Janeiro de 1859 e, em 19 de Março de 1863, é inaugurada a primeira fase da construção. Este acontecimento foi noticiado no jornal portuense *O Comércio do Porto* do seguinte modo:

Abre-se Quinta Feira em Fafe a parte do hospital que se acha feita e com capacidade para receber nove doentes. Este estabelecimento de caridade deve-se aos esforços de alguns cavalheiros de Fafe e muito particularmente ao Sr. José Florêncio, que tem sido incansável em promover os meios para levar a efeito um tão útil como humanitário estabelecimento. [...] Na Quinta Feira à noite dá o Sr. Florêncio, distinto cavalheiro de Fafe, um esplêndido baile. A casa do Sr. Florêncio é das mais lindas da Fafe e o salão de baile é magnífico<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 3, Lisboa, Livraria Editora de Matos, Lisboa, 1874, p. 133.

<sup>54</sup> *O Comércio do Porto*, Porto, 21-3-1863.

### 2.1.5 — Asilo da Infância Desvalida

Antônio Joaquim Vieira Montenegro, natural de Travassós, rico comerciante do Brasil, faleceu em Janeiro de 1874 na cidade de Lisboa, fazendo testamento de 15.300\$000 réis a favor das meninas pobres do concelho e, para a construção de uma escola de instrução primária em Travassós, 7600\$000 réis, sendo testamenteiro José Antônio Martins Guimarães e a Câmara constituída como a administradora.

O Asilo é fundado em 8 de Junho de 1877, sendo os Estatutos de 22 de Maio de 1877, e aprovados em 11 de Junho de 1877. Concebeu o edificio o eng. Frederico Augusto Pimentel.

Em 20 de Março de 1877, José Antônio Martins Guimarães, na qualidade de testamenteiro entregou à Câmara Municipal, trinta e uma inscrições da Junta de Crédito Público no valor nominal de 15.300\$000 réis, cujos números e valores ficam aqui escritos. [...] As mencionadas inscrições foram compradas pelo dito testamenteiro na razão de 48,50 como comprovou por documento legal<sup>55</sup>. Os mesmos valores aparecem escriturados no livro de Fafe «Conta corrente de receita e despesa com o Asilo de Montenegro».

Através do cumprimento do que se referia a Portaria do Ministério Público de 12 de Junho de 1876, «questionário às Instituições de Beneficência», podemos conhecer a sua situação financeira e o número de utentes, no ano económico de 1876-1877, conforme o quadro apresentado a seguir.

QUADRO 86

Questionário às instituições de beneficência — Portaria de 12 de Junho de 1876<sup>56</sup>

Questionário	Designação	Total
Fundos .....	Valor nominal dos títulos de dívida pública, de outras proveniências .....	15:300\$000
	Valor de imóveis que possuir para desempenho dos deveres da instituição, e, por esse motivo, isentos da desamortização .....	200\$000

<sup>55</sup> Livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886 (Arquivo Municipal). Tem, este livro, escritas, além do termo de abertura, as pp. 1, 2 e 20, num total de 48 folhas abertas, abertas e pelo Presidente da Câmara José Antônio Vieira de Castro, que assina os termos de abertura e de fecho, constando do de abertura que «este livro tem de servir para a inserção do capital do asilo e escola na freguesia de Travassós, legado pelo benemérito Antônio Joaquim de Montenegro», Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>56</sup> «Questionário às Instituições de Beneficência», no ano económico de 1876-1877, segundo a Portaria do Ministério Público, de 12 de Junho de 1876, Arquivo Municipal de Fafe.

Questionário	Designação	Total
Contas da gerência .....	<i>Receitas:</i>	
	De título de dívida pública (4 últimos semestres) ....	918\$000
	De juros de capitais mútuos .....	132\$315
	De esmolas .....	915\$318
	<i>Total</i> .....	5:718\$931
	<i>Despesas:</i>	
Com a reparação e manutenção do edificio .....	4:543\$325	
Com a beneficência .....	337\$806	
<i>Total</i> .....	4:881\$131	
Recolhidos em 1-4-1877 ...	Do sexo feminino .....	6 (seis)
Admitidos em 1876-1877	Do sexo feminino .....	6 (seis)
Existentes em 1877 .....	Do sexo feminino .....	6 (seis)

Em carta timbrada, dirigida ao presidente da Câmara de Fafe José Antônio Vieira de Castro, a Casa Importadora de Ferro — de Guimarães, Fontes & C.<sup>a</sup> (Sucessores de Guimarães, Fontes, Soares & C.<sup>a</sup> — Rua de S. Paulo 49 e 51, Rio de Janeiro), datada de 19 de Abril de 1888, a Câmara é informada de ser credora da dita firma na importância de 110\$000 réis, enviando a 1.<sup>a</sup> via de saque n.º 57 021 da agência do Banco do Comércio e Indústria do Porto, contra a agência do mesmo banco na vila de Fafe, do valor de 49\$110 réis fortes, que no câmbio de 224 % custou 110\$000 réis fracos, sendo averbada a apólice ao «Asilo Montenegro de Fafe»<sup>57</sup>.

Para que se construa a ideia do montante do legado do «Brasileiro», Antônio Joaquim Vieira Montenegro (no valor de 15.300\$000), bem como da importância desta instituição, no momento da sua fundação, comparamos o valor da receita e despesa desta instituição nos anos de 1876-1877, com as mesmas rubricas do orçamento da Câmara Municipal, para os anos de 1876-1877 e 1877-1878, concluindo-se que os valores geridos por esta instituição se aproximavam dos que eram orçamentados pela Câmara Municipal.

<sup>57</sup> Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, Arquivo Municipal de Fafe.



QUADRO 87  
Comparativo dos orçamentos do Asilo (1876-1877)  
e da Câmara (1876-1877 e 1877-1878)<sup>58</sup>

Designação	Receitas	Despesas
Asilo de Montenegro — 1876-1877 <sup>59</sup>	5:718\$931	4:881\$131
Câmara — 1876-1877 <sup>60</sup>	9:790\$571	9:790\$571
Câmara — 1877-1878 <sup>61</sup>	5:718\$931	6:510\$933

QUADRO 88  
Conta da receita e despesa com o Asilo de Meninas Pobres da Vila de Fafe  
durante o ano económico de 1876 a 1877

Receitas	Parcial	Total	Despesas	Total
Recebido do testamento para obras do asilo	—	3:953\$218	Dispendido:	
Recebido dos juros das inscrições vendidas no 2.º semestre de 1875, 1.º e 2.º de 1876, e 1.º de 1877	—	918\$000	Com a planta para o asilo	30\$000
Recebido dos juros vencidos de parte do dinheiro depositado no Banco de Guimarães	—	132\$315	Com a compra do terreno	450\$000
Donativos a favor do asilo, a saber:			Com a construção da casa	4:066\$025
José Pinto de Saldanha e Castro	15\$000		Com custas do inventário	41\$630
António da Silva e Castro e filho	20\$000		Com direitos de transmissão	124\$326
Rita de Sousa Raivoso	50\$000		Com mobília	145\$950
Comendador Fortunato de Freitas Castro	400\$000		Com géneros alimentícios para as asiladas	13\$390
José Ribeiro de Freitas	50\$000	535\$000	Com serragem de madeiras	35\$60
Aplicado pelo Ex. <sup>ma</sup> Governador Civil, das somas depositadas para actos de beneficência			Com vencimento de pessoal	6\$250
				4:881\$131
			Saldo: Dinheiro que passa a nova conta oitocentos trinta e sete mil e oitocentos réis	837\$800
		180\$398		
		5:718\$931		5:718\$931

<sup>58</sup> 100 réis = 10 centavos = 1 tostão. Com réis escreve-se 0\$100, dez mil réis, 10\$000.  
<sup>59</sup> Documento anexo ao livro da «Conta corrente da receita e despesa com o Asilo de Montenegro», 20 de Dezembro de 1886, Arquivo Municipal de Fafe.  
<sup>60</sup> Livro de Actas da Câmara, n.º 11, p. 60.  
<sup>61</sup> Livro de Actas da Câmara, n.º 11, p. 88.

Fafe em Câmara de 16 de Julho de 1876.  
Presidente: José António Vieira de Castro. Vereadores: José António da Costa Magalhães, António José de Bastos Azevedos, Joaquim Alves Pereira de Sousa, Manuel da Silva Peixoto, Fortunato de Carvalho, José Vicente de Oliveira. Tesoureiro: António Teixeira e Castro»<sup>62</sup>.

QUADRO 89  
Conta da receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós durante o ano económico de 1876 a 1877

Receita	Total	Despesa	Total
Recebido do testamento para obras da aula	2:001\$000	Dispendido com a planta da aula	20\$000
Recebido do juro das inscrições, vendidas no 2.º semestre de 1875, 1.º e 2.º de 1876, e 1.º de 1877	456\$000	Dispendido com a construção da mesma	1:330\$000
		Dispendido com custas do inventário	24\$000
		Dispendido com direitos de transmissão	62\$162
		Dispendido com anúncios para concurso de professor	11\$675
		Dispendido com hospedagem d'um examinador	5\$740
		Dispendido com escritura paga, dada ao testamenteiro	1\$615
		Dispendido com mobília e utensílios	171\$930
		Dispendido com ordenado ao professor	16\$665
		SALDO	1:664\$002
		Dinheiro que passa a nova conta - sete centos noventa e três mil trezentos cinquenta e oito réis	793\$358
	2:457\$360		

Fafe em Câmara de 16 de Julho de 1876.  
Presidente: José António Vieira de Castro. Vereadores: José António da Costa Magalhães, António José de Bastos Azevedo, Joaquim Alves Pereira de Sousa, Manuel da Silva Peixoto, Fortunato de Carvalho, José Vicente de Oliveira. Tesoureiro: António Teixeira e Castro»<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Documento anexo ao livro da «Conta corrente da receita e despesa com o Asilo de Montenegro», 20 de Dezembro de 1886, Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>63</sup> Conta da receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós durante o ano económico de 1876 a 1877: Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, Arquivo Municipal de Fafe.

### 2.1.6 — Igreja Nova de São José

No centro da cidade existiu uma capela votiva a Santa Luzia, demolida em 1907 para se proceder à abertura da Avenida 5 de Outubro. A última festividade realizou-se nessa data por iniciativa da família Azevedo, sendo nesse dia a imagem transportada para a Igreja Matriz onde ficou exposta à veneração dos fiéis<sup>64</sup>.

A Igreja Nova de São José é a segunda mais importante da freguesia de Fafe, cuja construção foi iniciada em 1895, por iniciativa de emigrantes «brasileiros» e concluída em 11 de Junho de 1961.

O facto de, já em 1910, as obras se encontrarem paradas, leva-nos a concluir das dificuldades económicas que os nossos emigrantes sentiram no Brasil na primeira década do século xx, dado os apelos que então se faziam na imprensa local à comunidade emigrante<sup>65</sup>.

Em 1908, a imprensa continua a fazer apelos à filantropia:

Comendador Pereira de Sousa, natural da freguesia de Cepães, deste concelho e residente na grande e progressiva cidade fluminense onde é sócio da importante e florescente casa da firma Sucena & C.<sup>66</sup> Chegou no dia 8 a Lisboa, seguindo de imediato para Águeda, acompanhado do seu sócio o Sr. Conde de Sucena. À hora que este jornal circula, talvez já tenha chegado ou esteja a prestes a chegar à sua aldeia natal, o nosso prezado concidadão. Depois de visitar Cepães e Fafe, seguirá para Vitell (França) — a uso das águas medicinais. O Sr. Comendador Pereira de Sousa é um grande benemérito da sua freguesia. E, como é um dos portugueses em preponderância no Brasil, também podia ser um benemérito desta vila. Temos essa importante obra da Igreja Nova por concluir. Uma subscrição a valer, no Rio, daria bem para a rematar. Saudando o valoroso conterrâneo, chamamos a sua atenção para isso<sup>66</sup>.

### 2.1.7 — O Passeio Público

O mais antigo jardim de Fafe, provavelmente do século XVIII, situa-se na cerca da Casa do Santo Velho.

Com o surgimento de uma burguesia, o Passeio Público do século XIX, passa a constituir o lugar de encontro e ócio, cumprindo uma função ideológica e simbólica dos que o frequentavam.

<sup>64</sup> *Povo de Fafe*, Fafe, 31-7-1907.

<sup>65</sup> MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos Brasileiros (1860-1930). Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, 1991, pp. 122-124.

<sup>66</sup> *O Desforço*, Fafe, 16-4-1908.

Em tempo de romantismo tardio, Fafe vê surgir o seu Passeio Público, à imagem de outros que preencheram as cidades portuguesas, seguindo paradigmas de outros espaços semelhantes, nomeadamente os Passeios Público de Braga e de Guimarães, cujas características fundamentais eram ser vedados com guardas de ferro fundido, possuir arvoredos não autóctones e um lago, recreando-se neles ambientes de exotismo naturalista.

No de Fafe surge assim um lago com uma ponte, um pequeno barco comprado na Póvoa do Varzim, um coreto e as necessárias árvores importadas, recriando-se o ambiente romântico.

Em 1889 é presente em reunião de câmara «um projecto de Passeio Público e Jardim no local denominado Calvário, bem como o respectivo orçamento, cuja importância total é de 6400\$000 réis, sendo para expropriação a fazer, fora regularização do mesmo local 1320\$000 réis, e para obras de arte e outras 5080\$000 réis»<sup>67</sup>. A Câmara só tinha a pagar as expropriações, para o que havia recursos no orçamento.

Em 1892 é inaugurado em sessão pública da Câmara Municipal convocada expressamente com esse fim e simultaneamente «agradecer ao Ex.<sup>mo</sup> Comendador Albino de Oliveira Guimarães, os valiosos serviços que prestara ao Município para a construção do mesmo jardim, propondo, por isso, [...] se exarasse na acta um voto de louvor àquele cavalheiro pelo grande melhoramento público que promovera, devendo isso ser transmitido para Lisboa»<sup>68</sup>.

### 3 — FAMÍLIAS E TRAJECTÓRIAS DE «BRASILEIROS»

As casas dos «Brasileiros», a que nos referimos em *Fafe dos Brasileiros (1860-1930)* [...], [1991:169-238] e mapas anexos, na perspectiva da sua localização, implantação e caracterização arquitectónica, foram obra de um restrito grupo de emigrantes de retorno.

Estas casas são aqui, não locais de habitação, mas territórios de famílias com identificação burguesa.

Na distinção entre «casa», como termo utilizado pela população rural e «família» aplicado pela burguesia, ressalta «a manifestação de uma divergência concreta, entre os dois grupos sociais»<sup>69</sup>.

Não existindo diferenças, para uma e para outra população, quanto à constituição da unidade social primária: um homem e uma mulher unidos pelo casamento, e os seus filhos, «a preferência burguesa pelo termo 'família' liga-se ao facto da unidade social primária ser, no contexto da população urbana, a família

<sup>67</sup> Deliberação municipal, Livro n.º 14, de 11-11-1889.

<sup>68</sup> Deliberação municipal, Livro n.º 14, de 26-12-1892.

<sup>69</sup> PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhos de Eva, A Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1989, p. 65.

nuclear; as outras pessoas que vivem com a família são colocadas num plano quase extrínseco. [...] Os camponeses, pelo contrário, consideram esses co-residentes como membros integrantes da 'casa'<sup>70</sup>.

Sob o ponto de vista arquitectónico, a «casa do Brasileiro», como dissemos tem características arquitectónicas e simbólicas particulares, para além da distribuição e função dos espaços interiores e exteriores.

Sob o ponto de vista arquitectónico, a casa do «Brasileiro» pode ter basicamente dois aspectos: estreitas com três andares, os palacetes, e largas, com dois andares. Encontramos como características comuns: os átrios, as escadarias interiores e as águas-furtadas.

As primeiras, parecem muito marcadas pelo tropicalismo húmido e com influências mais ou menos evidentes de Arte Nova. As segundas, mais influenciadas pela cidade, buscam o alinhamento da rua a que se ajustam, procurando marcar e vincar a sua direcção.

«O centro da casa é a sala de jantar, o lugar onde são exibidos os objectos mais valiosos»<sup>71</sup>, do qual se tem a vista para a rua através de janelas altas e varandas com guardas de ferro. Neste andar encontram-se os quartos e a cozinha. As águas-furtadas constituem o lugar de habitação da criadagem.

No rés-do-chão, o átrio é o lugar que delimita o acesso à intimidade que se faz pela escadaria, aos arrumos e arrecadações e virado à rua encontra-se o escritório e sala onde se recebe e que não tem acesso à parte nobre e íntima da casa.

Além da casa que mandaram construir na cidade de Fafe, onde fizeram sobressair os jardins exóticos, eram senhores de terras e quintas herdadas ou compradas, não sendo possível reconstituir a sua totalidade. Por isso, procurámos, nos seus ascendentes, indicadores de estatuto social e profissional, quer nos «livros de décima, manei e juro», quer nos cargos e lugares políticos que detinham, através dos livros de actas da câmara, sem que o fizéssemos de forma sistemática.

Os seus proprietários foram emigrantes que em tempo de retorno definitivo à freguesia de Fafe de onde eram naturais, ou, sendo de outras freguesias do concelho vieram instalar-se na sede do concelho.

Fixemo-nos nas trajectórias familiares dos «Brasileiros» e nas estratégias de conservação e reprodução social, escolhidas pelo facto de serem as casas mais notáveis de Fafe, vulgarmente designadas por «casas de Brasileiros» e por que, entre eles e seus descendentes se estabeleceu, através de casamentos, uma trama de laços de parentesco e de estatutos sociais particulares de uma elite de proprietários, letrados e burgueses, sempre divididos por opções de natureza político-partidária, dividindo alternadamente o poder entre eles.

Nesta luta pelo domínio e controlo dos lugares políticos, sociais e simbólicos, informantes das estratégias geracionais, não foram raras as vezes em que

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>71</sup> Idem, p. 66.

esta tomou proporções de verdadeira guerra de controlo de um território simbólico, com consequências na exclusão, decadência e afastamento do território local.

As casas urbanas dos «Brasileiros» de Fafe são uma das manifestações visíveis do retorno de sucesso e de reprodução do estatuto social das famílias proprietárias. Estas parecem constituir uma forma de confirmação do estatuto social de filhos de proprietários rurais, também visíveis nas trajectórias dos descendentes e nas estratégias de preservação de estatuto familiar observado ao longo das gerações.

Por outro lado as estratégias e opções matrimoniais surgem como mecanismos de aliança estratégica de conservação do posicionamento social, levando a que os casamentos se fizessem entre parceiros da elite local, cujas regras parecem ser subvertidas por alianças implícitas.

### 3.1 — Família Monteiro Vieira de Castro

Miguel António Monteiro de Campos era filho de Caetano José Monteiro de Campos e de Rosa Maria Teixeira, proprietário na Rua de Cima, Fafe, tendo o seu pai rendimento de 2\$200 réis, pelo que pagou, de décima, 200 réis em 1829, pelas casas que possuía<sup>72</sup>.

Era neto paterno de Domingos António de Campos Monteiro e de Ana Joaquina, do lugar do Santo, e materno, de José António Teixeira e de Luísa de Castro, do lugar do Assento.

Era bisneto pelo lado paterno de Jerónima da Silva, solteira de Entre Ambas as Aves e materno de Maria Rosa, solteira, de São Sebastião de Guimarães.

Miguel António Monteiro de Campos nasceu em 28-1-1824 e casou com Miquelina Rosa Vieira de Castro (25-2-1816), filha de José António Filipe Vieira e de Rosa Maria de Castro, neta paterna de Francisca da Silva, solteira, da Casa do Ermo (São Vicente de Passos) e materna de António José de Castro Guimarães e de Antónia Maria da Costa, da Rua de Cima. Através deste casamento passou a ser cunhado do comendador José António Vieira de Castro, morador do Largo Ferreira de Melo, na Casa das Abelheiras.

É conhecida, pelo passaporte, a ida de Miguel A. Monteiro de Campos para o Rio de Janeiro em 3-5-1862, sendo aí referida a idade de 38 anos, comerciante de profissão. Nesse passaporte é ainda dito que saiu na companhia do seu cunhado José António Monteiro Vieira de Castro.

Em 4-2-1857, é um dos quarenta maiores proprietários, como consta na lista elaborada em sessão extraordinária da Câmara para cumprimento do disposto no art. 21.º da Lei de 30 de Setembro de 1852. Aí se dá conta de que ele é lavrador

<sup>72</sup> Auto de lançamento da décima de prédios, manei e juro, ano de 15-7-1829, manuscrito, Arquivo Municipal de Fafe.

com 15\$000 réis de colecta e em 3-1-1858, em lista para o mesmo fim, é referido como negociante, morador na Rua de Cima, freguesia de Fafe, colectado com 19\$634 réis de décima<sup>73/74</sup>.

Em 1872-1873, Miguel Monteiro de Campos aparece como proprietário e a residir na Rua Municipal, colectado em 36\$190 réis de contribuição predial para o Estado, e de imposto municipal e expostos 8\$930 réis<sup>75</sup>.

Em 1881 aparece no Recenseamento de Eleitores como tendo de contribuição 52\$850 réis, o que o dá como elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia. Neste documento aparece também, como proprietário, casado, residente na Rua Municipal, alfabetizado e um dos 40 maiores proprietários do concelho<sup>76</sup>.

Descendentes: António, Ana Joaquina, Emília, Maria, José Maria, Álvaro, João Bernardino, Albino, José Florêncio, Júlia.

1 — P.<sup>o</sup> António Monteiro Vieira de Castro (10-12-1838);

2 — Ana Monteiro Vieira de Castro (31-3-1841/1917) — solteira;

3 — Emília Monteiro Vieira de Castro (24-12-1841/1929) — solteira;

4 — Maria Monteiro Vieira de Castro (23-7-1844/1872), casada com José António Martins Guimarães (1821-1911), «Brasileiro», com passaporte de 1864, natural da freguesia de Armil, activo no Partido Progressista e membro da Câmara e um dos financiadores da construção do hospital.

Descendentes:

4.1 — Júlia Martins Monteiro, casada com o Dr. Álvaro Lopes da Silveira Pinto, médico, natural de Ferveença, Celorico de Basto, fundador do Clube Fafense, em 1901;

Descendentes:

4.1.1 — Maria das Dores Martins Pinto (1892-1979) (solteira);

4.1.2 — Maria Alice Martins Pinto, casada com António Amaro Tenório Ren-te, natural e proprietário em Elvas. Não tiveram descendentes;

4.1.3 — Florêncio Martins Pinto. Foi para o Brasil em 1907, onde casou, teve descendência e faleceu;

4.1.4 — José Martins Pinto (data de nascimento 23-10-1897). Foi para o Brasil em 1912. Casou com Maria Isolina Bastos Monteiro. Monárquico activo, o que o forçou ao exílio em Espanha. Foi comerciante em Fafe.

<sup>73</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 7, 3-1-1858.

<sup>74</sup> *Diário do Governo*, Decreto de 30-9-1852: Segundo os arts. 10.º e 11.º, eram elegíveis a deputados os que tivessem renda líquida anual de 400\$000 réis, calculada pela colecta «40\$000 de décima e impostos anexos de foros, juros, ou pensões [...] 20\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados».

<sup>75</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>76</sup> Livro Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882, Arquivo Municipal de Fafe.

4.2 — Ana Martins Monteiro Vieira de Castro, faleceu solteira em 13-10-1904;

4.3 — Emília Martins Monteiro Vieira de Castro, faleceu solteira em 27-8-1880;

4.4 — Miquelina Martins Monteiro Vieira de Castro casada com o Dr. Gervásio Domingues de Andrade (1873-1941), advogado, filho do capitão Domingues de Andrade, natural da freguesia de Felgueiras, Fafe, tendo falecido sem deixar descendentes. Foi político activo e republicano, e presidente da Comissão Administrativa Municipal Republicana;

4.5 — Rosa Martins Monteiro Vieira de Castro, casada com o Dr. Juiz Abel Vieira Campos de Carvalho.

Descendentes:

4.5.1 — Dr. José Martins Campos de Carvalho, Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, casou Maria do Carmo.

Descendentes:

4.5.1.1 — Abel, casado com Maria Teresa;

4.5.1.2 — Dr.<sup>a</sup> Maria Ernestina, solteira — notária;

4.5.1.3 — Eng.<sup>a</sup> Maria Emília, casada.

4.5.2 — António Martins Campos de Carvalho, brigadeiro em Angola, faleceu solteiro, na Guerra de 1914-1918;

4.5.3 — Gervásio Martins Campos de Carvalho (18-8-1895/8-5-1959), foi brigadeiro, tendo casado com Maria Amélia (4-4-1904/19-5-1980);

4.5.4 — Dr. Álvaro Martins Campos de Carvalho (1897-1954), casado Maria Aurora (1898-1966), herdeira do Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro.

Descendentes:

4.5.4.1 — Florêncio, casado com Maria de Lurdes, faleceu em Moçambique;

4.5.4.2 — Abel, faleceu solteiro, em Moçambique;

4.5.4.3 — Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes, licenciada em Matemáticas.

4.5.5 — Maria Emília Martins Campos de Carvalho, casada com o Dr. Parcídio de Matos (20-4-1891/14-2-1962), advogado distinto, natural de Serafão, filho de António Joaquim de Matos e de Umbelina Rosa de Araújo, proprietários, conhecido e lembrado como um orador notável. Foi irmão do Dr. Maximino de Matos, médico, casado com Laura Summavielle.

Descendentes:

4.5.5.1 — Dr.<sup>a</sup> Maria Miquelina Campos e Matos (14-5-1915), Licenciada em Histórico/Filosóficas, investigadora e agraciada com a Medalha de Ouro da Cidade. Combatente antifascista pelo que esteve proibida de leccionar no regime de Salazar. Regressa ao ensino público com o 25 de Abril de 1974. Casou com João Carlos Summavielle;

4.5.5.2 — Eng. Parcídio Campos e Matos, advogado (1916/14-2-1962), casou com Maria de Lurdes;

4.5.5.3 — Dr. Abel Emílio Campos e Matos (1917-1996), advogado, casado com Maria José Penafort;

4.5.5.4 — Eng. Armando Campos e Matos (1919-1991), casado com Maria Helena. Foi professor Universitário e Reitor da Universidade do Porto, galardoado com o Prémio de Investigação Manuel Rocha;

4.5.5.5 — Eng.<sup>a</sup> Maria Emília Campos e Matos (1922), residente em Lisboa, casada com o Eng. Luís Carlos Folque. Foi Vereador da Câmara Municipal de Lisboa;

4.5.5.6 — Maria José Campos e Matos (1922), faleceu com 12 anos;

4.5.5.7 — Maria Umbelina (1923), casada com Sérgio Teles, residente na cidade do Porto;

4.5.5.8 — António Campos e Matos (1925-1942);

4.5.5.9 — José Campos e Matos (1925), faleceu com 1 ano.

4.6 — Adélia Martins Monteiro Vieira de Castro (1863/31-7-1918) casada com José Alves de Freitas (20-12-1850/25-7-1918), «brasileiro», filho de Victorino António de Freitas. Temos como primeira referência da sua saída o ano de 1870. (Ver a Família Alves de Freitas.)

5 — José Maria Monteiro Vieira da Castro (11-5-1846) «Brasileiro», emigra para o Rio de Janeiro em 24-7-1857.

6 — Álvaro Monteiro Vieira de Castro (23-1-1848/1915), emigrou para o Rio de Janeiro, em 1861. Mandou construir o palacete da Rua Mons. Vieira de Castro, o qual ficou incompleto por se ter suicidado, sendo atribuído o acto à falência dos seus negócios no Brasil. Foi sócio fundador do Clube Fafense, em 1901, com os irmãos e outras figuras locais.

7 — P.<sup>e</sup> Dr. Monsenhor João Bernardino Monteiro Vieira de Castro (30-10-1849), ocupou o cargo de administrador do concelho, foi fundador com o irmão Dr. Florêncio do Clube Fafense em 1901, e político activo e deputado. Actualmente ainda existe na cidade uma rua com o seu nome.

8 — Albino Monteiro Vieira de Castro (23-10-1851).

9 — Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro (21-3-1853/4-7-1925), casou com Gracinda de Sousa Carneiro (1-10-1875/26-2-1939), sobrinha do «Brasileiro» Fortunato José de Azevedo, proprietário de dois palacetes contíguos, na Rua António Saldanha. Foi Juiz Conselheiro, líder do Partido Progressista, advogado, Administrador do Concelho, em 1881, com 27 anos. Foi organizador da comissão que promoveu as festividades de inauguração da chegada do caminho de ferro a Fafe, em 1907. Participou com os irmãos monsenhor João e Álvaro «Brasileiro» na fundação do Clube Fafense em 1901. Monárquicos convictos, receberam em sua casa o Rei D. Carlos, por breves momentos, aquando da passagem deste para as termas do Vidago.

Descendentes:

9.1 — Maria Antónia (23-11-1896/5-11-1918), casada com o Dr. João Vieira de Castro 1889-1960, da casa do Corvo;

9.2 — Maria Aurora (26-5-1898/20-7-1966), casada com o Dr. Álvaro Martins Campos de Carvalho (21-9-1897/26-6-1954), Bacharel em Direito.

10 — Júlia (4-5-1856/10-4-1937), faleceu solteira, sendo sua herdeira da Quinta de Sá, a sobrinha Maria das Dores de Freitas Fernandes Leite de Castro.

Na Família Monteiro Vieira de Castro, constatamos que o primeiro progenitor Miguel Monteiro de Campos, foi emigrante do Brasil e filho de proprietários, tendo este, depois do seu retorno definitivo surgido como proprietário. Na primeira geração de descendentes encontramos grandes figuras locais, como políticos, clérigos, diplomados e emigrantes capitalistas.

Dos dez filhos, apenas uma filha (Maria) e um filho (Dr. Florêncio) casaram, tendo os restantes ficado solteiros. Este facto provocou e evitou a dispersão dos bens da família e, naturalmente, conduziu à sua concentração.

Como se pode ver, estes tiveram papéis sociais e políticos importantes em Fafe, constituindo-se a elite activa. A linha dos descendentes de Maria Monteiro Vieira de Castro ao casar com um «Brasileiro», evidenciou estratégias de reprodução social mais eficientes ao investirem na escolarização dos filhos e nas estratégias matrimoniais mais adequadas. Neste ramo, a ocupação de cargos públicos ou políticos, os graus académicos ou estatuto de diplomados, a emigração para o Brasil e a saída de outros para as cidades do Porto e Lisboa, permitiu que viessem a ocupar os mais elevados cargos nas universidades, na magistratura, nas carreiras militares. Estes factos aliados estratégias matrimoniais eficientes permitiram, que até aos nossos dias, se reproduzissem os estatutos sociais de uma elite com origem identificada no princípio do século XIX.

A descendência do Dr. Florêncio foi menos eficiente na gestão das estratégias de reprodução social, tendo sido afectada negativamente pelo seu posicionamento político-partidário e pela dependência excessiva dos rendimentos das propriedades agrícolas, bem como por uma excessiva fixação a Fafe.

### 3.2 — Família Alves de Freitas

Victorino António de Freitas (23-8-1806), era filho de José António de Freitas e de Benta Maria de Freitas, proprietários, naturais do lugar do Batoco, freguesia de Fafe e de Antónia Alves, filha de António Alves Bastos e de Maria Josefa Ferreira da freguesia de Vale de Bouro, concelho de Celorico de Basto.

Foi-neto paterno de Manuel de Freitas e Luísa de Castro da Rua de Baixo e materno de Alberto de Freitas e Maria de Bastos do Lugar do Batoco, Fafe.

Victorino António de Freitas era proprietário, casado com Antónia Alves, lugar do Batoco, Fafe, colectado com \$100 réis de décima pela casa da Queimada<sup>77</sup>.

<sup>77</sup> Auto de lançamento da décima de prédios, mancio e juro, ano de 15-7-1829: manuscrito, Arquivo Municipal de Fafe.

Em 1858, é um dos quarenta maiores proprietários como consta na lista elaborada em sessão extraordinária da Câmara para cumprimento do disposto do art. 21.º da Lei de 30 de Setembro de 1852. Segundo os arts. 10.º e 11.º, eram elegíveis a deputados os que tivessem renda líquida anual de 400\$000 réis, calculada pela colecta «40\$000 de décima e impostos anexos de foros, juros, ou pensões. [...] 20\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados»<sup>78</sup>. Aí se dá conta de que ele é lavrador, morador na Rua de Cima, freguesia de Fafe, colectado com 17\$741 de décima<sup>79</sup>.

Em 1872-1873, pagava ao Estado, de contribuição predial 23\$845 réis e 5\$880 de contribuição municipal e expostos<sup>80</sup>.

Em 1881, no recenseamento eleitoral é designado como proprietário, a residir na Rua D. Maria Pia, casado com 78 anos, com a contribuição de 25\$667 réis, elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia e alfabetizado.

Nos seus descendentes contam-se dois emigrantes de retorno, donos das mais belas casas de «Brasileiro» de Fafe e de uma filha casada com um «Brasileiro», também proprietária de uma casa, igualmente notável, da cidade.

Descendentes:

1 — José Alves de Freitas (20-12-1850/25-7-1918), casado com Adélia Martins Monteiro Vieira de Castro (1863/31-7-1918), filha de Maria Monteiro Vieira de Castro (23-7-1844/1872) e do «Brasileiro» José António Martins Guimarães (1828/1-9-1911/31-7-1918), neta também do «Brasileiro» Miguel António Monteiro de Campos. Foram padrinhos de baptismo de José Alves de Freitas, o P.º António de Almeida Carvalhais, abade de São Tiago de Valadares e madrinha, a irmã deste, Maria Augusta Carvalhais.

No Pará foi grande comerciante de borracha e possuidor de um Vapor, existindo ainda nos descendentes, objectos em prata onde se lê: «Vapor Alves de Freitas». Sabemos que emigrou para o Pará, em 1870, tendo vindo várias vezes a Portugal, sem que a sua mulher algumas vez o tivesse acompanhado.

Foi o «Brasileiro» proprietário de uma das casas mais importantes de Fafe, situada na antiga Rua Municipal e actual Mons. Vieira de Castro, com data de 1885, construída no terreno do quintal cedido pelo sogro, ainda hoje na posse de descendentes directos.

No testamento lavrado em 18-8-1916, José Alves de Freitas, declara ser casado com Adélia Martins de Freitas, casado com comunhão de bens e pai de quatro filhos vivos: Maria das Dores, José, Leopoldo e António. Aí declara que deixa «o usufruto da meação disponível de todos os seus bens mobiliários, imobiliários, dinheiros, direitos e acções à referida sua mulher, devendo ser compreendido nesse usufruto a casa em que vive»<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> *Diário do Governo*, 30-9-1852.

<sup>79</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 7, de 3-1-1858.

<sup>80</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>81</sup> Testamento cerrado de José Alves de Freitas, *Livro de Registo de Testamentos*, n.º 95, fol. 34-38, cedido pelos descendentes.

A imprensa local dá notícias deste emigrante, nomeadamente no que se refere à sua chegada e partida, bem como a ida à cidade de Guimarães, de familiares e amigos que o vão aí receber e esperar, referindo-se-lhe como «abastado capitlista»<sup>82</sup>.

Foi promotor, com outras destacadas figuras de relevo político e social, nomeadamente: Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro, João Leite de Castro, José Leite de Saldanha e Castro, Dr. Artur Vieira de Castro, Albino de Oliveira Guimarães (comendador e «Brasileiro»), João Soares de Oliveira, Miguel Gonçalves da Cunha, Bernardino de Oliveira Guimarães «Brasileiro», José Joaquim Fernandes Ribeiro<sup>83</sup>, das festividades da inauguração do caminho de ferro, com a chegada do comboio a Fafe, nomeadamente de um jantar comemorativo.

Esteve na Exposição Universal de Paris em 1900, onde adquiriu objectos decorativos ainda na posse da família. Em 1909 foi Provedor da Misericórdia, administrador do hospital, e vereador da Câmara no mesmo ano.

Descendentes:

1.1 — José Martins de Freitas foi para Manaus, Brasil, em 8-8-1902, com 18 anos e com a profissão de empregado comercial, onde faleceu muito novo;

1.2 — João Martins de Freitas foi para o Rio de Janeiro, Brasil, em 26-7-1901, com 14 anos e idade, onde faleceu muito novo;

1.3 — Julieta Martins de Freitas, faleceu muito jovem, com tuberculose, depois de ter estado na Suíça em tratamento, acompanhada pela irmã Maria das Dores;

1.4 — Dr. Leopoldo Martins de Freitas, casado com Maria Isabel Campos, advogado, licenciado pela Universidade de Coimbra, amigo pessoal do cardeal Cerejeira e do Dr. António de Oliveira Salazar. Foi administrador da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães. Foi Presidente da Câmara Municipal de Fafe, proprietário da Quinta do Assento e de outras na Recta, Fafe, e em Guimarães. Residia na Costa, em Guimarães.

Faleceu na sua Casa do Assento e foi sepultado no cemitério de Guimarães.

Descendentes:

1.4.1 — Maria Isabel que faleceu muito jovem;

1.4.2 — Dr. José Antero Campos de Freitas (1931-1992), casado com Maria Antónia Mota Prego Pereira Leite, natural de Paredes, filha do Dr. Bernardo Pereira Leite. O Dr. Antero foi médico ortopedista, responsável pela montagem do Serviço de Ortopedia do Hospital de Guimarães, e estabeleceu residência na casa da Costa, herdada do pai;

1.4.3 — António Campos de Freitas (18-2-1932), solteiro, proprietário, com frequência do curso de Agronomia na Faculdade de Agronomia de Lisboa.

1.5 — Dr. António Martins de Freitas (4-12-1896/17-4-1959), solteiro, médico, licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa em 1921. Foi Presidente

<sup>82</sup> *O Desforço*, Fafe, 23-11-1893 e 14-12-1893.

<sup>83</sup> *O Desforço*, Fafe, 21-7-1907.

da Câmara Municipal de Fafe, estando ligado ao seu nome a construção da Estação dos Correios, a Escola da Feira Velha e obras de fornecimento de água à cidade e arranjos no centro urbano.

1.6 — Maria das Dores Martins de Freitas (1883/26-1-1948), frequentou o Colégio Sardão em Vila Nova de Gaia. Casou com Eduardo Fernandes «Brasileiro», natural de Francos, Porto, sócio do tio, João Alves de Freitas, com firma estabelecida em Manaus, tendo conhecida a sua futura mulher quando veio visitar a família.

A imprensa local dá notícia do pedido deste casamento e do embarque do casal para o Brasil<sup>84</sup>, sendo o primeiro a levar a esposa em sua companhia, o que determinou que os filhos viessem a nascer em Manaus.

Este casal e os filhos vieram definitivamente para Fafe, onde fixaram residência.

Emília Pereira, natural de Fornelos, filha de António Luis Pereira e Maria Emília Novais embarcou no dia 12-3-1909 para o Brasil, no estado de solteira, sendo referido no passaporte que esta era costureira. Segundo a família, foi a costureira da casa e, com 17 anos, acompanhou o casal Martins de Freitas Fernandes para o Brasil, tendo-os ajudado a criar os filhos. Viveu sempre com a família até à sua morte, com 90 anos, em 1970. A sua irmã Joaquina, foi cozinheira da casa desde os 30 anos, tendo também falecido junto desta família, com 80 anos, em 1975.

Descendentes

1.6.1 — Maria das Dores de Freitas Fernandes (Manaus, 7-5-1909/Fafe 20-2-1979), casou em 11-11-1929 com António Leite de Castro;

1.6.2 — Eduardo de Freitas Fernandes (Manaus, 13-8-1914/12-12-1969);

2 — António Alves de Freitas, casado tardiamente com Juliana, natural de Braga, onde residiu e faleceu.

3 — Leonor Alves de Freitas (26-7-1853), casada com José Joaquim Carvalho, «Brasileiro», proprietária de um palacete e quinta na Rua Serpa Pinto.

Descendentes:

3.1 — José Carlos de Freitas Carvalho, casado com Haidé, filha do «Brasileiro» João Vicente Ribeiro e de Luísa da Gama, que tinham vindo do Brasil para tratamento nas termas de São Pedro do Sul, tendo-se conhecido quando ambos acompanhavam aí os seus pais.

4 — João Alves de Freitas (1864-1917), emigrou para o Pará em 8-1-1875, com 11 anos. Casou com Maria Beatriz de Faria Azevedo, filha do «Brasileiro» António José de Bastos Azevedo e de Antónia Maria de Faria Azevedo. O sogro de João Alves de Freitas era proprietário, colectado em 1872-1873 com 15\$298 réis de contribuição predial para o Estado e 3\$775 para o Município e Expostos<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> *O Desfuro*, Fafe, 16-7-1908 e 29-10-1908.

<sup>85</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

Em 1881, no recenseamento eleitoral, é referido como contribuinte de 22\$085 réis, proprietário, casado, 44 anos, alfabetizado, elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia (ver família Azevedo).

João Alves de Freitas foi um destacado comerciante de borracha em Manaus e abastado capitalista possuindo com Eduardo Fernandes, a Firma João Alves de Freitas & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup> Em 1909 faz parte da Comissão Consultiva junto do Consulado de Portugal no Estado do Amazonas, Brasil. Eduardo Fernandes veio a casar com uma sobrinha de João Alves de Freitas, filha do irmão de José Alves de Freitas.

Os Srs. João Alves de Freitas & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>, são estabelecidos à Rua Marechal Deodoro, 37, Manaus, com casa importadora, exportadora e comissária; são também proprietários de seringais e de vapores. São sócios da firma os Srs. João Alves de Freitas e Eduardo Fernandes, ambos de nacionalidade portuguesa. A firma é proprietária de oito seringais, onde têm um pessoal de cerca de 800 homens e de onde recebe cerca de 250 toneladas de borracha anualmente.

Estes seringais, que ocupam uma área de mais de 800 milhões de metros quadrados, ficam de 17 a 25 dias de viagem, em vapor, de Manaus. A firma foi estabelecida em 1901 e importa toda a sorte de mercadorias da Europa, Norte América e Estados do Sul do Brasil. Faz parte da Associação Comercial do Amazonas, da qual os sócios foram directores. A firma possui também quatro vapores fazendo transporte no rio Juruá e outros, e ocupa em Manaus um bom edifício<sup>86</sup>.

João Alves de Freitas foi o proprietário do palacete mais elegante e grandioso de Fafe situado na Rua do Major Miguel Ferreira e um dos maiores dinamizadores da construção da Igreja Nova de São José de Fafe, para a qual contribuiu com elevadas verbas.

Por falência, provocada pela crise e perda de cotação comercial da borracha, a que não é alheia a concorrência inglesa que passou a dominar o comércio deste produto introduzido pelos ingleses no Índico, e em defesa do nome e honra, João Alves de Freitas suicidou-se em 1917.

Descendentes:

4.1 — Alice Dora de Freitas, casada com Jorge Alves de Sousa, residentes em Lisboa;

4.2 — João de Azevedo Freitas faleceu muito jovem;

4.3 — Armando de Azevedo Freitas (1901-1953), casado com Amélia Caldeira.

5 — Florinda Alves de Freitas (20-4-1852), casada com Paulo da Cunha Mourão, fidalgo e aristocrata de Basto e senhores dos Solares da Granja e da Gandarela.

<sup>86</sup> *Impressões do Brasil no Século Vinte — Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos*, Ed. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1.<sup>a</sup> — (Direct. principal: Reginald Lloyd), London, 1913, p. 1005 (impresso para circular nos Estados Unidos do Brasil e outros países estrangeiros).

Estes compraram a casa do «Brasileiro» Álvaro Monteiro de Campos, em Fafe. Descendentes:

- 5.1 — Paulo Freitas Cunha Mourão, casado com Maria da Glória Pereira Leite;
- 5.1.1 — Maria Sofia casada com o Dr. João Pulido de Almeida, deputado;
- 5.1.2 — Dr. Paulo, advogado em Penafiel, casado com Maria Emília.

5.2 — Dr. Francisco Freitas Cunha Mourão (1889-1961), advogado e industrial, casou com Delminda Machado (1890-1974).

5.2.1 — Fernanda Sampaio Machado Mourão, casou com António Joaquim Correia, importante industrial de Guimarães, com residência na Foz-Porto;

5.2.2 — Adélia Sampaio Machado Mourão, casada com o Professor Carlos Lima, Professor de Medicina na Faculdade de Medicina do Porto. Adélia foi a herdeira do Solar da Granja e da Casa da Foz-Porto.

Victorino António de Freitas é um proprietário de Fafe que, face aos seus rendimentos, se poderá situar no grupo de uma elite local. Os filhos que saem para o Brasil, obtêm grande sucesso com os negócios da borracha. No quadro das estratégias matrimoniais, estes casam em Fafe com filhas de outros «Brasileiros» de sucesso. Uma das irmãs casa com um aristocrata de Basto e a outra com um «Brasileiro» rico.

As trajetórias geracionais de reprodução social vão ser obtidas, quer através de um adequado investimento na escolarização dos descendentes, quer pela eficiente gestão dos casamentos, possibilitando-lhes o acesso aos mais elevados cargos públicos e políticos municipais, académicos e industriais.

O suicídio de João é um indicador importante do peso social das famílias e da trama responsabilizante que estas geram, levando-o, face às dificuldades económicas por que passou nas primeiras décadas deste século, a optar, como protecção do nome e honra, pela morte.

### 3.3 — Família Soares

1 — Dr. Miguel António Soares, filho de Rosa de Castro, solteira, natural de Antime, cirurgião e proprietário, casado com Maria Joaquina Gonçalves Moreira, filha de Manuel Gonçalves Moreira e de Francisca Rosa de Araújo, da Rua Nova de Fafe.

Foi médico-cirurgião dos expostos e, pela sua profissão, estava colectado em 2\$000 réis, morador na Rua de Cima. Pelas suas casas pagava \$200 réis e pelo que possuía no lugar de Pardelhas pagava \$150 réis de décima<sup>87</sup>.

<sup>87</sup> Auto de lançamento da décima de prédios, maneio e juro, ano de 15-7-1829, manuscrito: Arquivo Municipal de Fafe.

Descendentes:

- 1.1 — Rosa (30-10-1812);
- 1.2 — Felicidade (20-4-1815), casada com António Joaquim de Castro Lobo.

Descendentes:

- 1.2.1 — Carolina (13-7-1840);
- 1.2.2 — Elvira (10-8-1841);
- 1.2.3 — Júlia (18-3-1844);
- 1.2.4 — Constandância (7-2-1845), casada com Manuel Carlos Rodrigues Alves, comerciante do Porto;

- 1.2.5 — Joaquina (25-10-1847).

1.3 — António (29-5-1818);

1.4 — Florinda (25-2-1821);

1.5 — José Florêncio Soares (4-3-1824/1-4-1900), emigrou para o Brasil em 20-10-1837, com 13 anos. Casou aí com Maria Teresa da Costa, natural do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, filha de Domingos José da Costa, português e natural de Oliveira de Azeméis e de Senhorinha Zesuina da Silva, natural de Minas Gerais.

Em 1859 é um dos 40 maiores proprietários com a contribuição de 27\$619 réis para efeitos de elegibilidade a deputado definido pelo Decreto-Lei de 30-9-1852<sup>88</sup>.

Em 1872-1873 reside no lugar do Santo, Fafe, colectado com a contribuição para o Estado de 62\$065 e para o Município e Expostos, 15\$490 réis<sup>89</sup>.

Em 1881, no recenseamento eleitoral é dado como residente na Rua Municipal, proprietário, casado, com 56 anos, alfabetizado, com a contribuição de 9\$838 réis, elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia.

Com menos de 40 anos é proprietário de um dos mais notáveis palácios de «Brasileiro» de Fafe, datado de 1861, sócio da Fábrica do Bugio (17-9-1873), em São Martinho de Silveiras, Fafe, vindo a ser o único proprietário desta Fábrica a partir de 1894.

Administrador do Concelho, Presidente da Câmara, nomeadamente em 1889, destacado benemérito fundador do Hospital da Misericórdia, inaugurado em 19-3-1863 e da construção da Igreja Nova de São José, iniciada em 25-2-1895.

Do testamento:

No seu testamento lavrado a 4-4-1899, declara ser viúvo e institui como seus herdeiros: o seu filho, José Florêncio Soares Júnior, o seu irmão Dr. José Maria Soares e Castro e em terceiro lugar, Manuel Carlos Rodrigues Alves, comerciante na cidade do Porto, casado com a sua sobrinha Constança Lobo, deixando aos dois últimos um conto de réis em moeda corrente.

<sup>88</sup> Deliberação municipal, Livro de Actas n.º 7, de 6-9-1859.

<sup>89</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.



Sobre o seu funeral, determina que este seja feito segundo a vontade do seu primeiro testamenteiro, mas sujeito às seguintes condições: ser feito sem convites nem pompas, proibindo expressamente o oferecimento de coroas e armações em casa e na igreja, e sem a publicação na imprensa do seu testamento. Deveriam ser ditas dez missas em sua alma e dez pela alma dos seus pais, sogros e parentes já falecidos, ditas em altar privilegiado e dando-se esmola de mil réis por cada uma.

Deixa a Rosalina Esteves, solteira, o usufruto de cinco contos de réis e aos três filhos menores desta, cinco contos de réis para cada um, num total de vinte contos de réis pagos em três prestações, contados entre seis meses após a sua morte e três anos. Uma prestação mensal de vinte e cinco mil réis pagos durante dois anos, nos dias quinze de cada mês. A forma de pagamento e processo definidos em testamentos, relativos a Rosalina Esteves e seus filhos, ficariam condicionados à prestação de contas à Administração do Concelho.

Deixa à irmã Rosa a pensão mensal de dez mil réis, enquanto for viva, e depois desta falecer, deixa à sua criada Maria Rainha, cinco mil réis mensais, também enquanto for viva. Deixa a Bernardino Monteiro, caixeiro da sua já falecida irmã Felicidade, cem mil réis.

Aos empregados do seu escritório são deixados ordenados dobrados do mês em que falecer. Aos empregados da fábrica, ordenados dobrados do mês em que falecer. Aos operários da fábrica, o jornal de seis dias, conforme o que ganham, o qual será pago no mês do falecimento. Deixa aos criados e criadas que estiverem ao seu serviço, no dia do sua morte, soldadas dobradas relativamente ao que ganhavam naquele ano.

É instituído como único e universal herdeiro e do remanescente da sua terça, o seu filho, Dr. José Florêncio Soares Júnior, ficando este obrigado ao cumprimento das disposições testamentárias, todos os legados pagos e livres de contribuição e quaisquer outros encargos<sup>90</sup>.

Descendentes:

1.5.1 — Dr. José Florêncio Soares Júnior é declarado no testamento do pai, como sócio de indústria com uma quota de 10%, na Fábrica de Fiação, Tecelagem e Tinturaria do Bugio. Casou com Margarida Summavielle (12-8-1855/28-10-1930), filha de José Summavielle e Rosa Pinto, neta paterna de Bernardo Summavielle e Maria Bavelhas (Baiona, França), residentes na Rua do Portal e materna de Rosa Pinto, natural do Portal, Fafe. Margarida Summavielle era irmã de António Summavielle, que foi para o Rio de Janeiro, Brasil, em 18-9-1882, com 12 anos. Este veio a Fafe, regressando ao Rio de Janeiro em 30-11-1905, com 35 anos e com a profissão de capitalista.

Em 1881, com 28 anos, é solteiro, bacharel em Direito e elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia.

1.5.1.1 — Soledade Summavielle Soares, casada com Manuel Rodrigues Alves;

<sup>90</sup> Testamento cerrado de José Florêncio Soares, *Livro de Registos de Testamentos*, n.º 51, fls. 1-6, Arquivo Municipal de Fafe.

1.5.1.2 — Dr. José Summavielle Soares (2-11-1881/29-4-1969), advogado, industrial, politicamente empenhado com o Republicanismo, sendo o primeiro Presidente da Câmara eleito entre 1913 e 1923, amigo íntimo e correligionário de Gervásio Domingues de Andrade, presidente da Comissão Administrativa Republicana, casado com Laura Soares de Oliveira, filha de João Soares de Oliveira, farmacêutico, e Joaquina Mendes da Costa.

A ele se devem, como Presidente da Câmara, grandes transformações urbanas, a construção da Central Hidroelétrica de Santa Rita, o Jardim Tropical da Queimada. Foi benemérito do Hospital, nomeadamente do Balneário do Hospital, da Igreja Nova de São José. Como industrial foi administrador e proprietário da Fábrica do Bugio.

Mandou construir o Teatro-Cinema de Fafe, inaugurado em 1923.

1.5.1.2.1 — Maria Margarida, casada com Augusto da Cunha Mendes, filha do «Brasileiro» Bernardino da Cunha Mendes (1856-1934) e de Augusta Antunes Pires de Mesquita, proprietários da Casa do Calvário, denominada «Vila Augusta»;

1.5.1.2.2 — Laura, casada com o Dr. Maximimo de Matos<sup>91</sup> (14-10-1887), natural de Serafão, filho de António Joaquim de Matos e de Umbelina Rosa de Araújo, médico, irmão do Dr. Parcídio de Matos, advogado, casado com Maria Emília Martins Campos;

1.5.1.2.3 — Alice, casada com o Dr. Alexandre Freitas Ribeiro;

1.5.1.2.4 — Soledade, casada com João Camilo;

1.5.1.2.5 — João, casado com a Dr.<sup>a</sup> Maria Miquelina de Araújo Martins Campos, filha de Maria Emília Martins Campos e Dr. Parcídio de Matos, residentes em Fafe;

1.5.1.2.6 — José ;

1.5.1.2.7 — Miguel;

1.5.1.2.8 — Luís, casado com Maria Adelaide Feliz da Costa;

1.5.1.2.9 — Eng. Fernando;

1.5.1.2.10 — Arquitect. Elísio, casado com Maria de Lurdes Kruz Costa Santos, residentes em Lisboa.

1.6 — Dr. José Maria (29-3-1827). Em 1881, com 53 anos, aparece como elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia, com a profissão de médico.

Conclusão:

Estamos perante uma das mais eficientes estratégias de reprodução social que utiliza todas as possibilidades de reproduzir o poder e o prestígio: a emigração, as opções matrimoniais, o celibato definitivo, regulação do número de filhos ou da fecundidade legítima, as opções políticas, o investimento na indústria e nas escolarização, possibilitando a manutenção dos bens imóveis até à quinta geração, sem esquecer os investimentos no quadro das representações simbólicas.

<sup>91</sup> COIMBRA, Artur Ferreira; MATOS, Maximimo de, *Vida e Obra*, Fafe, 1989.

### 3.4 — Família Vieira de Castro

José António Filipe de Castro era filho de Francisca da Silva Vieira, solteira, natural da freguesia de São Vicente de Passos, casado com Rosa Maria de Castro, moradores na Rua de Cima, filha de António José de Castro Guimarães e de Antónia Maria da Costa, também moradores na Rua de Cima, Fafe.

José António Filipe era proprietário e pelo que possuía, no lugar da Ranha, tinha de rendimento 1\$000 réis <sup>92</sup>.

Descendentes:

1.1 — José (16-11-1813);

1.2 — Francisco (22-1-1815);

1.3 — Miquelina (25-2-1816), casada com Miguel Monteiro de Campos, proprietário, «Brasileiro»;

1.4 — Maria (19-9-1816);

1.5 — António (31-7-1819);

1.6 — Joaquina Rosa (27-3-1821);

1.7 — Emília (16-12-1822);

1.8 — João Bernardino (23-5-1824), emigrou para o Rio de Janeiro em 11-8-1838, com 13 anos;

1.9 — Comendador José António Vieira de Castro (21-12-1825/26-9-1891).

Em 17-8-1838 emigrou da cidade do Porto, com 13 anos, para o Rio de Janeiro. Casou com Josefa do Carmo Leite Sampaio, da freguesia de Pombeiro, concelho de Felgueiras.

Em 3-5-1862, reemigra sendo morador no Largo Ferreira de Melo, negociante, com 35 anos, negociante, saindo em companhia do cunhado Miguel António Monteiro de Campos, casado com Miquelina Monteiro, irmã deste.

É Presidente da Câmara Municipal de Fafe, nomeadamente nos anos de 1872 e 1876.

Em 1881 era proprietário, com 51 anos, alfabetizado, com 69\$802 réis de contribuição, elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia, sendo referido como um dos 40 maiores contribuintes do concelho.

Foi grande proprietário de quintas que teve em São Gens, Estorãos, Revelhe e São Vicente de Passos.

Descendentes:

1.9.1 — Albertina, casada com o Dr. Juiz António Freitas Ribeiro;

1.9.2 — Amália, casada com um armador de barcos de pesca de Viana do Castelo;

1.9.3 — Ernestina, casada com o Dr. Álvaro Vieira Campos de Carvalho;

<sup>92</sup> Auto de lançamento da décima de prédios, maneio e juro, ano de 15-7-1829, manuscrito: Arquivo Municipal de Fafe.

1.9.4 — Dr. Artur, comendador, advogado, administrador do concelho e Presidente da Câmara, agraciado por Hintze Ribeiro com a Comenda da Conceição e líder local do Partido Regenerador;

1.9.5 — Adriano, professor, casado com Adelina Andrade.

### 3.5 — Família Moniz Rebelo

Bernadino Moniz Rebelo, filho de Joaquim Moniz Rebelo (1812), e de Joana de Sampaio.

Em 1872-1873, residia na Rua do Portal e pagava de contribuição predial para o Estado 5\$099 réis e para o Município e Expostos, 1\$260 réis <sup>93</sup>.

Em 1881 era morador na Rua D. Luís I, com 43 anos, viúvo, com a contribuição de 13\$730 réis de décima, alfabetizado, elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia. Era proprietário e estalajadeiro e foi mordomo da Misericórdia, administradora do Hospital, em 1909. Politicamente ligado ao grupo dos monárquicos, mantendo laços de particular amizade com a família Azevedo.

Bernardino Moniz Rebelo é descendente de Cristovão Rebelo, que foi escrivão do concelho de Monte Longo e senhor da Casa da Quintã, Armil, foreira à Colegiada de Guimarães e com privilégio das Tábuas Vermelhas, como se lê no mostrador grande da Colegiada de Guimarães, no Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta [A-4.3.5, fls. 191 e 244], a qual Quintã pertencera a Diogo Fernandes Rebelo de Meireles. A Albergaria de Fafe foi explorada ainda em 1872 por Bernardino Moniz Rebelo, como consta do processo de inquirição de género de seu filho padre Álvaro Rebelo Moniz.

Bernardino Moniz Rebelo era descendente de Manuel Fernandes Soares, fidalgo da Casa Real, e usou o apelido «Albergaria». Estes Soares [Coelho] figuram em Felgueiras Gayo, título Barros, § 3, n.º 10 e título Soares da Albergaria § 25, n.º 2.

Bernardino Moniz Rebelo é descendente directo de Nuno José Coelho da Silva e Abreu, natural da casa do Paço em Regadas e irmão dos padres Baltazar Coelho da Silva e Egas Moniz Coelho da Silva, capelão fidalgo d'Elrei, habilitado por inquirição de género de 1731 — ver Artur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade e Távora, Padres do Arciprestado de Braga Primaz do Século XVII, vol. 1, n.º 10 107, p. 211.

Nuno José Coelho da Silva e Abreu (fidalgo da Casa Real) é descendente directo de Baltazar Coelho da Silva, natural de Amarante, filho de Álvaro Coelho da Silva, como se vê em «Inventário do Cabido

<sup>93</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos, por José Gaspar de Almeida», 1935, Imprensa Portuguesa, onde ainda se lê, são descendentes de D. Egas Moniz.

Este Baltazar era filho de Álvaro Coelho da Silva (neto de Aires Coelho da Silva, senhores de Felgueiras e Vieira e sua mulher Antónia de Abreu, Como se vê em Felgueiras Gayo — título Abreus, § 7, n.º 13; título Magalhães, § 18, n.ºs 7-8, § 14, n.º 21<sup>94</sup>).

Descendentes:

1.1 — Fernando Moniz Rebelo, casado com Angelina da Silva, comerciante, exportador de mel para a Holanda, proprietário do Hotel União, com alquilária [onde se alugavam trens e bestas], situada na casa da Feira Velha e posteriormente na Avenida da Estação.

Foi íntimo do padre José Joaquim Carneiro Pinto Júnior, companheiro do padre Domingos, na Revolução da Monarquia do Norte, tendo escondido em sua casa as armas dos revolucionários. Desta amizade é prova o retrato autografado do padre Joaquim, na posse da sua filha, Dr.<sup>a</sup> Maria Adriana, onde se lê:

Ao meu bom e particular amigo Fernando Rebelo Moniz como prova de sincera amizade e à Ex.<sup>ma</sup> família em sinal de muita estima e consideração [...] No Tempo da Liberdade.

— Recordação do Forte do Alto do Duque, Lisboa, 23-9-1911/9-3-1912.

Descendentes:

1.1.1 — Maria Adriana da Silva Moniz Rebelo, licenciada em Filologia Românica, casada com o Dr. Fernando Alberto Moreira Lopes, médico pediatra, primeiro director dos serviços de Pediatria do Hospital de Aveiro;

1.1.2 — Maria Amélia da Silva Rebelo Moniz, casada com Álvaro Gomes Fernandes, administrador de seguros;

1.1.3 — Dr. Álvaro Fernandes Rebelo, licenciado em Histórico-Filosóficas, casado com Maria Cristina Costa Alves, autor da obra J. C. Vieira de Castro, Ed. da Câmara Municipal de Fafe, 1993.

1.2 — António Moniz Rebelo, emigrou para o Rio de Janeiro, com 10 anos em 3-3-1871. Foi capitão-de-marinha e proprietário de grandes plantações de café. Não regressou, tendo pelo menos um filho, António, que foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

<sup>94</sup> Estas informações foram gentilmente cedidas pelo Dr. Maurício António Fernandes, historiador, genealogista e membro do Instituto Português de Heráldica, licenciado em Filologia Clássica e Ciências Histórico-Filosóficas, com uma vasta obra publicada, nomeadamente *Os Carvalhos de Basto*, obra de colaboração com os Drs. Eugénio da Cunha e Freitas, Francisco Maia e Castro e Nuno M. Ferraz de Andrade, Ed. dos Autores, 1977.

1.3 — Joaquim Rebelo Moniz (18-12-1863), morador na Rua D. Luís I. Emigrou para o Rio em 3-6-1879, com 16 anos. Em 10-7-1900, é referido num segundo passaporte como capitalista, dirigindo-se para o Pará, com a profissão de capitalista. Foi armador no Pará, cujos navios mercantes tinham no Amazonas a base da sua actividade. Foi casado com Adelaide Magno Morais, natural do Brasil. Faleceu em 1927, com 63 anos.

Descendentes:

1.3.1 — Eurípides Magno Moniz Rebelo;

1.3.2 — Cremilda Magno Moniz Rebelo;

1.3.3 — Adelaide Magno Moniz Rebelo.

1.4 — P.<sup>o</sup> Álvaro Moniz Rebelo, monárquico e politicamente activo, o que o leva a refugiar-se no Brasil em 15-10-1910;

1.5 — Augusto Rebelo Moniz, emigra para o Rio de Janeiro em 23-10-1882, com 12 anos, não tendo regressado;

1.6 — José Moniz Rebelo, emigra em 3-3-1871, com 12 anos, levando na sua companhia o irmão António de 10 anos;

1.7 — Ana Moniz Rebelo, morreu solteira;

1.8 — Maria Moniz Rebelo, casada com o «Brasileiro» Luís Nogueira Mendes, que emigrou em 22-5-1908.

Descendentes:

1.8.1 — Luís Moniz Nogueira Mendes;

1.8.2 — Luís Mário Moniz Rebelo Nogueira.

1.9 — Francelino, filho de segundas núpcias de Bernardino, que casou com Domicília da Cunha Pojo, emigrou em 27-9-1898, para o Pará com 13 anos. Reemigra para o mesmo destino, com 16 anos, em 8-11-1901 e em 4-6-1907, como proprietário, com 21 anos.

Esta família dividida entre uma forte ligação à tradição local, investe simultaneamente na emigração e na escolarização como forma e estratégia de reprodução social.

### 3.6 — Família Oliveira Guimaraes

1 — José de Oliveira, natural da freguesia de Golães, casado com Maria Joaquina da Silva, natural de Santa Cristina de Arões, lavradores.

Descendentes:

1.1 — Comendador Albino de Oliveira (1834/6-6-1908), terá emigrado para o Rio de Janeiro em 1847, com 14 anos. Casou com Luísa Mendes de Oliveira, filha de António Mendes de Oliveira e Castro, natural de Pardelhas, Fafe, e de Castorina Álvares Pereira, natural da freguesia de Candelária, da cidade do Rio de Janeiro, irmã do Barão de Oliveira e Castro.

Este «Brasileiro» tinha um palácio situado na Avenida Rui Barbosa, onde actualmente se encontra instalado o Museu Rui Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro, e segundo informações dos descendentes, fora íntimo do Imperador.

Na família ainda existe correspondência de Camilo Castelo Branco dirigida ao Comendador, a quem ele recorria em momentos de dificuldade financeira.

Foi proprietário da Casa e Quinta da Macieira, em Pardelhas, Fafe; em Freitas, na Ranha, Fafe; em Quinchães e em São Romão de Arões, adquiriu a Casa e Quinta da Arrochela, tendo construído na Avenida da Estação, a sua casa urbana, com data de 1908.

Conhecemos um passaporte seu de 8-4-1869, o qual refere que ele tem 35 anos quando embarca com a mulher e quatro filhos: Luísa, Castorina, António e Albino, todos naturais do Rio de Janeiro, e dois criados: António de Magalhães, de 45 anos, e Maria Exposta, de 23 anos.

Em 1907 participa das festividades comemorativas da chegada do caminho de ferro a Fafe, com outros «Brasileiros» ilustres de Fafe, emigrados na cidade do Rio de Janeiro.

A ele se ficou a dever a construção do Passeio Público, inaugurado em 1892, contribuindo com donativos, tal como outros «Brasileiros» locais, para a construção da Igreja Nova de São José.

Descendentes:

1.1.1 — José Mendes de Oliveira Guimarães, natural da cidade do Rio de Janeiro, casou com Porcina Mendes de Oliveira, cidadã brasileira, tendo vivido e falecido no Brasil;

1.1.2 — António Mendes de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, casou com Cecília Nabuco, natural do Brasil, para onde regressou após a morte do marido;

1.1.3 — Albino Mendes de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, casou com Beatriz Montenegro, natural de Guimarães;

1.1.4 — Castorina Mendes de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, faleceu solteira;

1.1.5 — Luísa Mendes de Oliveira, morreu solteira;

1.1.6 — Maria Mendes de Oliveira, casou com o Dr. Adelino Campos de Carvalho, médico e professor na Universidade de Coimbra. O casal passou largas temporadas em Davos Platz, Suíça, procurando a cura da tuberculose, que a esposa tinha contraído. Um dos filhos deste casal é advogado no Brasil;

1.1.7 — Firmina Mendes de Oliveira casou com o Dr. Adelino Campos de Carvalho, após a morte da irmã.

### 3.7 — Família Cunha Mendes

1 — Joaquim da Cunha Mendes e de Joaquina da Cunha, naturais de Ruivães, freguesia de São Gens.

Descendentes:

1.1 — Bernardino da Cunha Mendes (1856/21-9-1934), emigrou em 28-7-1869 para o Pará, com 13 anos, reemigrando em 31-8-1883 e 30-8-1886, com 27 e 30 anos respectivamente, identificado nesta última saída como capitalista. Casou com Augusta Antunes Pires de Mesquita.

Foi proprietário de duas casas de «Brasileiro», uma delas designada por «Vila Augusta» em nome da sua mulher, situada na Rua Visconde de Moreira de Rei, Fafe, onde faleceu em 21-9-1934. Nesta casa destacam-se os gradeamentos e portões em ferro fundido, quer pela beleza decorativa, quer pelas majestosas dimensões.

Foi destacado comerciante no Pará e sócio da firma António Pereira d'Abreu & C.<sup>2</sup>, situada na Rua Nova de Santa Ana, n.º 20, Pará, salientando-se como filantropo local e membro da Câmara Municipal de Fafe.

Segundo informações de família, dois filhos naturais e o seu procurador no Brasil fizeram um desfalque na firma, provocando a falência deste «Brasileiro».

Descendentes:

1.1.1 — Artur Mesquita da Cunha Mendes, casado com Marquesa de Sá Coutinho Azevedo, filha de Caetana Deolinda Faria de Azevedo e de D. António Sá Coutinho, aristocrata de Amares e neta do «Brasileiro» António José de Bastos Azevedo. Não teve descendência;

1.1.2 — Adriano Mesquita da Cunha Mendes, casado com Arminda Soares Queirós, oficial do exército;

1.1.3 — Augusto Mesquita da Cunha Mendes, casado com Margarida Summavielle Soares, foi gerente da Fábrica do Bugio. Não deixaram descendência;

1.1.4 — Aurélio Mesquita da Cunha Mendes, casado com Helena Matos. Os descendentes vivem em Famalicão;

1.1.5 — Maria Julieta Mesquita da Cunha Mendes, casada com Luís Moreira Peixoto, capitalista de Felgueiras. Os descendentes vivem em Lisboa.

Bernardino da Cunha Mendes, pelo seu feliz regresso do Pará, saudámo-lo afectuosamente, enviando-lhe os cumprimentos de Boas vindas. Animados por o termos entre nós, como membro da Câmara pobre que muito tem a fazer, excitámo-lo a um melhoramento qualquer de sua iniciativa — ex.: o da frente da estação do caminho de ferro — a que depois se poderia dar com satisfação o seu nome<sup>95</sup>.

### 3.8 — Família Azevedo

1 — António José de Bastos Azevedo nascido em 8-10-1837, filho de Bernardo José da Silva Azevedo e de Ana Joaquina Sousa Bastos, naturais da Rua de Baixo.

<sup>95</sup> O *Desforço*, Fafe, 1-6-1914.

Neto paterno de António José da Silva Azevedo e de Maria Rosa Pereira, naturais de São Pedro de Pedome, Famalicão, e materno de Francisco José de Bastos e de Maria do Carmo Sousa, da Casa da Granja, na Rua de Baixo, Fafe; este proprietário pagava, em 1829, pela casa, \$120 réis de décima e pelos bens 1\$300 réis <sup>96</sup>.

A sua mãe Ana Joaquina Sousa Bastos, nascida em 11-4-1817, era neta paterna de João de Bastos Pinheiro e de Josefa Teresa Mendes, natural de Santa Maria de Gémeos e materna de José da Costa Selos e Joaquina Inácia de Sousa, naturais de Borba de Godim.

António José de Bastos Azevedo, casado com Maria de Faria Azevedo, emigrou para o Pará, em 8-10-1851, com 13 anos. Foi proprietário de três belas casas de «Brasileiro» da Rua de Baixo, actual Rua Cidade de Guimarães em 1872, pagava de décima de contribuição predial para o Estado 15\$916 réis, e para o Município e Expostos, 5\$279 réis <sup>97</sup>.

No mesmo ano é referido como pagando 22\$085 réis de contribuição, casado, com 44 anos, proprietário e elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia <sup>98</sup>. Em 1876 é vereador da Câmara Municipal de Fafe, sendo presidente, no mesmo ano, o comendador José António Vieira de Castro.

Foi benemérito dos Bombeiros Voluntários de Fafe, doando o primeiro carro de Bombeiros, puxado a cavalos.

Fora visita da casa deste «Brasileiro» o Rei D. Manuel II, o qual recebera em visita D. António de Sá Coutinho, aristocrata de Amares, facto que determinou o casamento deste com uma das suas filhas.

Esta família era monárquica convicta, facto que determinou a fuga de toda a família para Espanha aquando da implantação da República, acompanhada por um grupo de correligionários, criados e protegidos.

A oposição da família ao regime republicano teve como consequência o assassinato de João Faria de Azevedo, filho do «Brasileiro», quando deu vivas à Monarquia junto do quartel da Guarda Republicana.

Descendentes:

1.1 — Maria Beatriz Faria de Azevedo, casada com o «Brasileiro» João Alves de Freitas;

1.2 — José António Faria de Azevedo, casado com Laura Ribeiro de Freitas, foi ao Pará em 23-4-1901. Faleceu em Espanha, quando lá se encontrava refugiado com toda a família, por se opor à República;

<sup>96</sup> Auto de lançamento da décima de prédios, maneo e juro, ano de 15-7-1829, manuscrito: Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>97</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>98</sup> Livro Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882, Arquivo Municipal de Fafe.

1.3 — António Faria de Azevedo, casado com Márcia Vieira de Castro;  
1.4 — Artur Faria de Azevedo, casado com Ermelinda Amélia Macedo Marinho;  
1.5 — João Faria de Azevedo, casado com Natividade Maurício;  
1.6 — Caetana Deolinda Faria de Azevedo, casada com D. António de Sá Coutinho, filho de uma família aristocrática de Amares;

1.7 — Manuel Faria de Azevedo, casado com Branca Sá Coutinho.

Esta família, por razões de envolvimento político em tempo de transformação de regime político, aliada ao exílio forçado em Espanha, foi forçada à venda dos bens.

A imprensa republicana manteve-se sempre silenciosa no que se refere a esta família, de tal modo que encontramos num jornal monárquico, a seguinte notícia sobre esta família:

Realizou-se no passado Domingo a festividade que a ilustre família Azevedo, em cumprimento de um voto, resolveu fazer em honra da Santa Luzia, cuja imagem se venerou na capela do largo da vila [...] as bandas de Famalicão, Lanhoso e Leonardo executaram com maestria composições dos seus arquivos.

A iluminação da capela era feita a tegelinhas. Pela tarde, a Santa foi conduzida procionalmente, em andor, da capela para a igreja matriz, onde ficará exposta de futuro, à veneração dos fieis, em razão de, como se sabe, a capela ter de destruir-se para a construção da nova avenida que do largo se dirige à estação do Caminho de Ferro.

Cumprimo-nos felicitar a ilustre família Azevedo, e em especial o seu querido membro José Azevedo, pelo brilhantismo que conseguiram dar a essa grandiosa festividade <sup>99</sup>.

### 3.9 — Família Leite Pinto Saldanha

Bento de Castro Abreu emigrou para o Rio de Janeiro em 1-2-1895, com 26 anos; é referido no seu passaporte como proprietário, sobrinho de outro «Brasileiro» Fernando de Castro Abreu e Magalhães, que apoiou financeiramente a construção da Casa do Santo Novo.

Era filho de José Leite Pinto Saldanha de Miranda (25-1-1827), e de Maria dos Prazeres Castro Abreu Figueiredo.

Neto de António Leite Pinto Saldanha de Miranda, da Casa de Ambrões, freguesia de São Jorge da Várzea, Felgueiras e de Leonor de Castro Abreu e Magalhães (nascido em 1800), da Casa do Santo, Fafe.

<sup>99</sup> *Povo de Fafe*, Fafe, 31 de Julho de 1907.

Bisneto paterno de Manuel Leite Pinto de Lemos e de Josefa Saldanha de Santa Marinha e materno de Jerónimo de Castro Abreu de Magalhães e de Maria Barbosa Abreu e Bacelar de São Nicolau de Basto.

José Leite Pinto Saldanha de Miranda, vendo que a Casa do Santo se tornava pequena, mandou construir a Casa do Santo Novo, concluída em 1869, situada na Rua Major Miguel Ferreira, actualmente propriedade da Câmara Municipal de Fafe<sup>100</sup>. Fazia parte da propriedade o Solar do Santo Velho com brasão do século XIX e a quinta anexa, expropriada para expansão da cidade.

A Casa do Santo Novo apresenta características arquitectónicas do tipo neoclássico, estando a sua fachada muito distanciada do alinhamento da rua. Ao distanciar-se da rua, parece reconfirmar um estatuto social de família aristocrática, ao contrário do que acontece com as restantes casas de «Brasileiros» de Fafe.

### 3.10 — Família Leite Campos

1 — Serafim Leite Campos Soares, natural de Várzea Cova, proprietário, com a contribuição para o Estado de 18\$765 e 4\$640 réis para o Município e Expostos<sup>101</sup>, casado com Emília Novais de Castro, senhores da Casa da Ordem em Medelo. Em 1881 é referido como proprietário, com 49 anos e elegível a Deputado, ao Município e à Paróquia, sendo colectado em 18\$760 réis de décima<sup>102</sup>.

Serafim Leite Campos faleceu no dia 22-3-1886, no lugar e Casa da Ordem em Medelo e do inventário orfanológico retiramos alguns dados sobre a estrutura familiar, completados com informações orais.

Descendentes:

1.1 — Manuel Joaquim Leite Campos, de maior idade, solteiro, ausente no Brasil, aquando da morte do pai;

1.2 — Dr. José Maria Leite Campos, solteiro, aquando da morte do pai, de maior idade, vindo a ser advogado e notário em Fafe.

Descendentes:

1.2.1 — Adriano Leite Campos;

1.2.2 — José Maria Leite Campos;

1.2.3 — Celestino Leite Campos;

1.2.4 — Eduarda Leite Campos;

1.2.5 — Augusta Leite Campos.

<sup>100</sup> *Brasões do Concelho de Fafe*, Ed. Câmara Municipal de Fafe, 1986, pp. 50-51.

<sup>101</sup> Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873, Arquivo Municipal de Fafe.

<sup>102</sup> Livro Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882, Arquivo Municipal de Fafe.

1.3 — Maximina Leite Campos, 20 anos, solteira aquando do inventário, tendo casado com João Soares, proprietário;

Descendentes:

1.3.1 — Manuel João de Campos Soares;

1.3.2 — Irene Campos Soares, casada com o tenente António Oliveira, natural de Cepães;

1.3.3 — Dr. José Maria Campos Soares, casado em primeiras núpcias com Raimunda Mendes, e em segundas núpcias com Maria das Dores Pinto;

1.3.4 — Serafim Campos Soares, industrial, casado em primeiras núpcias com Alice Pizarro, e em segundas núpcias com Rosa Rodrigues;

1.3.5 — Maria Berta Campos Soares, casada com Virgílio Nogueira;

1.3.6 — Natália Isaura Campos Soares, casada com Joaquim Sousa Lobo, advogado em Cabeiras de Basto;

1.3.7 — Felisbina Campos Soares, morreu muito nova, solteira;

1.3.8 — Albino Máximo Campos Soares, casado com Maria Oram Soares, de nacionalidade inglesa, médico, morador em Lisboa;

1.3.9 — João Campos Soares, casado com Maria Ermelinda Gomes, trabalhou com os primos na Fábrica Tentativa, Porto.

1.4 — Albino Leite Campos, «Brasileiro», natural da freguesia de Várzea Cova, emigrou com 16 anos para o Pará em 19-9-1884. Em 14-10-1891, reemigra, com 22 anos, já designado por capitalista. Casou com Emília da Silva Peixoto, natural da Pica, São Gens. Tinha 18 anos aquando do inventário orfanológico.

Dotado de espírito empreendedor, fundou na cidade de Porto a fábrica Tentativa, na Rua das Andrezas, Porto. Mandou construir duas grandes casas de «Brasileiro» na Rua Serpa Pinto, sendo ainda proprietário da Casa da Torre em Santa Comba.

Descendentes:

1.4.1 — Dr. Norberto Leite Campos, casado com Maria Lúcia Corte Real;

1.4.2 — Odete Leite Campos;

1.4.3 — Eng. Albino Leite Campos, casado com Maria José Ferreira Pinto;

1.4.4 — Eng. Adriano Leite Campos, casado com Catarina Hart, de nacionalidade inglesa, com residência em Lisboa.

1.5 — Felismina Leite Campos, 13 anos;

1.6 — Maria Leite de Campos, 9 anos;

1.7 — Inácia Leite de Campos, 6 anos. Casou com o Dr. Moreira de Sampaio, advogado e notário, natural de Armil, Fafe, com residência em Guimarães;

1.8 — Isaura Leite Campos, 20 meses.

Constituíam bens de Serafim Leite Campos, constante do inventário em que foi inventariante e cabeça-de-casal a viúva Maria Emília Novais de Castro, tendo

havido escritura antenupcial, pelo que foi presente a relação de todos os bens, direitos e acções do cônjuge:

QUADRO 90  
Inventário dos bens de Serafim Leite Campos <sup>103</sup>

Bens inventariados	Valores em réis
<b>Bens imóveis:</b>	
1 escabelo, 2 bancos, 2 castiçais de latão .....	1.000
2 potes de ferro, usados .....	1.500
1 caixa de castanho .....	7.000
<b>Géneros:</b>	
6 decalitos de feijão .....	1.800
<b>Bens imóveis:</b>	
Casal do Cabo vila, freguesia de Várzea Cova, de natureza de prazo foreiro aos herdeiros de Cristóvão José Fernandes da Silva, da cidade de Guimarães: Casas sobradadas, telhadas, com cortes, lojas, palheiros, espigueiro telhado, alpendre e casa ladrilhada .....	500.000
Campo de Lon, com água de rio .....	404.560
Campos das Ínsulas, com água do rio .....	486.480
Campo dos Chãos, com água de rio .....	57.900
Campo de Entre os Rios, com água de rio .....	223.320
Campo e monte de Painsal com água de rio .....	773.520
Campo e monte de Chadeiras .....	164.480
Campo e monte do Cândido .....	20.340
Leira da Ponte .....	17.360
Mata da Leira da Ponte .....	29.520
Campo da Lameira .....	284.900
Leira do moinho .....	292.280
1 casa telhada em construção para corte de gado .....	15.000
Campo da Retorta .....	279.540
Campo do Panascal do Meio .....	391.460
Campo do Panascal do Prezo .....	391.460
Cerrado das águas levadas .....	775.300
Campo das Latas .....	122.540
Campo da Pousada .....	649.900
Coutada do Coto .....	1.198.000
Coutada da Portela de Galego .....	51.040
Coutada da Mó .....	62.720
1 engenho de apisoar .....	100.000

<sup>103</sup> Testamento orfanológico de Serafim Leite Campos de 20-1-1889, cedido pelos descendentes.

Bens inventariados	Valores em réis
<b>Bens imóveis de natureza de prazo foreiro à Câmara Municipal e situados na freguesia de Várzea Cova:</b>	
Sorte de mató de Vale de Telha .....	68.000
Sorte do Vale de Cerdeira .....	64.000
Sorte de mató no Vale da Cerdeira .....	2.000
Sorte de mató no Vale da Cerdeira .....	2.000
Sorte de mató das Lameiras .....	14.000
Sorte de mató de Pensal .....	2.000
Sorte de mató do Frinchal .....	2.000
Sorte de mató do Frinchal .....	2.000
Sorte de mató dos Penedos de Caritel .....	12.000
Sorte de mató do Vale Grande .....	16.000
Sorte de mató da Lage .....	8.000
Sorte de mató da Lage .....	10.000
Sorte de mató da Cruz do Confurco .....	6.000
Sorte de mató do Vale Naval .....	10.000
Sorte de mató do Palheiro das Chães .....	2.000
Sorte de mató de Pedra Chantada .....	4.000
Sorte de mató do Lameiro Grande .....	8.000
Sorte de mató de Portela d'Anta .....	2.000
Sorte de mató do Vale dos Fornos .....	8.000
Sorte de mató do Outeiro do Carvalhal .....	6.000
Oitenta e seis carvalhas em terreno baldio no monte do Coto .....	70.000

Todos os bens imóveis descritos foram encabeçados pela co-herdeira Maximina Leite Campos na quantia de 7.149.304 réis.

Somam todos os bens móveis e imóveis, a quantia total 7.160.604 réis, mas como a sua legitima é da quantia de 862.858 e seis oitavos, tem a repor a quantia de 6.297.745 e dois oitavos, sendo:

- Para o Lote A — que é o da co-herdeira Joana, a quantia de 800.358 e seis oitavos;
- Para o Lote B — que é o da co-herdeira Felismina, a quantia de 810.558 e seis oitavos;
- Para o Lote C — que é o do co-herdeiro, Albino a quantia de 815.558 e seis oitavos;
- Para o Lote D — que é da co-herdeira Maria, a quantia de 822.058 e seis oitavos;
- Para o Lote E — que é do co-herdeiro Manuel, a quantia de 834.618 e seis oitavos;
- Para o Lote F — que é da co-herdeira Inácia, a quantia de 705.247 e quatro oitavos; e tem a pagar para o passivo a quantia de 138\$560 réis.

Da leitura e análise do inventário verificamos que os bens do pai foram divididos em sete lotes, quando os filhos herdeiros do casal eram oito, ficando excluído José Maria, que veio a ser advogado e notário, pelo que se depreende que a parte que lhe correspondia em herança ou a recebeu em dinheiro ou foi considerada como gastos feitos como estudante.

Maximina, sendo solteira aquando da morte do pai, veio a encabeçar o total da herança, tendo João Soares, seu futuro marido, financiado a compensação dos restantes herdeiros.

Se aos «Brasileiros» desta família terratenente estava destinada uma trajectória migratória com retorno a Fafe, onde Albino, através da construção de duas magníficas moradias situadas na Rua Serpa Pinto, marca e reproduz o estatuto social dos ascendentes. Se a construção destas casas funcionou como investimento simbólico de retorno, este acaba por sair para a cidade do Porto, onde investe na indústria. Por outro lado o irmão José Maria, depois de obter grau académico, permanece em Fafe, dando continuidade ao estatuto social da família, tal como os descendentes do ramo feminino da família.

#### Conclusão geral:

Os emigrantes de retorno a Fafe foram proprietários, construtores das mais belas e grandiosas casas da cidade e activos filantropos locais, de cuja acção resultaram investimentos na indústria, nomeadamente a Fábrica do Bugio, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Ferro, na fundação e financiamento de instituições de carácter social e educativo, (Hospital de São José ou da Misericórdia, no Asílio de Inválidos e da Infância Desvalida, ao mesmo tempo que participavam na administração municipal como presidentes de câmara, vereadores e administradores.

Importava conhecer a origem económica e social destes emigrantes de retorno, por forma a identificarmos a existência de mobilidade social ascendente como consequência da emigração para um determinado destino.

Assim, concluímos que as famílias de que eram originárias constituíam já a elite de proprietários rurais, manifestada nos rendimentos e impostos, bem como a capacidade de elegibilidade a deputados, e ainda pelos cargos públicos que os ascendentes e irmãos ocupavam na administração municipal.

O quadro doméstico da proveniência deste emigrante de retorno era caracterizado pela existência de irmãos de celibato definitivo e irmãos que tiveram carreira académica ou religiosa.

O retorno constituía, assim, um processo de reafirmação de um estatuto social e familiar anterior e a reprodução do mesmo assumindo, contudo, novas imagens simbólicas, nomeadamente através da construção da casa urbana: a casa do «Brasileiro», bem como de novas formas de vestuário, de discurso, de empenhamento político.

Os jornais *O Desforço* e o *Almanaque de Fafe*, passam a dar à estampa as notícias do seu sucesso e do retorno ou da reemigração, passando a designá-los primeiro como: «Ex.<sup>mos</sup> senhores», «capitalista» e depois por «ilustres republicanos»,

e ainda, informando dos cargos públicos que ocupavam e das sociedades comerciais que integravam no Brasil.

Alguns destes, depois de terem construído a casa em Fafe e de uma estada provisória no lugar de origem, instalam-se na cidade do Porto, onde investem na indústria.

Os percalços ocorridos, nomeadamente o suicídio de «Brasileiros», têm um significado de honra e protecção do nome da família, que os jornais exaltavam de forma muito adjectivada e mostravam em retratos com cenários de elegância burguesa.

Nas gerações seguintes reproduzem-se ainda os estatutos sociais ocupados pelos ascendentes, passando por estratégias diversificadas: escolaridade, emigração e matrimoniais, conseguindo os descendentes elevadas posições profissionais e sociais, mesmo que tenham de mudar de residência, ou seja, procurar na cidade do Porto e Lisboa o espaço social e profissional que a localidade não possibilita.

Na terceira geração, já no século XX, diminui ou quase desaparece a emigração como estratégia familiar. Verifica-se o desagregamento das referências familiares e casa de origem, através da venda da «casa», aumentando o número dos que seguem a carreira militar e o emprego nos serviços públicos.

A venda das propriedades constitui a forma de suportar o estatuto social das gerações anteriores, quando as estratégias matrimoniais eram menos eficientes.

O estatuto das novas famílias passa a dignificar-se pela profissão, título académico, militar, cargos políticos e administrativos, preservação de algumas propriedades, sendo estas variadas conforme foram geridas as estratégias e empenho partidário durante as crises políticas ocorridas desde a implantação da República à afirmação do Estado Novo.

O «Brasileiro» de sucesso constitui assim uma personagem, que além de ser proprietário rural e urbano, possui rendimentos de acções, de rendas provenientes do Brasil ou dos proventos de investimentos feitos na indústria.

Como filho de elite configurou uma personagem mítica com existência nos finais do século XIX e primeiras três décadas do século XX, a qual entrou progressivamente em decadência, face aos contextos económicos Brasil-Portugal ocorridos, bem como as alterações verificadas no sistema económico, social e político mundial, provocando novas orientações do fluxo migratório português.

#### 4 — CONCLUSÃO

Iniciámos este trabalho com três questões-problema que orientaram o processo de investigação e que lhe deram origem.

Tal como dissemos na introdução, quando partimos para esta pesquisa, tivemos em conta as investigações anteriormente realizadas. Possuíamos já uma ideia fundamentada de que a emigração para o Brasil e o retorno tinha deixado marcas bem visíveis no tecido urbano e arquitectónico de Fafe, expressando-se ainda noutros efeitos de natureza social, filantrópica, económica e industrial.



Porque considerávamos provada essa explicitação material, faltava-nos conhecer as causas e dimensões do fenómeno emigratório local, sob o ponto de vista de um território geográfico, histórico e social particular, bem como os quadros económicos e sócio-familiares motivadores da saída e do retorno, no contexto da existência de estratégias e modelos de reprodução e/ou mobilidade social.

Impunha-se assim, como base fundamental de partida, o conhecimento do território local nas diferentes dimensões: geográfica, social e histórica, no quadro de uma matriz própria decorrente da sua estrutura espaço/temporal.

Com facilidade, tornou-se evidente que Fafe não estava associada a factos relevantes da história nacional, nem tão pouco estava ligada ou dependia de qualquer ideia mítica de fundação que agregasse os locais.

Faltavam-lhe, por isso, as representações arquitectónicas materiais e representações imateriais simbólicas em que os seus habitantes se identificassem, o que facilitaria discursos de análise e interpretação histórica.

Tendo em conta que esta não era a questão central em estudo, mas, e apenas, circunscrever, delimitar e enquadrar o problema: *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» de Fafe (1834-1926) — Território, itinerários e trajectórias*, fomos conduzidos para uma metodologia de identificação geográfica, administrativa, social e económica.

Foi assim que surgiram as primeiras dificuldades na construção de estruturas interpretativas do território, face ao quadro de imaterialidade social e ao fragmentado território com que deparámos.

Para dar resposta à primeira questão colocada (Em que medida a estrutura social e espacial constrangeu ou facilitou a emigração para diferentes itinerários migratórios, entre 1834 e 1926?), caracterizamos, sem intenções de aprofundamento e de modo descritivo, o território local em duas partes distintas; definimos estruturas e critérios de análise diferencial para o território e a distribuição dos diferentes estatutos sócio-profissionais pelo mesmo, já que decorrem de realidades e vivências económicas particulares e relacionámo-las com a migração e emigração.

Assim, foi-nos possível inferir da existência de uma relação entre o território, lugar social e os diferentes destinos migratórios e emigratórios, ou seja: a montanha como espaço onde existiam mais proprietários do que no vale; os proprietários não saíam para destinos regionais com a finalidade de obter proventos; os proprietários emigravam mais do que qualquer outro grupo social; os grupos económicos e socialmente frágeis (criados, jornaleiros e trabalhadores), migram para destinos regionais, regressando ao fim de um período curto tempo (migração sazonal).

Verifica-se assim a existência de estratégias migratórias distintas em diferentes quadros económicos, familiares e sociais, sem esquecer as conjunturas económicas do país de saída e do país de acolhimento, modeladoras e motivadoras da atracção para a emigração e imigração, bem como as políticas e seus instrumentos normativos de regulação da emigração.

No que se refere à segunda questão (Qual foi a importância da migração e emigração concelhia nas estratégias de reprodução e/ou transformação municipal),

identificámos, como facto essencial, que existiu, desde o século XVI ao século XIX, uma progressiva amplitude e complexização do sistema administrativo municipal, bem como o alargamento espacial do território municipal.

Sendo que as lideranças locais do século XIX estavam condicionadas à posse de certo nível de bens móveis e imóveis e ainda que os migrantes integravam este grupo, concluímos que estes não interferiram na transformação municipal. Ou seja, os rendimentos obtidos por estes no Alentejo, como destino dominante, não se constituíram como factores de transformação social, nem como processo de transformação das estruturas rurais ou urbanas, nem se tornou evidente em expressões de natureza material, nomeadamente arquitectónicas e fundiárias.

Por outro lado, as manifestações do retorno da emigração para o Brasil tiveram efeitos distintos, conforme este se fez para a freguesia rural ou para a freguesia urbana. Se no primeiro caso as transformações se deram nas estruturas, equipamentos e ampliação de propriedades rurais, no segundo o retorno provocou uma efectiva transformação, dado o empenhamento destes na vida público-administrativa, na construção de edificações e símbolos de urbanidade e em novas formas de criação de riqueza, nomeadamente a indústria.

Por último, sobre a importância da emigração nas estratégias de reprodução social e/ou mobilidade social, verificamos que a migração e a emigração se inseriam em estratégias diferenciadas de reproduzir estatutos sociais distintos, ou seja, tanto uma como outra não provocaram mobilidade social, quando o retorno se verificou para ao lugar de origem.

Contudo, nos casos em que houve mobilidade ascendente rural, esta constituiu uma falsa ascendência, observando-se a regressão na geração seguinte. O não retorno definitivo explicar-se-á pela excessiva diferença económica entre o emigrante de retorno e os seus familiares, forçando, noutros casos, a instalação definitiva nas cidades do Porto e Lisboa.

O mesmo não se verificou quando os ascendentes integravam as famílias fortemente implantadas na freguesia de origem, assente em capitais económicos, sociais, políticos e simbólicos, legitimadores de elite e hierarquia. Ou seja, confirmamos o que diz Lorenzo Cachón Rodrigues, quando refere que o sistema de estratégias que uma classe ou grupo social desenvolve depende do volume e da estrutura do capital que se trata de reproduzir/reconverter e do sistema de instrumentos utilizados na reprodução, como já atrás citámos.

A emigração de retorno das elites locais, inscreve-se no sistema da sua reprodução e legitima-se, em circunstâncias extremas, nomeadamente com o suicídio dos que pertenciam a essa elite e faliram, como mecanismo protector do «nome de família» hipervalorizado como capital social importante e reproduzível, no quadro do qual se explica também o abandono dos territórios dos descendentes que tiveram dificuldades em reproduzir e manter o estatuto social de família.

## FONTES

### a) Arquivo Municipal de Fafe:

- Actas de deliberações municipais:* Livro de Actas n.º 4, 16-8-1836, 18-5-1838, 18-7-1838, 4-8-1839, 23-9-1839; Livro de Actas n.º 7, 3-1-1858, 6-9-1859; Livro de Actas n.º 14, 12-11-1890, 26-12-1892, 4-11-1889, 11-11-1889, 10-12-1892, 26-12-1892, 26-8-1895; Livro de Actas n.º 15, 2-6-1897; Livro de Actas n.º 16, 24-10-1906; Livro de Actas n.º 19, 5-6-1913, 18-9-1913; Livro de Actas n.º 22, 24-2-1917.
- Auto de lançamento da décima de prédias, mancio e juro,* de 15-7-1829.
- Conta da receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós, de 1876 a 1877.* Documento anexo ao Livro da Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós, 20 de Dezembro de 1886.
- Foral de Montelongo* — D. Manuel, 5 de Novembro de 1513, Arquivo Municipal de Fafe.
- Livro da conta corrente da receita e despesa com o Asilo de Montenegro.*
- Livro da Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós,* 20 de Dezembro de 1886.
- Livro das elegíveis para deputadas e mais cargos públicos — 1881-1882.*
- Questionário às Instituições de Beneficência, no ano económico de 1876-1877, segundo a Portaria do Ministério Público, de 12 de Junho de 1876.
- Registo das guias de identidade para operários deste concelho para irem empregar-se em Espanha — 1910-1915;*
- Registo de guias de trânsito 1834-1873; 1876-1885;*
- Registo de processo de justificação para concessão de passaportes — 1922-1926;*
- Registo de processos de justificação para concessão de passaportes cujos processos são enviados ao Governo Civil — 1907-1909; 1909-1922;*
- Registo de termo de fiança à obrigação do serviço militar — 1907-1914;*
- Registo de termos de fiança ao recrutamento — 1873-1883;*
- Registo dos processos para concessão de bilhetes de identidade para a saída do reino — 1907-1911;*
- Relação de certificados de identidade conferidos na administração — 1885-1889;*
- Termos de abono de identidade a pessoas que nesta administração solicitarem guias para obterem passaporte para o Império do Brasil — 1886-1888;*
- Termos de abono de identidade das pessoas que solicitarem guias de passaportes — 1889-1894;*
- Termos de abono de identidade das pessoas que solicitarem guias para obterem passaporte para país estrangeiro — 1888-1889;*
- Termos de reconhecimento e abono de identidade das pessoas a quem na administração se conferirem guias para obterem passaportes — 1894-1896;*
- Termos de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas a favor de militares e mancebos que dele necessitam para obterem licença militar a fim de se ausentarem do país — 1922-1923;*

Testamento cerrado de José Alves de Freitas — Livro de Registo de Testamentos, n.º 95, fls. 34-38, 1918;  
Testamento cerrado de José Florêncio Soares — Livro de Registos de Testamentos, n.º 51, fls. 1-6, 1901;  
Registo de passaportes a estrangeiros e nacionais para fora do reino pelos portos de mar e pela via seca —  
1873-1876.

**b) Arquivo do Governo Civil de Braga:**

Registo dos passaportes — 1896-1908;  
Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe — 1872-1873.

**c) Arquivo do Governo Civil do Porto:**

Registo de passaportes — 1836-1885.

**d) Arquivo Paroquial de Fafe:**

Mapa da repartição da Derrama Paroquial da freguesia da Vila de Fafe, ano civil de 1893.

**e) Arquivo Paroquial de Quinchães:**

Cadastro ou rol de confessados — 1875-1895.

**f) Arquivo da Fábrica do Bugio:**

«Título de licença para o estabelecimento duma instalação eléctrica», Ministério do Fomento, Direcção dos serviços Técnicos — 1.ª divisão, 31 de Julho de 1913.

**g) Arquivo da Misericórdia de Fafe:**

Relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage.

**b) Arquivo do Tribunal da Comarca de Fafe:**

Livro de direito do julgador de Fafe, Livro dos culpados do cartório do escrivão Serafim Pereira Leite Rocha.

**h) Diário do Governo:**

Diários do Governo, de 30-9-1852, 3-1-1854, 7-8-1855, 4-6-1859, 5-5-1873, 17-4-1873 e 25-4-1907;  
Código Administrativo Português, de 18-3-1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

**j) Fontes impressas: almanaques, jornais, estatísticas, relatórios:**

Almanaque de Fafe, Fafe, 1909 a 1926;  
Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920;  
Estatutos do Clube Fafense da Vila de Fafe, Fafe, Ed. Tip. Adolfo Coimbra, 1901;  
Inquérito Industrial Português, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881;  
O Comércio do Porto, Porto, 21-3-1863;  
O Desforço, Fafe, 23-11-1893; 14-12-1893; 21-7-1907; 16-4-1908; 16-7-1908; 29-10-1908; 06-12-1912; 1-6-1914; 9-9-1920; 23-6-1921;  
Povo de Fafe, Fafe, 31-7-1907.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. A. Peres, *Emigração e Colónias*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1873.  
ABREU, Leonídio de, *Silva Minbota*, Braga, 1956, pp. 127-130 e 195-198.  
AGUIAR, Armando de, *Portugueses no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.  
ALARCÃO, Alberto de, e MORAIS, Joaquim José Pais, *A População de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos — INE, caderno n.º 2, 1976.  
ALEXANDRE, Valentim, «Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)», in *Análise Social*, n.º 111, 1991, pp. 293-333.  
—, «Um Movimento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro», in *Ler História*, n.º 7, 1986, pp. 3-45.  
ALMEIDA, C. A. Ferreira de, *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*, Lisboa, 1973.  
—, *História de Arte em Portugal*, vol. III, ed. Alfa, 1986.  
ALMEIDA, Carlos C. «Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação», in *Análise Social*, 1975, n.º 42-43, pp. 203-212.  
—, «Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar», in *Análise Social*, n.º 40, 1974, pp. 778-788.  
ALMEIDA, João Ferreira de, e PINTO, José Madureira, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 4.ª ed., 1990.  
ALVES, Jorge Fernandes, «Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», in *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289.  
—, «Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 78-97.  
—, «Os Brasileiros» — *Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994.  
AMORIM, Maria Norberta, «A família e a sua relação com o meio — Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída», separata do *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, vol. XLVII, 1989.  
—, «Emigração em três paróquias do sul do Pico (do século XVIII a 1930) — Abordagem micro-analítica», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 249-277.  
—, «Emigração: uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no sul do Pico entre 1740 e 1890», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigración Española y Portuguesa A América* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.  
—, *Demografia Histórica — Um Programa para a Docência*, Universidade do Minho — Instituto de Ciências Sociais, 1991.  
—, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

ANDERSON, Michel, *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Quercó, 1984.

ANDRADE, Paulo Benevides Paes de, *História Constitucional do Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

ANTUNES, M. L. Marinho, «Migração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural», in *Análise Social*, n.º 65, pp. 17-28.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1984.

—, «Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional», *Estudos Demográficos*, n.º 30, Lisboa, INE, 1991, pp. 31-39.

—, *A Emigração Portuguesa — Suas Origens e Distribuição*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa — Ministério da Educação, 1983.

—, *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

—, e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Português à Distância, 1984.

BAGANHA, Maria Ioannis Benis, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York & London, Garland Publishing Inc., 1990.

—, «Migration and Urbanization in Portugal at the Turn of the 19th Century», Comunicação à conferência Internacional «European Cities and Their Peoples», Amsterdão, 4-7 de Setembro de 1992.

—, «Uma Imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigração Espanhola Y Portuguesa A América* (Actas del II Congreso de la Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan-Albert, 1991, pp. 161-175.

BARROS, João, *Presença do Brasil*, Lisboa, Dois Mundos, 1946.

BASTO, A. de Magalhães, *Porto e Brasil — Figuras e Factos da História Luso-Brasileira*, Porto, Progreddior, 1946.

BASTOS, Carlos, *Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947.

—, *Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1943.

BEAUJEU, Garnier, *Geografia Urbana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BENIS, Maria Ioannis, «Uma contra-imagem do 'Brasileiro'», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, 1981, pp. 129-137.

BERTAUX, Daniel, *Destínos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

BESSA-LUÍS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995.

BORRALHEIRO, Rogério, «Nas origens do concelho de Fafe. O Discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736», *Actas das Primeiras Jornadas de História Social*, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 208-210.

BOTELHO, Francisco, *Ribeira de Pena e o Brasil*, Vila Real, Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, 1992.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BRAGA, Jaime Salazar, *A Casa do «Brasileiro» e a Paisagem Rural do Século XIX*, Lisboa, 1986.

BRANDÃO, Maria de Fátima, «O bom emigrante à casa torna», in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.

—, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994.

BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1976.

BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam — Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.

BURKE, Peter, *Sociologia e História*, Porto, Afrontamento, 1980.

CABRAL, A. M. Pires, *A Emigração na Literatura Portuguesa: Uma Colectânea de Textos*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração — Centro de Estudos, 1985.

CAMINHIA, Pêro Vaz de, *Carta a El-Rei Dom Manuel Sobre o Achamento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974 (introdução actualizada de textos e notas de M. Viegas Guerreiro, leitura paleográfica de Eduardo Nunes).

CAPELA, José V., *O Minho e os seus Municípios, Estudos Económico-Administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*, Universidade do Minho, Braga, 1995.

CARRILHO, Maria José, «Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português», *Estudos Demográficos*, n.º 30, Lisboa, INE, 1991, pp. 11-29.

CARVALHO, Augusto de, *O Brasil — Colonização e Emigração*, 2.ª ed., Porto, 1876.

CASTELO BRANCO, Camilo, *As Memórias do Cárcere*, Lisboa, 1.ª ed., Parceria A. M. Pereira, L.ª, 1862.

—, *Mistérios de Fafe*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1920.

—, *O Senhor do Paço de Nimões*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966.

CASTRO, Armando de, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Porto, Limiar, 1978.

CASTRO, Ferreira de, *Emigrantes* (1928); *A Selva* (1930).

CÉSAR, Guilhermino, *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural*, Lisboa, Difel, 1988.

CHAUNU, Pierre, *Histoire Quantitative, Histoire Sérielle*, Paris, A. Colin, 1978.

—, *Histoire Science Sociale — La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, SEDES, 1974.

CHILDE, V. Gorgon, *A Aurora da Civilização Europeia*, Lisboa, Portugalia Editora, 1969.

CLARO, António, *O Brasil Político — A História contada no Senado, no Pão de Açúcar e no Carnevado*, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1921.

CLAVAL, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982.

COIMBRA, Artur Ferreira, *Maximino de Matos — Vida e Obra*, Fafe, Ed. do autor, 1989.

Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881 — Inquérito Directo — Segunda Parte — Visita às Fábricas — Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

CORTESÃO, Jaime, *Introdução à História das Bandeiras*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, s. d.

COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional, I — O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

—, *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1706.

CRUZ, Maria Antonieta, «Agrupadas dos Emigrantes Portugueses no Brasil — contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX», in *Revista de História*, vol. VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987.

CUNHA, P.º Arlindo Ribeiro da, *Arões e a sua Igreja*, Ed. do Autor, Braga, 1950.

DERRUAU, Max, *Geografia Humana I e II*, Lisboa, Ed. Presença, 1973.

DIAS, Eduardo Moyone, *Crónicas da Diáspora*, Lisboa, 1992.

—, *Escritas de Além-Atlântico*, Lisboa, Salamandra, 1993.

DIAS, Jorge, «Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português», *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Livraria Civilização, 1983.

DUARTE, I. Sousa, *O Tributo de Sangue — Manual do Processo de Recrutamento Segundo a Legislação em Vigor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.

DUARTE, Margarida Maria P. S., *A População de Santa Marinha — Mobilidade Geográfica e Estrutura Sócio-Profissional*, Porto, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado, 1990.

DUMON, W. A., «Family and Migration», *Internacional Migration*, vol. xxvii, n.º 2, 1989, pp. 251-270.

DURÃES, Margarida, «A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário — séculos XVIII e XIX», in *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1987, vol. 1, n.º 1, pp. 81-93.

—, «Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfeiteuta», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, 1987, pp. 47-56.

ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1991.

ELIAS, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980.

EVANGELISTA, João, *Um Século de População Portuguesa*, Lisboa, INE, 1971.

FACULDADE DE DIREITO — Universidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso — *Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa — Relatório*

apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876.

FARIA, Manuel Severim de, «Dos remédios para a falta de gente» (1655), in *Antologia dos economistas Portugueses*, selecção, prefácio e notas de António Sérgio, Lisboa, 1955.

FRANÇA, António d'Oliveira Pinto de (org.), *Cartas Baianas (1821-1824) — Subsídios para o Estudo dos Problemas da Opção na Independência Brasileira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

FREIRE, A. Braamcamp de, «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI Século, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, t. 3 (7/8), 1905.

FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

GEORGE, Pierre, *As Migrações Internacionais*, Lisboa, D. Quixote, 1977.

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Para uma política de emigração» in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1982, pp. 87-96.

—, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977.

GOLDEY, Patrícia, «Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho, 1876-1976», in *Análise Social*, n.º 77-79, 1983, pp. 995-1021.

GONÇALVES, Albertino, «O Presente Ausente — O emigrante na sociedade de origem», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 111, Braga, 1987, pp. 7-30.

—, «O Presente Ausente II — Vias e desvios na inteligência da emigração e da sociedade portuguesa», in *Cadernos do Noroeste*, vols. 112-113, 1989, pp. 125-153.

HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.

ISNARD, Hildebert, *O Espaço Geográfico*, Coimbra, Almedina, 1982.

JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991.

*Impressões do Brasil no Século Vinte — Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos*, Ed. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, l.º — (Direct. principal-Reginald Lloyd), London, 1913. (Impresso para circular nos Estados Unidos do Brasil e outros países estrangeiros.)

JORGE, Ricardo, *Brasil! Brasil!*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1930.

JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1989.

LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos, 1873-1890.

LEEDS, Anthony, «Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal», in *Análise Social*, n.º 78-79, 1983, pp. 1023-1043.

LEEDS, Elizabeth, «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, pp. 1045-1081.

LEITE, Joaquim Costa, «Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)»: in *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 463-480.

—, «Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 98-107.

LEITE, Maria Carolina, «A casa em construção: actores e decisores», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 193-205.

LEROI, GOURHAN, André, *As Religiões da Pré-História*, Lisboa, Edições 70, 1990.

LIMA, Oliveira, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, 2 vols., Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1908.

LOUREIRO, José Carlos, «A casa do Brasileiro»: *Os Portugueses e o Mundo — Conferência Internacional* (1985), vol. vi, Fundação Eng.º António de Almeida, 1989, pp. 33-36.

MARQUES, A. H. Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal — Portugal da Monarquia para a República*, vol. 11, Lisboa, Presença, 1991.

—, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Palas, 1981.

MARQUES, José, «A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras do Porto — História*, II série, vol. VI, 1989, pp. 11-93.

—, *Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

MARTINS, J. P. Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 10.ª edição, 1920.

MARTINS, Manuela, *O Povoado de Santo Ovídio*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1956.

MATOS, Maria Isilda Santos de, «Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo, 1890-1930», in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 218-237.

MATTOSO, José, *Identificação de um País*, 2 vols., Ed. Estampa, 1985.

MAURO, Frédéric, «Comércio com o Brasil», in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, II vol., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp. 108-113.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro, e CORREIA, José Manuel, «Os Emigrantes Portugueses no Século XX», in *História*, n.º 134, 1990.

MENDES J. Amado, «Evolução da economia portuguesa», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315-324.

—, «Evolução da economia portuguesa», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315-337.

—, «Etapas e limites da industrialização», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, pp. 355-367.

—, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 357-365.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Relatório do Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

MIRANDA, Sacuntala de, «Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914», in PEREIRA, Miriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 47-62.

MONTEIRO, Miguel, «Cultos e Ocultos de Monte Longo», *Minia*, 3.ª série, ano II, 1994.

—, *Tafe dos «Brasileiros» (1861-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. de Autor, 1991.

MONTEIRO, Paulo Filipe, «Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos», in PEREIRA, Miriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 323-347.

—, *Emigração — O eterno mito do retorno*, Celta, Oeiras, 1993.

MONTEIRO, Tânia Penido, *Portugueses na Babia na Segunda Metade do Século XIX — Emigração e Comércio*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas — Centro de Estudos, 1985.

MORAIS, Joaquim José Pais de, *O Desequilíbrio Demográfico Português*, Centro de Estudos Demográficos — INE, caderno n.º 3, 1976.

NAZARETH, J. Manuel, «Os efeitos da emigração na estrutura de idades da população portuguesa», in *Análise Social*, n.º 46, 1976, pp. 315-362.

—, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

NAZARETH, J. Manuel, «Dinâmica da População Portuguesa», in *Análise Social*, n.º 56, 1978, pp. 729-800.

NETO, Félix, *A Migração Portuguesa Vinda e Representada — Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas — Centro de Estudos, 1986.

NETO, Margarida Sobral, «Persistência Senhorial», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III, Círculo de Leitores, 1993, pp. 165-175.

NETO, Pinheiro, *Morrer no Brasil*, Lisboa, Vega, s. d.

NOGUEIRA, Carlos Alberto, e OLIVEIRA, Humberto Nuno de, *Elementos de História Diplomática de Portugal (da Fundação ao Século XIX)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 1992.

NORTON, Manuel Artur, *Livro Antigo de Linhagens — Achegas para a sua coordenação*, Lisboa, Instituto Superior de Heráldica, 1974.

NUNES, A. Sedas, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, n.º 7-8, 1964, pp. 407-462.

NUNES, Henrique M. Barreto, «A biblioteca e a memória da vida local», separata do *Boletim Cultural* — 9, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1989.

NUNES, João Arriscado, e GONÇALVES, Albertino Ribeiro, «Casa, Comunidade e Espaço Institucional», *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, pp. 100-112.

O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornalheiros — Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, D. Quixote, 1984.

OLIVEIRA, A. Lopes de, *Fafe e o Seu Concelho*, Ed. Câmara Municipal de Fafe, Fafe, 1982.

—, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Ed. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, Fafe, 1984.

OLIVEIRA, Aurélio, «A Renda Agrícola em Portugal durante o Antigo Regime», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, pp. 1-56.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, F., *Casas Esquias do Porto e Sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial, 1986.

OLIVEIRA, P. de, «Portugal e Brasil», in *Revista Occidental*, Lisboa, 1875, pp. 743-749.

ORTIGÃO, Ramalho, «O Brasil visto a voo de sabiá — A natureza — A civilização — O emigrado»; «A emigração segundo o senhor Alexandre Herculano — A emigração forçada — A emigração voluntária — Qual convém proteger» (1872), in *Farpas*, t. x, Lisboa, 1950.

—, *As Farpas*, 15 volumes, Lisboa, Clássica Editora, 1986-1993.

PACHECO, Hélder (coord.), *Braga — Encontros e desobertias*, Ed. Lema-Cultural e Divulgação Regional, Porto, 1989, pp. 14-125.

PARDES, Carlos Sixirei, *A emigração*, Vigo, Editorial Galaxia, 1988.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1930)*, Lisboa, Difel, 1994.

PEDREIRA, Joaquim Miguel, «Estrutura Sectorial e Regional da Indústria Portuguesa: Estatística e cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825)», in *História Económica e Social*, n.º 27, 1989, pp. 95-135.

PEDREIRINHO, José Manuel, «Arquivos de Arquitectura: as casas dos emigrantes 'brasileiros'», *História*, n.º 98, 1986, pp. 96-100.

PEIXOTO, João, «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in PEREIRA, Miriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 278-307.

PEREIRA, Gaspar Martins e ALVES, Jorge Fernandes, «Comportamentos Nupciais na Terra da Maia em Fins do Antigo Regime», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 8-9, 1990, pp. 31-44.

—, *Estruturas Familiares na cidade do Porto em meados do século xv* — Na freguesia de Cedofeita, Porto, 1986.

PEREIRA, Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe — Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Casa do Castelo, 1952.

PEREIRA, Miriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.

—, «Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa», in *Análise Social*, n.º 108-109, 1990, pp. 735-739.

PIMENTEL, António de Serpa, *Relatório — Proposta de Lei e Documentos apresentados na Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em sessão de 9 de Janeiro de 1877, pelo Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

PINA-CABRAL, João de, e outros, «A casa do noroeste — Um encontro pluridisciplinar», in *Análise Social*, n.º 95, 1987, pp. 151-163.

—, «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho», in *Análise Social*, n.º 80, pp. 97-112.

—, *Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.

—, *Filhos de Adão, Filhos de Eva — A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1989.

PINTO, Orlando da Rocha, *Cronologia da Construção do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

POINARD, Michel, «Emigrantes Portugueses: o Regresso», in *Análise Social*, n.º 75, 1983, pp. 29-56.

QUEIRÓS, Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1878.

—, *A Emigração como Força Civilizadora*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979.

—, *O brasileiro, Uma Campanha Alegre* (de «As farpas»), Porto, vol. 2, Lello, 1978, pp. 87-89.

QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.

RAMOS, Carlos Vieira, *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa, 1913.

BEAUJEU-GARNIER, J., in *Enciclopédia Einandí*, vol. 8, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 164.

REGO, Diogo Pinho dos Santos, «Os Brasileiros» de Camilo, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico, 1961.

REIS, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, 6 vols. Lisboa, Alfa, 1992.

REIS, Elizabeth, *Estatística Descritiva*, Lisboa, Edições Sílabo, 1991.

REVEL, Jacques, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1989.

RIBEIRO, Aquilino, *A Casa Grande de Romariães*, Lisboa, Bertrand, 1957.

RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

—, *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

—, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 6.ª ed., 1991.

ROCHER, Guy, *Sociologia Geral*, 4.ª vol., Lisboa, Presença, 1971.

RODRIGUES, Henrique, «Emigração, conjunturas políticas e económicas», in PEREIRA, Miriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 63-77.

RODRIGUES, Henrique Fernandes, *A emigração e alfabetização — O Alto Minho e miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, «As Estruturas Populacionais», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1933, pp. 197-241.

RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón, *Movilidad social o Trayectorias de clase?*, Madrid, Siglo XXI de España editores, 1989.

ROEL, Antonio Eiras (Ed.), *Introducción. Consideraciones sobre la emigración española a América y su contexto demográfico* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1990), Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.

—, *La Emigración Española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Ed. Tabapress, 1991.

ROWLAND, Robert, «Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)», in ROEL, Antonio Eiras, *Emigración Española y Portuguesa a América* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1990), Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.

SÁ, Victor de, *A crise do Liberalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

—, *Repensar Portugal — Reflexões Sobre o Colonialismo e a Descolonização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses Económicos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Livraria J. Reis & Silva, 1927.

SAMPAIO, Alberto, *Estudos Económicos e Históricos — As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Vega, 1979.

SARACENO, Chiara, *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa, 1992.

SAUVY, Alfred, *A População*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

SCHLESINGER, Hugo, *O Brasil não pode parar — Panorama e desenvolvimento da indústria nacional*, São Paulo, Editorial Andes, 1954.

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1976.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Liv. Figuerinhas, 1981.

- e outros, *Testemunhas sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- , «A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização)»: in *Temas oitocentistas* — I, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 161-186.
- , *A Emigração Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- , e MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa — Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- , *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- SEVERO, Ricardo, «As Braceletes d'Ouro de Arnozela, Portugal, Materiais para o estudo do povo português», separata do t. II, fasc. 1 de *Portugália — Materiais para o Estudo do Povo Português*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905.
- SHILDS, Edward, *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel, 1991.
- SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, António Martins da, «A desamortização», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, p. 339.
- SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917.
- SILVA, Manuel Carlos F. da, *Resistir y adaptarse — constrinientos e estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Amsterdam, Universidade de Amsterdam, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*, Lisboa, 1993.
- , *Dicionário da História e Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1994.
- (coord.), *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*, Lisboa, Estampa, 1986.
- , «Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira», in PEREIRA, Míriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 206-217.
- , *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.
- , *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto, Universidade Portucalense, 1992.
- e outros, *História do Brasil*, Porto, Universidade Portucalense, 1991.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, «Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas», *Studium Generale*, n.º 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.
- SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- TELLES, Bazílio, *Carestia da Vida nos Campos — Cartas a um Lavrador*, Porto, Livraria Chardon, 1904.
- TELLES, Moreira, *O Brasil e a Emigração*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- , *Emigração Portuguesa para o Brasil*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz, e DUARTE, Lélia Parreira, *Temas Portugueses e Brasileiros*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa — Ministério da Educação, Lisboa, 1992.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, «Comunidades Migrantes em Situação Bipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França», in *Análise Social*, n.º 48, 1976, pp. 983-997.
- , «Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil», in *Análise Social*, n.º 90, 1986, pp. 139-156.
- , «Remigratório: migração e retorno», *História*, n.º 98, 1986, pp. 4-15.
- VALADARES, António Canavarro de, *A Ascendência Ribeirapense do Presidente Brasileiro Afonso da Pena*, Braga, Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, 1988.
- VAQUINHAS, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Círculo de Leitores, 1993, pp. 479-492.
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1971.
- VIEIRA, Alberto, «A emigração madeirense na segunda metade do século XIX», in PEREIRA, Míriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144.

- VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, t. I, Liv. A. M. Pereira, 1886.
- WALL, Karin, «Classe social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajetórias dos migrantes de origem rural», in PEREIRA, Míriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 184-192.
- WESTPHALEN, Cecília Maria, e BALHANA, Altiva Pilatti, «Política e legislação imigratória brasileira e a imigração portuguesa», in PEREIRA, Míriam Halpern e outros (Eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 17-27.

## INDÍCE DE QUADROS, MAPAS E GRÁFICOS

Quadro 1 — Comunicações e transportes em 1909.....	94
Quadro 2 — Lugares e freguesias de Montelongo, em 1527, que actualmente integram o concelho de Fafe.....	97
Quadro 3 — Lugares e freguesias de Montelongo, em 1706, que actualmente integram o concelho de Fafe.....	98
Quadro 4 — Composição administrativa do concelho de Montelongo em 1513.....	100
Quadro 5 — Quadros administrativos no território de Montelongo em 1706, segundo Carvalho da Costa.....	102
Quadro 6 — Composição administrativa do concelho de Fafe, em 1909.....	104
Quadro 7 — População residente nas 36 freguesias do concelho, segundo os censos.....	106
Quadro 8 — População de facto do concelho de Fafe segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, em 1890.....	108
Quadro 9 — Profissões/ocupações dos eleitores e elegíveis, por sector de actividade, em 1881.....	111
Quadro 10 — Síntese das profissões/ocupações dos eleitores do concelho, em 1881.....	112
Quadro 11 — População total, activa e eleitoral.....	113
Quadro 12 — Profissões dos elegíveis e não elegíveis a deputados, em 1881.....	114
Quadro 13 — Estrutura social do concelho em 1881 — População activa.....	116
Quadro 14 — Profissões/ocupações dos eleitores do concelho em 1881, por freguesia.....	117
Quadro 15 — Distribuição percentual de profissões por freguesia, em 1881.....	119
Quadro 16 — Geografia eleitoral do concelho, em 1881.....	121
Quadro 17 — Géneros e preços em 1838, 1839 e 1886, expressos em réis.....	124
Quadro 18 — A pecuária do concelho, em 1886.....	126
Quadro 19 — Comércio e serviços da vila de Fafe, em 1909.....	128
Quadro 20 — Actividade industrial da vila de Fafe, em 1909.....	130
Quadro 21 — Profissões dos fundadores dos Bombeiros Voluntários de Fafe.....	133
Quadro 22 — Instituições de carácter social e filantrópico, em 1909.....	133
Quadro 23 — Instituições culturais e educativas, em 1909.....	136
Quadro 24 — Escolas públicas e professores particulares, em 1886 e 1909.....	138
Quadro 25 — Migração e emigração: totais por sexo, estado civil e alfabetização.....	142
Quadro 26 — Idades dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, por idade e sexo.....	145
Quadro 27 — Emigração anual por sexos dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926).....	147
Quadro 28 — Estado civil dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926).....	151
Quadro 29 — Estado civil dos habitantes do concelho de Fafe — 1890.....	152
Quadro 30 — Proporção da emigração por sexos.....	152
Quadro 31 — Relação de masculinidade da população emigrante (homens /100 mulheres).....	153



Quadro 32 — Relação entre o sexo e o estado civil dos emigrantes .....	153
Quadro 33 — Relação entre o estado civil e o sexo .....	154
Quadro 34 — Emigrantes do sexo feminino naturais e/ou residentes em Fafe, por grupos etários e estado civil .....	155
Quadro 35 — Profissões e estado civil das mulheres emigrantes .....	156
Quadro 36 — Alfabetização dos migrantes e emigrantes de Fafe .....	157
Quadro 37 — Distribuição das idades dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926); dos naturais de Fafe e residentes no Porto (1836-1885) e da migração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862) .....	162
Quadro 38 — Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe e que migraram entre 1834-1862 .....	164
Quadro 39 — Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe e que migraram entre 1834-1926 .....	166
Quadro 40 — Idades dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram ao longo de cinco décadas .....	169
Quadro 41 — Idades agrupadas dos naturais de Fafe e residentes no Porto, que emigraram entre 1836-1885 .....	171
Quadro 42 — A mobilidade regional e intercontinental .....	176
Quadro 43 — A migração e emigração, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1926 .....	178
Quadro 44 — A mobilidade, tendo em conta as saídas anuais entre 1834-1852 .....	183
Quadro 45 — Freguesias de naturalidade e/ou residência dos migrantes entre 1834-1862 e dos emigrantes entre 1834-1926 .....	186
Quadro 46 — Freguesias de naturalidade dos que migraram entre 1834-1862 e dos que emigraram entre 1834-1926 .....	187
Quadro 47 — Origem dos não naturais de Fafe, que migraram entre 1834-1862 .....	188
Quadro 48 — Concelhos e terras de naturalidade dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926) .....	189
Quadro 49 — População das freguesias segundo os censos e emigrantes (1834-1926) naturais e/ou residentes em Fafe, nos anos 1864, 1878, 1890, 1900, 1911 e 1920 .....	190
Quadro 50 — Evolução das taxas de emigração local entre os anos 1834-1926 .....	191
Quadro 51 — Passaportes individuais e colectivos dos naturais e residentes em Fafe que emigraram entre 1834-1926 .....	193
Quadro 52 — Idades dos que emigraram com passaportes colectivos .....	194
Quadro 53 — Distribuição anual dos passageiros por passaporte dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926 .....	195
Quadro 54 — Contratados e não contratados, naturais e/ou residentes em Fafe, entre 1834 e 1889 .....	197
Quadro 55 — Filiação dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926 .....	198
Quadro 56 — Profissões dos naturais e residentes que migraram entre 1834-1862, por grupos sócio-profissionais .....	200
Quadro 57 — Profissões e destinos dos naturais e/ou residentes em Fafe, que migraram entre 1834-1862 .....	201
Quadro 58 — Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926 .....	204
Quadro 59 — Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926 .....	205
Quadro 60 — Profissões dos naturais e/ou residentes em Fafe por sector de actividade e que emigraram entre 1834-1926 .....	209
Quadro 61 — Profissões mais representadas nos anos de 1887, 1897 e 1907 .....	210
Quadro 62 — Profissões dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885 .....	211
Quadro 63 — Profissões dos migrantes e emigrantes .....	212

Quadro 64 — Destinos dos migrantes entre 1834 e 1862 .....	2
Quadro 65 — Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos naturais mas residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885 .....	2
Quadro 66 — Destinos anuais dos naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram entre 1834-1926 .....	2
Quadro 67 — Habitantes por lugar da freguesia .....	2
Quadro 68 — Dados demográficos da freguesia de Quinchães, em 1875-1897 .....	2
Quadro 69 — Dados demográficos da freguesia de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 70 — Sexo e estado civil da população de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 71 — Idades por escalões etários dos habitantes da freguesia de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 72 — Distribuição dos habitantes por fogo, na freguesia de Quinchães .....	2
Quadro 73 — Relação familiar dos habitantes dentro do fogo na freguesia de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 74 — Tipologia dos agregados familiares — Quinchães, 1881 .....	2
Quadro 75 — Dados demográficos da freguesia de Quinchães, 1881 .....	2
Quadro 76 — Residentes e ausentes de Quinchães em 1881, segundo o sexo e o estado civil .....	2
Quadro 77 — Idades dos ausentes por tipo de família .....	2
Quadro 78 — Posição no agregado familiar dos ausentes .....	2
Quadro 79 — Ausências por fogo .....	2
Quadro 80 — Ausentes de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 81 — Emigrantes de Fafe por freguesia e por sexo, em 1881 .....	2
Quadro 82 — Elegíveis da freguesia de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 83 — Profissões e elegibilidade eleitoral .....	2
Quadro 84 — Dados dos elegíveis a deputados da freguesia de Quinchães, em 1881 .....	2
Quadro 85 — Caracterização geral da Fábrica do Bugio, em 1881 .....	2
Quadro 86 — Questionário às instituições de beneficência — Portaria de 12/6/1876 .....	2
Quadro 87 — Comparativo dos orçamentos do Asilo (1876-1877) e da Câmara (1876-1877 e 1877-1878) .....	2
Quadro 88 — Conta da receita e despesa com o Asilo de Meninas Pobres da Vila de Fafe durante o ano económico de 1876 a 1877 .....	2
Quadro 89 — Conta da receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós durante o ano económico de 1876 a 1877 .....	2
Quadro 90 — Inventário dos bens de Serafim Leite Campos .....	3
Mapa 1 — Freguesias e lugares do concelho de «Montelongo» em 1527 e que actualmente integram o concelho de Fafe .....	1
Gráfico 1 — Elegíveis e não elegíveis a deputados do concelho, em 1881 .....	1
Gráfico 2 — Representatividade do sexo masculino e feminino, naturais e/ou residentes em Fafe, e que emigraram entre 1834-1926 .....	1
Gráfico 3 — Emigração por idade e sexo dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926) .....	1
Gráfico 4 — Saídas anuais segundo o sexo dos indivíduos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926 .....	1
Gráfico 5 — Estado civil dos naturais de Fafe e que migraram para destinos regionais entre 1834-1862 .....	1
Gráfico 6 — Estado civil dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926 .....	1
Gráfico 7 — Estado civil dos emigrantes naturais do concelho de Fafe e residentes no Porto entre 1836-1885 .....	1
Gráfico 8 — Idade dos naturais e/ou residentes em Fafe que migraram entre 1834-1862 .....	1
Gráfico 9 — Dispersão das idades dos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926 .....	1
Gráfico 10 — Idades agrupadas dos naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram entre 1834-1926 .....	1

Gráfico 11 — Dispersão das idades dos naturais de Fafe e residentes no Porto, que emigraram entre 1836-1885 .....	171
Gráfico 12 — Idades agrupadas dos naturais de Fafe e residentes no Porto que emigraram entre 1836-1885 .....	172
Gráfico 13 — Idades dos naturais e/ou residentes em Fafe que emigraram entre 1834-1926 e migraram entre 1834-1862 .....	172
Gráfico 14 — A migração dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862 .....	178
Gráfico 15 — Emigração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1926 .....	179
Gráfico 16 — A migração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862 e da emigração entre 1834-1926 .....	180
Gráfico 17 — A migração anual dos naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834-1862, da emigração, entre 1834-1926, dos naturais e/ou em Fafe, e da emigração dos naturais de Fafe e residentes no Porto, entre 1836-1885 .....	180
Gráfico 18 — Total dos que migraram e emigraram .....	181
Gráfico 19 — A emigração anual dos naturais de Fafe e residentes no Porto entre 1836-1885 .....	182
Gráfico 20 — Dispersão de passaportes e passageiros, entre 1834-1926, dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe .....	196
Gráfico 21 — Contratados e não contratados, naturais e/ou residentes em Fafe e que emigraram (1834 e 1889) .....	197
Gráfico 22 — Saídas anuais para a cidade do Rio de Janeiro (1834-1926) .....	221
Gráfico 23 — Saídas anuais para destinos indeterminados do Brasil (1834-1926) .....	221
Gráfico 24 — Saídas anuais para o Pará (1834-1926) .....	222
Gráfico 25 — Saídas anuais para a Baía (1834-1926) .....	223
Gráfico 26 — Saídas anuais para Manaus (1834-1926) .....	223
Gráfico 27 — Habitantes da freguesia de Quinchães, por escalões etários, em 1881 .....	233
Gráfico 28 — Distribuição dos habitantes por fogo, na freguesia de Quinchães, em 1881 .....	234
Gráfico 29 — Composição dos agregados familiares, em 1881 .....	236

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	
Prefácio .....	
Introdução .....	
Questões preliminares .....	
1 — Emigrantes e «Brasileiros» .....	
2 — A emigração do século XIX — contextos e perspectivas .....	
3 — Fafe: uma vila eleita pelos «Brasileiros» de retorno .....	

## PARTE I

Problemas, métodos e fontes .....	
1 — Problemas e quadros teóricos .....	
1.1 — Problemas .....	
1.2 — Corrente Liberal .....	
1.3 — Corrente Mercantilista .....	
1.4 — O Estado e as políticas de emigração .....	
1.4.1 — Legislação portuguesa .....	
1.4.1.1 — O papel do Governador Civil e do Administrador do Concelho na emissão de passaportes e guias de trânsito .....	
1.4.1.1.1 — Passaporte interno ou guia de trânsito .....	
1.4.1.1.2 — Passaporte externo — Proibições, impedimentos e isenções .....	
1.4.1.2 — Atribuições do Governador Civil .....	
1.4.1.3 — Atribuições do Administrador do Concelho .....	
1.5 — A microanálise .....	
2 — Métodos e fontes .....	
2.1 — Métodos e técnicas de investigação .....	

PARTE II	
Fafe — Construção de um território .....	71
1 — Construção de um território .....	73
1.1 — Território e paisagem local .....	74
1.2 — As estruturas edificadas e o carácter social da paisagem .....	86
2 — Ideias e representações do passado local .....	88
2.1 — Matriz de memória ou aproximações à identidade local .....	88
2.2 — A Igreja de Santa Eulália Antiga de Fafe e estruturação viária .....	91
2.2.1 — A Igreja: referente sócio-espacial .....	91
2.2.2 — Estrutura viária .....	93
2.3 — Construção de um território geoadministrativo .....	95
2.3.1 — Montelongo em 1527 .....	96
2.3.2 — Montelongo em 1706 .....	97
2.3.3 — Fafe: um território do século XIX .....	98
2.4 — Território e estruturas administrativas .....	99
2.4.1 — A administração em 1513 .....	100
2.4.2 — A administração em 1706 .....	101
2.4.3 — A administração com a Revolução Liberal .....	103
2.4.4 — A administração em 1909 .....	104
2.5 — Alguns indicadores demográficos .....	106
2.6 — Estratificação sócio-económica .....	107
2.6.1 — Estratificação sócio-eleitoral — 1881 .....	108
2.6.2 — Estrutura sócio-eleitoral por sectores de actividade — 1881 .....	110
2.6.3 — Estrutura sócio-eleitoral: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos .....	112
2.6.3.1 — Estrutura sócio-eleitoral e hierarquias sociais .....	114
2.6.3.1.1 — Proprietários elegíveis e não elegíveis .....	115
2.6.4 — Geografia sócio-eleitoral — 1881 .....	117
2.6.5 — Geografia eleitoral local .....	121
2.7 — Estrutura económica, social e cultural .....	123
2.7.1 — A agricultura .....	123
2.7.2 — Pecuária .....	125
2.7.3 — Apicultura .....	126
2.7.4 — Comércio e serviços .....	127
2.7.5 — Indústria .....	129
2.7.6 — O caminho de ferro .....	131
2.7.7 — A iluminação pública .....	132
2.7.8 — Hotéis .....	132
2.7.9 — Bombeiros Voluntários de Fafe .....	132

2.8 — Sociedade, cultura e instrução .....	13
2.8.1 — A sociedade .....	13
2.8.2 — Cultura .....	13
2.8.3 — Instrução .....	13

### PARTE III

Mobilidade; Indivíduos, Estruturas Sociais e Territórios .....	13
1 — Indivíduos e estruturas sociais .....	14
1.1 — Migração e emigração por sexo, estado civil e alfabetização .....	14
1.1.1 — Homens e mulheres na migração e na emigração .....	14
1.1.2 — Emigração anual por sexos dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926) .....	14
1.1.3 — Migração e emigração por estado civil .....	14
1.1.4 — A emigração por estado civil .....	15
1.1.5 — Homens e mulheres na emigração .....	15
1.1.6 — Emigração da população masculina e feminina por estado civil .....	15
1.1.7 — A emigração da população feminina .....	15
1.1.7.1 — Profissão e estratégias migratórias femininas .....	15
1.1.8 — Alfabetização dos migrantes e dos emigrantes .....	15
1.2 — Contextos e quadros de mobilidade .....	15
2 — A migração e a emigração por grupos etários .....	16
2.1 — Migrantes jovens — Emigrantes crianças e adolescentes .....	16
2.1.1 — A migração jovem dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862) .....	16
2.1.2 — A emigração de crianças e de adolescentes, naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926) .....	16
2.1.3 — Emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, por idades e por décadas .....	16
2.1.4 — A emigração de jovens naturais de Fafe e residentes no Porto .....	16
3 — Mobilidade regional e intercontinental .....	17
3.1 — Análise comparativa .....	17
3.1.1 — Migração (1834-1862), emigração (1834-1885 e 1836-1926) .....	17
3.1.1.1 — A migração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862) .....	17
3.1.1.2 — A emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926) .....	17
3.1.1.3 — A emigração dos naturais de Fafe e residentes no Porto (1836-1885) .....	17
3.1.2 — Migração e emigração (1834-1852) .....	17
4 — Freguesias e territórios de partida .....	17
4.1 — Freguesias e terras de naturalidade dos migrantes (1834-1862) e dos emigrantes (1834-1926) .....	17

4.1.1 — Análise comparativa da migração e da emigração por freguesia .....	187
4.1.2 — Migração dos não naturais do concelho de Fafe .....	188
4.1.3 — A emigração dos não naturais do concelho de Fafe .....	189
4.1.4 — Emigração e população concelhia .....	190
5 — Mobilidade e estruturas sociais .....	193
5.1 — Emigração individual e colectiva .....	193
5.1.1 — Emigração e reagrupamento familiar .....	194
5.2 — Emigração de contratados e não contratados (1834-1889) .....	197
5.3 — Filiação e emigração .....	198
5.4 — Estatutos sócio-profissionais da migração .....	199
5.5 — Profissões por destinos migratórios .....	201
5.6 — Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe .....	203
5.6.1 — Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926 .....	205
5.7 — Profissões da emigração por sector de actividade .....	208
5.8 — A profissão dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, ao longo de três décadas .....	210
5.9 — Profissão dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto .....	211
5.10 — Análise comparativa das profissões da migração e da emigração e segundo diferentes destinos .....	212
6 — Itinerários da migração e emigração .....	215
6.1 — Destinos da migração .....	215
6.2 — Destinos da emigração .....	217
6.3 — Distribuição anual dos destinos de emigração .....	218

#### PARTE IV

População, mobilidade e agregados familiares numa freguesia tipo .....	225
1 — Uma freguesia tipo .....	227
1.1 — Estrutura demográfica .....	229
1.2 — Estrutura da população em 1881 .....	231
1.3 — Estrutura etária da população .....	232
1.4 — Habitantes por fogo .....	233
1.5 — Estrutura e composição dos agregados familiares .....	235
1.6 — Habitantes da freguesia por tipo de agregado familiar .....	236
1.7 — Residentes e ausentes da freguesia de Quinchães em 1881 .....	238
1.7.1 — Ausentes segundo a idade e tipo de agregado familiar .....	239
1.7.2 — Posição no agregado familiar dos ausentes .....	240
1.7.3 — As ausências por fogo .....	241
1.7.4 — Ausentes e emigrantes .....	242
1.8 — Estrutura sócio-económica e política em 1881 .....	243

#### PARTE V

O retorno: evidências e representações .....	247
1 — Estratificação e sistema de estratégias de reprodução social .....	249
1.1 — Estratégias e trajectórias .....	251
1.2 — Estratificação social simbólica e mobilidade .....	254
1.3 — Itinerários, trajectórias e retorno .....	261
2 — Retorno e reprodução social .....	277
2.1 — Representações de «Brasileiros» .....	278
2.1.1 — A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe .....	282
2.1.2 — A Fábrica do Bugio .....	283
2.1.3 — A Empresa Têxtil do Rio Ferro .....	284
2.1.4 — O Hospital de São José ou da Misericórdia .....	285
2.1.5 — Asilo da Infância Desvalida .....	286
2.1.6 — Igreja Nova de São José .....	290
2.1.7 — O Passeio Público .....	290
3 — Famílias e trajectórias de «Brasileiros» .....	291
3.1 — Família Monteiro Vieira de Castro .....	293
3.2 — Família Alves de Freitas .....	297
3.3 — Família Soares .....	302
3.4 — Família Vieira de Castro .....	306
3.5 — Família Moniz Rebelo .....	307
3.6 — Família Oliveira Guimarães .....	309
3.7 — Família Cunha Mendes .....	310
3.8 — Família Azevedo .....	311
3.9 — Família Leite Pinto Saldanha .....	313
3.10 — Família Leite Campos .....	314
4 — Conclusão .....	319
Fontes .....	323
Bibliografia .....	325
Índice de quadros, mapas e gráficos .....	335
Índice geral .....	339